MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLIII

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2022

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

O presente tomo das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa — Classe de Letras* reúne as comunicações apresentadas nas sessões académicas da Classe de Letras no ano de 2014.

Título: Memórias da Academia das Ciências de Lisboa
Classe de Letras
Tomo XLIII
Edição: Academia das Ciências de Lisboa
Impressão: Gráfica 99
Data de impressão: 2022
ISSN: 0378-116X
Depósito legal: 61370/92

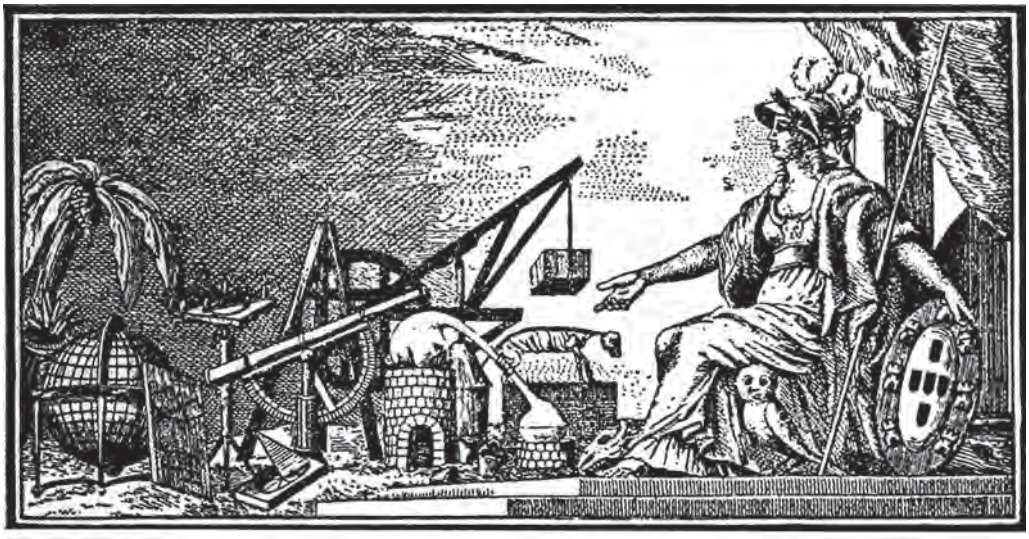
MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLIII

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2022



Evolução tecnológica, operações em rede e decisão política

Nuno Gonçalo Vieira Matias

1. INTRODUÇÃO

O exercício da coação entre sociedades humanas sempre foi influenciado pela tecnologia disponível, fazendo com que cada conflito seja um produto do seu tempo. Com ela evoluíram os conceitos, os objectivos políticos e estratégicos e os processos operacionais e tácticos de emprego dos meios.

Nas últimas décadas, e em particular mais recentemente, a rápida evolução da tecnologia tem estado ligada a uma profunda transformação dos assuntos militares, que chega a ser classificada de "revolução dos assuntos militares". Trata-se de um processo que tem continuado a progredir com velocidade crescente, sem previsão de abrandamento.

Estamos, hoje, perante um novo conceito de operações militares que implica uma diferente aproximação política e militar aos problemas de defesa e segurança. É, de facto, essencial entender toda a reformulação em curso na arte de fazer a guerra, como é indispensável conhecer a influência de capacidades técnicas actualmente disponíveis em ameaças, incluindo as não clássicas, como o terrorismo ou o narcotráfico, por exemplo. São problemas que envolvem também a necessidade de políticos e militares se adaptarem a um igualmente novo processo de decisão com dimensões de espaço, de tempo e de violência muito próprias.

A articulação entre os níveis político, estratégico, operacional e táctico é cada vez mais exigente quer na fase de planeamento, quer na de execução, em conhecimentos, em rapidez e em rigor.

Até um passado recente, as organizações militares foram pioneiras no desafio ao desenvolvimento da tecnologia e na sua aplicação. Contudo hoje, na chamada "Era da Informação", os maiores avanços em tecnologias de informação são primariamente motivados pelas necessidades do sector comercial, na sua tremenda transformação global.

Interessa, por isso, entender os principais aspectos que caracterizam a actual tecnologia empregue na coação e as exigências que coloca, entre outros aspectos, ao processo de decisão política e estratégica.

Estas primeiras considerações generalistas podem denotar uma grande ambição quanto à amplitude dos temas a tratar, mas o factor tempo impõe uma contenção que compatibilize a sua escassa disponibilidade com o essencial das mensagens que gostaria de vos transmitir.

2. A EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS FACTORES TECNOLÓGICOS

a. Energia

Entre os diversos factores que mais têm feito evoluir a chamada "arte da guerra" encontram-se a energia e a informação e, em consequência delas, também as armas. Têm sido mudanças tão significativas, ao longo do tempo, que arrastaram transformações radicais mesmo nos domínios social e político.

Para apontar apenas alguns exemplos, sigamos o modelo usado pelo professor Daniel Boorstin em *The Discoverers* (1985), que dividiu, para efeitos da

avaliação da tecnologia, a história em dois períodos: o *pré-gâmico* e o *pós-gâmico*, dada a sua conclusão de que a viagem de Vasco da Gama mudou o mundo.

Assim, de acordo com este autor, na era *pré-gâmica* verificou-se uma evolução tecnológica lenta, durante a qual o homem começou por usar apenas a energia dos seus músculos, embora com sucessivos aperfeiçoamentos. De facto, a sua inteligência levou-o a potenciar essa energia, quer usando sistemas elásticos, como os nervos de animais e o arco lançador de flechas, nos quais a força dos seus membros ia acumulando energia para depois ser libertada instantaneamente, quer também tirando partido das forças centrifuga e da gravidade. Quem não conhece os princípios da funda lançadora de pedras usada por David contra Golias, ou da catapulta com um pesado cesto de pedras num extremo que, ao ser libertado da sua altura, de repente, impulsiona um projéctil pelo menos dez vezes mais leve, situado no outro terminal?

Embora lentamente, o homem procurou outras fontes de energia como a do vento ou a dos animais. Aquele para impulsionar, primeiro apenas no seu sentido, as embarcações que só tinha sabido mover com a força dos seus braços aplicada a remos. Nessa procura no âmbito dos animais, descobriu astuciosamente o estribo que lhe permitiu adicionar a energia do cavalo à sua própria, conferindo grande hegemonia aos seus utilizadores iniciais, os Persas ou Hunos, consoante os autores. O estribo foi, de facto, uma descoberta tecnológica que acarretou transformações significativas, em termos de poder e nas suas consequências estratégicas.

Cedo o homem entendeu também que essa supremacia não era alcançável apenas com os desenvolvimentos tecnológicos. Que era necessário construir todo um sistema que aliasse a tecnologia a factores diversos, como a definição de objectivos, a organização, o treino, etc, para a rentabilizar.

Demonstra-o o muito estudado exemplo das guerras púnicas em que, conforme Vegécio ou o Padre Fernando de Oliveira, os romanos tiraram partido da superior utilização de armas e do poder marítimo, porque enquadrados por uma organização política, por uma estratégia e por tácticas mais adequadas.

Apenas com estes recursos em termos de energia disponível, o período feudal caracterizou-se por armas incipientes, mas muito numerosas, distribuídas pelos camponeses, ou dito de outra forma, por soldados de muita baixa preparação. O poder estava disperso por muitos senhores feudais ou por cidades estado.

No mar, o combate assemelhava-se ao de terra, procurando-se a abordagem para a luta corpo a corpo, com excepção para os mais hábeis, que tentavam o abalroamento violento com as proas reforçadas, como se deduz, por exemplo, dos escritos de Tucídides.

O factor energia deu um enorme salto com o aparecimento na Europa da pólvora negra, tarde no século XIV. Esta havia sido descoberta na China, cinco séculos antes, mas sem que dela fosse tirado partido como elemento de poder. O seu emprego europeu teve, no início, pouca ou nenhuma influência na coação militar, face aos rudimentares conhecimentos de metalúrgica e de balística.

Mais tarde, o desenvolvimento do canhão com a enorme quantidade de energia que a pólvora negra produz em curtíssimo intervalo de tempo, revolucionou o combate em terra e no mar. As muralhas dos castelos feudais começaram a ser destruídas, os senhores mostraram-se incapazes de lidar com uma nova situação de tecnologia inovadora mais exigente em termos de conhecimento, organização e custos financeiros. Por isso, a organização social moveu-se no sentido de uma maior centralização de poder no soberano.

No mar, as fronteiras de acção política alargaram-se com o movimento do navio e o poder do canhão. É a época *pós-gâmica* que se inicia com a sua característica evolução tecnológica rápida e com o vasto desenvolvimento científico nas áreas da astronomia, da matemática, da metalurgia, da balística, da construção naval, etc. e da utilização extensiva de formas de energia exteriores ao corpo humano e aos animais, como as correntes de maré e a do vento, sobretudo no mar, navegando mesmo contra ele, à bolina. Entretanto, o conhecimento sobre a produção e emprego da pólvora negra vai-se ampliando.

O poder centralizado do Estado passou a ter maior expressão, com o seu monopólio da força e a sua capacidade para exercer coação em âmbito vasto, estendendo-se a formas económicas, psicológicas e diplomáticas, para além das formas militares.

O campo da energia voltará a ter outro salto enorme no século XIX com a descoberta das máquinas de combustão externa e interna (vapor, diesel, etc.) e com a evolução dos explosivos de mistura, para os de exploração da molécula, os explosivos químicos, de potências incomparavelmente superiores.

As máquinas, para além da utilização civil promotora de significativa evolução social e económica, permitiram, em âmbito militar, uma nova era de

mobilidade estratégica, bem exemplificada pela forma como Bismarck, através do seu general Moltke utilizou o caminho-de-ferro para multiplicar as suas forças nas invasões da Áustria e da França.

A modificação das moléculas orgânicas, introduzindo-lhes de forma disponível o oxigénio necessário à combustão detónica, permitiu criar novos tipos de substâncias explosivas, baixos e altos explosivos, capazes de libertarem quantidades de energia incomparavelmente maiores do que as da pólvora negra. As pólvoras químicas, passaram a ser usados para a projecção de projécteis, contendo estes altos explosivos capazes de detonarem numa reacção de velocidade superior a 3 000 m/segundo. Como se sabe, Alfred Nobel teve, neste processo, um papel determinante que conduziu à produção de explosivos seguros quer para utilização militar, quer civil.

Com estas novas fontes de energia, as armas passaram a ter muito maior alcance, precisão e poder de fogo, ao mesmo tempo que a economia civil passou a dispor de processos mais eficazes na laboração em minas, pedreiras, construção civil, etc.

Da exploração da mistura de combustível e comburente feita durante seis séculos, para a utilização das moléculas foi um passo enorme na produção de energia como agressivo militar. Contudo, o salto seria ainda maior com a descoberta dos átomos cindíveis e dos fundíveis, no século passado. A cisão nuclear do U235 foi usada na bomba de Hiroxima com uma detonação de potência equivalente a 20 mil toneladas do explosivo químico de referência, o trinitrotolueno (TNT). A fusão de átomos leves de hidrogénio produz quantidades de energia ainda incomparavelmente superiores.

Apesar da utilização pacífica possível da energia nuclear, o seu emprego em coação constitui um tremendo risco para a humanidade o que exige dos decisores políticos um cuidadoso conhecimento da matéria.

Já no século corrente, o XXI, surgiu um desenvolvimento notável que permite a existência de peças de artilharia que não usam pólvora. Há poucos meses foi lançado à água o *destroyer* dos EUA ZUMWALT onde está previsto instalar peças de artilharia que usam um impulso electromagnético, de origem não nuclear, para projectar as granadas. Este impulso de grande intensidade era conhecido como um dos quatro efeitos das detonações nucleares mas, recentemente, foi possível produzi-lo apenas com circuitos eléctricos/electrónicos.

Também uma arma antimíssil desse navio utilizará radiações de alta intensidade de laser (*Light Amplification Stimulated Energy Radiation*) em vez de pólvora e de alto explosivo.

Isto é, como disse no início, a evolução tecnológica não pára e a sua rentabilização exige constantes adaptações nos patamares político, estratégico, operacional, táctico e logístico.

b. Informação

O conhecimento sistémico sobre os nossos meios e sobre os dos potenciais ou reais adversários é, desde sempre, uma necessidade vital em qualquer conflito, como muito bem o expressou na distante China o longínquo Sun Tzu.

Daí que o esforço de investigação e desenvolvimento que no último século tem sido feito na área da obtenção de informação, visando a sua transformação em conhecimento, tenha sido e continue a ser, espantoso.

São, por isso, tão numerosos os produtos de desenvolvimentos tecnológicos conseguidos para satisfazer a necessidade de saber, de conhecer, o inimigo em conflitos, que seria quase impossível, além de fastidioso, procurar citá-los todos. Alguns já entraram mesmo no dia-a-dia das nossas vidas de membros da sociedade civil, que até nos esquecemos que surgiram por força dessa necessidade militar. Estou a pensar, nomeadamente nos meios aéreos (as primeiras aeronaves tinham funções de vigilância e de *intelligence*), no radar (*Radio Aid Detection and Range*), nas telecomunicações, nos computadores, nas auto-estradas da informação, nos satélites, nos sistemas de posicionamento por satélite (GPS, GLONASS, GALILEU, etc.), nos écrans de plasma, na transmissão automática de dados entre sistemas de informação, etc. Todos começaram a ser desenvolvidos por necessidades militares.

Outros não estarão tão vulgarizados, mas os seus princípios têm igualmente utilidade em âmbito civil, como por exemplo, o sonar (*Sound Navigation and Range*) usado pelos Aliados na Segunda Guerra para detecção de submarinos, e hoje vulgarizado nas embarcações de pesca, mas também na medicina para as bem conhecidas ecografias.

E mais um conjunto grande de exemplos poderia dar, mas cito ainda apenas a chamada guerra electrónica activa e passiva, usada desde o espaço até às profundezas do mar, a ciber segurança, os equipamentos de visão nocturna quer

utilizem a visão por infravermelhos, quer por meio de ampliação da luz visível, os aviões e veículos submarinos não tripulados (*Drones* ou UAV, ROV) etc.

c. As armas

Ao mesmo tempo que têm sido desenvolvidos os processos de obtenção de informação, e de certa forma em paralelo com a aquisição da capacidade de acesso a fontes de energia mais poderosas, os Estados sempre têm procurado criar armas sucessivamente mais eficazes. Isto é, armas cada vez com maior alcance, maior precisão, menor dimensão e com um poder destruidor adequado aos tipos de alvos.

Na verdade, o homem, que começou por lançar projécteis apenas a dezenas de metros com a força dos seus músculos, foi capaz de ultrapassar o quilómetro de alcance com o uso da pólvora negra e, hoje, consegue atingir alvos a muitos milhares de quilómetros de distância.

A introdução da propulsão por reacção, ou foguete, permitiu a obtenção de armas de grande alcance, o que, contudo, não dispensou o emprego das de acção, ou de artilharia, para distâncias mais curtas. Com estas já se chegou, recentemente, ao alcance de 115 km com um erro de 50mt para uma peça de artilharia de 155 mm nos EUA, o que é notável numa arma não guiada.

No entanto, o alcance maior só é eficaz se a precisão for adequada e, por isso esse factor tem sido sempre objecto de profunda investigação, quer em armas de trajectória balística, quer em armas guiadas.

Apesar do grande aumento da precisão conseguido nas armas com trajectórias balísticas, foi nas guiadas que a evolução se tornou absolutamente espantosa. De facto, quer nas teleguiadas, quer nas de guiamento autónomo, o rigor anula praticamente os erros, quando o desempenho de todo o sistema é correcto. Por exemplo, o míssil táctico Tomahawk, lançado da superfície, ou de um submarino em imersão, pode atingir um alvo terreste a mais de 2 500 km com um erro da ordem de um par de metros, usando a navegação por GPS, e um pouco mais quando guiada por "observação" directa do terreno. E uma arma destas, frequentemente usada no conflito do Iraque, com ogivas de cerca 500kg de explosivo químico também pode ser equipada com uma ogiva nuclear de potência dez vezes superior à usada em Hiroxima, ou seja, equivalente a 200 mil toneladas de TNT.

É espantoso que a enormidade destes parâmetros – alcance e potência do agressivo se tornam liliputianos quando comparados com, por exemplo, os do míssil balístico intercontinental Tridente II que alcança mais de 11 000 km, a partir de submarino e transporta oito ogivas termonucleares equivalentes cada uma a 24 bombas de Hiroxima, ou seja 192 "Hiroximas".

3. A INTERLIGAÇÃO DAS SOCIEDADES POR FORÇA DA TECNOLOGIA

Mesmo estes rápidos exemplos sobre desenvolvimentos tecnológicos empregues para fins de coação militar nos ajudam a entender a necessidade de uma cada vez mais próxima relação entre as sociedades política, militar e civil. Na verdade, é neste triângulo que se definem os interesses e os objectivos nacionais e se gera a estratégia nacional nos domínios económico, político e militar para os alcançar, tendo em conta o quadro dos recursos e constrangimentos a considerar pelos Estados.

A tecnologia tem um papel cada vez mais importante na prossecução daqueles objectivos, porque, se por um lado coloca ao dispor do Estado factores de poder cada vez mais significativos, também exige dele um saber mais exacto e ponderado sobre a forma de o utilizar. E esta é uma utilização que se deve considerar não apenas no domínio militar, mas também nos económico e social.

De facto, a procura da hegemonia tecnológica por um Estado exige dele um planeamento de I&D envolvendo todas as capacidades das estruturas civis e militares, obrigando por isso a uma interpenetração dessas sociedades. Por outro lado, os enormes custos financeiros de I&D podem ser minorados se o produto do seu esforço for adequadamente colocado à disposição da economia civil. Esta é uma prática comum no Ocidente, mas que não existiu na União Soviética, onde a investigação para fins militares ficava rigorosamente restrita a esse sector, e não permitia, por isso, que a sociedade civil beneficiasse das novas técnicas investigadas e visse os seus custos reduzidos por via da utilização polivalente da tecnologia.

Cito apenas dois exemplos ilustrativos. Em plena Guerra Fria, algumas armas submarinas da União Soviética constituíam preocupação para a NATO devido às elevadas *performances* que se conhecia, mas sobretudo pelas que estavam no

domínio do desconhecido. Uma das formas de ultrapassar esta dificuldade seria o acesso aos exemplares reais, mas a União Soviética tinha a preocupação de efectuar os seus testes de tiro não destrutivos em mares de grandes profundidades, onde se supunha não ser possível chegar. E, de facto, não se conseguia atingir fundos tão grandes com a tecnologia disponível até então. Só que os EUA desenvolveram minissubmarinos capazes de chegar aos 6 000 m e, assim, recuperar o referido equipamento soviético. Pois bem, esses pequenos veículos foram postos também à disposição da comunidade científica que, com eles (como é o caso ALVIN), passou a investigar os desconhecidos mares profundos, descobrindo as hoje famosas fontes termais submarinas, as estranhas formas de vida que as cercam, os metais que delas brotam, etc.

O outro breve exemplo tive dele directo conhecimento quando, durante a frequência de um curso da carreira na US Navy, em 1988, visitei um centro de investigação dessa Marinha. Um dos projectos aí em desenvolvimento visava suprir as dificuldades sentidas nos centros de operações dos navios para se fazer a síntese (*data fusion*) da tão variada e ampla gama de dados aí utilizados e que os pequenos écrans existentes (*display units*) não permitiam apresentar com clareza. Havia necessidade de écrans com vários metros quadrados de superfície e, por isso, estavam a ser desenvolvidos os "é*crans* de plasma", até aí desconhecidos do grande público. Tiveram sucesso, atingiram o fim desejado nos navios a que se destinavam, e foram postos imediatamente à disposição da indústria civil que os tornou acessíveis aos cidadãos comuns.

A tecnologia, de facto, contribuiu para a interligação das sociedades em termos de conhecimento e de economia, mas também, e até, em termos de interpenetração de funções. Na verdade, há tarefas que começam a ser dificilmente classificadas como da área civil ou da militar. Será que controlar um *drone* à distância de centenas de quilómetros e pô-lo a recolher informação ou a fazê-lo disparar as suas armas exige um operador militar, ou será que essa tarefa não poderá ser executada por um técnico civil com o mesmo tipo de habilitações?

Esta interligação societária revelou, ao longo dos tempos, uma característica constante. A da transferência para a área civil do resultado dos adequados desenvolvimentos das investigações para fins militares.

Essa interpenetração foi mesmo tão significativa que nos últimos tempos (talvez duas décadas), inverteu o sentido da transmissão dos resultados de I&D.

Ou seja, passou a haver transmissão de conhecimento e de experiência específica da sociedade civil para o âmbito militar, no seu domínio da utilização de forças.

Vejamos como, mas começando ainda por estabelecer um pano de fundo às novas formas de condução de operações num quadro de hegemonia tecnológica.

4. A GESTÃO EM REDE DAS OPERAÇÕES

A superioridade tecnológica, ao criar vulnerabilidades no adversário, pode conduzir à superioridade militar e esta, por sua vez, é capaz de conduzir a vitórias decisivas segundo o conceito de Clausewitz, em vez de longos combates de atrição.

Essa superioridade exige três áreas de domínio distintas nos objectos, mas que são ligadas pelo propósito da hegemonia.

Podemos sintetizá-las em:

a – obtenção de conhecimento do adversário, de forma rigorosa e completa, em tempo real.
b – negação desse conhecimento ao adversário.
c – disponibilidade de armas de grande precisão capazes de anular os alvos identificados, à maior distância possível, segundo as prioridades definidas pela política e pela estratégia.

Se nos concentramos nestes objectivos, relativamente a um Estado com pretensões hegemónicas, verificamos que os sistemas existentes para conseguir superioridade de conhecimento são da ordem das dezenas de milhares. A estes deveremos adicionar os que se destinam a negar o conhecimento ao adversário e também aqueles que tornam exequível o ataque aos alvos em segurança. Isto é, teremos uma miríade de sistemas para gerir como um todo. Na verdade, existe uma rede imensa de componentes cuja gestão pode assemelhar-se ao que acontece numa grande empresa do sector civil (*Ford*, por exemplo). Daqui nasceu a ideia, importada da sociedade civil, de gerir as operações de forma centrada em rede (*network centric warfare*). Para isso foi necessário criar um sistema que englobasse todos os sistemas, o chamado "sistema dos sistemas" da sigla C4ISR

(Comando, Controlo, Comunicações, Computadores, "*Intelligence*", "*Surveillance*" e "*Reconnaissance*").

Por esta via recriou-se algo que já existiu na história – o chamado "Telescópio de Napoleão" – através do qual se tornava disponível todo o conhecimento necessário ao político, ao estratego, ao operacional e ao táctico. Em tempo real estava disponível todo o conhecimento em condições de o transformar em poder de combate. Na verdade, a cadeia de decisão desde o patamar político até ao patamar táctico estava concentrada, com o consequente esmagamento dos tempos de retardo, permitindo a Napoleão ultrapassar em rapidez o ciclo de decisão do adversário.

Podemos dizer quer o actual "Telescópio de Napoleão," ou seja as "operações centradas em rede" ou "geridas em rede" começou, como conceito, a criar corpo em 1998, através de um artigo publicado na revista *Proceedings of the Naval Institute* da autoria do V.Almirante Cebrowaki (USN) onde reconhecia que as organizações comerciais eram líderes na adopção dos conceitos e tecnologias da "Idade da Informação" e em se adaptarem ao mundo em mudança. Isto é, as grandes empresas civis eram capazes de tirar partido da simultaneidade da informação em quaisquer partes do mundo gerando vantagens competitivas pelo poder da informação.

Tomando essa experiência de sucesso como base inspiradora, foi criado o conceito das operações geridas em rede "onde é reconhecida a centralidade da informação e o seu potencial como fonte de poder". "Este potencial é conseguido como um resultado directo da nova relação entre indivíduos, organizações e processos que são desenvolvidos". Trata-se, pois, de um conceito sobretudo relacionado com o capital humano e com o comportamento da organização.

Como se compreende, desde a definição do conceito à sua transposição para a prática, o esforço tem sido gigantesco, desde a formatação de mentalidades e organizações à formação material do já referido "sistema dos sistemas", e à adaptação da estrutura de forças, ao seu treino e à sua redistribuição pelos espaços geográficos, com redução do número de bases e a concentração de recursos.

Sublinho, contudo, que os aspectos conceptuais do NCW põem grande ênfase na adopção de uma nova maneira de pensar o "pensamento centrado em rede" e na sua aplicação às operações militares. São aspectos que muito me seduziram

no livro *Network Centric Warfare – Developing and Leveraging Information Superiority* que tive o privilégio de receber das mãos do Almirante Cebrowaki no Naval War College, de que era presidente no ano de 2000, durante uma reunião de antigos alunos a nível mundial.

Dele retiro apenas mais umas breves ideias para depois concluir com uma apreciação pessoal.

Assim, parece-me importante citar que o NCW se foca no poder de combate que possa ser gerado a partir das ligações efectivas, ou seja, o estabelecimento em rede da empresa combatente. "Esta caracteriza-se pela capacidade de forças geograficamente dispersas criarem um elevado nível de conhecimento partilhado sobre o campo de batalha que pode ser explorado através de uma auto sincronização para atingir os propósitos do comandante."

Em termos práticos, foi criada uma estrutura de informação "infoestrutura," colocando os sensores em rede, fazendo a fusão dos dados, e gerindo a informação de forma a aperfeiçoar o conhecimento do vasto teatro de operações. A partir daqui, o NCW consegue funcionar como uma organização virtual, onde pessoal e material são substituídos por informação e a sincronização de forças é uma constante (exemplo Saddam Hussein atacado com Tomahawk de 3 mares – Mediterrâneo, Vermelho e Golfo Pérsico).

Com tudo isso obtém-se uma rentabilização do factor tempo das operações por redução drástica dos retardos, melhora-se a capacidade de resposta, diminuem-se os riscos e os custos e consegue-se mais eficiência em combate, chegando praticamente a qualquer sítio do mundo.

5. ALGUMAS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS

Há que notar, contudo, que esta complexidade do "sistema dos sistemas" também envolve vulnerabilidades e apresenta dificuldades, das quais apenas afloro dois tópicos.

O primeiro tem a ver com o estabelecimento de alianças e de coligações. É que, de facto, não é simples inserir aliados ou coligados num sistema tão complexo e, por outro lado, ao se tentar fazê-lo estar-se-á a tornar o SOS vulnerável em termos de segredo, o qual sempre existe, mesmo para os amigos do presente.

As soluções testadas passam agora pelo estabelecimento de cadeias (redes) paralelas, depois de terem sido pensadas outras modalidades.

Outra dificuldade na utilização do sistema da gestão em rede da muito complexa e vasta empresa militar tem a ver com a aproximação dos diversos patamares de decisão. Na verdade, o sistema serve e põe em ligação directa os patamares político, estratégico, operacional e táctico e exige, para a sua rentabilização, para o seu bom funcionamento, uma resposta rápida de cada patamar, mas sem a ultrapassagem dos intermédios.

Recordo que durante as complexas e longas semanas de exercícios de comando na NATO levados periodicamente a cabo durante a Guerra Fria, chegava a ser necessário esperar vários dias por decisões políticas necessárias ao desenvolvimento estratégico e operacional do exercício. Hoje, se se quiser aumentar a eficácia em situações idênticas, a resposta terá de ser muito mais rápida. Isto é, o patamar político tem de estar muito mais próximo dos que lhe ficam a jusante e, sobretudo, tem de ter um conhecimento muito mais aprofundado das questões militares, principalmente das que estiverem relacionadas com o quadro de situação em jogo. Esse conhecimento exige formação de base, mas também treino de decisão, obtido na prática de cenários sintéticos e muitas vezes através do planeamento prévio de decisões, preparadas para a eventualidade de cenários diversos.

Isto é, nos tempos correntes o "Telescópio de Napoleão" não é menos exigente, e a tecnologia que passou a aproximar as sociedades políticas, civil e militar nas fases de investigação e de desenvolvimento, une-as também, e muito intensamente, na fase da tomada de decisão.

Esta tem requisitos cada vez mais complexos e profundos em termos de conhecimentos e de rapidez. Os patamares político e militar aproximaram-se ainda mais, colocando exigências para militares, mas igualmente para políticos, aos quais, também nestes aspectos, se exige formação e experiência.

(Comunicação apresentada à Classe de Letras
na sessão de 23 de janeiro de 2014)

Eventuais efeitos da crise europeia no quadro geopolítico europeu

José Alberto Loureiro dos Santos†

1. INTRODUÇÃO

Na Europa apenas existem dois atores políticos significativos em termos de poder: a Rússia, cuja massa crítica nos permite dizer que se encontra no primeiro nível mundial, e a Alemanha, localizada num segundo nível, mas que, aparentemente, deseja transitar para o primeiro, dadas certas circunstâncias objetivas (não se sabe se intencionais) suscetíveis de a catapultarem. Qualquer destes dois Estados tem condições para produzir efeitos muito significativos no atual quadro geopolítico europeu.

Dos restantes Estados europeus nenhum aparece como capaz de o conseguir num futuro previsível, já que são meros sobreviventes ou estão posicionados num segundo patamar de poder global, como são os casos do Reino Unido e da França, embora sejam membros permanentes do Conselho de Segurança como consequência da configuração da ordem internacional institucional (não da ordem internacional de facto) consequente à Segunda Guerra Mundial. Contudo, estes países apresentam-se como atores de enorme importância nas manobras que outros resolvam empreender no sentido de modificarem a seu favor o quadro geopolítico europeu atual.

Os Estados Unidos, se bem que sejam uma potência extraeuropeia do ponto de vista geográfico, podem considerar-se como europeia em termos geopolíticos. Sendo claramente uma ilha de poder global, aquela que muitos designam como "a potência indispensável", e agindo no domínio das relações internacionais como "potência diretora", estão em condições de interferir significativamente no desenho geopolítico europeu, aliás, tal como o têm feito desde a Primeira Guerra Mundial.

Portanto, poderemos afirmar que existem três grandes potências, a Rússia, a Alemanha e os Estados Unidos, cujos objetivos poderão ser condicionados por

fortes motivações resultantes da sua situação no âmbito do e perante o atual quadro geopolítico europeu. Ou seja, têm interesses geopolíticos (geoestratégicos) próprios que os podem aconselhar, ou mesmo determinar, a empreender certas linhas de ação política (estratégica), com a finalidade de alcançarem objetivos que considerem vitais ou essenciais.

2. RÚSSIA

Todas as decisões políticas e consequentes linhas de ação estratégicas da Rússia sempre revelaram uma vulnerabilidade geopolítica de grande expressão que viria a condicionar muitas das suas mais importantes iniciativas políticas e estratégicas – não tem fronteiras apoiadas em obstáculos geográficos significativos. E também não aparecem obstáculos que possam constituir linhas de defesa consistentes, ao longo dos dois corredores de invasão para o coração russo que saem do centro do continente europeu, um a Norte, e outro a Sul dos pântanos de Pripet (sensivelmente ao longo da fronteira entre a Ucrânia e a Bielorrússia), com o segundo a dividir-se em dois, um dos quais leva ao Mar Negro. No próprio espaço envolvente do "coração" do Estado russo centrado em Moscovo não existem condições geográficas para deter um invasor. Os poucos que existem são descontínuos e/ou contornáveis, tanto a Leste como a Oeste.

Nestas condições, e no que concerne aos efeitos que poderão repercutir-se no quadro geopolítico europeu, um dos principais interesses geopolíticos da Rússia tem a ver com a procura de fronteiras geograficamente defensáveis o mais longe possível do seu núcleo de poder. O que significa a necessidade de se apoiar nas linhas de defesa que as montanhas dos Cárpatos propiciam, que começam a partir da fronteira Sul da Polónia e continuam pela República Checa, Eslováquia, Hungria, Roménia; controlar o terreno montanhoso dos Balcãs que dominam os acessos ao Mar Negro; e também em manter o domínio das montanhas que definem a linha de defesa do Cáucaso. Portanto, controlar os Estados onde elas se situam, além das planícies transitáveis dos territórios da Polónia, Bielorrússia, Ucrânia e bacia do Danúbio (Roménia e Bulgária) por onde passam os corredores de aproximação de eventuais forças inimigas.

O mapa da Europa apresentado a seguir mostra que os países do Pacto de Varsóvia, liderados pela União Soviética, a que o Ocidente chamava "países satélites", se localizavam nos espaços geográficos cujo controlo resultava das exigências geopolíticas russas que indiquei.

Outro interesse geopolítico relevante do Estado russo resulta do facto de, na sua fachada europeia, não ter acesso direto aos mares quentes durante todo o ano, a não ser pelos "canais" ou "ferrolhos navais" do Mar Báltico/Mar do Norte e Mar Negro/Mediterrâneo, pelo que depende das posições políticas e estratégicas dos países que os controlam. É o caso dos países bálticos, da Noruega, Suécia e da Dinamarca, a Nordeste, e dos estreitos que ligam o Mar Negro ao Mediterrâneo e do Estreito de Gibraltar.

Isto significa que, num eventual conflito, necessitará de desencadear operações com essa finalidade, conforme previa fazer durante a Guerra Fria, se ela passasse a guerra quente.

3. ALEMANHA

A Alemanha, tal como a conhecemos atualmente, embora com as fronteiras modificadas como resultado da Segunda Guerra Mundial com maior expressão na fronteira Leste com a Polónia, pode considerar-se herdeira do Sacro Império Romano-Germânico fundado no ano de 962, que acabou formalmente em 1806 com o último sacro imperador romano-germânico Francisco II, depois da vitória de Napoleão no ano anterior, na batalha de Austerlitz, embora já tivesse terminado de facto muito antes.

E ainda se aproxima do império Alemão (Segundo *Reich*) fundado em 1871, como resultado da unificação dos principados alemães reunidos, em 1867, na Confederação da Alemanha do Norte sob a liderança da Prússia, que lhe deu origem.

Bismarck, chanceler da Prússia, desempenhou um papel essencial neste importante acontecimento para a Europa, pois foi o seu grande impulsionador a partir da criação do *Zollverein* – espaço económico comum alemão –, cuja evolução abriu caminho à "Grande Alemanha".

O poderoso Estado alemão surgido com aquela unificação de principados tem mostrado grande dificuldade em se acomodar aos restantes países europeus,

o que originou, além da Guerra Franco-Prussiana, ainda no século XIX, a Primeira e a Segunda Guerra Mundial.

Finda a Segunda Guerra Mundial, a Alemanha foi dividida em quatro partes entre os aliados vencedores (EUA, Inglaterra, França e União Soviética), que vieram a constituir a República Federal Alemã (RFA – conjunto das parcelas dos países ocidentais) e a República Democrática Alemã (RDA – parcela soviética).

Com o fim da Guerra Fria, as duas "Alemanhas" reunificam-se contra a vontade dos líderes francês e britânico, mas com a aprovação dos EUA, o que fez regressar a "Grande Alemanha", que ingressa na Comunidade Económica Europeia, a que a RFA já pertencia.

Será que a reunificação alemã voltará a colocar a Europa perante aquele que já tinha sido o seu grande problema estratégico, cuja solução se pensou estar encontrada com a União Europeia? Veremos…

Desde o Segundo *Reich*, os procedimentos políticos e estratégicos alemães revelam uma vulnerabilidade idêntica à principal vulnerabilidade russa – não possuir fronteiras cuja defesa pudesse ser apoiada em acidentes de terreno que a potenciem significativamente. Esta vulnerabilidade pode ser uma explicação de natureza geopolítica (geoestratégica) para as duas guerras (primeira e segunda), uma vez que de uma hipotética vitória alemã resultaria o controlo por Berlim das costas marítimas do velho continente, que seriam fronteiras defensáveis a Oeste e a Sul.

Ela também se traduz, a Leste e Sudeste, no interesse geopolítico (geoestratégico) de controlar os principais países situados nos corredores de aproximação da e para a Rússia, tanto no que se situa a Norte dos pântanos de Pripet, onde precisa de dominar os territórios planos da Polónia e da Bielorrússia, como os que se localizam a Sul, particularmente a linha de defesa dos Cárpatos que os percorrem, na República Checa, Eslováquia, Hungria e Roménia, assim como o território plano da Ucrânia.

A Sul e a Ocidente, como atrás dissemos, o interesse geopolítico (geoestratégico) alemão exige que tenha o controlo das costas marítimas europeias, barrando eventuais desembarques de potenciais inimigos.

Outra vulnerabilidade da Alemanha é o facto de ter o acesso facilmente controlado por potências marítimas adversas ao oceano Atlântico, pois que terá de passar pela "área marítima confinada" pela Noruega a Leste, e o Reino Unido a

Oeste, que liga o Mar do Norte ao Atlântico, o que tem como consequência o interesse alemão de controlar principalmente a Noruega, que se mostrou como preocupação estratégica durante a Segunda Guerra Mundial, mas também a Dinamarca.

É claro que a lógica destes interesses geopolíticos se prolonga na necessidade de controlar todo o *Rimland* europeu, o que inclui os territórios arquipelágicos que dele fazem parte, como o Reino Unido, os Açores, a Madeira, o Chipre e Malta, além da região dos Balcãs e dos estreitos turcos.

4. EVENTUAL EIXO RUSSO-GERMÂNICO

Na história da Europa houve duas situações em que a Rússia e a Alemanha entenderam que os seus interesses mútuos aconselhavam uma aliança entre os dois países, constituindo assim um eixo de natureza continental suficientemente robusto para desafiar a potência marítima dominante ou uma aliança entre potências marítimas.

A primeira deu origem ao Tratado de Rapallo, assinado em Abril de 1922 entre a Alemanha (República de Weimar) e a Rússia soviética, que, mais tarde, seria alargado à Ucrânia, Bielorrússia, Geórgia, Azerbaijão, Arménia e República do Extremo Oriente. Um anexo secreto seria assinado em Julho, permitindo à Alemanha treinar as forças militares em território russo (violando assim o Tratado de Versalhes). Este pacto serviria para armar os alemães, contrariamente ao que fora determinado pelos vencedores da Primeira Grande Guerra, e o anexo seria reforçado pelo Tratado de Berlim em 1926 (comprometendo-se em manter a neutralidade no caso de um ataque de um deles contra outro Estado) e terminaria em 1933, com a ascensão de Hitler ao poder, vigorando, portanto, durante 11 anos.

Mais tarde, em Agosto de 1939, foi assinado entre as duas potências o Pacto Molotov-Ribentrop, pelo qual eram estabelecidas estreitas relações comerciais (petróleo soviético e trigo da Ucrânia em troca de equipamento militar alemão e de ouro) e a garantia mútua de nenhuma das potências apoiar os inimigos da outra ou invadir os respetivos territórios; a URSS não reagiria a um ataque alemão à Polónia, e a Alemanha apoiaria uma invasão soviética à Finlândia, entre outros assuntos.

Dois protocolos secretos estabeleciam a partilha dos territórios da Europa de Leste (Estados Bálticos e vastas zonas da Roménia e da Bulgária) em zonas de influência, e o desaparecimento da Polónia, sendo o seu território dividido entre as duas potências.

Este Pacto manteve-se até 22 de Junho de 1941, altura em que Hitler invadiu o território soviético sem aviso prévio.

5. ESTADOS UNIDOS

Os Estados Unidos têm como objetivo nacional permanente criar condições para que não se venha a desenvolver em qualquer parte do mundo um ator (Estado ou coligação de Estados) suficientemente poderoso para colocar em causa a sua posição dominante na ordem internacional. O domínio dos espaços que poderão ser utilizados como eixos de aproximação aos EUA é considerado vital (sejam eles o espaço de operações terrestre, aéreo, marítimo, espacial ou ciberespacial).

Tanto a Primeira como a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria geraram situações que poderiam conduzir ao desenvolvimento no espaço europeu de um poderoso ator capaz de desafiar a posição dominante dos EUA e, como consequência, criar condições que afetassem significativamente os (ou alguns) dos objetivos centrais da política (e estratégia) norte-americana.

Nas guerras mundiais esse ator poderia vir a ser uma Alemanha que dominasse a Europa e, portanto, dispusesse dos recursos, inteligência de atuação estratégica e vontade de pôr em xeque os norte-americanos. Na Guerra Fria, era a Rússia que agia como o sujeito impulsionador de uma situação idêntica.

Como acabámos de ver, no intervalo entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, assim como no dealbar da Segunda, tiveram lugar desenvolvimentos que poderiam ter dado origem a uma coligação da Alemanha com a Rússia que, eventualmente, melhor se aproximaria das condições necessárias para ultrapassar o poder norte-americano.

De tudo o que nos foi dado observar em termos históricos durante todo o século XX, é do interesse geopolítico dos EUA evitar que se constitua na Eurásia uma potência ou um eixo que os venha a desafiar, e o controlo do *Rimland*

europeu para estar em condições de dominar o Atlântico Norte, tendo em vista repelir ameaças que o utilizem como eixo de aproximação ao seu território.

6. EFEITOS DA CRISE NA EUROPA

A crise financeira global que afetou o Ocidente e se alargou por todo o planeta traduziu-se na União Europeia, nomeadamente na sua Zona Euro, numa crise das dívidas soberanas que se abateu particularmente sobre os países periféricos e ameaça espraiar os seus efeitos pelos restantes Estados-membros em direção ao seu núcleo centrado na Alemanha.

Desenvolvimentos sucessivos, que mostram enormes divergências entre os países da União, foram gerando ondas de descontentamento nos países mais atingidos pelo modo como a crise está a ser enfrentada, e foram produzindo efeitos acrescentados, metamorfoseando a crise, que, tendo começado por ser financeira, rapidamente fez aparecer uma crise económica e desembocou numa crise social com sinais de crise de legitimidade política dos partidos, cada vez mais olhados pelos cidadãos como responsáveis pelos acontecimentos que estiveram na origem da crise e como incapazes de a resolverem – particularmente os que têm responsabilidades governamentais, mas também os da oposição, quando já as tiveram.

Esta situação tem vindo a acentuar a lógica intergovernamental em que a UE se estrutura em termos de poder político, fazendo sobressair os interesses nacionais, por vezes o egoísmo nacional, e remetendo para o esquecimento o cimento que muitos pensavam (erradamente) estar na sua "natureza" – a "famosa" e muito badalada *solidariedade*. Ficou bem claro que cada Estado age em função do que considera ser o seu interesse específico. Muitos países, sem liberdade de ação para melhorar a competitividade por intermédio da desvalorização monetária, como estavam habituados a fazer antes do Euro, não conseguiram corresponder às particularidades de uma moeda comum.

O Diretório, inicialmente constituído pelas poucas potências mais poderosas da União, ficou reduzido apenas a um país – a Alemanha –, especialmente para a Zona Euro. O Diretório germânico conduz isolado a solução da crise, agindo em função do seu interesse nacional. Enquanto a Alemanha estiver convencida

de que terá vantagens em salvar o euro, ele manter-se-á; se e quando chegar à conclusão oposta, rapidamente se descartará dele.

O estado da União passou a ser condicionado por se ter transformado numa relação entre os credores, receosos de não serem ressarcidos dos meios financeiros que emprestam e que olham os outros como preguiçosos que vivem à custa do trabalho dos outros; e os devedores, com dificuldade em aceitar um empobrecimento cuja razão lhes custa a entender, e que veem os outros como arrogantes, egoístas e presunçosos e como tendo enriquecido e continuadamente à sua custa.

Estão a criar-se ressentimentos de parte a parte que dificilmente se esquecerão e que provocam profundas fraturas entre os países, que se anteveem como dificilmente recuperáveis. Os povos da maioria dos Estados da Zona Euro já não acreditam na existência de qualquer solidariedade e interrogam-se sobre se não é preferível procurar soluções fora da Zona do Euro e/ou da União. Alguns já começam a ver a moeda única como um colete de forças que os levará à pobreza.

Aumentam as probabilidades de surgirem graus acentuados de instabilidade no interior dos Estados-membros em dificuldades, acompanhadas de pulsões nacionalistas crescentes, apelos populistas e tendências extremistas, e aumentam os ressentimentos em relação aos países tidos como mais ricos, em especial a Alemanha (de que se recordam episódios negativos de épocas históricas passadas, algumas bem recentes – como o nazismo), e também em relação à própria EU, ela própria alvo de descrédito.

Pelo seu lado, os responsáveis políticos dos países mais pobres ou ameaçados de cair na pobreza, temendo a tragédia que seria a sua saída do euro neste momento, sentem-se obrigados a aceitar as posições impostas pelos credores, nomeadamente a Alemanha, na medida em que não vislumbram alternativas mais favoráveis.

Ou seja, estão em desenvolvimento elementos de insatisfação dos Estados que derivam de uma análise racional efetuada pelos respetivos dirigentes, elementos esses que são potencialmente desagregadores, como a consciência do egoísmo nacional; e elementos de irracionalidade dos povos, também potencialmente desagregadores, que poderão vir a ter expressão eleitoral ou desencadear atitudes não democráticas (o que será bem mais grave), motivados por exemplo pelo desemprego crescente das classes médias, como aconteceu depois da crise dos anos 30 do século passado.

Se não forem levadas a efeito políticas que promovam o crescimento económico e reduzam as taxas de desemprego, para o que aumentam as dificuldades na medida em que a situação de crise começa a atingir países do núcleo europeu, como a Holanda, e estes sentem mais dificuldade em emprestar dinheiro aos países periféricos (pois veem-se obrigados a reduzir atividades de desenvolvimento e bem-estar nas suas próprias economias), se aquele caminho não for decididamente empreendido, a expansão crescente do nacionalismo não conseguirá ser amortecida pelo regresso do desenvolvimento económico e do bem-estar, havendo o risco das tendências desagregadoras prevalecerem sobre os progressos agregadores na União Europeia.

Se as tendências desagregadoras prevalecerem sobre os processos agregadores, pelo facto de os países mais ricos se recusarem a "suportar o custo do regresso a uma situação política e económico-financeira normalizada através de sucessivos empréstimos, por correrem o risco de não serem inteiramente reembolsados" e insistirem em obrigar os países mais pobres a pagá-los com medidas sucessivas de austeridade, nesta situação poderão aprofundar-se as fraturas entre os Estados do Norte (mais ricos) e os da periferia (mais pobres).

Neste caso, a situação poderá complicar-se no interior dos Estados da periferia (o que mais alargará o fosso com os do Norte), se não houver uma partilha equilibrada dos sacrifícios entre as classes média e baixa, de um lado, e as elites económico-financeiras, do outro.

Até agora, os indícios parecem manter-se pouco animadores para os países periféricos, a julgar pelas intransigentes posições alemãs no contexto das negociações sobre a União Bancária.

7. POSICIONAMENTOS EUROPEUS

A exemplo de situações idênticas ocorridas no passado, como já vimos, a Alemanha e a Rússia têm emitido sinais com certa consistência no sentido de os dois países se procurarem apoiar mutuamente. É normal a tomada de posições comuns em aspetos candentes de importantes desenvolvimentos internacionais, como: 1) Moscovo está interessada em continuar a vender energia a Berlim e a conseguir obter dela apoios para reconstruir o seu sistema industrial obsoleto, e

a Alemanha decidiu estabelecer o seu abastecimento energético a partir da Rússia; 2) ambos adotaram a mesma postura quanto às ações a desenvolver para garantir a zona de exclusão aérea na Líbia durante a chamada "primavera árabe" que aí teve lugar; 3) a Alemanha tem-se vindo a opor sistematicamente à definição de uma estratégia energética para a União Europeia; 4) Berlim levou a cabo importantes diligências no sentido de amenizar os problemas que advieram da guerra da Rússia com a Geórgia. Registe-se que os acontecimentos na Ucrânia a propósito da sua opção pró-russa não deixaram indiferente a diplomacia de Berlim, mas provavelmente foi entendido que, na presente situação, é mais vantajoso manter a aproximação a Moscovo do que empenhar-se no controlo da Ucrânia.

Esta aproximação pode vir a ser reforçada como consequência das críticas dos EUA à política económica alemã, que, segundo eles, podem afetar a economia europeia, e, portanto, a economia mundial, e ainda das escutas que a agência de informações norte-americana, a NSA, fez à chanceler alemã, reveladas por Snowden.

No Reino Unido aprofunda-se o antieuropeísmo e já foi anunciado um referendo sobre a continuação do país na União Europeia, com o Partido da Independência (UKIP) a conseguir o apoio crescente do eleitorado.

Nos países nórdicos que pertencem à União (Suécia, Finlândia e Dinamarca), as posições nacionalistas e antieuropeias estão em crescendo.

É bem conhecida a insegurança dos países da Europa do Centro/Leste, com expressão para a Polónia e, de certo modo, para os países bálticos, em relação à Alemanha e à Rússia, o que explica as suas tentativas de envolvimento especial com os EUA em termos de segurança.

Os Estados europeus do Norte têm interesses próprios, mais de cariz continental, bem distintos dos da Europa do Sul, e tendem a negociar com a Rússia, de onde lhes provém a energia. Registe-se que a zona tradicional de influência alemã tem sido o Leste e Sudeste europeu.

Os Estados europeus do Sul da Europa têm os seus interesses mais focados no Mediterrâneo e preocupam-se com a situação que lhes é próxima – do Norte de África, de onde recebem grande parte da energia de que precisam e de onde podem ser objeto de ameaças terroristas e de atos que os privem de abastecimentos energéticos; e do Médio Oriente, que se transformou num barril de pólvora pronto a explodir, de onde podem surgir ameaças de grande dimensão.

Os EUA exercem importante poder de atração sobre o arco marítimo europeu, particularmente por razões estratégicas: Noruega, Holanda e Dinamarca e, até certo ponto, os países bálticos, Reino Unido, Portugal e Espanha, França, Itália, Grécia e Turquia. É conhecida a relação especial do Reino Unido com os EUA e a importância que Portugal, Espanha e os restantes países mediterrânicos dão à sua ligação com os norte-americanos.

A posição da Holanda repercute a posição francesa reforçada com a presidência de François Hollande. Questionando Bruxelas sob a sua autoridade para impor as políticas dos Estados-membros, o presidente francês afirmou, em Maio passado, que a UE não pode ditar a política francesa.

A França encontra-se numa encruzilhada: por um lado, deseja uma relação próxima com o Reino Unido (como demonstra o acordo militar específico que os liga), pois teme o poder alemão e não deseja ser por ele dirigido numa ZE cujos membros sujeitem os orçamentos à vistoria do diretório imperial germânico; mas, por outro lado, encontra-se a braços com uma séria crise, como confirmam a dívida de cerca de 95% do PIB que já a aflige e o seu *rating* em queda.

A questão central reside no facto de a França ser o país-chave para a sobrevivência da UE, pelo que terá um papel muito significativo na sua evolução. Desfazendo-se o tão famoso eixo franco-alemão, esboroar-se-ia a União Europeia.

A este propósito, registe-se:

1) Por um lado, a circunstância de a Frente Nacional (partido da extrema direita francesa) estar a aumentar o seu peso político e a perfilar-se como o maior partido francês. Este partido tem uma posição fortemente antieuropeísta e contra o euro, moeda que considera ser o espartilho que impede o desenvolvimento da França e a sua afirmação como grande potência europeia.
2) Por outro lado, o mais recente inquérito da Pew Research mostra que o sentimento anti-UE dos franceses se encontra em crescendo, já que apenas 41% a defendem, para o que certamente muito contribuiu a Frente Nacional; ao mesmo tempo, participantes da elite pró-Europeia começam a apresentar opiniões surpreendentes, como é o caso de François Heisbourg, da Fundação para a Pesquisa Estratégica, quando publicou um estudo intitulado *O Fim do Sonho Europeu*, no qual afirma que "o euro não poderá

sobreviver a um grau de integração que é politicamente irrealista, e o remédio é o desmantelamento da moeda única para reconstruir a União Europeia com alicerces sólidos".

Ou seja, o aprofundamento da Zona Euro que, aparentemente, se encontra em marcha, tem por si só um grande potencial de fragmentação deste grupo de países com os restantes membros da União Europeia (há pouco mais de uma semana, o ministro das Finanças do Reino Unido afirmava que não haverá futuro para o UK dentro da UE se o caminho de mais integração marginalizar os países que ficaram de fora); acima de tudo, gera condições para a sua própria desintegração se não for invertido a tempo o modo como está a ser feito.

8. A CRISE DAS DÍVIDAS SOBERANAS

Todas estas atrações e repulsões poderão vir a ser potenciadas pelas fraturas acentuadas, pelo modo como a crise das dívidas soberanas está a ser encarada e resolvida, com os ressentimentos e as opções racionais já atrás referidas que, entretanto, se abriram. O que poderá vir a criar soluções políticas que se traduzam em novos realinhamentos geopolíticos diferentes do atual.

No essencial, o que poderá provocar estes realinhamentos centra-se, em primeiro lugar, nos resultados percecionados pelos povos e pelos dirigentes políticos relativos ao que prevalece entre, por um lado, a austeridade e respetivos efeitos negativos sobre a população – desemprego, pobreza, desilusão acerca das vantagens de pertencer à UE e à ZE, insatisfação, desespero, ódio e revolta; e por outro lado, o crescimento económico, aumento do emprego, melhoria do bem-estar e confirmação das vantagens de pertencer à UE e à ZE.

Em segundo lugar, nas convicções que se forem formando e consolidando sobre a reduzida liberdade de ação com que certos Estados-membros da UE e/ou da ZE ficarão depois de se comprometerem com os tratados e com os novos arranjos surgidos em plena crise com o fito de a resolverem. É fundamental que esta questão, afinal a questão da soberania e da independência nacional, tal como cada Estado as interpreta na atualidade, seja ponderada e resolvida com os mecanismos maiores que caracterizam a democracia – o recurso ao voto

popular – para que não surjam tentações de avançar para métodos violentos de contestação.

Um fator capaz de impulsionar estes processos de transformação é a constituição da recente aliança de vários partidos nacionalistas, e a possibilidade de virem a surgir nos países onde não existem (como em Espanha e Portugal), de que se destacam a Frente Nacional francesa, o Partido da Liberdade austríaco, além dos partidos nacionalistas da Bélgica, da Suécia e da Holanda, todos defensores de políticas anti-imigração e eurocéticos. Embora não se organizem operacionalmente em conjunto, uma vez que têm como única bandeira a defesa do interesse nacional (o que os conduz muitas vezes ao chauvinismo, quando não ao populismo e ao caudilhismo), poderão unir-se no Parlamento europeu e provocar a paralisia de decisões importantes para a União Europeia, o que terá certamente o apoio de muitos outros partidos antieuropeus, nomeadamente do britânico – Partido da Independência (UKIP), bem como do Movimento Cinco Estrelas italiano, embora por motivos distintos.

9. PORTUGAL E O QUADRO GEOPOLÍTICO EUROPEU

Podemos considerar três cenários futuros possíveis, do ponto de vista do interesse nacional português, quanto à evolução do quadro geopolítico europeu: 1) o mais desejável, porquanto conseguiria responder mais adequadamente ao que precisamos para alcançar os objetivos que esse interesse prossegue; 2) o menos desejável, pois colocaria em causa os nossos principais objetivos, tanto no domínio da segurança como do bem-estar; 3) e um cenário intermédio que nos criaria dificuldades à prossecução plena dos objetivos nacionais, mas seria suscetível de ser ultrapassado pela salvaguarda do essencial.

Nas condições de grande incerteza quanto ao futuro que vivemos, o primeiro cenário (o mais desejável) para a evolução do quadro geopolítico europeu atual seria a manutenção e reforço dos aspetos positivos que os europeus desejam e em que se encontram a trabalhar: uma NATO poderosa com esforços partilhados proporcionalmente às respetivas capacidades, complementada pela implementação do tratado de comércio dos EUA com a União Europeia; uma UE que crie prosperidade e contribua para a estabilidade no continente, particularmente na

Zona Euro (ZE); e uma CPLP capaz de aprofundar essencialmente os objetivos que a justificam, enunciados no seu ato fundador, sem se imiscuir nos problemas estratégicos próprios de cada um dos seus Estados-membros.

Se as coisas se complicarem, com as tensões a aprofundarem as fraturas ainda em formação e com alguns Estados (e respetivos povos) a adotarem soluções alternativas às situações que veem como injustas mas que foram obrigados a aceitar por não terem outras opções, mesmo que seja só depois de se terem sujeitado a elas, poderão surgir novas geometrias que resultem da desagregação de algumas das atuais, em função das dinâmicas já atrás enunciadas.

Neste segundo cenário, poderemos confrontar-nos com o caso extremo da desintegração da atual ZE seguida do desmantelamento da UE, a que, muito provavelmente, a atual NATO não conseguiria resistir. Poderá resultar da progressiva tomada de consciência do Sul europeu, eventualmente suscitada por sobressaltos de violência no interior dos países que o compõem, de que não poderá continuar submetido ao Norte (leia-se Alemanha), ou mesmo do Norte da Europa que, apesar de retirar vantagens de um imenso Sul que compra os seus produtos e lhe põe à disposição um "exército" de mão-de-obra barata, entende não dever continuar a pagar o seu putativo "desgoverno ou mau governo"; ou poderá surgir como consequência de um acontecimento político relevante interno em algum dos maiores países da União (Alemanha, França, Itália, Espanha, por exemplo), a partir do qual, por efeito de cascata, tudo entra em desmoronamento. Atualmente, a França parece configurar-se como o país europeu cuja situação política interna revela maior probabilidade de se tornar no detonador de um movimento desta natureza, dado o sentido da evolução do posicionamento político dos franceses, com a direita nacionalista a apresentar-se com hipóteses de vencer futuras eleições legislativas ou, pelo menos, ficar bem colocada, conforme já referimos.

Nesta situação, poderia regressar o eixo Germano-Russo à volta destes dois colossos, que agregariam as suas zonas de influência histórica, já que, a despeito do apoio financeiro das fundações dos vários partidos alemães ao recente levantamento contra Viktor Yanukovich, presidente da Ucrânia – o que se insere na disputa tradicional russo-germânico pelo controlo da Ucrânia como eixo das invasões em ambos os sentidos –, apesar destes acontecimentos, não parece que a Alemanha deseje afetar as suas atuais ligações com a Rússia, das quais pode retirar enormes vantagens geopolíticas.

Com uma eventual separação entre a Alemanha e a França, o arco marítimo europeu, desde o Báltico ao Mar Negro poderia ser atraído pelos EUA, constituindo aquilo que se poderia designar por Nova NATO, a que continuariam a pertencer alguns estados da Europa Central que temem a Rússia e a Alemanha.

Finalmente, o terceiro cenário (cenário intermédio), seria resultante da manutenção da UE, com três sub-cenários:

1) No sub-cenário 1, a ZE desapareceria, a NATO mantém-se e a UE deixaria de ter a Zona Euro.
2) No sub-cenário 2, a ZE dividir-se-ia entre uma área Norte da ZEE (núcleo fundador da CEE (Comunidade Económica Europeia), sem a França nem a Itália, e mais a Áustria, e uma área sobrante da ZEE, liderada pela França, cada uma com a sua moeda comum. Neste cenário a NATO e a EU mantêm-se, e a ZE divide-se em duas áreas, a Norte, constituída pelo núcleo fundador, com excepção da França e da Itália, e com a Áustria; e a área Sul, composta pelos restantes países.
3) No sub-cenário 3, a ZE ficaria reduzida ao núcleo fundador da CEE, sem a França nem a Itália, mais a Áustria. A NATO e a UE manter-se-iam, com a ZE reduzida ao núcleo fundador menos a França e a Itália e com a Áustria.

Com expressão gráfica muito bem elaborada, é muito curioso observar o mapa da Europa redesenhado pela *Economist*.[1] É interessante terminar esta apresentação com uma animação que o *Economist* fez, em que se explica por que razão se chega a esta reconfiguração. Agora, vejam e ouçam o modo humorista como a *Economist* justifica este novo mapa: http://www.economist.com/blogs/graphicdetail/2012/05/fantasy-cartography.

(Comunicação apresentada à Classe de Letras
na sessão de 23 de janeiro de 2014)

[1] http://www.economist.com/node/16003661

Mapa 1

Continental drift
1. Netherlands
2. Luxembourg
3. Ruritania
4. Belgium
5. Syldavia
6. Vulgaria
7. Slovakia
8. Slovenia
9. Croatia
10. Moldova
11. Borduria
12. Bosnia
13. Montenegro
14. Macedonia
15. Kosovo
16. Albania
Displaced countries
Fictional countries
Norwegian Sea
SWEDEN
FINLAND
NORWAY
North Sea
SWITZERLAND
Baltic Sea
ESTONIA
LATVIA
LITHUANIA
POLAND
DENMARK
BELARUS
Kaliningrad
IRELAND
Berlin
UKRAINE
CZECH REP.
GERMANY
ATLANTIC OCEAN
RUSSIA
FRANCE
AUSTRIA
HUNGARY
ROMANIA
Bay of Biscay
Venice
SERBIA
ITALY
SCOTLAND
BULGARIA
Black Sea
N. IRELAND
PORTUGAL
SPAIN
Rome
GREECE
TURKEY
"BORDELLO"
WALES
ENGLAND
Mediterranean Sea
Madeira

A propriedade senhorial nas Inquirições dos finais do século XIII. Coutos e honras, quintãs, paços e torres no Entre Minho e Ave[*]

José Augusto de Sottomayor-Pizarro

In memoriam
Marieta Dá-Mesquita[**]

1. INTRODUÇÃO

No *I Congresso Internacional sobre a Casa Nobre – um Património para o Futuro*, já lá vão 6 anos, apresentei como conferência de abertura uma reflexão onde procurava definir as principais características do grupo nobiliárquico ao longo da Idade Média, particularmente quanto à sua dimensão material. Tentava transmitir, a partir dessa espécie de observatório, uma perspectiva objectiva sobre a realidade que, desde o meu ponto de vista, enquadrava a evolução da aristocracia medieval portuguesa – despindo-a assim de fantasias ou de ideais e presunções mais ou menos longínquas de grandeza –, oferecendo desde o início um cenário real e concreto onde ensaiar as análises que os meus colegas tão

[*] Texto originariamente apresentado no III Congresso sobre a Casa Nobre e publicado nas respectivas actas ("A propriedade senhorial nas Inquirições dos finais do *século* XIII. Coutos e honras, quintãs, paços e torres no Entre Minho e Ave", in *3.º Congresso Internacional – Casa Nobre. Um Património para o Futuro. Actas* (2 a 4 de Dezembro de 2011), Arcos de Valdevez, Câmara Municipal, 2013, pp. 86-108), e lido na sessão da Classe de Letras da Academia das Ciências de 13 de Fevereiro de 2014. O texto agora publicado nas *Memórias* reproduz o daquelas actas, salvo algumas actualizações a nível cartográfico e de bibliografia.

[**] Tragicamente desaparecida nas vésperas do III Congresso, Marieta Dá-Mesquita era professora na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa e membro da Comissão Científica dos *Congressos Internacionais Casa Nobre – Um Património para o Futuro*. Como publicamente referi antes da apresentação da comunicação, a sua rara sensibilidade estética e a sua intuitiva compreensão da forma arquitectónica foram sempre oferecidas com generosidade nas inestimáveis reflexões partilhadas nas sessões de trabalho da Comissão Científica; a sua natural discrição e a refinada educação e cultura fizeram da sua companhia um privilégio que os seus amigos recordam com saudade. Inclino-me perante a sua memória, oferecendo-lhe um texto que seguramente ganharia com os seus comentários.

empenhadamente ofereceram durante os agradáveis dias de Congresso passados nos Arcos de Valdevez.[1]

A tentativa de definir a verdadeira escala da nobreza medieval portuguesa, de resto, e necessariamente por comparação com a das suas congéneres peninsulares, espreitando também, em alguns casos, a dos reinos situados para além dos Pirenéus, tem sido o denominador comum das minhas últimas pesquisas, e aquele texto foi mesmo uma das primeiras reflexões sobre o tema.

Indo ao encontro da temática do Congresso, e como então sublinhei, procurei encontrar um fio condutor que me permitisse compreender a evolução e as principais características dos edifícios de habitação da nobreza medieval portuguesa, desde os primórdios da nacionalidade até ao dealbar da construção do império ultramarino. Fui então obrigado a constatar que à paisagem portuguesa faltava um elemento essencial – até pela sua natureza desejavelmente visível –, comum no recorte do horizonte francês, inglês, italiano ou alemão, e também espanhol, ou seja, os castelos e palácios dominadores, amiúde deslumbrantes de grandeza e esplendor, testemunhos materiais do imenso poder que a aristocracia daqueles reinos tinha alcançado ao longo das épocas medieval e moderna.

Pelo contrário, a reduzida dimensão da casa nobre portuguesa, particularmente para os séculos da Idade Média – contivesse ou não elementos defensivos ou fosse estritamente de habitação, estivesse inserida em ambiente rural ou em espaços urbanos, excepção feita a um ou outro paço régio ou episcopal –, revelava uma aristocracia materialmente pouco poderosa. Como então sublinhei, na minha perspectiva essa era uma das provas mais evidentes de como o grupo nobiliárquico assentava em famílias cujo património era pouco extenso e muito fragmentado, fruto da prática de um sistema de partilha hereditária ao longo das gerações, em benefício de todos os descendentes, impossibilitando dessa forma a concentração do poder patrimonial numa única linha ou indivíduo. Só assim, com efeito, ou seja, privilegiando uma única linha de sucessão – preferencialmente a linha primogénita varonil –, teria sido possível acumular um volume patrimonial suficientemente vasto para, também materializado através da construção de casas

[1] José Augusto de Sottomayor-Pizarro, "Da linhagem ao solar. Algumas reflexões sobre a evolução da nobreza – séculos xii a xv (separata de *1.º Congresso Internacional – Casa Nobre. Um Património para o Futuro. Actas*, Arcos de Valdevez, Câmara Municipal, 2007, pp. 3-7.

de morada condignas do seu estatuto, demonstrar de forma inequívoca o seu poder social, político e económico.

Por outro lado, os estudos que posteriormente dediquei à questão da dimensão da nobreza portuguesa, a partir de perspectivas muito variadas, como sejam a verificação da sua efectiva participação na Reconquista ou nas Ordens Militares[2] ou, como é natural, quanto ao património[3], ou ainda quanto às relações entre o poder nobiliárquico e o poder régio[4], por exemplo, mais acentuaram a ideia que já tinha formulado aquando do meu estudo sobre a nobreza dionisina.[5] Ideia que esses trabalhos posteriores reforçaram, isto é, apontando para uma nobreza claramente enfraquecida devido à partilha hereditária do património e que, ao mesmo tempo, sofrera a pressão continuada de uma Coroa precocemente centralizadora e, logo, pouco dada a dádivas patrimoniais generosas.

2. O TESTEMUNHO DAS INQUIRIÇÕES DIONISINAS

A referida partilha patrimonial, verdadeiramente "pulverizadora" dos domínios senhoriais, digamo-lo assim, devido à sucessiva divisão dos bens, geração após geração, transmitidos tanto por via masculina como por via feminina, aparece bem plasmada nos textos das Inquirições régias dos séculos XIII e XIV, alguns

---

[2] José Augusto de Sottomayor-Pizarro, "A participação da nobreza na *Reconquista* e nas Ordens Militares", in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares. 15 a 18 de Fevereiro de 2006* (coord. de Isabel Cristina F. Fernandes), Palmela, Câmara Municipal – GEsOS, 2009, pp. 143-155 (*on-line*: "The participation of the nobility in the reconquest and in the military orders", in *e-Journal of Portuguese History*, vol. 4, n.º 1 (Summer 2006), pp. 1-10).

[3] Idem, "Território, senhores e património", capítulo da *Monografia de Marco de Canaveses* (em co-autoria com Lúcia Maria Cardoso Rosas), Marco de Canaveses, Câmara Municipal, 2009, pp. 81-116; Idem, "Nobreza e território", in *I Congresso Internacional da Rota do Românico (28, 29, 30 de Setembro de 2011). Comunicações* (coord. de Rosário Correia Machado / Rota do Românico), Lousada, Centro de Estudos do Românico e do Território, 2012, pp. 31-35.

[4] Idem, "De e Para Portugal. A circulação de nobres na hispânia medieval (**séculos** xii a xv)", in *Anuario de Estudios Medievales*, vol. 40, n.º 2 (julio-deciembre de 2010), pp. 889-924; Idem, "Conquistar e controlar: o domínio da fronteira como expressão do poder régio em Portugal (séculos xi-xiii)", in *La Historia Peninsular en los Espacios de Frontera: las "Extremaduras Históricas" y la "Transierra" (Siglos xi-xv)* (org. por Francisco García Fitz y Juan Francisco Jiménez), Madrid, Sociedad Española de Estudios Medievales, 2012, pp. 41-65.

[5] Idem, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. II, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família/Universidade Moderna, 1999, pp. 565-592 e 617-622.

deles já há muito publicados.[6] Devidamente avaliados evidenciam com a maior clareza não só a fragilidade dos patrimónios senhoriais como a sua enorme dispersão por vários proprietários – de ambos os géneros, sublinhe-se de novo, o que uma vez mais reforça a minha tese sobre a adopção tardia, em Portugal, do sistema linhagístico.[7]

A referência àqueles inquéritos, por outro lado, permite-me agora referir a base empírica utilizada para este trabalho, sobre a propriedade senhorial do território compreendido entre o rio Minho e o rio Ave no final do século XIII. As primeiras Inquirições Gerais, realizadas por D. Afonso II em 1220, procuraram fazer o levantamento da propriedade régia e dos direitos devidos à Coroa numa área que *grosso modo* correspondia ao arcebispado de Braga, com alguns prolongamentos para sul do rio Ave. Alguns anos depois, foi a vez de o seu filho, D. Afonso III, promover um novo inquérito. As Inquirições Gerais de 1258, porém, não só procederam ao levantamento dos bens e direitos de todo o tipo de proprietários como a área inquirida foi substancialmente mais alargada, abrangendo a maior parte do território situado a norte do rio Douro e a uma parte considerável da Beira Alta e da parte norte da Beira Litoral. Assim, e depois do avô e do pai, foi a vez de D. Dinis promover novas inquirições, instrumento que utilizou por diversas vezes no decurso do seu longo reinado, ao serviço de uma política de reforço do poder régio que conduziu de forma muito intensa e continuada.[8]

As primeiras, efectuadas em 1284 numa área bastante circunscrita, em torno do vale inferior do rio Vouga, tiveram um carácter que se poderia designar como

---

[6] As Inquirições Gerais dos reinados de D. Afonso II e de D. Afonso III, efectuadas em 1220 e em 1258, respectivamente, foram editadas entre 1888 e 1977 – cfr. *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum. Inquisitiones*, vol. I (Fascículos I a IX), Lisboa, Academia das Ciências, 1888-1977.

[7] Bernardo de Vasconcelos e Sousa e José Augusto de Sottomayor-Pizarro, "A Família – estruturas de parentesco e casamento", in *História da Vida Privada em Portugal* (dir. de José Mattoso). Volume I – *A Idade Média* (coord. de Bernardo de Vasconcelos e Sousa), Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, pp. 126-133. Mais recentemente também tive a ocasião de analisar a "cronologia" da utilização do conceito de linhagem – cfr. José Augusto de Sottomayor-Pizarro, "Linhagem e estruturas de parentesco – algumas reflexões", in *Legitimação e Linhagem na Idade Média Peninsular. Homenagem a D. Pedro, Conde de Barcelos* (org. de Georges Martin e José Carlos Ribeiro Miranda), Porto, Estratégias Criativas, 2011, pp. 427-439 (*on-line*: *e-Spania. Revue interdisciplinaire d'*études *hispaniques médiévales*, n.º 11 (2011) – *Légitimation et lignage*.

[8] Sobre a política régia de controlo senhorial durante este reinado, cfr. José Augusto de Sottomayor-Pizarro, *D. Dinis (1261-1325)*, 1.ª ed., Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp. 92-95, 139-160, 176-183 e 189-200.

"exploratório", ou seja, sendo aparentemente muito semelhantes às realizadas pelo pai, em 1258, continham na estrutura do próprio inquérito uma orientação mais claramente dirigida para detectar os eventuais abusos cometidos contra os bens da Coroa. Os protestos que suscitaram quer junto das autoridades episcopais, quer da mais influente nobreza da Corte, a começar pelo próprio irmão do monarca, o Infante D. Afonso, Senhor de Portalegre, levaram D. Dinis a propor em Cortes que se promovesse um novo inquérito, por forma a apurar com rigor o que de direito pertencia a cada um, evitando-se assim a ingerência dos oficiais régios nas terras imunes das instituições da Igreja e da Nobreza.

As Inquirições Gerais de 1288, com as respectivas Sentenças, emitidas pelo tribunal régio em 1290, revelam bem, como em nenhuma das anteriores, esse carácter fragmentário da propriedade senhorial, uma vez que a intenção primeira daquele inquérito foi o de proceder ao levantamento dos bens honrados e isentos de tributação régia, tanto na posse dos senhores laicos como dos eclesiásticos. Julgado a julgado, e freguesia a freguesia, a comissão de inquiridores obteve um quadro bastante fiel da distribuição da propriedade privilegiada desde o rio Minho ao rio Tejo, cobrindo uma área verdadeiramente impressionante, e que coloca esta fonte do final do século XIII entre uma das mais expressivas e importantes de todo o Ocidente Europeu.

Convidado pela Academia das Ciências de Lisboa para dar continuidade a uma "Nova Série" dos *Portugaliae Monumenta Historica*, que contemple a edição das inquirições ainda inéditas dos reinados de D. Dinis e de D. Afonso IV, já foram publicadas, em 2007, as acima referidas Inquirições Gerais de 1284[9], e em 2012 a primeira parte das Inquirições Gerais de 1288 e Sentenças de 1290, prevendo-se para o final de 2015 a publicação da segunda parte. Esse primeiro tomo do volume IV[10] da referida "Nova Série", com mais de 1000 páginas, abarca os inquéritos

[9] *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série.* Volume III – *Inquisitiones. Inquirições Gerais de D. Dinis. 1284* (Introdução, leitura e índices por José Augusto de Sottomayor-Pizarro), Lisboa, Academia das Ciências, 2007 (XX-134 páginas).

[10] Para que o leitor não se sinta um pouco confuso com a sequência dos volumes, esclareça-se que o retomar da publicação dos *Portugaliae Monumenta Historica* começou com a reedição dos nobiliários medievais, correspondendo aos dois primeiros volumes da nova série – *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série. Scriptores.* Volume I – *Livros Velhos de Linhagens* (Editados por Joseph-Maria Piel e José Mattoso) e Volume II (Tomos 1 e 2) – *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro de Barcelos* (Editado por José Mattoso), Lisboa, Academia das Ciências, 1980.

relativos ao território compreendido entre o rio Minho e o rio Ave, o que corresponde sensivelmente aos actuais distritos de Viana do Castelo e de Braga.[11]

A comissão de inquiridores, constituída por D. Pedro Martins, prior do mosteiro de Santa Marinha da Costa, pela parte dos senhores eclesiásticos, por Gonçalo Rodrigues Moreira, cavaleiro, pelos interesses dos fidalgos e, finalmente, em nome do Rei e da Coroa, pelo advogado Domingos Pais de Braga – acompanhados pelo público tabelião de Guimarães, Paio Esteves, responsável pela recolha e registo dos testemunhos –, iniciou o seu périplo a partir de Melgaço, onde se encontravam no início de Agosto, chegando no final desse mês a Ponte de Lima. Não são conhecidas outras datas, mas é facilmente aceitável que o inquérito só terá sido concluído pelos finais do ano ou mesmo já nos primeiros meses de 1289, depois de passarem pelo vale do Tejo, junto à fronteira e se dirigirem aos julgados mais orientais do que é o actual distrito de Coimbra. No início do mês de Novembro de 1290 o tribunal régio emitiu as respectivas *Sentenças*, facto inédito relativamente às inquirições anteriores, procedendo-se de imediato, facto ainda mais notável, às primeiras *Execuções*, ainda em Dezembro, mas sobretudo entre Janeiro e Abril de 1291.[12]

Em termos quantitativos, a referida comissão inquiriu 751 freguesias, agrupadas em 47 unidades jurídico-administrativas (39 julgados e 8 coutos[13]), assim distribuídas:

---

[11] *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série.* Volume IV/1 – *Inquisitiones. Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288. Sentenças de 1290 e Execuções de 1291* (Introdução, leitura e índices por José Augusto de Sottomayor-Pizarro), Lisboa, Academia das Ciências, 2012 – a partir de agora cit. como *PMH-Inq 1288-90*. O tomo 2 do volume IV compreenderá o território correspondente aos distritos do Porto, de Vila Real e de Bragança, e o território situado entre o Douro e o Tejo, com uma grande parte dos distritos de Aveiro, Viseu, Guarda e Castelo Branco, e a parte mais oriental do de Coimbra.

[12] Sobre todos estes aspectos, cfr. *PMH-Inq. 1288-90*, pp. XIV-XXIII.

[13] Como é natural, havia muito mais coutos – nomeadamente monásticos e por isso não se inquiriram –, mas apenas oito configuravam as referidas unidades, podendo até englobar várias freguesias, enquanto os outros podiam coincidir com a totalidade de uma freguesia, ou corresponder apenas a um lugar ou aldeia, etc.

Quadro I – Distribuição de freguesias, coutos e julgados (Inquirições de 1288-1290)

Divisão Judicial-Administrativa	Freguesias	Coutos	Julgados
Entre Minho e Lima	166	0	10
Entre Lima e Cávado	230	3	14
Entre Cávado e **Ave**	355	5	15
Totais	**751**	**8**	**39**

Quanto àquelas unidades, distribuíam-se da seguinte forma: a área compreendida entre o rio Minho e o rio Lima englobava os julgados de Caminha e Cerveira, Froião, Melgaço, Monção, Pena da Rainha, Ponte de Lima, Valadares, Valdevez, Valença e Viana; entre o rio Lima e o rio Cávado localizavam-se os coutos de Correlhã, Domez e Facha, e os julgados de Aguiar de Neiva, Barcelos, Bouro, Entre-Homem-e-Cávado, Geraz do Lima, Lalim, Moure, Neiva, Nóbrega, Penela, Prado, Regalados, Souto e Rebordões, e Vila Chã; finalmente, entre o rio Cávado e o rio Ave encontravam-se os coutos de Pedralva, Rio Covo, Tibães, Várzea e Vimieiro, e os julgados de Braga, Cabeceiras de Basto, Faria, Freitas, Guimarães, Lanhoso, Montelongo, Penafiel de Bastuço, Penafiel da Ribeira de Soaz, Roças, S. João de Rei, Travaçós, Vermoim, Vieira e Vila Boa do Barreiro.

Tendo em conta que as inquirições foram realizadas com a finalidade expressa de apurarem o património honrado e imune, o que de resto ficava bem expresso na questão com que os inquiridores iniciavam a sua missão, perguntando às diversas testemunhas "*se em esta freguisya ha honrra algũua feyta per Rey*" ou "*se em esta freguisya ha cassa de cavaleyro ou de dona que se deffenda per honrra*", pode-se inferir do enorme volume de dados contidos numa fonte, a todos os títulos excepcional, em particular sobre a propriedade senhorial. Por outro lado, e como é evidente, a inquirição revelou imensas situações de usurpação de direitos régios, como também apurou, diga-se desde logo, muitas propriedades legitimamente honradas e imunes, cuja origem remontava a tempos que as testemunhas já não podiam recordar, nem mesmo aquelas muito idosas que testemunhavam pela memória dos próprios avós.

Além disso, há mais dois aspectos que, desde o meu ponto de vista, devem ser devidamente sublinhados. Em primeiro lugar, e quanto às situações de usurpação de direitos régios, nenhum grupo social podia eximir-se a responsabilidades.

Na verdade, as infracções eram perpetradas por todo o tipo de proprietários, mesmo herdadores ou vizinhos de vilas régias, ainda quando, como é óbvio, na maioria dos casos se trate de proprietários do grupo da aristocracia. Em segundo lugar, e creio que esta reflexão deve ser introduzida para matizar alguns juízos de valor excessivamente vulgarizados e que são quase um lugar-comum relativamente ao comportamento da nobreza, na generalidade dos casos muito pouco abonatórios, creio que alguns dos supostos abusos não seriam entendidos de facto como tal; ou seja, muitas das práticas consideradas abusivas e mesmo lesivas para os interesses da Coroa, em 1288, eram assumidas como direitos que legitimamente assistiam aos proprietários, transmitidos consuetudinariamente geração após geração, e que só a "recente" afirmação dos poderes públicos emergentes com a afirmação do poder régio tinham transformado em usurpações e em práticas ilegais e, por isso, como se verificou com as Sentenças de 1290, condenadas pelos juristas da Corte.

Seja como for, e como é evidente, o número impressionante de informações proporcionadas pelas Inquirições de 1288 não podia ter deixado de revelar todo o tipo de ilegalidades que se possam imaginar, umas bastante engenhosas e rebuscadas, outras efectuadas com actos de grande violência, todas, em suma, com prejuízo para a Coroa, como é evidente, mas também contra o património episcopal ou monástico.

Não sendo esta a ocasião adequada para referir alguns desses casos, regista-se apenas o enorme volume de notícias sobre a prática do amádigo, ou seja, a criação de filhos de nobres para honrar o local onde aquela tinha tido lugar, com uma incidência muito particular nos julgados situados entre o Minho e o Lima, fenómeno que me parece merecer uma investigação mais demorada.

3. COUTOS, HONRAS E QUINTÃS ENTRE O MINHO E O AVE

Como se referiu num primeiro momento, a imagem patrimonial que fica depois de uma apreciação conjunta das inquirições, tanto destas, de 1288, como de resto ocorria com as anteriores – quer as de 1220 quer as de 1258, o que significa não ter havido uma alteração significativa –, é a da sua enorme fragmentação. Com efeito, e se nos abstivermos de pensar em alguns coutos monásticos, a

maioria dos patrimónios aristocráticos encontravam-se divididos por numerosíssimas parcelas de pequenas dimensões. É óbvio que aqui ou ali uma linhagem podia deter a totalidade de uma freguesia, ou até de duas – e não virá agora para o caso averiguar se a situação era ou não legal –, mas a sua posse era repartida pelos diferentes membros daquela em simultâneo – "*(…) a hi huum couto de filhos e sobrinhos de Pero Moniz d'Outiz*". Este modelo de grande divisão patrimonial, por outro lado, também acabava por se reproduzir nos bens detidos pelas instituições eclesiásticas, episcopais como monásticas, como reflexo de um património que fora acumulando, ao longo dos anos, através de várias doações pias de proveniência aristocrática.

Seja como for, a verdade é que as Inquirições Gerais de 1288 são um instrumento absolutamente excepcional para compreender a verdadeira dimensão da propriedade nobre nos finais do século XIII e, mais ainda, como funcionavam todos esses senhorios em termos jurisdicionais.

O texto das referidas inquirições também nos revela um quadro de diversificada tipologia de propriedades, desde o mais simples e comum casal até aos extensos coutos monásticos ou catedralícios, englobando diversas freguesias; de igual modo, a nobreza, particularmente algumas famílias mais conhecidas e muito bem implantadas nestes territórios, como os Cunhas ou os Correias, para dar um par de exemplos, possuíam coutos ou honras muito antigos, constituídos por mais de uma freguesia ou por uma simples quintã ou casa de morada com os casais adjacentes.

Na grande maioria dos casos, portanto, o património era sobretudo constituído por alguns casais ou herdades, cuja dimensão seria muito variável, o mesmo acontecendo com as quintãs, relativamente frequentes, mas cuja descrição permite compreender que ali apenas se considerava honrada a casa de morada e pouco mais. Depois, mais expressivos vinham os coutos ou as honras, também com dimensões presumivelmente muito variadas. E, naturalmente com um interesse mais particular para este congresso, alguns paços e torres. Vejamos, em primeiro lugar, alguns números relativos a estas cinco categorias, ainda divididos pelas três áreas consideradas:

Quadro II – Distribuição geográfica e quantitativa (Propriedade senhorial – Tipologias)

Divisão Judicial-Administrativa	Coutos (Mapa 1)	Honras (Mapa 2)	Quintãs (Mapa 3)	Paços (Mapa 4)	Torres (Mapa 5)
Entre Minho e Lima – 166 fgs. (Mapa 6)	24	28	70	9	2
Entre Lima e Cávado – 230 fgs. (Mapa 7)	59	19	87	24	5
Entre Cávado e Ave – 355 fgs. (Mapa 8)	37	51	176	36	7
Total – 751 fgs. (Mapa 9)	**120**	**98**	**333**	**69**	**14**

A diferença do número de freguesias entre os três espaços considerados parece justificar uma evolução quase proporcional desde o rio Minho até ao rio Ave. Como é natural, a cartografia que acompanha estas páginas permite analisar com muito mais rigor toda a diversidade de situações.[14] Só a leitura do texto das inquirições, porém, permitirá compreender todos os detalhes e variações. Creio que o caso dos coutos poderá ser um bom exemplo. Com efeito, a sua simples enumeração não permite compreender a enorme diversidade de situações que a rudeza dos números esconde; parece-me que o quadro seguinte é elucidativo:

Quadro III – Distribuição por proprietários Coutos (Mapa 1)

Divisão Judicial-Administrativa	Nobres	Rei	Sés	O. Mil.	Most.	Paróquia
Entre Minho e Lima	9	1	2	1	10	1
Entre Lima e Cávado	12	2	12	8	24	1
Entre Cávado e Ave	11	0	3	0	20	3
Totais	**32**	**3**	**17**	**9**	**54**	**5**

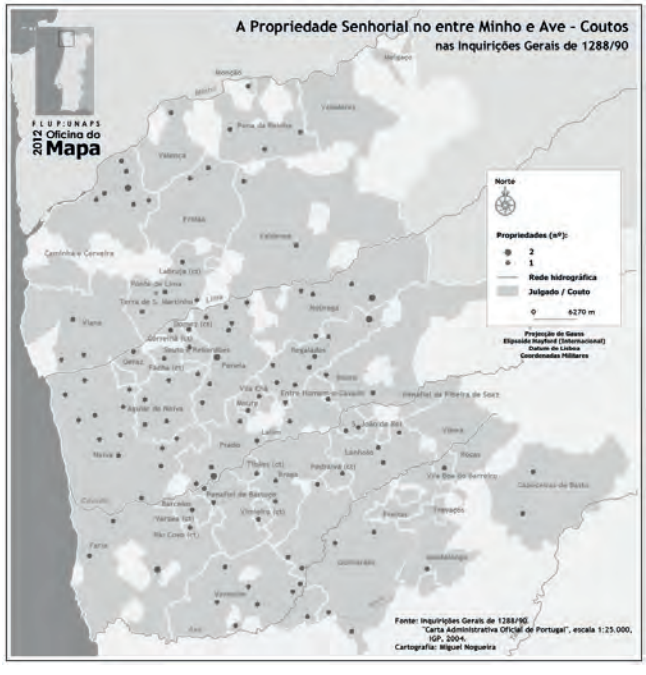
No seu conjunto, os coutos laicos representavam quase 30% da totalidade, números por certo bem significativos e que seguramente deverão surpreender todos quantos ainda pensam que os coutos são apenas eclesiásticos. Por outro lado, creio que se deve fazer aqui um breve comentário quanto ao facto de estarmos

[14] Não posso deixar de exprimir aqui toda a minha gratidão ao Dr. Miguel Nogueira, responsável pela *Oficina do Mapa*, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pelo excepcional trabalho que desenvolveu para a cartografia que acompanha a edição das Inquirições Gerais de 1288, bem como para os mapas que ilustram este texto.

perante um território globalmente homogéneo quer em termos geográficos, quer em termos políticos, como é óbvio, mas não em termos diocesanos. Com efeito, creio que de alguma forma os mapas denunciam o facto de o território situado entre o rio Minho e o rio Lima estar eclesiasticamente enquadrado pelo bispado de Tuy, enquanto o território entre Lima e Ave estar sob a alçada do arcebispado de Braga. De resto, o equilíbrio entre os coutos laicos e os eclesiásticos na parte da diocese de Tuy é bastante claro (10 para 14), ao passo que o desequilíbrio é bastante pronunciado no conjunto dos dois territórios que integram a arquidiocese bracarense (25 para 71). Sou levado a admitir, assim, que o rio Lima, e o território que delimitava setentrionalmente, constituía uma verdadeira fronteira, concentrando-se junto dela boa parte dos coutos referenciados em Entre Lima e Cávado, tal como se percebe uma maior concentração de coutos junto ao rio Minho.

Pelo contrário, e quanto às honras, uma expressiva maioria de 88 % estava nas mãos da nobreza, e mesmo algumas das honras na posse de instituições eclesiásticas, à data das inquirições, tinham sido originariamente daquela e, quase em exclusivo, situadas a sul do rio Cávado.

Mapa 1 – Coutos entre Minho e Ave

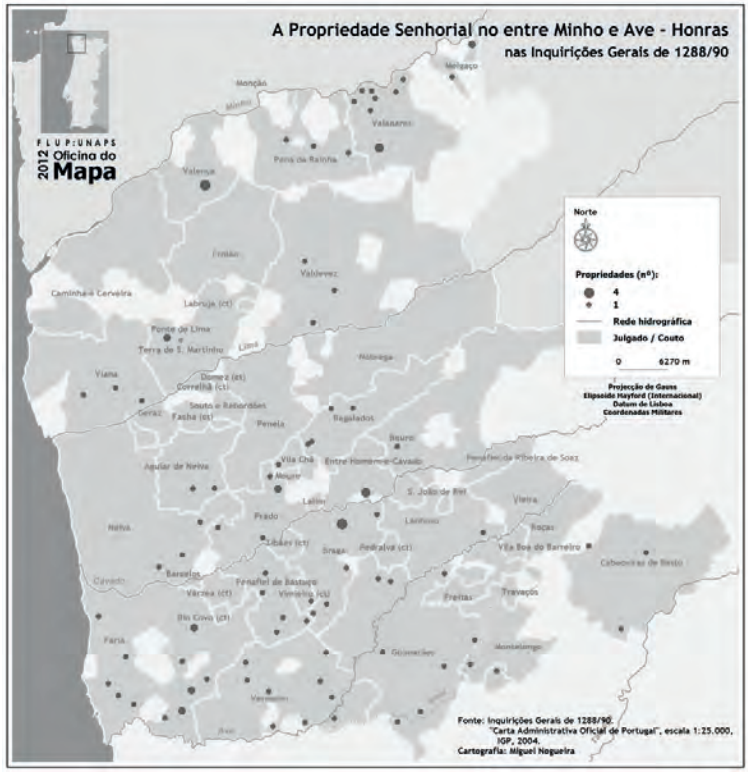


Quadro IV – Distribuição por proprietários
Honras (Mapa 2)

	Nobres	Sés	O. Militares	Mosteiros
Entre Minho e Lima	**27**	**0**	**0**	**1**
Entre Lima e Cávado	**19**	**0**	**0**	**0**
Entre Cávado e Ave	**40**	**4**	**1**	**6**
Totais	**86**	**4**	**1**	**7**

Olhando para o conjunto dos dois mapas, percebe-se que o equilíbrio existente entre o Minho e o Lima desaparece transposto este último rio, com o elevado número de coutos monásticos a impor-se sobre as honras; com menos coutos episcopais e menos mosteiros nas proximidades do coração da arquidiocese, as honras tornam-se claramente maioritárias desde o Cávado até ao Ave.

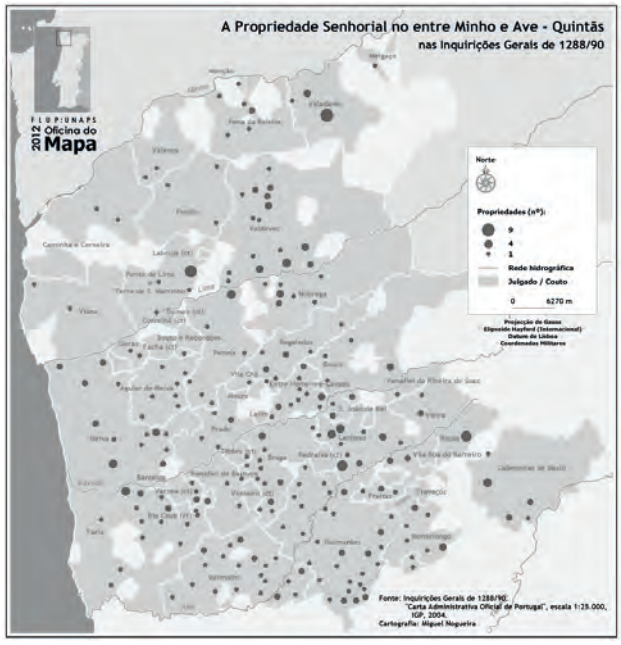
Mapa 2 – Honras entre Minho e Ave



Seja como for, parece evidente um crescimento constante do número de honras de norte para sul, acentuando, por um lado, o maior número de freguesias e, logo, uma maior densidade demográfica e, por outro, e quase como consequência da razão anterior, o maior número de famílias referidas nas Inquirições para sul do rio Lima.

Finalmente, e uma vez que se citou agora a fonte a partir da qual se retiraram todos estes elementos, uma referência às numerosas situações ali relatadas sobre o alargamento ilegal do perímetro original daqueles domínios, tanto coutos como honras, a obrigar as testemunhas inquiridas a exercitarem os seus dotes de memória e avivarem a recordação, própria ou das gerações anteriores sobre as suas delimitações originais. Em suma, oferecendo ao investigador imensos detalhes sobre as antigas confrontações, entre as quais se destacam elementos da maior utilidade para historiadores e para arqueólogos, como sejam velhas estradas e caminhos, pontes, paços, mamoas, castros ou marmoirais.[15]

Mapa 3 – Quintãs entre Minho e Ave



[15] Cfr. José Augusto de Sottomayor-Pizarro, "As inquirições medievais portuguesas (sécs. XIII-XIV). Fontes para o estudo da nobreza e memória arqueológica – Breves apontamentos", in *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, Porto, vol. XII (2013), pp. 275-292.

A propriedade mais numerosa, porém, é a das quintãs, tal como ficou expresso no Quadro II, e como facilmente se percebe pela análise do mapa correspondente.

A perspectiva que transmite é bastante sugestiva, desde logo pela quantidade, mas também pela forma da distribuição. Assim, percebe-se uma larga vantagem para os territórios situados a sul do rio Lima, mas entre estes há uma divisão bastante equilibrada, quer em termos quantitativos, quer quanto à forma como as quintãs se distribuem homogeneamente entre o Lima e o Ave, o litoral e o interior. Entre o Minho e o Lima também ficam bem patentes as manchas concentradas nos julgados de Ponte de Lima e de Valdevez, com um terceiro pólo mais junto ao rio Minho, nos julgados de Valadares e de Pena da Rainha, entre Melgaço e Monção.

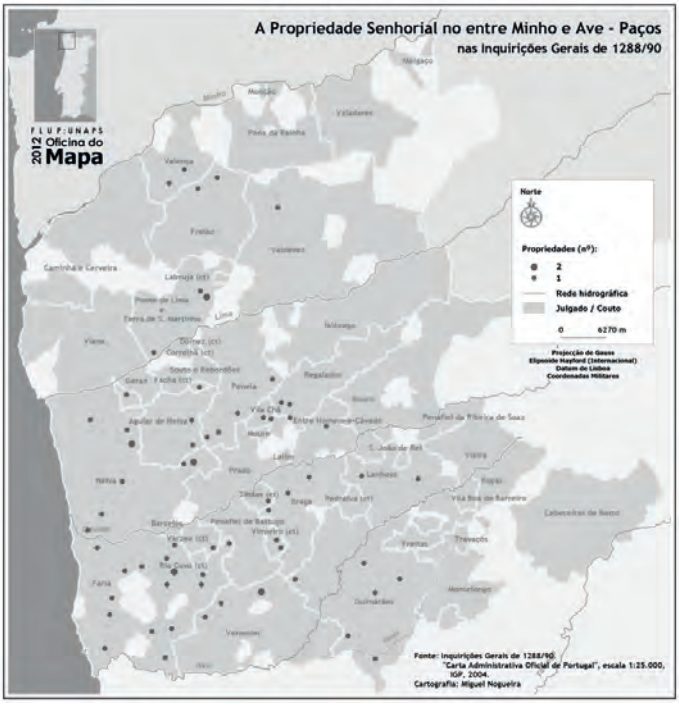
Em relação às quintãs não se justifica um quadro onde se possam analisar algumas diferenças de natureza social ou institucional, uma vez que na sua quase totalidade pertenciam a fidalgos. E mesmo quando pertenciam a membros do Clero percebe-se na maioria dos casos que se tratava de bens familiares; outras, poucas, então na mão de lavradores, tinham outrora pertencido a cavaleiros ou escudeiros que as tinham alienado ou perdido, mas que indevidamente ainda mantinham o estatuto privilegiado dos antigos proprietários. Recorde-se, a este título, a interessante passagem das *Inquirições Gerais de 1288* a propósito de uma situação bem mais frequente do que se poderia imaginar no seio da pequena nobreza regional, mas que não se deve estranhar tendo em conta o que ficou dito nas páginas iniciais deste trabalho, ou seja, a debilidade de muitos patrimónios nobiliárquicos – o caso de duas mulheres que talvez descendessem de fidalgos, mas que então exerciam práticas bem pouco distintas – "*(…) que se defendian per filhas d'algo e sachan e estercan*".

4. PAÇOS E TORRES NO ENTRE MINHO E AVE

Falta apenas analisar brevemente os elementos recolhidos sobre as edificações mais significativas em termos de prestígio social e político, e de importância material e arquitectónica, mas quantitativamente pouco expressivos, sobretudo o das torres.

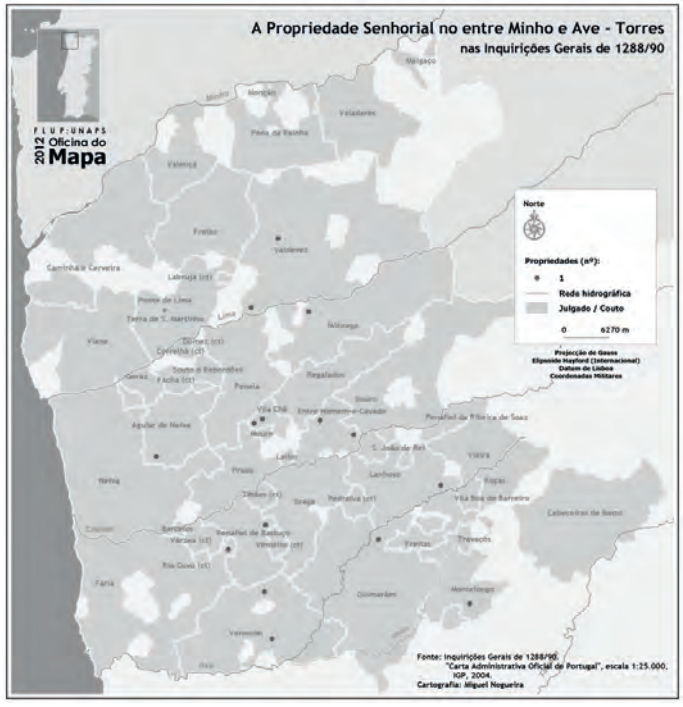
É verdade que a fonte utilizada faz por diversas vezes referência a "*casas de morada*", mas não é possível aquilatar da sua importância e, pelo contrário, a própria expressão leva a admitir que não se trataria de edifícios com especial importância, por oposição àqueles que efectivamente se destacavam sobre os outros – os Paços e as Torres; assim, os números referidos no Quadro II não devem afastar-se muito da realidade, ou seja, 69 paços e 14 torres.

Mapa 4 – Paços entre Minho e Ave



A análise da cartografia, por outro lado, volta a acentuar as habituais diferenças do entre Minho e Lima para os dois espaços a sul, quer o entre Lima e Cávado quer o entre Cávado e Ave, com os dois últimos a concentrar a grande maioria de paços e de torres, com uma distribuição razoavelmente equilibrada entre ambos (vd. Quadro II).

Mapa 5 – Torres entre Minho e Ave



Os detalhes deixados pelas inquirições, por outro lado, e que poderiam ser fundamentais para compreender a estrutura dos edifícios, são infelizmente muito pouco esclarecedores. Claro que sendo essa a sua finalidade, apenas registem a existência do paço e o nome do proprietário:

– "*item disse que a hi huum paaço*" (fg. Calheiros, c. Ponte de Lima).
– "*fez hi huum paaço ora novamente*" (fg. Cepões, c. Ponte de Lima).
– "*ha dous paaços de filhos d'algo*" (fg. Laúndos, c. Póvoa de Varzim).
– "*huum paaço que foy de Martim Lourenço da Cuynha*" (fg. Arcos, c. Vila do Conde).
– "*o paaço que foy de dom Paay Correia o Velho*" (fg. Monte de Fralães, c. Barcelos).
– "*que a hi dous paaços de filhos e netos de Lourenço Fernandez da Cuynha*" (fg. Argivai, c. Póvoa de Varzim).

Outras vezes, e para além dos dados já referidos, acrescentam o nome específico do paço ou como era conhecido habitualmente, havendo por vezes referências um pouco ambíguas:

– "*o paaço que a nome Prença é provado que é onrra*" (fg. Sandiães, c. Ponte de Lima).
– "*a casa que foy de Roy Vicente de Penela que a nome Paaço Vedro*" (fg. Marrancos, c. Vila Verde).
– "*o Paço d'Ayram*" (fg. Airão, c. Guimarães).
– "*ha hi huum paaço que chamam da Fonte que ora he de Pero Soveral*" (fg. Alvelos, c. Barcelos).
– "*disse que a hi dous paaços que chaamam Pereyra e huum deles he paaço velho*" (fg. Pereira, c. Barcelos).
– "*item a quintaa que chamam o Paaço e a casa de Corutello*" (fg. Freixo, c. Ponte de Lima).

Para além da nobreza, como se disse, havia alguns paços que se encontravam nas mãos de outros proprietários, como homens do clero ou do monarca, sendo neste caso particular destinados à estadia do próprio Rei ou do *Tenens*:

– "*ha y huum paaço del Rey de pousa*" (fg. Ginzo [Alvito], c. Barcelos).
– "*e estam y paaços que era pousa del Rey*" (fg. Mondim [Panque], c. Barcelo).
– "*ha hi huum paaço que chamam Paaço da Fonte Maa e disse que he poussa del Rey*" (fg. Fonte Bo, c. Esposende).
– "*ha hi huum paaço do moesteyro de Souto*" (fg. S. Cosme de Lobeira [Atães], c. Guimarães).
– "*que ha hi outra cassa que chama o Paaço da Fonte e he do Arçebispo*" (fg. Adaúfe, c. Braga).

Muito poucas vezes, finalmente, lá acrescentavam algum detalhe mais directo sobre as construções ou o seu estado de conservação:

– "*e em esse couto ha huum paaço derribado (...) que foy feito muy de longe*" (fg. Capareiros [Barroselas], c. Viana do Castelo).

– "*fez hi gran quintaa e muytos paaços*" (fg. S. Adrião de Riba Vizela, c. Vizela).
– "*o logar que chamam o Paaço (...) forom casas dos Condes (...) e levaram ende a pedra*" (vila de Guimarães).
– "*e disse aynda esta testemunha que quando dom Ramiro avya esta cassa nom era senom casa palhaça pequena e depois que a gaanhou dom Joham Lourenço e dom Gomez fezerom grandes paaços*" (fg. Figueiredo, c. Braga).

As poucas referências que se podem recolher, parecem apontar na generalidade dos casos para construções que se destacavam claramente das correntes "*casas de morada*", ainda quando pertenciam a cavaleiros ou genericamente a "*filhos d'algo*", mas que não se devem presumir de escala muito grandiosa; apenas um ou outro, podemos admitir, seriam efectivamente imponentes, ou melhor, "*grandes paaços*", mas deles muito pouco terá chegado aos nossos dias, perdidos os materiais perecíveis, e destruído ou incorporado o restante pelas edificações posteriores.

Finalmente, e quanto às Torres, não há muito a dizer, a não ser esclarecer um detalhe relativo ao Quadro II, onde se registam 14 casos desta tipologia. Na verdade, em todo o texto das Inquirições Gerais de 1288 e das Sentenças de 1290 apenas se referem expressamente duas torres, a de Penegate (j. de Vila Chã) e a de Quintiães (J. de Aguiar de Neiva). A razão pela qual resolvi acrescentar os outros doze casos tem unicamente a ver com o facto de ser muito pouco provável que uma quintã ou um paço se designassem "*da Torre*" sem terem um qualquer elemento arquitectónico que o justificasse. Admito, em minha defesa, que em alguns desses casos os inquiridores não tenham sido suficientemente claros na designação utilizada e que fosse dado mais ênfase à propriedade e não ao edifício de morada que a dominava. Aqui ficam as referências, uma relativa a um paço, nove a quintãs e ainda duas relativas a topónimos[16]:

– "*item ho logar que chamam a Torre som quatro casaaes*" (fg. Brunhais, c. Póvoa de Lanhoso).

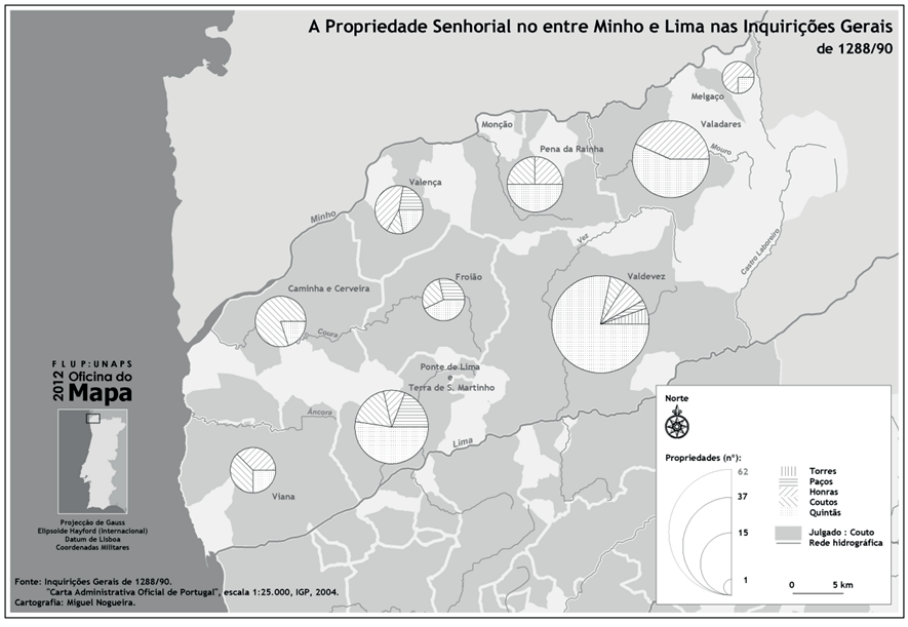
[16] Estas duas últimas referências talvez sejam mais discutíveis, mas aqui ficam como apontamento.

– "*nos logares que chamam Torre e Frexeeiro e dizem de vista e d'ouvida que estes dous logares forom honrrados de vedro*" (fg. Landim, c. Vila Nova de Famalicão).
– "*a hi hua quyntãa que chamam a Torre e foy d'homeens filhos d'algo*" (fg. Dornelas, c. Amares).
– "*a hi hua quintãa que chamam da Torre*" (fg. Rio de Moinhos, c. Arcos de Valdevez).
– "*e a quintaa da Torre que foy dos Magudos*" (fg. Quinchães, c. Fafe).
– "*a quintaa que chamam a Torre*" (fg. São Salvador de Souto, c. Guimarães).
– "*a quintaa que chamam a Torre que he de Gomes Fernandez [do Vale]*"[17] (fg. São Cosme do Vale, j. Vila Nova de Famalicão).
– "*a hi outra quyntãa que chamam a Torre e he d'homeens filhos d'algo*" (fg. Cequiade, c. Barcelos).
– "*a quintaa da Torre*"[18] (fg. Paço Vedro de Magalhães, c. Ponte da Barca).
– "*disse que ha hi huua quintãa de Rodrig' Affomso que a nome Torre de Jolha*" (fg. Santa Maria Madalena de Jolda, c. Arcos de Valdevez).
– "*que a hi huua quyntãa que chamam Torre de Jussãa e disse que foy de Gonçalo Coronel*" (fg. Sequeira, c. Braga).
– "*o paaço que chamam da Torre*" (fg. Nevogilde, c. Vila Verde).

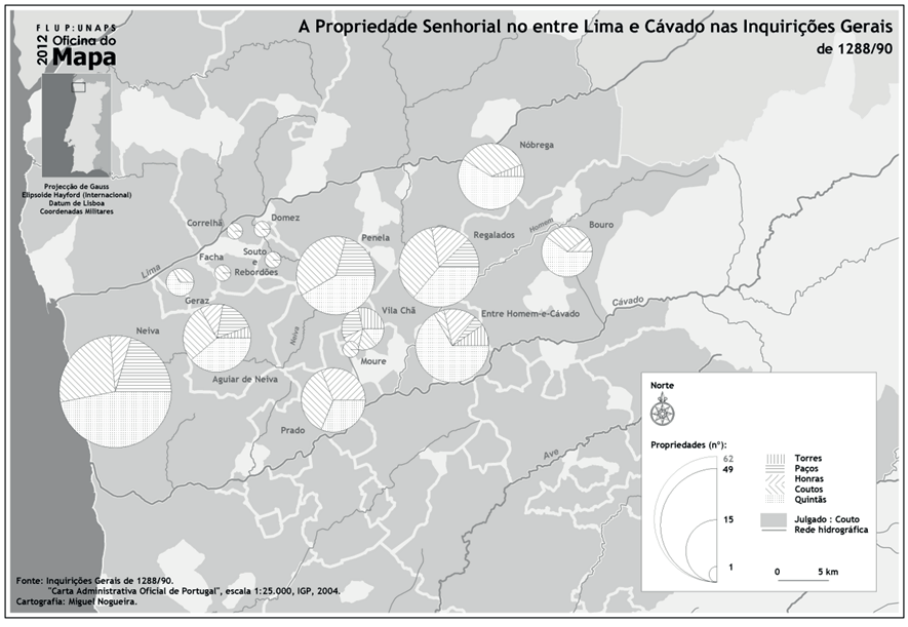
Mesmo sendo as edificações mais importantes encontradas pelos inquiridores, nada ficou nos registos que deixasse transparecer alguma distinção quanto à sua imponência ou história. Por outro lado, e uma vez que se pretendia inventariar os bens honrados, será agora mais fácil datar *a quo* a maioria das torres destes territórios.

[17] Creio que se trata da Torre da família Vale, pelo que admito se tratasse efectivamente de uma torre.
[18] Também suponho que se trataria da torre da família Magalhães.

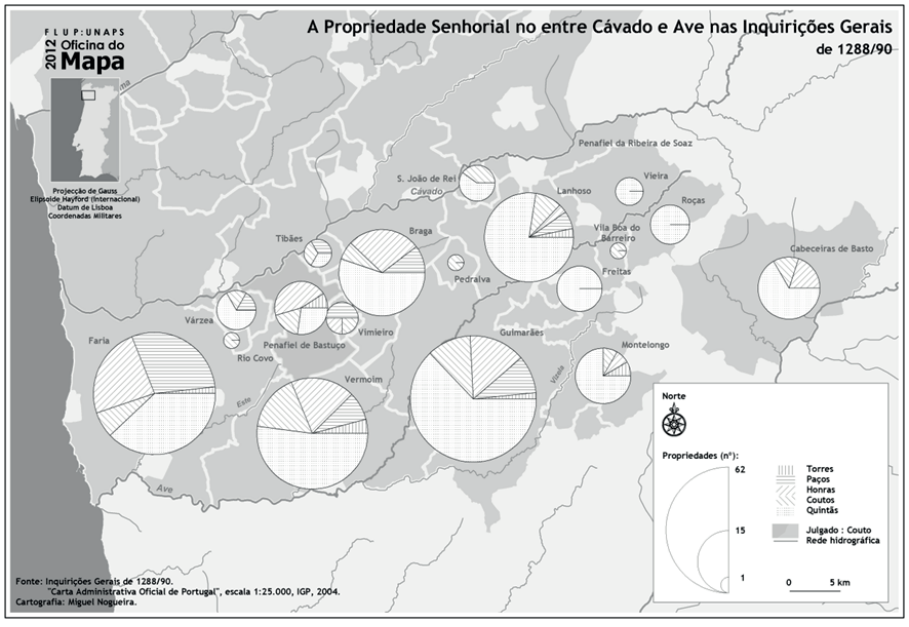
Mapa 6 – A propriedade senhorial entre Minho e Lima



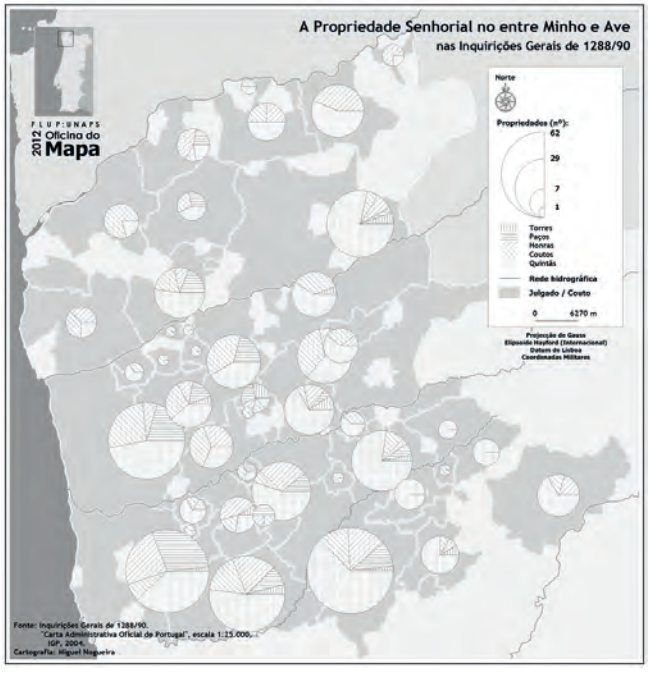
Mapa 7 – A propriedade senhorial entre Lima e Cávado



Mapa 8 – A propriedade senhorial entre Cávado e Ave



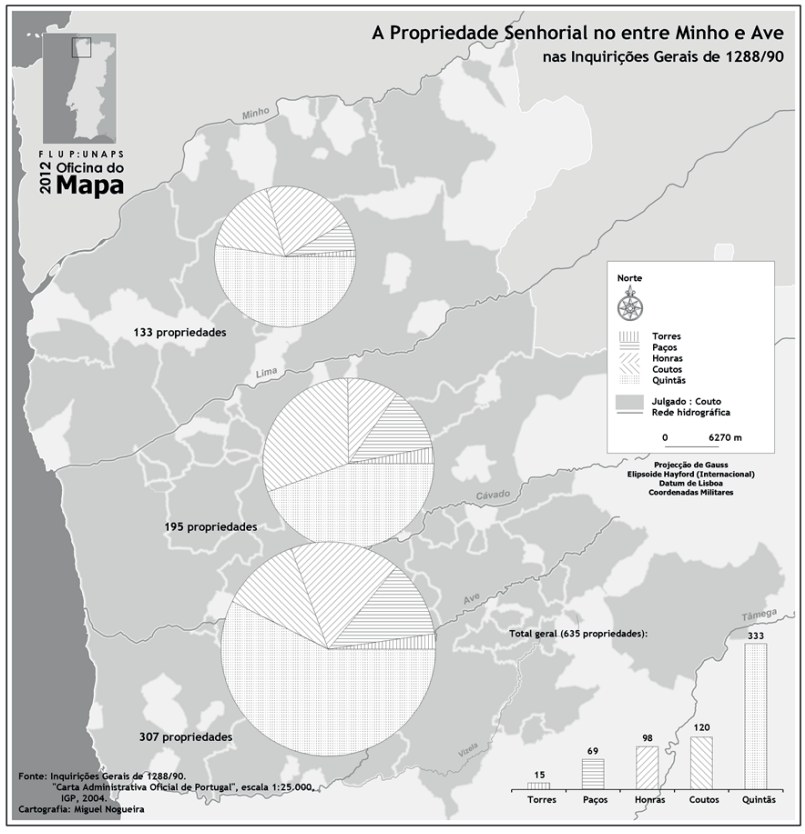
Mapa 9 – A propriedade senhorial entre Minho e Ave



4. CONCLUSÕES

Os quatro mapas que precedem estas linhas finais parecem-me bastante eloquentes. Depois de se terem proposto algumas leituras a partir da cartografia de cada tipo de senhorio e de propriedade, ou das construções de residência mais importantes, pode-se agora, através de uma focagem mais larga em direcção ao entre Minho e Lima, repartido nos três territórios já mais de uma vez enunciados, ganhar novas perspectivas, nomeadamente pela comparação entre coutos e honras, por um lado ou, por outro, o grande volume de quintãs, expressivo em quase todas as localizações e, por fim, os paços e as torres, expressões materiais de maior visibilidade no quadro do património senhorial, mas que se apresentaram de forma bastante tímida e com uma distribuição muito pouco homogénea

Mapa 10 – A propriedade senhorial entre Minho e Ave (Totais)



Neste sentido, os dois últimos mapas tornam-se verdadeiramente ilustrativos daquilo que foi sendo enunciado desde o início. Na verdade, a crueza dos números apenas reforça a sensação que fica após a leitura das Inquirições Gerais de 1288 na perspectiva da propriedade senhorial:

a) Um espaço retalhado por pequenas propriedades – onde aqui e além se destacavam alguns domínios mais extensos, particularmente associados a instituições monásticas ou catedralícias;
b) A grande maioria desses bens encontrava-se partilhada entre diferentes proprietários (irmãos, parentes em vários graus, ou sem ligação que se perceba);
c) Um número bastante significativo de referências a honras e a coutos, muito embora se deva relativizar a importância de muitos deles, apenas integrados por alguns poucos casais;
d) Sem ser notável, ainda assim um número interessante de referências a paços, infelizmente sem qualquer detalhe descritivo.
e) Em contrapartida, creio que o número de torres é bastante mais reduzido do que seria expectável, o que, por outro lado, confirma a datação da maioria das torres que chegaram até aos nossos dias, ou seja, são maioritariamente dos séculos XIV e XV, sobretudo desta última centúria, o que poderá ser explicado pelo facto de os reis portugueses, sobretudo até meados de Trezentos, raramente admitirem a sua construção.

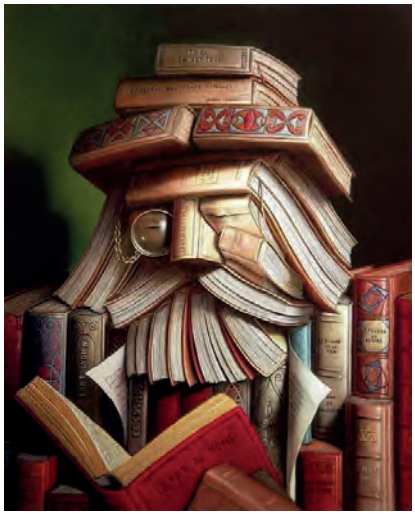
Como voto final, espero que esta análise possa ter servido como um contributo válido para um aprofundamento dos nossos conhecimentos sobre a temática que a todos congrega nesta reunião científica, e que tenha conseguido chamar a atenção para a qualidade excepcional das Inquirições, quer pela sua diversidade tipológica quer pela variedade e número de informações que nos oferece para um melhor conhecimento da sociedade medieval portuguesa.

(Comunicação apresentada à Classe de Letras
na sessão de 13 de fevereiro de 2014)

Viver entre livros, prolongando a invenção da vida

Aires Augusto Nascimento

1. O LIVRO PARA A DISTENSÃO DO ESPÍRITO



Quase não sabemos viver sem estarmos rodeados de livros. Alguns querem-nos, mesmo que seja em suporte digital; outros resistem estoicamente ao engodo da virtualidade – intensiva e invasiva. Compreendemos a uns e a outros: a uns, sobretudo porque lhes faz falta o espaço que os livros ocupam em apartamentos exíguos nas habitações de hoje; a outros, sobretudo, porque é justo reclamar silêncio inventivo, para manter o contacto com os autores que chegam de mansinho – para os ouvirmos, em diálogo sussurrado, recolhidos a sós com cada um deles na sua vez. Guardei, entre os meus papéis, a caricatura do velho *Livreiro* (que é *leitor* compulsivo), criada por alguém, cujo nome não retive, a partir da antigo retrato do *Bibliotecário* executado pela mão do imaginativo quinhentista Giuseppe Arcimboldo – outro imaginou que se tratava de "leitor insaciável durante o pequeno-almoço", como se pode depreender das folhas do jornal que espreita por entre os volumes que se acotovelam na frente do personagem…

Por muito tempo ainda, aos livros haveremos de querê-los concretos e tangíveis, fisicamente e afectivamente – não apenas nas estantes, mas profundamente depositados na alma[1]. Apesar de todos os avanços da tecnologia e de toda a

[1] Fernando Báez, *Los primeros libros de la humanidad. El mundo antes de la imprenta y el mundo electrónico*, Madrid, Fórcola, 2013.

versatilidade trazida pelos últimos produtos digitais, é nos livros de papel que continuamos a rever-nos e nos vamos construindo: habituámo-nos a eles, porque têm dimensões de aconchego e neles prolongamos os nossos afectos e nos sentimos distendidos – de corpo e de alma, para lhes medirmos as dimensões que nos dão a tensão e a respiração dos sentimentos – sabendo, aliás, que pelo menos os livros antigos, feitos de papel de trapo (e não de pasta de celulose), continuam a reagir ao ambiente e levam a ficcionar o que por eles passa[2].

É facto que alguma vez nos deixámos enlear por um fac-símile que imita e recorda a suavidade do pergaminho ou faz sentir o enconchar dos fólios em torno de uma espinha imaginária, ao mesmo tempo que no realce da cor pretende acentuar a beleza das iluminuras espalhadas pelo texto, a estruturar a leitura[3]; alguma vez também chegámos a reconstituir os modos artesanais que passaram pelo papiro, suporte simples e barato da escrita; em exercício académico, fizemos que alguns aprendessem a reconstituir o caderno do códice, segundo tamanhos e proporções favoráveis à leitura, segundo regras convencionais e proporções optimizadas[4].

---

[2] José V. de Pina Martins ficcionou para a posteridade as reacções de um dos seus incunábulos por ele oferecido à Academia das Ciências, para que o número dos que pertenciam à Instituição atingisse o número perfeito de cem: uma tarde em que como Presidente da ACL se demorara nas instalações da Academia, sentiu vozes vindas da Reserva da biblioteca e aproximou-se; era o seu velho livro que lhe queria confidenciar desgosto pelo abandono a que se sentia condenado, pois ali, para onde fora remetido desde que saíra da sua sala de leitura a que se habituara, nenhum académico o visitava… Cf. José Vitorino de Pina Martins, *Histórias de livros para a história do livro*, ed. Aires A. Nascimento, Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 2007, pp. 225-231: "As queixas de um Incunábulo (Veneza, 1475) esquecido e abandonado". Tivemos a ventura de salvar o dactiloscrito deste livro, que, com a concordância de Dona Primola Pina Martins encaminhámos para a Fundação Gulbenkian e cuja edição preparámos de seguida; o livro veio a ser galardoado com Prémio da SPA, que o seu autor ainda recebeu das mãos do Presidente da República, Prof. Aníbal Cavaco Silva, em sessão solene.

[3] Aires A. Nascimento, "Iluminura, um traço distintivo", in *A Torre do Tombo na viragem do século – Catálogo de Exposição*, Lisboa, ANTT, 2000, pp. 29-33.

[4] Hoje voltámos aos tempos antigos, a convite do livro de Irene Vallejo Moreu, *El infinito en un junco,* Ediciones Siruela, Madrid, 2019. Com saudade recordamos os tempos em que um grupo de alunos do Ensino Secundário na Madeira, coordenados por uma aluna que seguia o curso de Língua Latina que nos estava confiado no Centro Universitário da Faculdade de Letras no Funchal, se dedicou a preparar folhas de papiro e se entusiasmou a entender o percurso primitivo do livro na cultura latina: cf. Aires A. Nascimento, "La fabrication du papyrus: une expérience pédagogique et quelques précisions techniques", *Euphrosyne*, 16, 1988, pp. 323-326.

Não obstante as advertências eruditas de Johannes Trithemius (1450-1526)[5], que celebrava a resistência do pergaminho e reagia perante a fragilidade do suporte de papel, é a este que de há séculos ainda nos sentimos vinculados: sendo frágil, faz-nos sentir que à fragilidade da nossa condição humana podemos contrapor o anseio de eternidade, na persistência da memória, multiplicando arcos de espera que sejam pontes de esperança por entre traços de filigrana que deixava a marca do papeleiro[6].

Não lemos o livro por inteiro, de uma só vez, mas precisamos dele para descansar da labuta diária e a ele voltamos para sentir a circulação de cultura entre aqueles com os quais convivemos e nos dilatam os horizontes. Pierre Bayard (a quem devemos o sábio reconhecimento de que por vezes é saudável imaginar o que o livro contém, mesmo sem o lermos) explica que a qualquer momento precisamos do livro para nos sentirmos integrados no mundo que ele representa e que por ele chega até nós se formos capazes de o antecipar[7] – de facto, um livro é tanto mais criativo quando sobre ele lançamos o desejo e o procuramos em leitura inventiva.

Ler é um acto de eleição e de reconfiguração de liberdade própria; por isso, ainda que seja para evitar um bocejo, em simulação de sonolência ou de ironia em algum momento mais baço, temos direito a repetir com Fernando Pessoa: «Ai que prazer não cumprir um dever, ter um livro para ler e não o fazer»[8].

---

[5] Olhando para a fragilidade do papel e para a resistência do pergaminho, Johannes Trithemius (nascido Johann von Heidenberg), perguntava-se, incerto, sobre as vantagens de um e de outro suporte; a possibilidade de obter o segundo a baixo preço abriu caminho para as escolhas e tornar o livro ao alcance de muitos leitores. Em *De laude scriptorum manualium* (1492), escreveu: "O livro impresso é um objecto de papel: em pouco tempo deteriora-se completamente; em contrapartida, o copista que entrega as letras ao pergaminho estende-se a si mesmo e à sua vida por tempos além".

[6] Mais que citar o volume de Charles-Moïse Briquet, *Les filigranes*, Berna, Suter & Lierow, 1888 (de consulta obrigatória, mas insuficiente para os papéis portugueses), deveríamos referir as tentativas por nós feitas para recolher as marcas-de-água em projecto apoiado pela TECNICELPA e pela Biblioteca Nacional de Lisboa…

[7] Cf. Pierre Bayard, *Comment parler des livres que l'on n'a pas lus?*, Paris, Minuit, 2007.

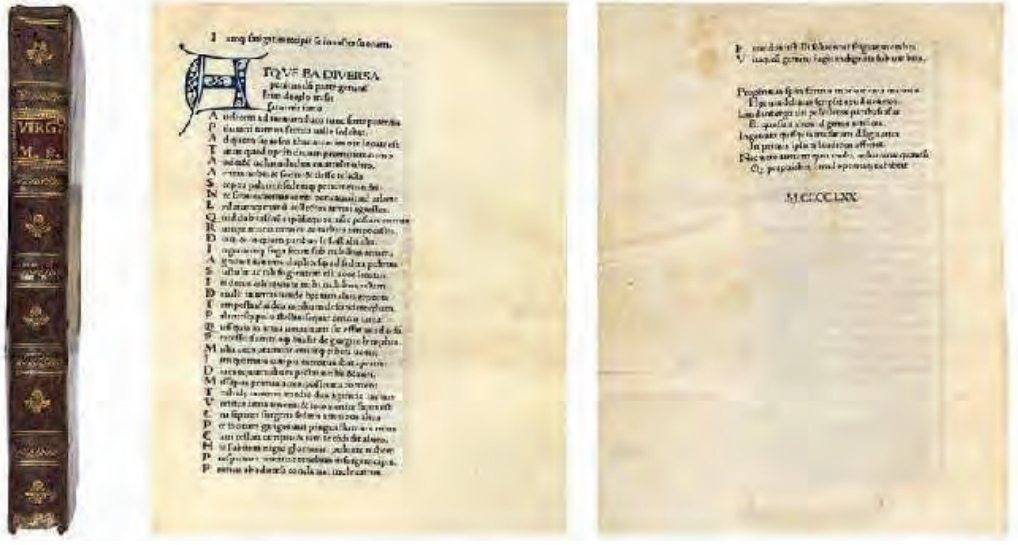
[8] O poeta terá acabado o poema em Março de 1935, como grito de "Liberdade", contra os apertos das Finanças, hostilizando Oliveira Salazar, face visível de um tempo de austeridade; não é essa parte que interessa: *videant consules*, a nós basta-nos ser *lectores in fabula*. Passe a ironia do poeta, o contexto remete-nos para uma reminiscência (menos que citação) de um passo de Salazar que preferia deixar escrever menos para levar a ler melhor, e para outro de Séneca que via quem, por preguiça, deixava empilhar os livros até ao tecto de casa, sem os abrir. Cf. Luís Prista, "O melhor do mundo não são as crianças", *Razões e Emoção. Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mira Mateus*, Ivo Castro e Inês Duarte org., 2 vols. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003, pp. 217-238.

Não lemos por acto espontâneo, mas aprendido, para poder ficar disponível como hábito: a escola tem por função ensinar-nos a ler; no entanto, por vezes esquece que deveria ensinar-nos também a «inventar» o livro, para o desejar, e com isso conviver com o autor. Viver entre livros é criar oportunidade de a eles recorrermos quando necessário.

É por isso que nos obrigamos a não dispensar as bibliotecas e havemos de reclamar que haja nelas o depósito legal para que ao menos em cada região haja uma biblioteca que seja representativa da produção do seu país e da sua cultura, pois a qualquer momento precisaremos de saber onde nos havemos de dirigir para nos situarmos na nossa identidade de tempo e de lugar: não tanto para discutirmos uns conteúdos quaisquer (mais ou menos especializados), mas para convivermos uns com os outros em linguagem comum e em conhecimentos bastantes sobre aquilo que atravessa a nossa cultura.

2. LIVROS DESPERDIÇADOS

Somos uma cultura que, por definição, se vai fazendo com os outros, indo ao encontro deles na memória de um tempo que também é nosso. O livro faz parte do nosso quotidiano – banal, tantas vezes; outras vezes, porém, atravessado por



gestos tão excepcionais que até causam estranheza e chamam a atenção dos mais distraídos. Uma vez ou outra, os apelos são insistentes e não conseguimos resistir-lhes, embora seja silenciosa a sua voz; outras vezes, só damos por eles quando essa voz partiu para longe ou daí regressa, a lembrar que outrem se enamorou deles e eles tomaram caminhos que só serão nossos se nos resolvermos a sair à procura deles, no outro lado do mundo.

Seja um caso, embora de exemplar tenha pouco. A 12 de Julho de 2013, numa sessão da Christie's, em Londres, foi licitado um exemplar de uma edição de Vergílio; procedia de Portugal onde era nada menos que o único exemplar conhecido de uma vetusta edição veneziana de 1470, de que se conhecem apenas uns vinte e cinco testemunhos espalhados pelo mundo. Por se tratar de incunábulo, seria obrigatório, por disposição conhecida, tratar cada um desses testemunhos como caso único e a estudá-lo como tal: com os meios que hoje estão disponíveis, a cada possuidor compete assumir para si o estudo individualizado do suporte material e a partilhar com outros interessados as particularidades que a si couber identificar; alienar qualquer dos testemunhos conhecidos equivale a viver fora da comunidade de leitura e de estudo[9].

No acto de leilão, o exemplar atingiu a soma de £1,181,875, ou $1,848,453: a raridade da edição justificava a soma paga pelo incunábulo e a Universidade de Princeton adregou encontrar meios para o adquirir com o intuito de o integrar na sua colecção vergiliana, onde fica entre mais de 300 edições diferentes (umas 332, ao todo, se a nossa contagem bate certa).

A saída do exemplar de Portugal, para ser transacionado, foi autorizada segundo as regras de lei: tudo em regra, mas tudo com um critério falível e contestável – o da legitimidade de um proprietário vender o que lhe pertence… Questão discutível e pertinente é se deveriam ser respeitados outros critérios, pois ninguém é senhor do tempo e ele conta para os valores em causa: no caso concreto, não clamaremos por escândalo, mas, em boa consciência, seremos

[9] O exemplar em questão saíra de Portugal, com as licenças formalmente em regra, a fim de ser submetido a venda pública; acabava-se ali uma pendência que fora suscitada em divisão de bens de família submetida a tribunal. Gostaríamos de conhecer a história do exemplar, pois pertenceu a uma família de Évora; a edição, por muito rara que seja, devia também dizer alguma coisa da sua passagem pelos nossos meios; tratava-se de Publius Vergilius Maro, *Opera* (*Bucolica*, *Georgica*, *Aeneis*, cum argumentis), Veneza, Vindelinus de Spira, 1470: consta das colecções da Princeton, VRG 2945 1470q.

levados a perguntar que sentido fazia reter uma espécie bibliográfica pela qual, ao longo de anos, nunca se havia manifestado qualquer interesse (que se saiba) e da qual nem a família a que pertencia guardava memória de uso ou de estudo…; integrado numa colecção e estudado em comparação com exemplares do mesmo impressor ou com edições de outros impressores servirá para alargar conhecimentos que interessam à cultura vergiliana, à qual pertencemos como colectividade[10]. Desperdiçámos o que nunca havíamos valorizado. Talvez agora lamentemos a sua perda: será consolação nossa que outros fiquem com a possibilidade de prestarem atenção a algo que andava perdido e agora encontra ambiente propício a estudo; algum dia saberemos, porventura, que passou por mãos de humanistas portugueses do século XV[11].

O LIVRO PARTILHADO

A história do livro em Portugal tem aspectos menos conhecidos; apesar dos contributos trazidos por alguns estudiosos, estamos longe de fixar linhas de continuidade e de as integrarmos de modo activo.

A figura de José V. de Pina Martins nunca será por demais celebrada pelo que lhe devemos no domínio do livro impresso. Para a história do livro entre nós, havemos de considerar singular a recuperação por ele feita de um documento que nos leva aos tempos em que a própria biblioteca do rei D. Afonso V se abria para permitir o acesso aos livros da biblioteca régia. Passou desapercebido esse documento e corria o risco de rumar ao estrangeiro se sobre ele não tivesse caído

[10] Quanto mais chegado ao tempo da publicação fosse a sua presença na família, maior seria o valor informativo: os nossos humanistas que andaram por Itália (como eram os filhos de João Teixeira, alunos de Ângelo Policiano) não terão deixado de estar atentos às edições de clássicos que ali iam sendo trazidas a público pela imprensa de Veneza.

[11] Para quem goste de saber, diremos que a colecção vergiliana da Universidade de Princeton se deve a Junius Spencer Morgan (1867-1932), sobrinho de John Pierpont Morgan, homem da finança norte-americana. J. S. Morgan começou a colecionar edições de Vergílio e entregou à Universidade de Princeton essa colecção, avaliada em $50,000 em Dezembro de 1896, continuando a alimentá-la até três meses antes da sua morte, em que entregou um edição da Eneida, publicada por Wolfgang Stoeckel em Leipzig em 1511. Segundo registos divulgados em anos passados, a Biblioteca da Univ. Princeton acolhia 1 346 edições das obras completas de Vergílio, 34 das quais eram incunábulos; em tradução, tinha exemplares em inglês, francês, italiano, espanhol, dinamarquês, alemão, polaco, português, checo, grego, romeno e húngaro.

o olhar perspicaz desse homem de livros e de cultura: entendeu ele a importância do documento e comprou-o a expensas próprias, sem oposição de outros pela veneração que a todos ele merecia.

No enlevo da aquisição, Pina Martins entendeu que o monarca instituíra uma biblioteca de acesso público. Não seremos tão afoitos, mas a questão deve ser posta, ainda que como hipótese de trabalho[12]. Vale a pena atender ao teor do documento: em 1462, o rei concede ao seu conde palatino[13] a isenção de pagamento de taxa de empréstimo de um *Espéculo* que aquele nobre queria pedir à biblioteca régia[14]. Diz tal documento:

Nós El Rey fazemos saber a quantos este nosso alvará virem que nós fazemos mereçee ao presidente conde pallatino do nosso comselho do nosso livro que se chama Especullo que teemos em a nossa livraria em a cidade de Lixboa. E porem mandamos a Gomez Eanes D'Azurara, nosso cavaleiro e comemdador do Pinheiro Gramde e da Granja e nosso canonista [por *cronista*] que da dicta livraria tem carreguo que lho emtregue loguo tanto que lhe este nosso alvará for apresentado, sem embarguo alguũ que a ello ponha. Do qual alvará queremos que nom pague chamcellaria alguũa, posto que tenhamos hordenado que nehuũ

[12] A questão a dirimir é a própria concepção de biblioteca mediante a determinação das suas funções; hoje tomamo-la como "sistema de recolha, organização, tratamento, prestação e utilização de informações e documentos, constituído por vários serviços que interagem entre si e todos em concatenação para um fim cultural, que é o da disponibilização de conhecimentos difundidos dentro de uma comunidade textual". Cf. Giovanni Solimine, *Introduzione allo studio della Biblioteconomia. Riflessioni e documenti*, Manziana, Vecchiarelli, 1995, p. 208.

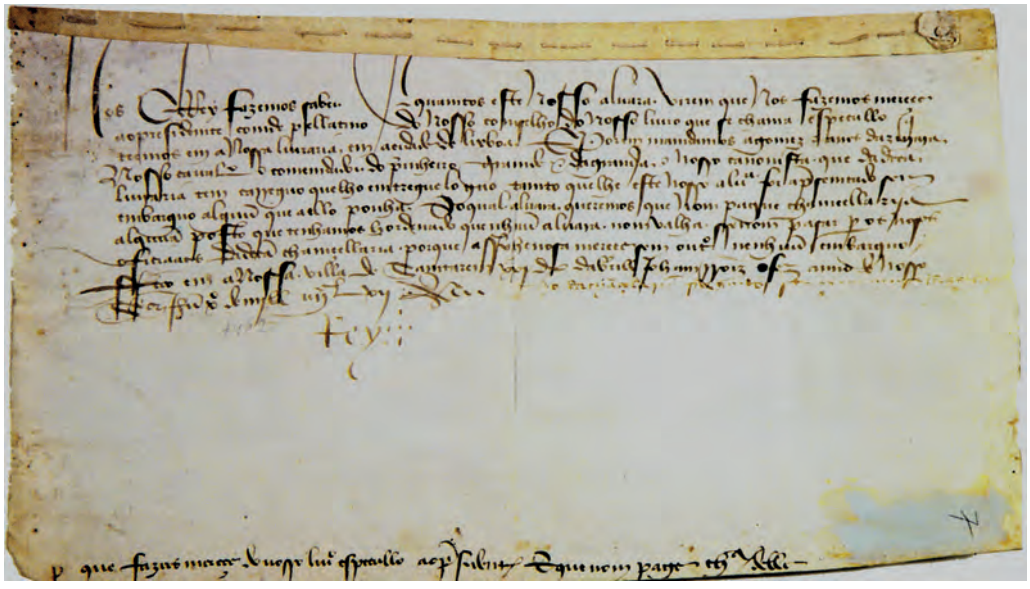
[13] O Conde Palatino era Rui Gomes de Alvarenga, que tinha o privilégio de soberania delegada no que respeitava à Administração do Reino e à Justiça; era doutor em Leis, presidente da Casa da Suplicação (em 24 de Junho de 1452), fidalgo do Conselho dos reis D. João I, D. Duarte, chanceler-mor e D. Afonso V (confirmado a 10 de Agosto de 1463); foi embaixador a várias cortes estrangeiras, nomeadamente a Castela em 1424, e alcaide-mor de Torres Vedras. Está sepultado com sua mulher em túmulo, em estilo gótico, na igreja da Graça, em Lisboa; aí se pode ler: "Aqui jaz o muito prezado Senhor Ruy Gomez de Alvarenga Presidente e Chanceler Mor do Conselho dos muito excelentes príncipes El-Rei D. Duarte El-Rei D. Afonso V: filho do muito honrado Senhor Gomez Moniz de Vasconcelos, Chanceler Mor do Conselho do muito poderoso Rey D. João I filho da muito nobre virtuosa Senhora Catarina Teixeira, camareira mor da muito excelente Princesa a Infante Dona Isabel Duquesa de Borgonha: finouse a xxbiij de Agosto de 1473".

[14] A identificação do livro em causa pode causar dúvidas; apesar de tudo, não será descabido presumir que se possa tratar de obra atribuída ao rei D. Afonso X, o Sábio e conhecido também como "Libro del fuero" ou "Libro del espejo de Derecho", que tinha sido distribuído pelos concelhos a partir de 1255, numa demonstração da sua pretensão ao título imperial; terá esse livro servido de base para as *Sete Partidas*: temos em nossa posse a edição realizada por Robert A. MacDonald, *Espéculo – Texto jurídico atribuído al Rey de Castilla Don Alfonso X, el Sabio*, Madison, Univ. de Richmond, 1990.

alvará nom valha, ssenom pagar per os nosos oficiaaes da dicta chancellaria, porque assi he nosa mereçee sem outro nehuũ embarguo. Fecto em a nossa villa de Samtarem xxiv d'abrill. Joham Rroiz o fez anno de Nosso Senhor Jhesu X.º de mill iiii.c lxii. ….

Rey.

Per que fazas merçee do nosso livro Especullo ao presidente. E que nom pag[u]e chamcellaria delle.



É solene o enunciado do protocolo, pois era raro fazer o empréstimo de um livro. Durante muito tempo, o livro não era um bem quotidiano: mesmo os monges, que proclamavam conformar-se com o voto de pobreza, não se permitiam emprestar um livro sem reclamarem um penhor e sem exigirem a sua devolução[15]. É que o livro era caro e era um bem tanto mais difícil de substituir quanto não abundavam os artesãos que fossem capazes de o fabricar ou de o

[15] Por serem escassos os inventários de tempos mais recuados, vale a pena tomar em conta o que recuperámos ainda a tempo: Aires A. Nascimento, "Livros e claustro em Portugal no séc. XIII: o inventário de S. Vicente de Lisboa", *Didaskalia*, 15, 1985, pp. 229-242 (reajustado em *Ler contra o Tempo: Condições dos Textos na Cultura Portuguesa (Recolha de Estudos em Hora de Vésperas)*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 2012, 1.º tomo, pp. 225-236).

repor; a singularidade não se ficava pela materialidade, mas estendia-se ao seu conteúdo.

Por isso o livro era um tesouro. Em tempos adiantados da Idade Média, os livros e as bibliotecas tornaram-se manifestação de grandeza e poder: ficavam distantes, mas colocados a distância, em todos os tempos, houve quem os tomou como deleite de alma e expressão de cultura cada vez mais necessária para integrar no governo e na administração dos Estados.

Afonso V herdara certamente a biblioteca de seu pai[16] e não lhe escapava provavelmente a biblioteca de seus tios, nomeadamente os Infantes D. Pedro e D. Fernando, nem se esqueceria ele dos cuidados com os livros que mantinha sua tia, a Duquesa da Borgonha, Dona Isabel[17]; no entanto, não se coibiu de desfazer-se de uma versão espanhola de uma Bíblia que provavelmente entrara em sua casa pela mão de algum israelita errante em leituras piedosas e por isso menos atreito a guardar o que outro cobiçava (a origem era judaica é certa, como atesta o Megil.lat Antiochus)[18].

---

[16] Não temos notícia certa da posse da biblioteca de D. Duarte por parte de D. Afonso V, mas havemos de admitir tal situação, embora não haja referências a isso, quanto à composição dessa livraria, de que não temos possivelmente mais que o elenco da "livraria mais chegada / de mão", cf. Aires A. Nascimento, "As livrarias dos Príncipes de Avis", *Ler contra o tempo…*, pp. 249-267.

[17] Vale a pena recordar que Filipe, o Bom, marido de Dona Isabel, tinha bibliotecas em várias cidades dos seus domínios: em Dijon, testemunham-no três inventários; por 1430, tinha bibliotecas em Gand, Bruges, Bruxelas, mas, após ter reunidos as várias províncias, concentrou as bibliotecas em Bruxelas, num total de 1804 manuscritos. A sorte da biblioteca sofreu as vicissitudes da sucessão. Cf. *La librairie des ducs de Bourgogne. Manuscrits conservés à la Bibliothèque royale de Belgique*, dir. Bernard Bousmanne, Tania Van Hemelryck e Céline Van Hoorebeeck, Turnhout, Brepols, 2000; Monique Sommé, *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne: Une femme au pouvoir au XV^e siècle*. (Histoire et Civilisations.) Villeneuve d'Ascq (Nord): Presses Universitaires du Septentrion, 1998.

[18] Cf. Gemma Avenoza, *La Biblia de Ajuda y la Megil.lat Antiochus en romance*, Madrid, CSIC, 2001; Ead., *Biblias Castellanas Medievales*, San Millán de la Cogolla, cilengua, 2011. O cólofon do manuscrito da Ajuda, 52-XIII-1 é explícito: "Esta Biblia fue del Rey dom Afomso que Deus aja e deo-lha a Pero Bentez e Pero Bentez a vendeo a Diogo Rodriguez, almoxarife da sisa judiega, e elle a vendeo a min, mestre Fernando por seys cruzados. E costou me de çulfar e emquadernar e iluminar a primera folha quattrocemtos reais etc." Acompanhámos o estudo da referida investigadora, desde o tempo em que nos procurou para formação codicológica; a ela confiámos o estudo que nós não tínhamos ensejo de levar a cabo e ela prolongou por dez anos de investigação. Entendemos que há boas razões para considerar que Mestre Fernando era físico / médico da corte de D. Afonso V; por vias desconhecidas, o manuscrito regressaria à Biblioteca Real; sugerimos que terá sido pela recuperação feita por D. Teotónio de Bragança, quando arcebispo de Évora. A hipótese de ter andado no círculo de Dom Isaac Abravanel (cf. Benzion Netanyahu, *Dom Isaac Abravanel*, trad. Isaías Hipólito, Coimbra, Tenacitas, 2012) não parece plausível, a não ser pela proximidade que ligava Abravanel à Casa de Bragança, coisa que se tornara suspeita ao rei D. João II.

Situemos o documento. Pelo teor dele, o rei D. Afonso V dá instruções a Gomes Eanes de Azurara, para emprestar um livro da biblioteca régia; o cronista entrara ao serviço de guarda da Torre do Tombo, segundo se colhe da carta de sua nomeação passada a 6 de Junho de 1454; acumulara Zurara também as funções de bibliotecário da livraria régia, fundada por aquele monarca, segundo nos informa mestre Mateus Pisano.[19] Ao contrário do que poderia deduzir-se da expressão deste humanista italiano (que viera a Portugal para escrever crónicas das coisas portuguesas, conforme diz o próprio Azurara no capítulo II da *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes*), o rei não abria mão dos seus livros indiscriminadamente ou sem penhor de garantia: no caso, a excepção é feita em favor do doutor Rui Gomes de Alvarenga, presidente da Casa da Suplicação e Conde palatino.

A biblioteca fora criada anos antes, possivelmente em 1 de Janeiro de 1448, quando o rei traçou o seu projecto para o paço da Alcáçova; em 1450, já a biblioteca estava instalada, como se depreende de pagamento ao carpinteiro Simão "de feitio de duas mesas que fez pera a cassa honde está a nossa livraria". Gomes Eanes de Azurara aparece mencionado como responsável pela livraria, em 1451, e, anos mais tarde, em 1460, o Condestável D. Pedro, em carta a ele dirigida, mostra saber que o rei (seu sobrinho e cunhado) se deslocava a esse lugar[20].

Seria pública a biblioteca do rei D. Afonso V? Não há razões para o afirmar e pode pôr-se em dúvida que assim fosse, quando a leitura parecia restrita até pela carestia de livros e pela falta de escolas que os reclamassem.

Efectivamente, a abertura de bibliotecas públicas tem um começo auspicioso na Europa, em meados do século XV. Só em 1475 seria oficialmente fundada a

---

[19] Mateus Pisano, *Gesta illustrissimi regis Iohannis De bello Septensi*, ed. José Corrêa da Serra, in *Collecção de livros inéditos de História Portugueza, dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V, e D. João II*, Lisboa, Academia das Ciências, 1790, p. 27, refere-se a Gomes Eanes de Zurara como curador da biblioteca do Afonso V: "Hic bibliothecam Alphonsi quinti, cuius curam gessit, strenue disposuit atque ornauit, omnesque scripturas Regni prius confusas mirum in modum digessit, & ita digessit ut ea, quibus Regi & caeteris Regni proceribus opus est, confestim discernantur: viros etiam eruditos summe coluit, atque nimio charitatis amore complexus est, quibus ut profecissent ex Regia bibliotheca libros, si parebant, libenter commodavit." Em tradução: "Teve ele a seu cuidado a biblioteca de Afonso V e empregou todas as forças a organizá-la e a dignificá-la; a toda a documentação do reino que andava antes desordenada deu-lhe um tratamento de causar a maior admiração e tal foi o modo como o fez que tudo aquilo que o rei ou qualquer nobre do reino necessitassem de imediato se dava com ele. Manifestou o maior apreço por homens de saber e tratou-os com as maiores provas de estima e afecto real, sempre que aí se apresentavam".

[20] Cf. Saul António Gomes, *D. Afonso V*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp. 151 ss.: "A livraria real".

Biblioteca Vaticana, por Sixto IV; no entanto, já em 1451, o Papa Nicolau V abrira aos eruditos a consulta da sua biblioteca que recolhia mais de um milhar de códices. Pela mesma altura, em 1452, a Biblioteca Malatestiana de Cesena, nas imediações de Ravena, abre as suas portas aos cidadãos da cidade e constituía para ela uma administração cívica comunal combinada com a patronal do respectivo convento (dos Franciscanos)[21].

Ora, há diferenças substanciais entre a biblioteca dos Malatesta e a de Afonso V: a malatestiana era dotada de verbas para aquisições (200 ducados anuais), tinha inspecção comunal sobre os livros que eram colocados cada mês à disposição dos leitores nas estantes (com livros encadeados para não serem deslocados, mas também protegidos por excomunhão para quem os extraviasse ou os retirasse sem autorização prévia). Entrava-se assim num novo modelo de biblioteca, caracterizadamente pública, porque sujeita a entidade comunitária que zelava pela sua conservação e integridade, mediante a nomeação de um responsável que era o bibliotecário.

Não é o caso da biblioteca de D. Afonso V: por contraposição, entendemos que esta era biblioteca privada (régia) que o rei consentia em abrir a leituras de outros, sob a autoridade de um encarregado, o cronista Gomes Eanes de Zurara.

4. O LIVRO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM, QUE A ESCOLA DEVIA ENSINAR A LER.

Pierre Bayard, que escreveu sobre «como falar dos livros que nunca lemos»[22], defendeu também que «a escola deveria ensinar a diferença entre ler e viver com os livros», pois «ela apenas nos ensina uma única maneira de ler – da primeira à

[21] A biblioteca Malatestiana (do nome do príncipe, Domenico Malatesta, Senhor de Cesena) era radicalmente uma biblioteca monástica que os frades franciscanos, mas por decisão senhorial passa ao serviço comunal; por reconhecerem que a quantidade de livros que tinham ao seu dispor ultrapassava as suas necessidades, os Franciscanos aceitaram abrir aos habitantes da comuna, por acordo com o príncipe local; ou seja, mediante obras de ajustamento realizadas pelo arquitecto Matteo Nuti de Fano, em 1452, abria-a a Biblioteca ao serviço da comunidade.

[22] Pierre Bayard, *Comment parler des livres que l'on n'a pas lus*, Paris, Minuit, 2007.

última linha», quando lhe devia pertencer sobretudo «não tanto formar leitores passivos, mas explicar que ler não significa soletrar, mas criar»[23].

A ler devia ensinar a escola: não apenas a soletrar, mas sobretudo a acompanhar a vida pelos olhos e pela palavra de um autor, como se espera que faça quem vai a um museu para contemplar um quadro. Em algum momento nos detivemos a examinar o cânone dos autores[24] preferidos pela escola e tentamos para isso verificar os títulos das suas bibliotecas[25]. À falta de uma sistematização, apresento apenas um caso que terá surpreendido pelo modo como recentemente foi trazido a público.

Em 12 de Fevereiro de 2013, a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra propôs-se celebrar 500 anos das bibliotecas universitárias portuguesas. Aos mais habituados a ocuparem-se do tema, tal celebração causava alguma estranheza, a começar pelo Prof. Manuel Augusto Rodrigues, com quem comentámos a ocorrência: é que, à data a que a celebração fazia referência, a Universidade encontrava-se em Lisboa; por outra parte, quem se creditara como estudioso do documento que podia atestar a existência dessa biblioteca / livraria fora indubitavelmente um professor da Faculdade de Letras de Lisboa, Isaías da Rosa Pereira.

Seja: ninguém tem direitos adquiridos sobre a cultura e menos ainda sobre a da Universidade; por isso, a data invocada era boa ocasião para responder perante a comunidade cultural por um património que é de todos[26].

Participámos no acontecimento, lembrando algum aspecto anteriormente menos acautelado na pesquisa e devolvendo a quem de direito o que merece ser tomado em conta, como é a existência de uma biblioteca universitária na cidade de Lisboa em data tão alta.

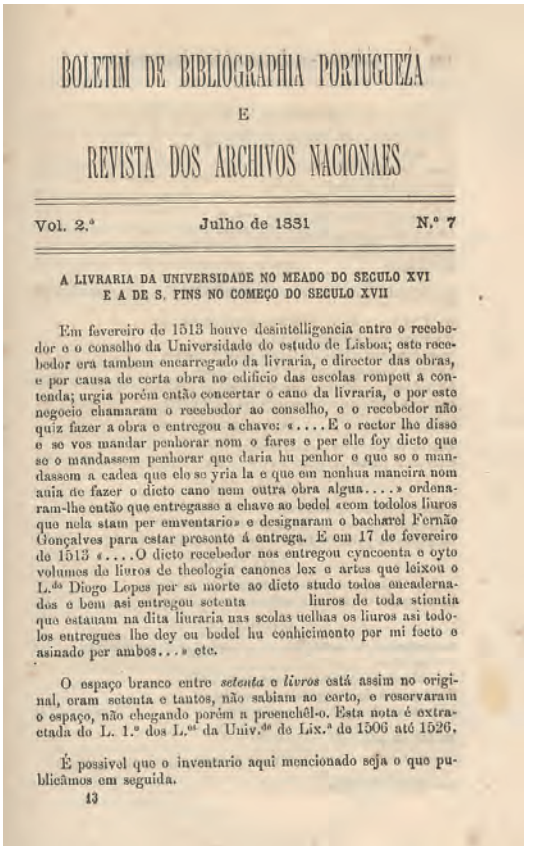
---

[23] Sirvo-me do registo de um debate de Pierre Bayard com Umberto Eco, traduzido e publicado em *Le Magazine Littéraire*, Junho de 2009, n.º 487, pp. 12-15.

[24] Aires A. Nascimento, «À la recherche d'un canon pour aujourd'hui: les classiques de toujours pour des temps nouveaux», in *Latina Didaxis – Atti del Congresso*, a cura di Silvana Rocca, Genova e Bogliasco (14-16 Aprile 2000), Génova, Compagnia dei Librai, 2000, pp. 59-85. = *New Classics for a New Century – Didactica Classica Gandensia*, 42, 2002, pp. 63-84.

[25] Por várias vezes a isso nos entregámos; limito-me a remeter para Aires A. Nascimento, "Percursos do livro na história da cultura portuguesa medieval", *Ler contra o Tempo*, ed. cit., Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 2012, I, pp. 269-317.

[26] Por alguma vez colaborámos na reflexão sobre o problema: cf. Aires A. Nascimento, "The Libraries of the University of Lisbon: Current situation", *Higher Education in Europe*, 14, n.º 4, 1989, pp. 43-52 (em colaboração com Maria Margarida Pino).



BOLETIM DE BIBLIOGRAPHIA PORTUGUEZA
E
REVISTA DOS ARCHIVOS NACIONAES

Vol. 2.º Julho de 1881 N.º 7

A LIVRARIA DA UNIVERSIDADE NO MEADO DO SECULO XVI E A DE S. FINS NO COMEÇO DO SECULO XVII

Em fevereiro de 1513 houve desintelligencia entre o recebedor e o conselho da Universidade do estudo de Lisboa; este recebedor era tambem encarregado da livraria, e director das obras, e por causa de certa obra no edificio das escolas rompeu a contenda; urgia porém então concertar o cano da livraria, e por este negocio chamaram o recebedor ao conselho, e o recebedor não quiz fazer a obra e entregou a chave: «....E o rector lhe disse e se vos mandar penhorar nom o fares e per elle foy dicto que se o mandassem penhorar que daria hu penhor e que se o mandassem a cadea que elo se yria la e que em nenhua maneira nom auia de fazer o dicto cano nem outra obra alguа....» ordenaram-lhe então que entregasse a chave ao bedel «com todolos liuros que nela stam per emventario» e designaram o bacharel Fernão Gonçalves para estar presente á entrega. E em 17 de fevereiro de 1513 «....O dicto recebedor nos entregou cyncoenta e oyto volumes de liuros de theologia canones lex e artes que leixou o L.de Diogo Lopes per sa morte ao dicto studo todos encadernados e bem asi entregou setenta liuros de toda stientia que estauam na dita liuraria nas scolas uelhas os liuros asi todolos entregues lhe dey eu bedel hu conhicimento por mi facto e asinado per ambos...» etc.

O espaço branco entre *setenta* e *livros* está assim no original, eram setenta e tantos, não sabiam ao certo, e reservaram o espaço, não chegando porém a preenchêl-o. Esta nota é extractada do L. 1.º dos L.os da Univ.de de Lix.a de 1506 até 1526.

É possivel que o inventario aqui mencionado seja o que publicâmos em seguida.

13

O facto não era desconhecido, pois fora trazido à luz do dia, em tempos passados, por Gabriel Pereira, em finais do século XIX.

Realmente, em 1513, a Universidade de Lisboa tinha a seu serviço uma livraria onde eram recolhidos e guardados os livros para efeitos de consulta[27]. A notícia chegou-nos devido a um caso banal: a 12 de Fevereiro de 1513, Fernando Afonso, recebedor da Universidade, que era também quem tinha à sua guarda a sala da livraria, negou-se a cumprir ordens do Reitor, João Álvares de Elvas, e do Conselho da Universidade, quando lhe foi ordenado que fizesse obras na sala e procedesse à reparação de um cano de água: andava melindrado o recebedor, pois lhe fora proibido executar qualquer obra no edifício e negou-se a fazer uma obra de pequeno vulto, mesmo que o mandassem prender ou lhe impusessem alguma coima; por consequência, a 17 de Fevereiro de 1513, o bacharel Fernão Gonçalves, nomeado para receber os livros, declarou que, na sua presença, o dito recebedor entregara ao bedel os livros que eram daquele legado.

Sem ter de comentar o incidente, havemos de entender que a Universidade tinha a posse dos livros, mas parece que não tinha argumentos para coagir o recebedor invocando que ele, com a sua recusa, estava a pôr em risco a consulta por parte de eventuais leitores; em concreto, apenas se esclarece que era necessário atender à reparações de um cano de água na sala onde eles haviam sido

[27] Gabriel Pereira, «A Livraria da Universidade no meado do século XVI e a de S. Fins no começo do século XVII», *Boletim de Bibliografia Portuguesa e Revista dos Archivos Nacionaes*, 2, 1881, n.º 7, pp. 193-200.

guardados… Era mais a posse de livros que a forma de disponibilização que preocupava quem tinha encargo de zelar pela livraria universitária[28].

Por ser de tempo alto e ser primeira referência ao tema, aqui o transcrevemos o documento:

da chaue da liuraria

Aos XII dias do mes de feuereiro de VCXIII annos nas Scolas Geraes do Studo de Lixboa em conselho perante o muito honrado doctor Joam Alvarez d'Eluas, do desembargo del Rey noso Senhor etc, Rector do dito studo, lentes e conselheiros dele pareceo Fernand'Afonso, *Recebedor do dicto studo e per ele foy dicto que ele trazia ali a chaue da liuraria.*

E por ser necessareo corregerse hum cano pera lançar agoa fora da dita liuraria, que a quem mandauam entregar a dita chaue pera se correger o dicto cano.

E per o dito Rector foy dito que ele teuese a dita chaue e que elle mesmo dese ordem como se fezese o cano e per o dito Recebedor foy dito que lhe nom desem aquele cargo que o nã auia de fazer; e per o dicto Rector lhe foy dito que pois ele tinha fectas todas as obras das Scolas por que nam faria hũa cousa tam pouca.

E per o dicto Recebedor foy dicto que per o dicto conselho lhe fora priuado que nã entendese nas obras do dicto studo que nã avia de fazer aquela nem outras.

E o dicto Rector lhe disse: e se vos mandar penhorar nom ho fares?

[28] Vários têm sido os contributos para identificar o percurso do livro entre as individualidades que serviram a Universidade Portuguesa. Além dos citados, tenham-se em conta Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, *A Livraria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Estudo dos seus catálogos, Livros de Música e Coro, Incunábulos, Raridades Bibliográficas, Ex-libris e Curiosidades Históricas*, Coimbra, 1921; Joaquim de Carvalho, "A Livraria dum letrado no século XVI: Frei Diogo de Murça", *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 8, 1927, pp. 1-26 (depois, *Estudos sobre a cultura portuguesa no século XVI*, vol. II, pp. 111-204); Mário Brandão, "Livraria do P. Francisco Suarez (Contribuição para a História da Universidade de Coimbra)", *Biblos*, 3, 1927, pp. 325-349; Id., "Inventário da Livraria de um magistrado eborense do século XVII", *A Cidade de Évora*, 19-20, 1962-63, pp. 317-318; António de Oliveira, "A Livraria de um teólogo do século XVI (Francisco Rodrigues Fróis)", *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 27, 1966, pp. 541-585; Id., "A Livraria de um canonista do século XVI (Luis Correa)", Coimbra, 1966; Idem, *A Livraria de um canonista do século XVII (Francisco Gomes)*, Coimbra, Universidade, 1967 (=*Biblos*, 28, 1967, pp. 5-45); Isaías da Rosa Pereira, "Livros de Direito na Idade Média", *Lusitania Sacra*, 7, 1964-66, pp. 7-60; "Livros de Direito na Idade Média- II", *Lusitania Sacra,* 8, 1967-68, pp. 82-96; Id., "Dos livros e dos seus nomes. Bibliotecas litúrgicas medievais", *Arquivo de Bibliografia Portuguesa,* 16, n.° 63-70, 1971-1973, pp. 97-167 (reeditado em *Signo. Revista de Historia de la Cultura Escrita,* 3, 1996, pp. 133-161; 4, 1997, pp. 247-272).

E per elle foy dito que se o mandasem penhorar que daria hũ penhor e que se o mandasem a cadea que ele se yria la e que em nenhũa maneira nõ auja de fazer o dicto cano nem outra obra algũa.

E vendo o dicto Rector a contumacia do dicto Recebedor nom quis proceder contra o dicto Recebedor mas foy logo acordado que ele entregase per enventairo a mim Bedel a liuraria com todolos liuros que nela stam.

Per enuentairo pera a qual entrega foy ordenado per o dicto conselho o bacharel Fernam Gonçalvez conselheiro pera star presente ao receber a entrega dos ditos liuros. O qual acordo mandaram que se asentase pera se assinar.

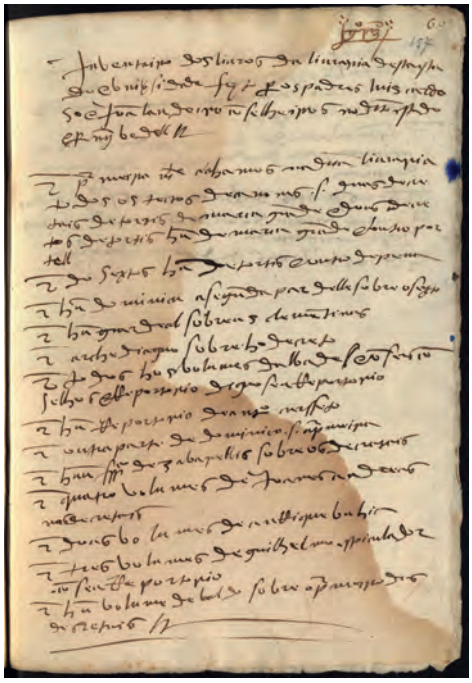
O bedel esto scpriui.
bacalarius Johannes P.
Saluator Licenciatus
Bartholomeus in Vtroque
Rodericus
Francisco d' Andrade
João Monteiro doctor
Gaspar Manuel Licenciatus
de Crasto bacalarius Menendy.

*

Como seria essa *livraria* da Universidade que, em 1513, estava em Lisboa? Isaías da Rosa Pereira, esclareceu que do dito inventário não se conhece qualquer cópia, mas que subsiste um documento de 1532, eventualmente a coincidir com o primeiro, feito por Luís Cardoso, João Landeiro e Nicolau Lopes, mas também ele só incompletamente transcrito nos livros dos Conselho, além de um outro de 1536: conjecturou o mencionado académico que talvez este correspondesse a inventário preparatório para a transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra.

As entradas sobem a 120, mas nalgumas ementas registam-se vários volumes; por outro lado, a variedade compreende obras escritas de mão em pergaminho e letra de pena, mas também outras em letra de fôrma (que o mesmo é dizer resultantes de impressão tipográfica) [29].

[29] Isaías da Rosa Pereira, "A livraria da Universidade no início do século XVI", *Arquivo da Bibliografia Portuguesa*, 11-12, n.º 37-48, pp. 155-170.



Relendo o estudo de Isaías da Rosa Pereira e confrontando a sua descrição com o original, havemos de reter dele a identificação das obras que constam desse inventário, em anotações que dizem bem da especialização que aquele professor cultivava no domínio da História do Direito Medieval (tema, aliás, do seu doutoramento apresentado na Universidade de Salamanca).

Porém, quanto à parte descritiva, advertimos no salto de uma ementa, depois do n.º 34 (em que haverá que inserir «Quatro volumes de Joham Andre»[30]).

Importará também acentuar que, na descrição do investigador, foram omitidos elementos secundários, como seja a distribuição dos livros por estantes: questão de alguma importância é a constituição da sequência não estabelecer distinção entre o corpo de base e anotações posteriores; constam delas os últimos seis volumes que no documento são referidos como «livros per restituição que se furtarão, segundo se disse, scilicet, a 2.ª parte do Hostiense, e tres partes d'Abade e a Vita Xristi e hũ Vocabularium Iuris perdido».

É de letra diferente, e posterior em data, a anotação final em que se expressa a entrega feita ao bedel Nicolau Lopes, que recebeu, presidiu à descrição e assinou: "E porque de todos me dou por entregue, eu Nicolao Lopez que o esprevy asiney aqui: oje VIII de Junho de V^{c} XXX VI anos. Nicolao Lopez bedel".

Não seja por estes pormenores que se perca o trabalho de identificação que mereceu as melhores atenções da parte de quem procurava completar a sua investigação sobre livros de Direito utilizados pela Universidade portuguesa.

[30] Trata-se de comentários às *Decretais*. O autor, Giovanni d'Andrea ou Johannes Andreæ, (Rifredo, ca. 1270/1275 – Bolonha, 1348) era italiano e foi comentador de Direito canónico, no séc. XIV: Mais conhecida é a sua obra *Novella sive commentarius in decretales epistolas Gregorii IX* (1234), compilada sob a direcção do Papa Gregório IX. Foram seus alunos Cino de Pistoia e Francesco Petrarca. Morreu de peste em 1348.

Enfim, por onde andarão os livros que em 1513 estavam guardados na livraria da Universidade em Lisboa? Pergunta retórica, obviamente**.** Uns chegaram e outros partiram; poucos deixaram rastro e muito menos notícia formada.

5. IR AO ENCONTRO DO LIVRO

O livro procura aquele que o ama – costumava dizer J. V. Pina Martins[31]: não fica cativo de quem o possui, porque nasceu para ter autonomia e ficar à disposição de todos os que o procuram ou se deixam seduzir por ele; quando é elaborado, é para ser repartido e, se muitas vezes parte sem deixar rastro, vive por quem o sabe encontrar e restituir à sua funcionalidade de base.

Porém, o mercado do livro nem sempre é feito às claras e os intermediários muitas vezes estão mais interessados no lucro a auferir do que no esclarecimento da representatividade cultural de algum exemplar em concreto.

Teremos hoje de reinventar a classe do livreiro que outrora acompanhava o livro desde a sua concepção e seguia o seu percurso (como acontecia com os editores / livreiros dos tempos da imprensa quinhentista); teremos que aprender com altas figuras da cultura como se descobre o livro: J. V. Pina Martins foi, entre nós, um dos melhores representantes dessa cultura e ele não se cansava de repetir quanto aprendera com outros, fossem eruditos da Biblioteca Vaticana, fossem homens de saber como Eugenio Ascensio, fossem antiquaristas que se tinham especializado em identificar as particularidades de tipografia menos abonada e chamativa, como a portuguesa.

Teria ele apreciado certamente a notícia de um exemplar do *Manuale Bracharense*, tradicionalmente dado como perdido e recentemente recuperado, que nos foi dado a conhecer na preparação de um catálogo para leilão.

O conteúdo está plenamente descrito junto das armas do arcebispo D. Diogo de Sousa: "¶ Neste breue manual se conten cousas muito necessarias & proueitosas a todo sacerdote que ha de administrar e dar os sacramentos na madre sancta ygreja. Porque en elle se contem dous baptismos, s., huũ pera ho macho

[31] Veja-se o que se pode aprender em José Vitorino de Pina Martins, *Histórias de Livros para a História do Livro*, ed. Aires A. Nascimento, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

& outro pera ha femea cada huũ de per si. E assi duas vnçooes e dous encomendamentos todo apartado & mudado as orações cada hũa de per si. E assi as missas de requie[m] todo mudado e corregido de maneira que nenhũ sacerdote pode errar no mudar do latim. E assi som muitas missas deuotissimas & proveitosas pera ha saude dalma e do corpo, as quaes nũca forõ postas em nenhuũ missal nem manual de Braga, segũdo mais largamente estã escriptas na taboa istius operis".

O cólofon, por seu lado, é suficientemente explícito para se saber o conteúdo e o lugar de impressão: declara quem é o comanditário (responsável eclesiástico), mas fica totalmente omisso o nome do impressor; talvez uma peritagem à tipografia permita chegar a alguma caracterização, mas não estamos livres de ter de deduzir que se trata de obra de algum impressor ambulante que respondeu à chamada do arcebispo bracarense.

Diz o cólofon, que é em versão latina:

Breve Manuale secundum alme Bracharensis ecclesie consuetudinem nouiter emmendatum ac correctum, extractis que in aliquibus libris superflua uidebantur et manu siue precepto peritisssimi uiri nonnullis quamplurimum necessariis additum aliisque in suo loco et ordine redactis, que distracta ac inordinata visa sunt. Baptismum namque masculorum (propter imperitiam siue inaduertentiam aliquorum) diuisum maxima cum diligentia a baptismo feminarum et econuerso necnon officium extreme unctionis et officium defunctorum. Impressum in antiquissima Bracharensi ciuitate Hyspaniarum primate, Anno salutis M.D.XVII. die vero XIIII mensis augusti.

Não é ocasião para nos demorarmos em considerações. Lembremos apenas que o *Manuale Bracharense* (que é um ritual de administração dos sacramentos)

quase havia desapaecido da memória, pois a notícia última que lográmos fora constituída pelo conselheiro Tomás Norton, que o terá recolhido nas suas terras de Ponte de Lima, se não mesmo no Mosteiro de Refoios de Lima, quando esse edifício passou para sua propriedade; porém, ao ser levada a leilão a sua biblioteca, em 1860, sumira-se o paradeiro deste espécimen[32].

Voltou o exemplar à luz do dia em leilão preparado pela Sociedade do Correio Velho, em 24 de Setembro de 2013. Procedia da biblioteca de D. Manuel de Souza e Holstein Beck, Duque de Palmela e Conde da Póvoa, mas tinha marca (carimbo) de ter sido propriedade de T. Norton, Pr (Porto), 26 Julho 1845 / 520: trazia a chancela de Ferreirinha / Encadernação… 1800. Nesse exemplar, alguém mais havia colocado o seu monograma, ao lado das armas do arcebispo de Braga, no 1.º fólio, mas não lográmos identificar a quem corresponde.

O exemplar ia ser levado a leilão, quando fomos alertados da sua existência por pessoa amiga[33], a quem não tinha passado despercebida a advertência que deixáramos no elenco de obras do séculos XIV-XVI, com indicações a exemplares conhecidos e anotação de alguns desaparecidos mas dos quais havia memória.

Convidados a examinar o novo exemplar, depressa deduzimos que duas entidades se deveriam candidatar à licitação: a Biblioteca Nacional (pela singularidade do exemplar) e a Arquidiocese de Braga (pelo carácter pastoral da obra e sua representatividade para documentar a acção do arcebispo Diogo de Sousa quanto ao aproveitamento dos serviços tipográficos); fizemos diligências por

[32] O P.e Avelino de Jesus da Costa, *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII*, Braga, 1984, p. 54, não deixara escapar a nota de que de «este *Manual*, em 4.º e em caracteres góticos, foi impresso em Braga, em 1517»; acrescentava que não se conhecia qualquer exemplar, mas «o Conselheiro Tomás Mendes Norton possuiu o único exemplar de que há notícia pelo catálogo do leilão da sua livraria, realizado no Porto em 1860». Sobre Tomaz Mendes Norton pudemos apurar que era de família abastada, de origem inglesa instalada no Norte de Portugal, em fins do século XVIII; foi cônsul de Inglaterra em Viana do Castelo e correspondeu-se com Camilo Castelo Branco quando se tornou proprietário do mosteiro de Refoios do Lima e procurou esclarecer a autoria dos quadros que aí encontrou por compra daquele mosteiro que tinha sido de cónegos regulares e ficara na dependência governamental por extinção das Ordens Religiosas, em 1834: Cf. *Catalogo da livraria do fallecido Conselheiro Thomaz Norton*, Porto, Typ. de Sebastião José Pereira, 1860; Luís Norton, *Cartas inéditas de Camilo Castelo Branco*, Lisboa, Portugália, 1964; Tomaz Mendes Norton, *Études sur les oeuvres d'art de Rafael Sanzio d'Urbino au monastère de Refojos do Lima*, 1888.

[33] Foi Pedro Teixeira da Mota quem nos advertiu em tempos em que ajudava na preparação do Catálogo do Leilão pelo Antiquário Correio Velho (Kessinger Publ., 2010).

interessar as instituições em causa: soubemos depois que um generoso mecenas[34], advertido das dificuldades financeiras que pendiam sobre a Biblioteca Nacional, se dispôs a arrematar a obra e a confiá-la àquela instituição. Aí foi digitalizada e assim foi posta à disposição dos estudiosos.

Com este exemplar voltámos à figura de D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga[35]: para esta diocese fora ele nomeado por bula de 11 de Julho de 1505, depois de ter sido bispo do Porto e após renúncia em seu favor de D. Jorge da Costa, que, em 1501, se domiciliara em Roma, junto do Cardeal Alpedrinha, seu irmão; faleceu D. Diogo, em 1532, tendo sido um dos arcebispos mais marcantes da diocese bracarense: homem de grande cultura, foi mecenas da cidade e promotor de vida cristã, tendo tomado a seu cuidado reformas pastorais tendentes a regularizar a vida do clero, ministrar instrução catequética aos fiéis, dignificar o culto litúrgico: a celebração de sínodos e a preparação de livros litúrgicos devem contar-se entre as medidas tomadas para tal efeito.

Já como bispo do Porto, D. Diogo se servira da arte tipográfica para intervir pastoralmente na sua diocese, dando à estampa as *Constituições diocesanas* e *Evangelhos e Epístolas com suas Exposições em romance*, ambas impressas no Porto, em 1497, por Rodrigo Álvares.

Em Braga, deu continuidade ao trabalho editorial começado ainda em tempo de D. Jorge da Costa[36]. Efectivamente, a D. Diogo de Sousa se deve a preparação e encomenda de várias edições de livros litúrgicos: *Breuiarium Bracharense*, nas duas edições (1511, 1528, Juan de Porres), *Missale Bracharense* (1512, Juan de Porres), *Manuale Bracharense*, ritual para administração dos sacramentos (1517), *Antiphonarium* (1520); em língua vulgar, mandou também preparar a *Arte de rezar as horas canonicas ordenadas segundo as regras e costume bracarense*, encomendada ao

[34] Trata-se do Dr. Paulo Teixeira Pinto que, como homem de livros e estudioso da cultura, se apercebeu da importância do apelo que lhe foi dirigido pela Directora da Biblioteca Nacional e acedeu a licitar o exemplar que era levado à praça e depois decidiu entregá-lo àquela instituição.

[35] Avelino de Jesus da Costa, *D. Diogo de Sousa, novo fundador da cidade de Braga e grande mecenas da cultura*, Braga, 1993.

[36] Tem-se hoje como muito provável a intervenção do arcebispo de Braga na publicação do *Sacramental*, Chaves, 1488 (cf. José Marques, "O Arcebispo D. Jorge da Costa e as Impressões Flavienses do *Sacramental* e do *Tratado de Confissom*", *Aquae Flaviae*, n.º 1, 1989, pp. 23-45); a ele se devem outras edições: *Breviarium*, Braga, 12 de Dezembro de 1494, J. Gherlinc; *Missale*, Lisboa, Nicolau de Saxónia, 26 de Julho de 1498; *Manuale Sacramentorum*, Monte Rei, Galiza, 1496, per Magistrum Johannem Berllinch [B por G]; outra edição 1498.

Pe. Xisto Figueira, que estudava em Salamanca: seria impresso este espécimen em Salamanca, por Lourenço de Leão de Dei (23 de Dezembro de 1521) na oficina de Juan de Porres[37].

6. RAZÕES PARA PROCURAR OS LIVROS

Razões múltiplas nos prendem ao livro. Mesmo que já não seja escrito à pena e muito menos pela mão de alguém (processo que teve momentos felizes em outros tempos), é um prolongamento de um indivíduo que dele cuidou e eventualmente deles se serviu para leitura ou dele faz justo testemunho de vida e de cultura: limitados nos dias da existência, com os livros podemos alargar o tempo (mais do que Júpiter do *Amphitruo* de Plauto, de quem herdámos o anseio, e tal como aprendemos com Virgínia Woolf, na noite, que nos coube, interessa ocupar o tempo para dilatar o sonho).

Através das leituras que os livros nos proporcionam, damos asas aos sonhos que vêm ao nosso encontro: leva-nos ele para além do espaço em que nos movimentamos, atravessando o tempo a que não resistimos; por isso nos comovemos com a história da bibliotecária do Bloco 31, de Auschwitz, Dita Dorachova / Dita Kraus (Edita Adlerova), uma menina checa de apenas 14 anos que, em 1944, escondia nas suas roupas os oito volumes que conseguia manter consigo durante a noite para no dia seguinte os dar a ler às outras crianças que vinham à sua escola e aprendiam a divisar o mundo para além do arame farpado com que as cercavam[38].

Aos livros voltamos para nos sentarmos à janela do nosso convívio e para vivermos com outros, através desses instrumentos do passado: com eles

[37] Terá havido também um *Manuale Sacramentorum*, cuja existência foi garantida pelo P.e António Pereira de Figueiredo, que examinou um exemplar, mas que não foi posteriormente identificado: registo diferente é o da edição do *Manuale Bracharense* de 1536, Lisboa, por German Galhardo, de que apareceu recentemente um exemplar em leilão do livreiro Castro e Silva: a essa data, o arcebispo era já o Infante D. Henrique; em 1538 (12 de Julho), por mandato deste último arcebispo, sai outra edição do *Manuale Sacramentorum secundum consuetudinem Bracarensis curiae*, levada a cabo, em Salamanca, pelos mercadores bracarenses João Beltrão e Pedro Gonçalo de S. Martinho, *in edibus Joannis Junte calcographi* (exemplar na BP de Braga). Só um estudo comparado destas edições permitirá verificar eventuais variantes e seu significado.

[38] Antonio G. Iturbe, *A Bibliotecária de Auschwitz*, Lisboa, Planeta, 2014.

repassamos os encantos que a experiência de séculos foi afeiçoando, em busca da seiva de qualquer Primavera que ali nos reconforta.

Em subida helicoidal, vamos montando a nossa Torre de Babel, com ela esperando chegar ao céu. Da roda de livros a que nos sentamos, vamos fazendo ponto de encontro, abertos à sabedoria como destino e reconhecendo que ela fica para lá do saber: para alargarmos o nosso olhar e sobretudo retemperarmos as nossas capacidades, vamos levantando a nossa torre de livros (exemplar é a que delineou Jakob Gautel, La Tour – Tour de Babel, 2006-2012)[39]; ao descortinarmos mais algum livro esquecido e reparando que ele fazia falta no lugar em que está, teremos possivelmente a ousadia de o retomar porque com ele nos sentimos amparados, ao reconhecermos que outros aí nos deixaram testemunho de uma caminhada que é também é nossa e não se faz sem nos cruzarmos uns com os outros – às vezes a pretexto de livros que tomamos ao nosso cuidado[40].

A algumas instituições foi entregue a responsabilidade de zelarem pelos livros como testemunhos de um passado que neles se prolonga: pouco seria que elas fossem apenas depósitos esquecidos – tanto mais esquecidos quanto mal organizados e tanto mais perdidos quanto não costumam ser procurados ou quanto mais são resguardados para não serem encontrados.

---

[39] Apresentada pela primeira vez no Palais des Beaux Arts de Lille, numa exposição consagrada à Torre de Babel, entre Junho de 2012 e Janeiro de 2013, já tinha sido montada em lugares diferentes em momentos anteriores, desde 2006.

[40] Tomei certa vez como emblema o quadro de Carl Spitzwerg intitulado «Bücherwurm / O rato de Biblioteca» – Museu Georg Schäfer, pintado em 1850; em reflexão pessoal, perguntei-me que faria um leitor tão afadigado para se agarrar a uns cinco livros de uma só vem e não os largar, empoleirado no alto de um escadote que o pendurava no cimo de uma prateleira ao alto do imóvel: avidez de posse não era certamente, mas, pela quantidade de livros, talvez sofreguidão de voltar a algum passo de texto que lhe fugira da memória e precisava de referência precisa. Servi-me dessa imagem em Aires A. Nascimento, *Ler contra o Tempo: Condições dos Textos na Cultura Portuguesa (Recolha de Estudos em Hora de Vésperas)*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 2012.

Mais se estima aquilo a que melhor uso se dá. O livro não escapa a pretextos de vaidade, mas se há razões para termos livros é porque há leitores que os procuram para os lerem: dá-los a ler aos que os apreciam é função das instituições que os receberam; se os leitores os procuram, às instituições que os guardam pertence criarem condições para que esses livros sejam disponibilizados de forma generosa.

Tem a Academia uma biblioteca que é um bem colectivo e é representativa de uma boa parte da cultura portuguesa: só o será se estiver articulada com outras e se à cultura portuguesa prestar a quota-parte que pode e deve dar. Seria pena que, por falta de tratamento e disponibilização, essa biblioteca não honrasse a divisa da própria Academia. Não há que ter vaidades; há que servir a cultura e saber que o livro é fundamentalmente um instrumento cultural: só o será se for disponibilizado. Também nisso cabe a divisa que a Academia escolheu por lema: *Nisi utile est quod facimus stulta est gloria* (Fedro, *Fabulae*, III, 17, 12) – «Se aquilo que fazemos não é útil, estulta é a glória». Posta pelo fabulista nos lábios de Minerva e tomada por lema da Academia, a sentença representa um programa para quem convive com os seus livros, sejam eles pessoais sejam colectivos: a pretensão não será a de alargar o mundo, mas com ela teremos direito a ver como outros abriram caminhos que ficaram para os trilharmos também.

(Comunicação apresentada à Classe de Letras
na sessão de 20 de fevereiro de 2014)

O "teatro da alma" de M. Teixeira-Gomes

Hélder Macedo

Ao Fernando Gil,
presença ausente

No *Tratado da Evidência* Fernando Gil estabeleceu uma seminal relação entre a evidência e a alucinação. A evidência é aquilo que não necessita de prova, uma coisa em si própria; e a alucinação seria aquilo que não permite prova, a aparência de uma coisa em si própria. Portanto, como tem o cuidado de acentuar, "sem por isso *'ser'*, a alucinação não é uma representação, o seu conteúdo é uma coisa-em-si".

M. Teixeira-Gomes configurou os processos da mente em termos relacionáveis com o pensamento de Fernando Gil. De uma perspectiva esteticamente estimulante e psicologicamente reveladora, descreve a sua relação com o mundo e com as artes como, simultaneamente, causa e produto de uma alucinatória inquietação que lhe permite obliterar as fronteiras entre o observado e o imaginado. Este elemento visionário é importante para entender a sua obra – e porventura também a sua vida – mas não tem sido suficientemente assinalado. A despeito de alguns estudos fundamentais, como os de Norberto Lopes, Urbano Tavares Rodrigues e David Mourão-Ferreira, Teixeira-Gomes continua a ser um escritor marginalizado. Tal como o seu amigo António Patrício – um sensualista enamorado pela morte – pertence a uma geração que foi deslocada do canon literário pelo modernismo. Recordarei sucintamente os factos principais da sua biografia:

Nasceu em Portimão em 27 de Maio de 1860, numa família de proprietários rurais com ligações comerciais no estrangeiro. Publicou, entre 1899 e 1909, cinco livros que revelam considerável talento literário, uma vasta cultura e uma atitude de inconformista celebração da sexualidade. Teve relações com muitas mulheres mas nunca se casou. Teve duas filhas.

Activamente envolvido nos movimentos políticos contra a Monarquia, foi nomeado Ministro Plenipotenciário em Londres depois da proclamação da

República em 1910. A sua acção diplomática, largamente financiada pela sua fortuna pessoal, foi exercida em circunstâncias particularmente adversas: não só o antigo embaixador da Monarquia, o Marquês de Soveral, era íntimo da família real inglesa, mas o próprio rei deposto, D. Manuel II, fixara residência em Londres. As primeiras alianças políticas de Teixeira-Gomes na Inglaterra foram com mulheres activamente envolvidas no movimento sufragista, algumas das quais ele havia conhecido na intimidade de diferentes circunstâncias. Como comentou ironicamente, o representante de um país marginalizado e as marginalizadas sufragistas entenderam que se deviam ajudar mutuamente. Através delas teve acesso a várias notabilidades influentes e conseguiu estabelecer importantes alianças políticas com membros do governo e da família real inglesa. Assim, com uma sábia mistura de visão política e de sedução pessoal, contribuiu decisivamente para o reconhecimento internacional do novo regime e para a preservação das colónias portuguesas em África. Foi demitido por Sidónio Paes e declarado prisioneiro com residência fixa. Em altiva provocação, escolheu para residência prisional o luxuoso Hotel Avenida Palace de Lisboa. Sidónio Paes foi assassinado na estação do Rossio, a poucos metros do hotel. Depois da breve ditadura sidonista, Teixeira-Gomes regressou à diplomacia, com missões em Espanha e de novo na Inglaterra, bem como na delegação portuguesa à Conferência da Paz em Paris e como Vice-Presidente da Assembleia Geral da Liga das Nações.

Em Agosto de 1923 foi eleito presidente da República de Portugal, cargo que exerceu durante dois anos e dois meses, num período conturbado por terrorismo, divisões políticas e várias revoltas militares que conseguiu controlar. Desagradado com as vilezas da política, renunciou ao cargo em 11 de Dezembro de 1925. Tendo notado, com característica ironia, que estava no Tejo um navio chamado Zeus, que saía a 17 de Dezembro para o Norte de África, embarcou, exilou-se na Argélia e não voltou a Portugal. Depois de um hiato de dezasseis anos, produziu nos dezasseis anos de exílio uma série de obras de excepcional qualidade literária e extraordinária originalidade no modo como combinam memorialismo, epistolografia, ensaísmo e ficção. Morreu em 18 de Outubro de 1941, com oitenta e um anos.

Teixeira-Gomes foi, portanto, contemporâneo do Realismo (tinha 40 anos quando Eça de Queirós morreu), do Modernismo (era embaixador em Londres quando saiu o primeiro número do *Orpheu)* e ainda estava vivo nos alvores do

Neo-Realismo (*Gaibéus* de Alves Redol foi publicado em 1939). A sua obra desenvolveu-se à margem desses ou de quaisquer outros movimentos literários com uma especificidade própria que não cabe nas habituais arrumações da literatura em compartimentos rotulados. Teria podido ser um escritor pós-moderno, se isso também não fosse um rótulo além de ser um anacronismo. Mais adequado (e para ele não teria sido um anacronismo) seria caracterizá-lo como um hedonista pagão ou, no sentido mais nobre da palavra (que tem a ver com o exercício da liberdade própria e alheia) um libertino. Por isso também (antes da palavra ter sido usada com a sua significação actual) era um feminista, entendendo a libertação da mulher como imprescindível para a liberdade do homem.

As suas obras mais notáveis escritas no exílio são as ficções das *Novelas Eróticas* (1934) e de *Maria Adelaide* (1938), bem como as cartas, reminiscências, fantasias e ensaios coligidos com os títulos de *Regressos* (1935), *Miscelânea* (1937) e *Carnaval Literário* (1939). Há um texto fundamental para a compreensão da sua complexa personalidade. Intitula-se "De tudo um pouco" e vem incluído no *Carnaval Literário.* Depois de analisar o comportamento negativo das mulheres nas sociedades patriarcais contemporâneas, faz as seguintes considerações:

> É fora de dúvida que nem sempre foram assim, e reconhecem os historiadores de boa fé que antes da idade "patriarcal" houve uma idade "matriarcal", durante a qual se lançaram as grandes bases da civilização altruísta. […] // O facto, porém, é que no período patriarcal as mulheres passaram tratos de polé, e causa admiração que se não concertassem mais cedo para obter regalias e direitos iguais aos dos homens. Mas entraram já no bom caminho que percorrem a passos de gigante... // Pretendem os higienistas que uma das consequências de maior alcance social, a esperar da independência da mulher, fundada na sua educação científica, é que ela possa escolher o momento mais favorável para o exercício (digamos assim) da maternidade, produzindo, portanto, seres viáveis e menos perigosos, e corrigindo de algum modo a indiferença criminosa do homem, o qual, sifilítico, tuberculoso, alcoólico, etc., procria a trouxe-mouxe, sem se preocupar com os possíveis resultados do seu desleixo. Quanto a mim (e muito boa gente pensa como eu) a consequência principal da superioridade da mulher, e da sua libertação, consiste em dar ao amor maior intensidade; a mulher fácil, a

> mulher escrava, só incita à mera satisfação do desejo sexual. [...] // Não; a mulher sábia não é incompatível com os mais delicados deleites da volúpia, e se ela conseguir dirigir-lhe livremente a orquestração, talvez este mundo retome as perdidas cores paradisíacas.

Esse texto, publicado em 1939, e escrito no isolamento do exílio, não é tanto uma retrospecção solitária quanto a imagem do desejo duma vida partilhada que continuasse a viver na imaginação. Teixeira-Gomes descrevera as circunstâncias psicológicas do seu exílio numa carta datada de 1927 ao poeta João de Barros (e incluída em *Miscelânea*):

> Saí de Portugal sem um livro, sem um papel, sem um apontamento ou nota; nada que, de longe ou de perto, recordasse o antigo literato ou político: abri na vida uma página perfeitamente em branco". Depois diz: "olho para o céu, para o mar, para as montanhas, para a paisagem, com a encantada curiosidade de um ressuscitado. [...] Vou consumindo, à semelhança de certos animais que hibernam, a própria enxúndia [...] e repito, invariavelmente, ao fim de cada dia: 'este já ninguém me tira'" E, sugerindo uma implícita sequência lógica, acrescenta: "Note que eu era sonâmbulo em pequeno, e sempre tive, acordado, facilidade de desassociar a inteligência da sensibilidade. [...] O desdobramento da própria personalidade, em actor e espectador, posso-o provocar a meu bel-prazer; e sem o menor esforço, nos passeios solitários, se me arma o teatro da alma, o pano sobe, e a representação começa." Ao pessoano "drama em gente" corresponde, em Teixeira-Gomes, o "teatro da alma".

Recordar e imaginar são processos mentais muito semelhantes. Ambos são ficções, uma permitindo que aquilo que aconteceu pareça ter sido imaginado e a outra possibilitando que aquilo que se imagina pareça ter acontecido. Por isso, desde sempre, é no espaço ambíguo entre a imaginação e a memória que a ficção literária encontrou a sua morada mais propícia.

Noutra carta escrita em 1927 ao seu camarada literário António Patrício, e também incluída em *Miscelânea,* Teixeira-Gomes fez várias considerações sobre viver no passado como um modo de preencher um presente em que teria

desejado habitar o futuro. Nesse contexto, exemplifica o seu pensamento com uma referência à Cartago que já não existe na "paisagem onde o lugar persiste" e refere-se aos mitos em termos que relacionam a intemporalidade que lhes é inerente com a memória de experiências por si próprio vividas. Diz o seguinte:

> Tal a magia dessa antiquíssima invenção, a que chamam mitos, e reside na consciência da sua aplicação: perenemente actuais, no decorrer dos séculos, para a humanidade inteira. Quantas vezes o verifiquei, em lances da minha própria vida. Um lhe vou eu contar que sobejamente justifica o meu juizo. – O grande amor da minha vida, à semelhança de todas as paixões veementes e sinceras, não foi, não podia ser feliz, e dava para uma linda novela que só teria o defeito de a verdade parecer inverosímil." A inverosímil conclusão verdadeira que daria para uma "linda novela" ocorreu quando, muitos anos depois, ele regressou à cidade de Sevilha onde vivera esse infeliz amor de juventude e, num cinema, sentiu atrás de si a presença e ouviu a inconfundível voz de uma mulher que só poderia ser aquela que perdera. Retomo a narrativa de Teixeira-Gomes: "Era a sua voz... Levantei-me abruptamente, e, sem me voltar, correndo, e atropelando quase a quem topava no caminho, saí para a rua. Toda a noite vagueei, como um louco, pela cidade, e tão desvairado e perdido dos sentidos que debalde tentava fazer o exame das minhas sensações. [...] Analisando agora a minha súbita agonia, ao ouvir o som da sua voz, não me restava dúvida de que fugira de medo... Mas medo de quê? [...] Mas de repente, iluminado o espírito, gritei: 'Orfeu e Eurídice'. Era isso. Quando os deuses, compadecidos das súplicas de Orfeu, lhe permitiram que fosse às furnas do inferno buscar a sua adorada Eurídice, disseram-lhe: 'mas não te voltes para a ver porque a perdes'. E como é que a perdia; e como é que a perdeu? Achando-a tão mudada de feições e de expressão que já não parecia a mesma Eurídice que amara. Era então o meu caso?! Eu quisera conservar intacta na memória a imagem do meu amor, tal como ela me ficara gravada desde o momento da separação.

A relação que Teixeira-Gomes estabelece entre o que aconteceu naquela noite em Sevilha e o mito de Orfeu e Eurídice é particularmente significativa no que diverge da sua interpretação tradicional: os deuses e os heróis míticos não

envelhecem nem mudam com o tempo, como os humanos; mas os humanos só não envelhecem e só não mudam na memória. A memória é um teatro da alma, uma ficção da eternidade, como os mitos. Para permanecer eternamente verdadeira, a imagem de Eurídice não podia ser vista tal como se tinha tornado, teria de ser visualizada tal como havia sido e já não era.

Teixeira-Gomes diz que não escreveu a "linda novela" sobre o mito de Orfeu e Eurídice porque "teria o defeito de a verdade parecer inverosímil". Mas, como também diz noutro contexto, em *Miscelânea,* "nem sempre a verdade é verosímil". Sendo assim, noutra carta a António Patrício, datada de 1930 e publicada como uma das *Novelas Eróticas* em 1934, retoma a experiência desses seus amores sevilhanos cuja memória não quisera contaminar com a realidade do envelhecimento da mulher amada, como dissera ter sido o erro de Orfeu quando olhou para uma Eurídice que já não poderia ser como havia sido. O que vai contar como memória associada a esses amores é a experiência alucinatória de uma troca de identidades entre a mulher amada e uma mágica cigana que seria e não seria com ela intermutável. A inverosimilhança foi transformada na "coisa em si" de uma alucinação em que o fantástico adquire existência física e expressão sexual. É como se a sexualidade fosse, ela própria, uma experiência alucinatória exercida em corpos tangíveis mas intermutáveis.

Outra das suas mais complexas *Novelas Eróticas*, *O Sítio da Mulher Morta*, também tem como base a troca de identidades entre dois corpos femininos. É igualmente uma obra de referenciação mitológica através das "maias", que por sua vez são uma transposição ritualizada pelo imaginário popular do velho mito de Perséfone, que Plutão aprisionara nos Infernos. Segundo o mito, Plutão amava-a e ela teve por ele compaixão. Por isso aceitara passar metade do ano com ele. Quando voltava à superfície os campos cobriam-se de flores, era a Primavera, a vida tinha regressado à Natureza que havia sido tornada estéril pela sua ausência no Inverno. A novela, no entanto, não se limita a dar uma nova expressão literária ao mito. A história que conta é a representação objectivada de uma memória e as correspondências com o mito são tangenciais, ficam latentes, nunca são exactas. A narrativa incide sobre uma comunidade rural e senhorial socialmente caracterizada em termos de uma verosimilhança plausível. Marta, uma jovem mulher que aceita ser reconhecida como outra mulher chamada Júlia que o narrador havia desejado, é e não é a Perséfone em que se vai metamorfosear

quando o sítio onde foi morta pelo marido ciumento fica coberto, todos os anos, "desses pequenos lírios roxos a que no Algarve chamam flores de Maio, e que era raro ver naquela região". O possessivo marido que a assassinou e que, pela primeira vez, fora visto a chorar por causa da traição de Marta com o seu feudal senhor, é e não é o Plutão que, no mito, ficou com a face de ferro corroída por lágrimas quando se julgou para sempre abandonado por Perséfone. E, ao nível da reconstrução fictícia da veracidade do mito, a personagem do narrador que exerce o seu *droit de seigneur* numa prostituída Marta em quem reencontra uma virginal Júlia que houvesse amado, é e não é o Teixeira-Gomes autobiográfico que escreveu esta história em que imagina amores porventura por si próprio vividos, mas ficticiamente atribuídos a uma personagem literária que só parcialmente coincide consigo.

Se o mito de Perséfone subjaz à construção narrativa de *O Sítio da Mulher Morta*, a novela *Maria Adelaide* remete ao mito de Pigmalião, o misógeno escultor que se apaixonou pela estátua de uma mulher nua, que ele próprio esculpira, e que, por intervenção de Afrodite, a viu transformar-se num corpo vivo a que deu o nome de Galatea (ou, etimologicamente, "branca como o leite"). O tema encapsulado por esse mito tornou-se recorrente nas artes visuais, na ópera, na dança, no teatro, no cinema e, é claro, na literatura, desde Ovídio a John Updike, com manifestações tão diversas quanto a crítica social de Bernard Shaw e a grotesca fantasia de Tommaso Landolfi, *A Mulher de Gogol*, onde o objecto do desejo é uma boneca insuflada que envergonha o amante quando do seu corpo perfeito sai um longo peido durante um jantar com os amigos.

Maria Adelaide é uma história cruel. E é tanto mais cruel quanto, sem o menor sentimentalismo, o autor faz através dela uma exemplar demonstração da redução da mulher a um mero objecto sexual pelo poder masculino. É uma obra feminista que, no contexto da sociedade patriarcal que caracteriza, nenhuma mulher teria podido escrever. Confundir autor e narrador, como tem acontecido, é revelador de quanto as percepções sociais pouco mudaram desde esse tempo. No entanto, a narrativa é precedida de uma declaração explícita que, desde logo, deveria impedir qualquer confusão entre o Teixeira-Gomes autobiográfico e a personagem masculina que lhe corresponderia na novela: "Aqui vai uma 'história' algo extraordinária, tal-qual (sem tirar nem pôr) a escreveu o meu amigo Ramiro d'Arge, cavalheiro medianamente culto, mas exuberante de vida física..."

Cavalheiro medianamente culto, o civilizadíssimo Manuel Teixeira-Gomes? O narrador Ramiro d'Arge é o autor M. Teixeira-Gomes? Certamente que não. Mesmo que possa ter tido comportamentos semelhantes no seu passado senhorial, o autor dissociou-se do narrador.

Recordemos o essencial da história, que memoravelmente começa com a frase "Maria Adelaide completara dezasseis anos quando lhe colhi as primícias...". O que aconteceu, diz-nos o narrador, era uma situação comum naquela comunidade onde ele tinha uma posição social dominante. A jovem amante beneficiara materialmente da sua protecção e os pais dela foram coniventes para explorarem os proventos da mancebia. Tudo certo, portanto, até que aquele belo e aquiescente corpo juvenil começou a adquirir uma personalidade própria e a fazer exigências, não apenas as materiais que seriam fáceis de satisfazer, mas, como se uma estátua que acordasse para vida, também sentimentais, sociais e até mesmo intelectuais. Numa noite em que aguardava o seu senhor-amante estivera a ler num folhetim uma história que depois lhe conta, algo confusa mas com vibrante entusiasmo. A história era "a transfiguração de Galatea", com ilustrações mostrando uma cara (diz o texto) "que um ramo de flores substitui e logo se transforma numa gaiola de pássaros, e assim por diante até voltar à fase primitiva, que ainda se decompõe em caveira e se prende ao esqueleto dançante". O simbolismo desta sequência alucinatória tem uma clara correspondência no entrecho da novela. Maria Adelaide – flor silvestre, ave engaiolada – adoece, fica grotesca com bócio, o narrador assiste à sua degeneração física com impaciência, ela torna-se na presença fantasmática de uma sexualidade necrófila de que ele só se liberta quando ela finalmente morre. Mas, entretanto, ele já tinha entrado num novo ciclo de sexualidade proprietária, a ser executada no corpo de uma pubescente chamada Rosalina, de treze anos, a quem ensina a ler sentando-a no colo e com um braço à roda do seu pescoço. Num tempo em que as fronteiras da pedofilia eram mais biológicas do que éticas, a maior perversidade seria o uso da educação, que deveria ser um veículo para a liberdade, como um instrumento de opressão.

Teixeira-Gomes datou a novela *Maria Adelaide* de 1937, quando tinha setenta e sete anos. A sua escrita terá sido, portanto, muito próxima do texto incluído no *Carnaval Literário,* publicado em 1939, onde faz ponderadas considerações sobre a necessidade da libertação da mulher oprimida nas sociedades patriarcais. O regenerado mundo futuro visualizado por Teixeira-Gomes certamente não

seria povoado de Galateas submetidas a quem delas se serve como estátuas de carne, e o narrador de *Maria Adelaide* certamente não teria lá lugar.

Duvido que Teixeira Gomes alguma vez aceitasse ser aproximado de Karl Marx, mas é interessante notar que partilham uma percepção fundamental: que a libertação dos oprimidos leva à libertação dos opressores. Ambos propõem visões do futuro que corrigissem as injustiças do presente como diversamente manifestadas na degradação do proletariado e na submissão das mulheres. E ambos viram, na sociedade em que viveram, sintomas concretos de uma inquietação propiciadora de uma sociedade mais justa. Mas aí as semelhanças cessam. Teixeira Gomes regia-se por um princípio de prazer que dificilmente seria aceitável para Marx. Era para o exercício da sua própria liberdade que preferia a mulher livre à mulher escrava.

É, portanto, significativo que essas três novelas paradigmáticas da sua obra – *A Cigana*, *O Sítio da Mulher Morta* e *Maria Adelaide* – incidam, simultaneamente, sobre a intermutabilidade dos corpos desejados e sobre a individualidade desses mesmos corpos em que o desejo se manifesta. Teixeira-Gomes não os reduz a meros objectos do desejo. Se alguma coisa sugere, é condenar quem o faça. Mas reproduz as metamorfoses do desejo em imagens mentais tornadas corpos tangíveis pelas suas configurações sensoriais. E assim, embora cada identidade individual seja única, como projecções da mente tornam-se relacionáveis entre si. Esse processo é dramaticamente exemplificado no contexto de outra carta a António Patrício, datada de 1930 e também incluída em *Miscelânea,* onde estabelece uma complexa relação entre a nudez carnal e a sua transmudação na escultura clássica e renascentista antes de contar uma experiência alucinatória que lhe tinha acontecido. Diz o seguinte:

> Para aqueles a quem falta, na composição do sentido estético, a intuição da nudez púdica, não há concepção possível da carne sem lubricidade. Um efebo nu é sempre, no seu entender, espectáculo só apreciável a sodomitas. O corpo humano aparece-lhes compartido em zonas castas, impudicas e escandalosas. Com excepção do Camões (até nisso ele é único) a nossa literatura clássica não possui um cantor da plástica humana; e nunca uma estátua grega transpôs as fronteiras lusitanas.

É óbvio, no entanto, que para Teixeira-Gomes (como aliás também para o seu admirado Camões) a nudez – incluindo o que seria a "nudez púdica" das obras de arte – nunca poderia resultar de uma des-sexualização dos corpos humanos. Pelo contrário, mesmo na sua transmudação estética no mármore das esculturas, a nudez é a manifestação de uma sexualidade holística que transcende o meramente lúbrico na expressão totalizante de uma – como lhe chama – "harmonia cósmica" – e que – como explica – teria para si começado com a visão deleitada do seu próprio corpo na infância:

> Comigo sucedeu, vá lá saber porquê, ter congénito o sentimento da beleza do corpo humano. Deleitava-me, em pequeno, ver as outras crianças nuas, e o exame do meu próprio corpo reproduzido no espelho, depois do banho, enchia-me de admiração e embevecida surpresa. Mais tarde a nudez integrava-se na harmonia cósmica. Esse orgulho de ser forte e moço, nas lutas com o mar revolto, com que intensidade me não animava quando, erguido sobre um rochedo, na minha nudez de herói, eu me dispunha a novos combates, mergulhando outra vez no tumulto das ondas. Dentro da água, os membros soltos no líquido móvel e cristalino, pulsava-me o coração com tão seguro ritmo como se nele ecoasse a pulsação da vida universal...

Teixeira-Gomes está assim a descrever a sensação de totalidade inerente à infância em termos de uma pulsante sexualidade que visasse a recuperá-la na idade adulta. E não é necessário recorrer à simbologia dos mitos que lhe são tão caros – por exemplo a Afrodite, a nascida das ondas – para entender esta reminiscência adulta da infância como correspondente a uma imersão masculina no feminino. Desde sempre – e, na literatura portuguesa, tanto nas medievais Cantigas de Amigo quanto na épica camoniana – o "húmido elemento" tem sido associado à sexualidade feminina. O próprio Teixeira-Gomes, num texto datado de 1928 e publicado em *Miscelânea*, faz um provocatório contraste entre a criativa sexualidade de Santa Teresa e a redutora sexualidade do "patético Marquês de Sade", descrevendo a alma do "grande Marquês" como "um infernal pocilgo fechado em açucenas e coberto de violetas" e caracterizando a alma de Santa Teresa como um húmido poder vaginal capaz de se renovar a si próprio: "A alma de Santa Teresa! Oh misteriosa e recôndita flor de coral vermelho, que só por si seca e humedece!..."

Na carta a António Patrício em que recorda os primeiros encontros do seu jovem corpo nu com a água do mar, Teixeira-Gomes estava simultaneamente a recordar a infância e a descrever uma experiência orgástica da harmonia cósmica. E é essa experiência da totalidade recuperada na sexualidade feminina que vai ser articulada com a fruição estética da escultura como representação da nudez dos corpos humanos e que, numa metamorfose estética da percepção visual, vai ser a base da alucinação que passa a descrever:

> Com a minha indefectível memória visual, a que nunca fotografia alguma se pôde comparar, todo esse mundo de formas nuas me tomou conta da alma, e fácil me era evocá-las, na própria luz em que as vira, quando isso me aprazia. Mas dar-lhes vida, animá-las ao ponto de as ver moverem-se por si, andar, lutar, rir, chorar? Não o consegui nunca por vontade própria, por mais esforços que para isso fizesse. Tive, porém, a dita de assistir à ressurreição das principais dessas imagens; de as contemplar em carne e osso; de as ouvir imprecar e suplicar: de as ver estorcer-se nos tormentos da mais cruciante agonia...//Foi em Siracusa, durante a mais completa e assombrosa alucinação de que tenho notícia em indivíduo ainda não atacado de demência, e que me permitiu assistir ao milagroso espectáculo, sem perder a consciência de que estava acordado.

E então acrescenta, num parêntese explicativo do processo mental que também havia designado como o seu "teatro da alma":

> (Em determinados espíritos a alucinação nunca significou sintoma de loucura; para eles *ver* é simplesmente *imaginar* com intensidade. Nesses espíritos as ideias tomam facilmente a representação ou existência objectiva).

Sim, foi Teixeira-Gomes quem formulou esta percepção sobre o processo mental da alucinação, não foi Fernando Gil.

Teixeira-Gomes tem várias páginas de *Miscelânea* e do *Carnaval Literário* sobre as manifestações do subconsciente, sobre o inconsciente e, como já mencionei, sobre o desdobramento da personalidade. São temas recorrentes e diversamente manifestados no pensamento e na literatura do seu tempo. Mas o que de facto

parece interessá-lo não é tanto a prospecção psicológica subjectiva quanto a relação objectivada entre a visão, a alucinação e a imaginação, que correspondem ao seu "teatro da alma", onde o factual e o mítico – ver o que lá está e ver que não está lá – coexistem como evidências complementares. Na carta datada de 1927 em que descrevera as circunstâncias do seu exílio, Teixeira-Gomes havia dito que, à semelhança dos animais hibernando, iria consumir a própria enxúndia, ou seja, que se ia alimentar das reservas interiores acumuladas ao longo da sua vida até então. E noutra carta, escrita dois anos depois, faz o seguinte comentário irónico: "Reabsorvida a própria enxúndia, entrevejo ainda a utilização do Inconsciente. É o tesouro do literato que pretende ser genuinamente moderno: escutar o Inconsciente e apanhar-lhe as 'surpresas'. Pode suceder, porém, que eu encontre o Inconsciente ainda mais pobre e árido do que o consciente". Mas desse perigo, como conclui com reiterada ironia sobre os dúbios produtos literários do Inconsciente, estaria defendido por outra característica da sua personalidade: "a inquietação".

Regresso, assim, a onde comecei: à presença ausente de Fernando Gil. Creio que nunca falámos de Teixeira-Gomes. Mas esta releitura da sua obra é ainda parte do diálogo que o Fernando e eu iniciámos quando tínhamos nove ou dez anos e mantivemos durante mais de meio século, em partilhada inquietação.

No *Tratado da Evidência* Fernando Gil acentua que as alucinações são "nascidas da intolerância da frustração e do desejo". O "teatro da alma" de M. Teixeira-Gomes é a configuração estética de uma equivalente inquietação. Mas, sendo assim, também é, como só as artes podem ser e a filosofia permite entender, a metamorfose da intolerância da frustração num desejo de partilha que a si próprio se bastasse.

(Comunicação apresentada à Classe de Letras
na sessão de 10 de abril de 2014)

Fr. Bartolomeu dos Mártires no Concílio de Trento: um exemplo de poder pastoral

Aires Augusto Nascimento

1. O CONCÍLIO DE TRENTO, UMA ASSEMBLEIA QUASE IMPOSSÍVEL PARA NOVOS TEMPOS.

O Concílio de Trento marcou uma viragem na história da Europa[1]: tentativa de voltar à túnica inconsútil que não se mantinha, era solução sem encontro de partes desavindas, e por isso inconsequente, mas era também a forma apocalíptica e derradeira de convocar a reunir antes de os Vivos passarem todos ao cortejo da Morte (que não fosse necessariamente em Dança Macabra). Alguns, em deriva para Novos Mundos, já voltavam as costas para transferirem as periferias para fora do Mediterrâneo, que de novo era ameaçado por cobiças de estranhos poderes, após traições intestinas, de 1453.

Em causa estava a Europa e faltavam forças de unidade e coesão. O esforço intelectual dos Humanistas parecia exaurido nas suas próprias invenções: tratava-se do único modo possível de salvar a face antiga de uma cultura que atingia o

[1] O concílio convocado por Paulo III, em 22 de Maio de 1542 mas apenas iniciado em 13 de Dezembro de 1545, desenrolou-se em três períodos – 1° 1545-48; 2º 1551-52; 3º 1562-63: durante esses tempos, sucederam-se os papas e houve tensões com os poderes seculares, nomeadamente com o Imperador e com o rei de França; a Paulo III sucederam-se Júlio III, Marcelo II e Pio IV. Seria falsear (ou pelo menos simplificar) a realidade dizer que o Concílio de Trento responde ao repto lançado em 1518 e 1520 por Lutero, pois da parte deste não era mais que um apelo para a autoridade conciliar contra o Papa; por parte do Papa Clemente VII, houve hesitações, pois os príncipes alemães pretendiam um concílio com apenas representantes germânicos; o imperador Carlos V defendia abertura a outras nações, mas pretendia limitar as definições conciliares a questões dogmáticas com receio de abrir caminho a reacções luteranas; a guerra entre o Imperador e Henrique II de França dificultou a iniciativa pontifícia, mas as debilidades de uma cristandade ferida só foram superadas com a intervenção de personalidades maiores: entre elas se conta Carlos Borromeu, mas outros entenderam que a renovação necessária era interior e devia ser eclesial: tal foi o caso de Bartolomeu dos Mártires, como, de resto já o fora D. Baltazar Limpo, bispo do Porto, que sagazmente entendera, logo na primeira fase do Concílio, que poucos bispos estavam verdadeiramente interessado na renovação da Igreja – cf. Manuel Maria Wermers, O. Carm., "Portugal no Concílio de Trento: o conflito Trento-Bolonha e a transferência do Concílio", *Lusitania Sacra,* 1, 1956, pp. 205-228; Id., "D. Fr. Baltasar Limpo", Ib., 6, 1962-63, pp. 91-136.

fim, mas, no relançamento das energias acumuladas, não se conseguiam congraçar os paradoxos que eram atirados para as Escolas, sem que daí surgissem novos horizontes: eram tantos esses paradoxos (os da liberdade eram expressivos) que apenas algumas consciências timoratas podiam conceber e aceitar uma reunião ecuménica como solução sobre-humana e divina.

Não se podiam ignorar por mais tempo os clamores que desagregavam consciências e corações no interior do Império, que já não era nem sacro, nem germano, nem romano – a sátira virá tardiamente da pena de Voltaire[2], mas o processo estava em curso: rompera-se o único vínculo de unidade construída ao longo de séculos por uma evangelização que aproximara os homens; subiam ainda aos céus os sonhos de uma unidade equívoca gerada pela ambiguidade de quem ambicionava coroar-se a si mesmo e acabara rendido a uma coroação adventícia em nome do divino – em 25 de Dezembro de 800, na basílica de S. Pedro em Roma, a custo admitida por Carlos Magno, mas a "condescendência" acabava em rotura e nem a Doação de Constantino resistia aos rigores da "gramática" nem o "Poder das Chaves" se aguentava nas mãos de Pedro e restava apenas o fingimento da "Coroa imperial" que procurava fechar-se em pinha para admitir que o poder político era, supostamente, absoluto[3] – até que o lugar se deslocasse para os Estados Gerais.

O regresso às fontes e a purificação dos corações era o caminho apontado, mesmo que sem conciliação alargada. Havia que recomeçar. Do lado da Igreja, nisso se empenhou uma plêiade de homens sinceros: entre elas havemos de contar algumas; sem se apelidarem nem de profetas nem de heróis, empenharam-se no "poder pastoral"[4].

---

[2] A referência deve buscar-se em Voltaire, *Essai sur l'histoire générale et sur les mœurs et l'esprit des nations*, 1756.

[3] O estudo sobre o tema mais recente que conhecemos vem de Benoît Schmitz, em tese apresentada em 2013 na Sorbonne-Paris: *Le pouvoir des clefs au XVI^e siècle. La suprématie pontificale et son exercice face aux contestations religieuses et politique.*

[4] A categoria de um poder que não é nem político nem jurídico nem económico, mas opera por conselho e por partilha, foi posto em destaque por alguém que, por si, não pode ser tomado em menor estima nem considerado suspeito de favor: Michel Foucault, *Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France, 1977-1978,* éd. par M. Senellart, Paris, Gallimard / Seuil, 2004.

2. FR. BARTOLOMEU DOS MÁRTIRES, EM PERFIL PRÓPRIO.

Entre as assinaturas dos bispos que subscreveram as Actas finais do Concílio de Trento, contou-se a do arcebispo de Braga, D. Frei Bartolomeu dos Mártires, como parte activa que foi na terceira e última fase daquela assembleia ecuménica. Não era apenas mais uma assinatura entre duas centenas[5] nem uma formalidade final, pois tinha vida que ainda hoje persiste por entre as notas que ele deixou dos dias que viveu durante o Concílio[6].

Para nós, que, à distância de séculos, lemos essas notas e lemos os textos das intervenções do Arcebispo e procuramos reconstituir os efeitos deixados na Assembleia, vem-nos ao encontro uma personalidade que, para o tempo, era de comprometimento com a novidade a instaurar, malgrado a ruptura com hábitos contraídos ao longo de séculos: hoje apresenta-se como próxima – tanto mais chegada quanto a sua linguagem se nos torna familiar pela voz que sentiu a daqueles que menos tinham e tomava como suas as dores que os atingiam.

Sendo ele das personalidades mais empenhadas na Reforma que, no seu tempo, muitos postulavam, mas poucos estavam dispostos a levar até ao fim (com medo de perderem privilégios e isenções), a sua palavra diz-nos hoje muito, não tanto por ser de homem douto (que o foi, sem precisar de viajar ao estrangeiro em busca de conhecimentos), mas por ser homem interior, com força para se impor aos poderosos e com discernimento para estar atento aos anseios dos mais desprovidos de bens materiais e capaz de repartir as riquezas de corpo e de alma.

Houve quem se tivesse impressionado com as palavras que ele fez ouvir na aula conciliar, nem todos se aproximaram dele, alguns tentaram malsinar as suas intenções; houve quem se deixou convencer pelo seu exemplo de humildade, mas, se até o Papa quis ouvi-lo em privado, poucos seguiram os seus conselhos; contestou a ostentação de que os eclesiásticos, mesmo que acolhedores, não

---

[5] Na sessão de clausura do Concílio de Trento, a 4 de Dezembro de 1563, assinaram a acta final mais de duas centenas de prelados: – 4 cardeais legados, 2 cardeais, 25 arcebispos, 167 bispos, 7 abades, 7 gerais das Ordens, 19 procuradores de prelados ausentes (de entre 33 nessas condições). Universo reduzido para o que a Cristandade inteira devia apresentar, mas significativo para deixar a claro os consensos, as fracturas e também o cansaço sentido perante as responsabilidades que não podiam ser escamoteadas frente às dificuldades sentidas para confessar a fé sem fissuras e sem concessões.

[6] Alargamos aqui a nota deixada em Aires A. Nascimento, "Fr. Bartolomeu dos Mártires: notas do arcebispo de Braga, há 450, no Concílio de Trento", *Boletim DGARQ,* 13, Abril-Junho, 2010, pp. 10-11.

estavam dispostos a abdicar; quanto a ele, procurava viver na ascese de quem vivia do interior, mas sabia sobretudo inteirar-se dos mais necessitados (de corpo e de espírito), sem lhes regatear acolhimento; com a autoridade da virtude enfrentou quem se escudava em isenções eclesiásticas, verberou em nome da justiça os que ousavam prevaricar e molestar os que não tinham forças para se oporem[7].

3. DE BRAGA A TRENTO.

Convocado para a 3.ª fase do Concílio de Trento, D. Fr. Bartolomeu dos Mártires dera-se pressa para chegar logo que possível àquela reunião ecuménica. Ao longo de um ensino sereno e conciliador, habituara-se a descortinar modos de entender quem procurava os caminhos da verdade sem, pela intolerância, atropelar os deveres da caridade e os modos de ajudar nos caminhos da fé: revelando o rosto da misericórdia evangélica, sem ignorar os perigos que entretanto se abriam por convulsões sociais desabridas, via na correcção fraterna o processo de evitar males extremos e encontrava na pregação e na prática da confissão sacramental o modo salutar de reconciliação, sem recurso a intervenções judiciais.[8]

Respondendo a convocatória para sessão de reabertura do Concílio de Trento, D. Fr. Bartolomeu parte de Braga, em 24 de Março de 1561.[9] Segue por Palência e chega a Trento em 18 de Maio desse ano, mas desloca-se ainda a Veneza e a Pádua, voltando a tempo de estar à abertura da sessão conciliar. Abalara de Braga com o temor de neófito, mas sem ilusões do que o esperava, pois reconhecia que a Reforma havia de brotar do interior dos pastores voltados para as suas ovelhas. Havia pouco que tomara conta da sua diocese (dia de S. Francisco, 4 de Outubro de 1559), mas não hesitara em "experimentar os maus caminhos e piores

[7] Será suficiente recorrer a casos referidos por Luís de Sousa: cf. infra.

[8] Cf. Giuseppe Marcocci, "D. Fr. Bartolomeu dos Mártires (1559-82). Um caso de inquisição pastoral?", *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 9, 2009, pp. 119-146, com a bibliografia anexa e fundamentação em tese de doutoramento sobre o tema. Raul de Almeida Rolo, "Itinerário documental de uma vida", *Bracara Augusta*, 42, 1990, pp. 525-726.

[9] *Itinerarium Fratris Bartholomaei Archiepiscopi Bracharensis (1561-1564)*, ed. Maria José Azevedo Santos, in *Actas do Congresso Internacional do IV Centenário da Morte de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, Fátima, 1994, pp. 311-339.

gasalhados das aldeas"[10]: encontrava-se já inteirado das necessidades da sua arquidiocese, que cobria uma extensão infinda, desde as costas do Atlântico até aos planaltos e serranias que se alargavam por Bragança, ficando apenas Miranda, acima do Douro, fora das suas terras; aprendera na reflexão teológica a não confundir violência com caminhos de fé e apercebera-se dos constrangimentos a que estava votado, ao sentir os poderes que se levantavam contra ele; apenas visava contrapor-lhes o "poder pastoral", em conselho e guia de vida[11].

Passou fronteiras, sem se demorar mais do que o necessário para repousar e evitar encontros que não considerava desejados – para que o título de arcebispo não acarretasse nem glórias nem vãs expectativas. Chegou cedo a Trento: no esforço dos caminhos trilhados pelos homens, tinha a jovialidade de quem acredita em Deus e dispensa aos bispos a confiança de estarem dispostos a responder a uma convocatória instante, que não podia ser descuidada por remissos ou distraídos; apesar das desilusões da chegada, não se desmoraliza nem com os vagares e atrasos de outros nem se aproveita dos lugares vazios para escolher o melhor posto. Caindo em si e, escudando-se na hospedagem que procura no recolhimento e entre os livros do Convento dominicano da cidade de Trento em que se alberga, tudo impregna, desde a primeira hora, com a humildade de quem procura passar despercebido mesmo entre aqueles que lhe dão hospedagem.

Não perde tempo em encontrar o seu próprio caminho, convencido de que os pastores precisam de arrotear um caminho de renovação que a todos comprometa; por isso o Stimulus Pastorurn salta-lhe das mãos e em breve o confia a quem o próprio Papa lhe abre o coração, nada menos que Carlos Borromeu, secretário papal e alma gémea da sua: por muito que nisso porfie, não consegue esconder as virtudes e qualidades que, por força das suas convicções, o fazem notado.[12]

---

[10] Frei Luís de Sousa, *A vida de D. Frei Bartolomeu dos Mártires,* ed. Gladestone Chaves de Melo, introd. Aníbal Pinto de Castro, Lisboa, IN-CM, 1984, p. 57.

[11] Cf. António Franquelim Sampaio Neiva Soares, "Visitações e Itinerários Pastorais de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires", *Bracara Augusta,* 42, 1990, 171-213; Giuseppe Marcocci, "II governo dell'archidiocesi de Braga al tempo di Fr. Bartolomeu dos Mártires (1559-1582)", *Archivio Italiano per la storia delia Pietà,* 15, 2003, pp. 81-150.

[12] Nos oito meses de espera pela Sessão do Concílio, não perdeu tempo D. Fr. Bartolomeu e procurou preparar-se para os debates, formulando questões e preparando propostas de reforma: toma notas que prevê lhe pudessem servir de base histórica (*Summa Conciliorum omnium / Súmula Geral dos Concílios*) ou viesse a ajudá-lo na reforma pastoral que considera urgente (*Stimulus Pastorum / Estímulo dos Pastores*); por outro lado,

Chegara ele animado pela intenção de recolher exemplos de virtude e não se deprime com aquilo que se lhe depara; sairá envolvido em estima e carinho por reconhecimento do seu contributo, tão espontâneo e sincero como frontal e autêntico, por demonstrar, com o exemplo e com a palavra, que estava empenhado na reforma das estruturas eclesiásticas mediante a renovação do espírito em interioridade e sinceridade.

Não o largavam as preocupações da Igreja, que deixara em Braga, e continuamente a tinha na lembrança como "esposa" e como parte da Igreja universal; animava-o a confiança nos homens, mas sobretudo vibrava nele o sentido de Igreja como comunidade de fé em torno do seu bispo e dela como parte da Igreja universal em comunhão com o bispo de Roma.

4. BISPO PARA OS POBRES

Fr. Bartolomeu sentia-se parte dos pobres que só têm a Deus por herança e considerava que não era mais que administrador de bens que a eles pertenciam; em espírito de pobreza tornara-se ainda mais próximo dos homens sofredores e apoucados, não deixando de repartir o pouco que levava com os pobres de outras terras que vinham ao seu encontro e tomava disso pretexto para voltar a pedir notícias ao governador que deixara em Braga e a quem recomendara que fizesse aplicação cuidadosa das receitas dedicadas aos pobres.

Não era em fingimento que ousava contestar o fausto observado em alguns eclesiásticos ou que, introduzido nos palácios do Vaticano (onde se recusou a pernoitar), sem rebuços, perguntava de que servia continuar a construção de palácios se eles já sobravam numa cidade desatenta dos pobres que eram escorraçados para longe.[13] Havemos hoje de reverter alguns traços caricaturais que sobre Fr. Bartolomeu recaíram: não reclamou honras, embora não admitisse que,

escreve comentários aos livros bíblicos (*Comentário a Jeremias; Anotações aos Salmos),* com o objectivo de renovar mentalidades. Toma apontamentos e medita no que importa sugerir, prepara posições a tomar.

[13] Raul de Almeida Rolo, *O bispo e a sua missão pastoral segundo D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, Porto, Movimento Bartolomeano, 1964; Id., *Formação e vida intelectual de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, Porto, Movimento Bartolomeano, 1977; Id., *Bartolomeu dos Mártires. Obra social e educativa*, Porto, Movimento Bartolomeano, 1979.

por falha de protocolo, pusessem em causa a dignidade da sua diocese, mas apraz-nos recolher o seu desabafo quando declarava que não se deslocara de Braga a Trento para discutir um lugar de assento na assembleia, pois maiores eram as suas preocupações[14]; e bastava-lhe que a autoridade pontifícia apontasse que era suficiente o lugar de antiguidade como bispo[15]. Noutro plano, propala-se que terá querido excepções para a vida celibatária do clero mais empedernido – saltem pro Barrosanis, a pretexto de que se tornava impossível outra sorte para os padres do Barroso: quanto a isto, não conseguimos documentar tal situação entre as suas intervenções, o que nos leva a considerar como atoarda de esquina de rua o que nunca acudira à mente do arcebispo.[16]

Em contrapartida, sentimo-nos edificados sobretudo com o sentido de responsabilidade de pastor, colocado à frente de uma arquidiocese com séculos de

[14] Em carta enviada de Trento para o seu governador, em Braga, Fr. João de Leiria, mostra D. Bartolomeu o seu desprendimento pelas precedências; são outros, mormente o embaixador Lourenço de Távora, quem se preocupa com elas, limitando-se o arcebispo a aguardar pelo lugar que lhe destinam logo a seguir ao patriarca de Jerusalém, mas não lhe passando despercebidas as movimentações feitas em torno do arcebispo de Toledo. Cf. Fr. Luís de Sousa, ed. laud., pp. 189-191.

[15] Preocupou-se o Arcebispo com direitos de primazia? Talvez em excesso, diremos nós; para que se esclarecesse a história, dirão outros. O Papa fez-lhe saber que não decidiria questões desse teor lugares e cada qual ocuparia o lugar que, dentro da sua categoria episcopal, lhe cabia por antiguidade. Quando foi chamado às Cortes de Tomar, pelo rei Filipe I, para receber dele o juramento solene, quis antes certificar-se se podia alçar a cruz de primaz: a censura foi-lhe fornecida pelos arcebispos de Lisboa e de Évora por isso, mas não atendeu ele às reclamações deles, uma vez que não estava resolvida "a contenda que tinha com o arcebispo de Toledo sobre o direito de primaria", segundo aduz Fr. Luís de Sousa, *A vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires*, ed. Gladstone Chaves de Melo e Aníbal Pinto de Castro, Lisboa, INCM, 1984, p. 508.

[16] O tema tratado no Concílio de Trento tem maior abrangência do que lhe costuma ser concedida: mais que proclamar a obrigação do celibato, os bispos preocuparam-se com enquadrar a formação dos clérigos nos seminários e apostar nas funções pastorais dos sacerdotes, com obrigação de residência, de visita e de presença a reuniões de estudo de casos. Cf. H. Jedin, "II sacerdócio secondo il concilio di Trento", in *Sacerdócio e celibato – studi storici e teologici*, ed. Joseph Coppens, Roma, Ancora, 1975, pp. 146-175; A. M. Stickler, "Evoluzione delia disciplina del celibato nella Chiesa d'Occidente dalla fine dell'età patristica al Concilio di Trento", ib., pp. 505-601; J. Coppens, "Erasmo e il celibato", ib., pp. 603-626. A doutrina afirmada nas sessões XXIII e XXIV do Concílio de Trento, de 11 de Novembro e de 3 de Dezembro de 1563, nega aos clérigos *in maioribus* o direito a contrair matrimónio, mas não impede taxativamente que os já casados não possam receber ordenação, embora não o recomende e se declare desfavorável a isso por constituir desmotivação para os que optaram pelo celibato; proíbe a coabitação com mulheres em situação de concubinato, sob pena de impedimento a benefícios eclesiásticos; o can. 17 da sessão XXIII refere-se apenas às ordens menores, para acentuar "Quod si ministeriis quattuor minorum ordinum exercendis clerici caelibes praesto non erunt, suffici possunt etiam coniugati, dummodo non bigami, ad ea munera obeunda idonei". Foram os príncipes e seus conselheiros que se mostraram mais flexíveis na matéria: entre eles contava-se Erasmo, o canonista Panormitano, teólogos como Giovanni Cocleo e Tommaso de Vio (Caetano); pela mesma via tinha andado Pio II.

história cristã[17], que sabe quanto deve à persistência dos seus bispos em viverem com as ovelhas e conhece o valor do testemunho recolhido e prestado perante as comunidades irmãs pela voz e pelo voto dos seus responsáveis.[18]

Bem-vindo era (dizemos nós hoje), bem-vindo era o seu testemunho em tempos de angústia que faziam baloiçar a barca de Pedro e que impunham o peso da história sem atinarem com a necessidade de aliviar a carga que inutilmente se acumulara por descuidos e desmazelos.[19]

5. REFORMAS: A ÚNICA QUE IMPORTA, A INTERIOR

Batendo-se pela Reforma que importava fazer no interior dos corações, preocupou-se D. Fr. Bartolomeu por preparar doutrina que, sem adregar novos dogmas (palavra solene que transfere para a opinião a fragilidade da verdade contemplada), pudesse partilhar certezas experimentadas na meditação para servirem à formação pastoral e espiritual (de clero e de fiéis). Não se importou com ser incómodo para reclamar que a reforma começasse por aqueles que deviam ser fonte primária e cristalina: impunha-se começar pelos cardeais, pois eram eles, com o Papa, que se propunham zelar pela pureza de doutrina; quando lhe mostravam os faustosos palácios e jardins que permitiriam convívio regalado nos palácios de Roma, respondia que melhor fora preocupar-se com os pobres e

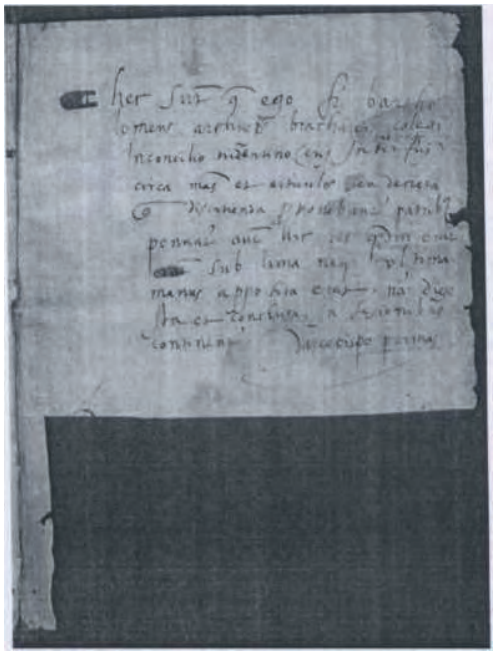
[17] Vinha de longe a comunidade cristã de Braga: não sabemos desde quando lhe cabia a dignidade primacial entre as dioceses da Península, mas outras havia que podiam reclamar origens apostólicas e os títulos de Pedro de Rates ou Vítor de Braga não oferecem argumentos consistentes historicamente; o desenvolvimento das cristandades nascidas em torno de Braga, com os seus mosteiros e com personalidades dinâmicas, em que Martinho acaba por ser entre os suevos apóstolo determinante, são argumento feliz a que há que conferir o alcance que merece; para uma síntese que julgue sobretudo da personalidade de Martinho de Dume e sua constelação de homens e de acção pastoral, cf. Aires A. Nascimento, "A cultura bracarense no séc. VI: uma revisitação necessária", in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Marques,* Porto, Faculdade de Letras, 2006, pp. 87-104; por muito que seja novidade, há que reconhecer momentos que são anteriores à chegada daquele homem de cultura e de acção pastoral: por certo Orósio e os Avitos de séculos anteriores pertencem a comunidades suficientemente sólidas que tinham criado instituições que solicitam a atenção de homens como Martinho e este tem em homens como Pascásio de Dume apoio inestimável.

[18] Os sínodos de Braga insistiam na correcção do clero infiel aos seus deveres: cf. *Synodicon Hispanum,* ed. Antonio Garcia y Garcia, Madrid, BAC, 1982.

[19] Das preocupações havidas no interior da Igreja sirva de testemunho a interpelação feita por Egídio de Viterbo aos Padres reunidos para o V Concílio de Latrão, em Maio de 1512: cf. John C. Olin, *Catholic Reform from Cardinal Ximenes to the Council of Trent 1495-1563,* New York, Fordham University, 1990, pp. 47-60.

que, mais que resguardar-se em edifícios sumptuosos, importava visitar e cuidar dos desamparados e acolhê-los nas dependências vazias.

Foi sob perspectiva de santidade que o cronista Fr. Luís de Sousa trabalhou a figura de Fr. Bartolomeu, coligindo e transfigurando pela arte as notas mais ou menos soltas que, antes dele, Fr. Luís de Granada, Fr. Luís Cácegas e D. Fr. António de Sousa, este, bispo de Viseu, tinham começado a delinear. Não se dê por arte o que traz por nobreza: daí ressalta um exemplo de vida de pobreza e de dedicação aos necessitados; envolto em espiritualidade intensa, torna-se voz que, ouvida na aula do Concílio de Trento[20], vinha de homens como Bernardo de Claraval e Domingos de Gusmão ou Francisco de Assis e ganhava raízes nas páginas dos Evangelhos. Se agora alguns pareciam estar dispostos a esconder, debaixo de vestes sumptuosas, exigências evangélicas, D. Fr. Bartolomeu, na simplicidade e até na rudeza das que singelamente envergava como dominicano, sentia-se livre e capacitado para reclamar o que andava esquecido e devia ser garantido pelo cumprimento de deveres inerentes à condição de bispo: dever de residência, comprometida com a instrução de catequese e assistência espiritual prestada aos fiéis (que tanto como gente de fé eram filii Ecclesie, a esta confiados pelo próprio Cristo).[21] Inventou o cronista, Fr. Luís de Sousa? A prática da pobreza não andava tão lisonjeada



[20] Exemplo de panegírico, não lhe falta grandeza de linguagem e encenação de encantar nem sinceridade e acomodação de testemunho.

[21] O arcebispo de Braga teve um processo de canonização moroso, a que, segundo alguns não terão sido alheias as críticas que não poupou às instituições da Cúria romana; começado o processo em 1702 por mandado do arcebispo D. João de Sousa, apenas foi declarado Venerável por Gregório XVI em 23 de Março de 1845; o Papa João Paulo II procedeu à sua beatificação em 4 de Novembro de 2001, dia da memória litúrgica de S. Carlos Borromeu, para lembrar a ligação dos dois nos trabalhos do Concílio de Trento; a memória litúrgica do arcebispo foi fixada em 18 de Julho.

que constituísse apanágio de escrita para se transformar em modelo se os exemplos não viessem do próprio biografado...

Há razões para não perdermos de vista essa figura luminosa e nela nos determos mesmo que, porventura, não queiramos invocar o juízo de santidade que sobre ela já foi pronunciado pela Igreja; bastar-nos-ia atender ao juízo de historiadores que se vergaram à grandeza da sua figura e não recusaram considerá-la personalidade ímpar, senão a principal, do concílio Tridentino[22]: sem pretender protagonismos, deu a mão a outros para fazerem constelação em favor da Reforma que se tornava necessária.[23]

6. UM CÓDICE AUTÓGRAFO

Homem metódico, teve D. Fr. Bartolomeu o cuidado de preparar as suas intervenções no Concílio e deixar apontamentos a elas respeitantes. Boa parte dessas intervenções foi acolhida nas edições dos instrumentos conciliares, mas outras ficaram por longo tempo na própria caligrafia do arcebispo ou de seus auxiliares.[24]

Efectivamente, num códice, que felizmente hoje se encontra à guarda do ANTT, podemos ter à mão um testemunho directo da sua pena: julgamos que, como termo de certificação, basta a subscrição de abertura.

---

[22] Hubert Jedin, *Historia del Concilio de Trento,* 5 vol., Pamplona, Univ. Navarra, 1981; Id., *La conclusione del Concilio di Trento (1562-1563),* Roma, Studium, 1964. Carlos Borromeo receberia de Fr. Bartolomeu dos Mártires o manuscrito do *Stimulus Pastorum* e dar-lhe-ia a sua concordância absoluta.

[23] As afinidades foram particularmente evidentes com o cardeal Carlos Borromeu (mesmo antes de ser arcebispo de Milão e como ele exposto a contrariedades que a aplicação do Concílio acarretaria), o arcebispo de Granada e o cardeal da Lorena, os quais entenderam rapidamente a força espiritual das reformas que o Bracarense propunha.

[24] Cf. *Monumenta Tridentina,* ed. August von Driffel, (3 partes, Munique, 1884-1887**,** partes 4 e 5, cont. K. Brandi, 1897-1899); *Zur Geschichte des Konzils von Trient,* ed. T. v. Sickel (3 partes, Viena, 1870-1872; Munique, 1899; *Concilium tridentinum: diariorum, actorum, epistularum, tractatuum nova collectio,* ed. Societas Goerresiana. Tom. I. (Diariorum pars i. Herculis Severoli commentarius. Angeli Massarelli diaria 1-4, collegit S. Merkle), Friburgo, 1901: Tom. IV. (Actorum pars I, Monumenta concilium praecedentia; trium priorum sessionum acta: collegit St Ehses), Friburgo, 1904. Enquanto o processo de edição não se conclui, há que ter em conta: F. le Plat, *Monumentorum ad historiam concilii tridentini spectantium amplíssima collectio,* Lovaina, 1781-1787.

Trata-se de um códice que certamente Fr. Luís de Sousa conheceu[25], mas andou esquecido; felizmente voltou à nossa consideração: não é favor tomá-lo, por aquilo que é (registo de reflexões preparatórias das sessões conciliares); nem tudo é da mão do arcebispo, mas pertence-lhe como autor; revela personalidade empenhada, metódica, devotada: o exercício de escrita é tanto prova de ascese pessoal como contraprova de dedicação em favor da qualidade de convívio com os demais, na preparação das sessões conciliares.

Sabe-se que este códice se encontrava no Convento do Pópulo, em Braga, em 1726, quando se procedeu a recolha sistemática dos escritos de Fr. Bartolomeu dos Mártires para se iniciar o seu processo da canonização[26]; no entanto, este manuscrito não seguiu para Roma (talvez porque cedo se percebeu que aí não ganharia vencimento a causa da canonização, devido às posições assumidas pelo arcebispo que continuavam a interpelar e a invectivar as consciências romanas que não se tinham ainda vergado às vozes mais incómodas que de Trento se estenderam a Roma).

Porque essas intervenções representavam o que de mais genuíno se ouvira na aula conciliar, alguns dos seus apontamentos mereceram a atenção de eruditos, mas deles apenas extraíram versões retocadas relativamente ao original (como aconteceu com um manuscrito que ficou em Paris e que parece devido a revisão de quem procedeu à publicação das suas obras).

Por vicissitudes da história portuguesa (especificamente, por incúrias e dispersão das suas bibliotecas), o espólio bibliográfico do grande arcebispo dispersou-se. Este códice em que se haviam reunido os cadernos com as intervenções e apontamentos redigidos durante o Concílio de Trento (que esteve na biblioteca do convento do Pópulo, em Braga, casa de Agostinhos), não mereceu atenções a quem recolheu os escritos do Arcebispo para os enviar à Congregação Romana que devia examiná-los para sobre eles se pronunciar quanto à ortodoxia de fé e processo de

[25] O cronista, *Op. cit*, p. 669, dá conta de que o arcebispo "escreveu üa relação das cousas sucedidas no santo Concílio de Trento, desd'o dia que se abriu até que teve conclusão e começa: *Concilium apertum est decima octava die Ianuarii anni 1562"* – modo sumário de dizer que tomou nota do que dizia respeito à sua presença na sessão em que participou.

[26] Havemos de concluir que a vontade testamentária do Arcebispo não se cumpriu adequadamente, pois foi ao convento de Santa Cruz de Viana que ele fez "pura e irrevogável doação *inter vivos* dos meus livros e dos meus móveis": cf. Fr. Luís de Sousa, *Op. cit.*, p. 577.

virtudes; por estar escrito de mão que lhes pareceu ser outra que a do próprio e por não lhe reconhecerem mérito especial, deixaram-no de lado.

Alguém menos avisado terá entendido que se tratava de simples notas sem préstimo, mas para nós aduz a expressão directa de quem se constitui lídimo testemunho das preocupações da Igreja daquele tempo.

Correu riscos de se perder este códice nas dispersões causadas pela extinção das Ordens Religiosas de 1834, mas foi resgatado por ter passado para mão de particulares cuidados, sendo posto à consideração pública por Manuel (António) Braga da Cruz[27], quando o descobriu entre os livros comprados aos herdeiros da biblioteca do Conselheiro Jerónimo Pimentel[28]: em 1974, deu-o a conhecer a Fr. Raul de Almeida Rolo, O. P.; este, por sua vez, na sua qualidade de Postulador da Causa de Beatificação de Fr. Bartolomeu dos Mártires, solicitou autorização para dele se servir e publicar algumas partes de maior interesse, por ocasião do IV centenário da morte de Fr. Bartolomeu; judiciosamente escolheu as intervenções conciliares ou também as notas tomadas em perspectiva das discussões. É abrangente o elenco que diligenciou publicar com a respectiva tradução, auxiliado por outros que soube chamar a colaborarem[29]:

1) Petitiones / Petições – que representam as posições preparadas pelo arcebispo bracarense;
2) Apontamentos que deu o Vigário de Valença – que bem podem ser vistos como exemplificativos da preparação feita pelo prelado que ouviu os seus colaboradores com vista à assembleia ecuménica;

[27] Devemos à gentileza do Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz, sabemos que a pessoa em causa era seu tio de nome quase igual: Manuel António Braga da Cruz, nascido em Tadim, Braga, em 1892, pertencia a família que fundara a Livraria Cruz, em Braga; dedicou-se pessoalmente ao estudo das coisas da sua região e acumulou importante biblioteca dedicada a temas bracarenses e personalidades da cidade ou assuntos regionais; compreende-se que lhe interessassem os livros e os documentos relacionados com o santo arcebispo bracarense: ao ilustre dominicano que foi Fr. Raul, A. Rolo abriu as portas da sua biblioteca e revelou o que aí acumulara sobre Fr. D. Bartolomeu dos Mártires; mais tarde a família Braga da Cruz considerou que o códice devia ser guardado por instituição responsável e levou ao ANTT a proposta de venda daquela espécie. Cf. Manuel A. Braga da Cruz, *Histórias de Braga,* Braga, Cruz Editores, 2014.

[28] O Conselheiro Jerónimo da Cunha Pimentel foi presidente da Câmara de Braga e governador civil do distrito, tendo falecido em 1898; a sua casa é hoje considerada património de interesse público.

[29] Cf. *Documenta Bartholomaeana Tridentina – Intervenções Conciliares*, leitura e tradução de Aires A. Nascimento e Arnaldo Espírito Santo, introd. Fr. Raul A. Rolo, O.P., Braga, 1990, p. 22.

3) Collecta in Concilio – apontamentos tomados sobre matérias e artigos ou decretos propostos à discussão dos Padres Conciliares, bem como as respostas que deu em várias sessões: 8 de Abril, 20 de Abril, 6 de Julho, 6 de Agosto, 10 e 11 de Dezembro de 1562 e, mais tarde, em 16 de Maio de 1563.

O códice foi finalmente proposto à aquisição do Arquivo Nacional da Torre do Tombo que assim lhe garantiu salvaguarda e o incorporou nas suas colecções.

Trata-se de testemunho autêntico e insuperável por qualquer edição. Logo no fl. 1, lemos: Hec sunt que ego Fr. Bartholomeus archiepiscopus Bracharensis colegi in concilio Tridentino (cui interfui \sub/ Pio V) circa matérias et artículos seu decreta que discutienda proponebantur Patribus; ponuntur autem hic res quedam [que] erant sub lima neque ultima manus apposita erat, nam digesta et conclusa in sessionibus continentur. O Arcebispo primas. Em tradução: "Isto é o que eu, Fr. Bartolomeu, arcebispo de Braga, coligi no Concílio de Trento (no tempo de Pio V), respeitante a matérias e artigos ou decretos que foram sendo propostos para discussão aos Padres Conciliares; entenda-se que se colocam aqui coisas que ainda estavam ainda em revisão, sem terem recebido a última demão, pois as que foram discutidas e votadas encontram-se nas Sessões. O Arcebispo Primaz".

Escrevia (ou ditava)[30] Fr. Bartolomeu em cadernos soltos (de cinco bifólios – como eram os antigos cadernos que em tempos nos davam para as nossas actividades escolares): circunspectamente, em nota inicial do fl. 2, vai ao ponto de assim o referir:

Hoc est primum quinternum eorum ubi coligere proposui que nobis exhibita fuerunt ad discutiendum – ou seja, "este é o primeiro quinterno daqueles em que me propus coligir aquilo que nos foi apresentado para a discussão".

Metodicamente, anota o início das sessões, informando que a primeira se deu a 11 de Março de 1562, dia em que foram distribuídas doze propostas de reforma: Capitula 12 reformationis proposita consideranda Patribus 11 die Martii anno 1562 in concilio Tridentino, et hec prima que proposita fuerunt, nam in primis duabus sessionibus in 18 Januarii et 26 Februarii non fuerunt facta decreta.

[30] O hábito de anotar é acentuado por Fr. Luís de Sousa como procedimento que Fr. Bartolomeu contraíra desde tempos passados: "ajudava-se de outro meio, que era trazer escrita de sua mão, no rosto de uns cadernos de anotações de que se valia para a pregação"; cf. ed. laud., p. 27. Quando queria reter alguma coisa de importante, tomava apontamento dela – anota o mesmo cronista: cf. p. 78, "fazia ele por sua mão um abreviado memorial em um caderno que sempre costumou levar consigo".

No fl. 4, é trazida à colação a primeira intervenção pública do arcebispo, a 8 de Abril: Responsio Bracharensis archiepiscopi in publica congregatione concilii Tridentini anno 1562, 8 Aprilis ad predicta 12 quesita.

Volta ele a intervir a 20 de Abril, com uma Responsio Fr. Bartholomei archiepiscopi Bracharensis in Congregatione habita 20 Aprilis 1562 ad alia consequenter quesita (fl. 9).

Temos assim, ao menos em intenção, uma agenda do arcebispo no Concílio. Notamos, todavia, que a escrita não é uniforme, pelo que é de distinguir o que o arcebispo redigiu por seu próprio punho e o que outros (seus secretários) registaram em seu nome.

Advertimos também que a superfície do fólio é dividida em duas partes, sendo a da charneira (lado de fora) deixada para aparato de autoridades ou para comentários e propostas alternativas; alguns dos fólios foram tracejados para anular um primeiro assento. Tudo isto é merecedor de análise, pois faz parte de uma progressão que dilata a personalidade do arcebispo.

Não faltam observações sobre o andamento dos trabalhos, anotando, por exemplo, que um dos decretos foi votado a 24 de Janeiro de 1563, com a sua participação, em casa do cardeal da Lorena, como escreve no fl. 103: Reformatum fuit hoc decretum per deputatos 6 et duos cardinales de Lotharingia et Madrucium, patriarcham de Aquilea, 5 archiepiscopos (quorum unus ego fui) et alios episcopos, 24 Ianuarii 1563, in domo cardinalis Lotharingii.

7. FR. BARTOLOMEU DOS MÁRTIRES ENTRE OS PRELADOS PORTUGUESES.

Remetendo-nos à figura de Fr. Bartolomeu dos Mártires, não será diminuí-lo se procurarmos situá-lo entre os legados de origem portuguesa ao concílio de Trento, na 3.ª fase da Assembleia: o distanciamento entre eles foi dilatado, não actuaram em grupo nem ele, que era arcebispo, chamou a si qualquer coordenação – os tempos eram outros.[31]

[31] De entre os prelados portugueses tomaram parte no Concílio de Trento: Fr. Baltazar Limpo, bispo do Porto, D. João Soares, bispo de Coimbra, D. Frei Gaspar do Casal, bispo de Leiria, D. João de Melo e Castro,

Com certo tom de algum despeito, aponta-se, por vezes, que a presença portuguesa em Trento foi tão parca, em número de representantes, como foi globalmente discreta, pelo teor das intervenções.[32] Convenhamos que Fr. Bartolomeu foi excepção pela positiva: mas com ele tinha acompanhantes que se distinguiram; entre eles, Fr. Francisco Foreiro.[33] É certo que o rei português procurava interesses próprios que Roma tentava por vezes contrariar.[34]

D. Fr. Bartolomeu aliava-se aos seus vizinhos, como Pedro Guerrero, arcebispo de Granada, quando estavam em causa os interesses pastorais, fora das reacções que o embaixador português, Fernão Martins Mascarenhas, procurava fazer vingar para defender orientações do Cardeal D. Henrique, que assumia já de antes o cargo de Inquisidor[35]; apercebeu-se o arcebispo da fragilidade da aliança com os poderes temporais, por se cruzarem interesses temporais com proclamações de fé católica e não ignorava que a implantação do Tribunal da Inquisição ultrapassava as regras que o arcebispo pretendia seguir como modo de "poder pastoral"...

---

bispo de Silves, D. Fr. Bartolomeu dos Mártires. Cf. José Pedro Paiva, *Os bispos de Portugal e do Império, 1495--1777,* Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006. As desculpas que o rei, D. João III, invocou não merecem encómios.

[32] David S. Barbosa, "Portugal em Trento: uma presença discreta", *Lusitania Sacra,* 3, 1991, pp. 11-38.

[33] É sabido que foi chamado a redigir as actas dogmáticas da terceira fase do Concílio, como terceiro secretário, e que recebeu várias missões complementares: incumbido da redacção do Catecismo da Igreja Católica; a ele pertenceu também participar na elaboração do primitivo índice dos Livros Proibidos (dada a competência antes demonstrada na mesma função em Lisboa, em 1561); acompanhou ele também a redacção do Missal Romano e do Breviário Romano, que seriam promulgados pelo Pontífice de Roma. Pese embora o ferrete da sua vinculação aos índices Expurgatórios, a sua figura representa o seu tempo e não lhe competia subir mais alto. Cf. Fr. Joseph da Natividade, *Agiologio dominico, vidas dos santos, beatos, martyres, da Ordem dos Pregadores,* Lisboa, Officina Alvarense, 1743, tomo V, fl. 136-139, a 10 de Janeiro.

[34] Esperaríamos algo mais se houvesse empenhamento pastoral mobilizador; o receio dos desvios heterodoxos e suas consequências políticas, levara o rei a solicitar a instituição de um Tribunal para julgar dessa heterodoxia, não sem que Roma manifestasse desconfiança do seu possível aproveitamento político, mas os bispos não terão discordado. Os conflitos a que o Concílio procuraria responder não os mobilizava: o próprio rei D. João III solicita que sejam dispensados seus familiares, D. Afonso e D. Henrique, ao tempo arcebispos de Braga e de Lisboa, respectivamente; invoca "razões de saúde e vários outros inconvenientes das circunstâncias presentes e muitas outras razões", que o rei não explicita; pretende também o rei ter o direito de escolha quanto aos bispos a enviar: não era esse o entendimento do Papa, pois não respondeu ao rei e dirigiu cartas a todos lembrando a obrigação que lhes incumbia. Cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal,* III, Porto, 1968, pp. 519-548.

[35] Cf. Raul A. Rolo, "O «Bracarense» padre conciliar", em *IV Centenário da morte de D. Frei Bartolomeu dos Mártires – Actas do congresso internacional,* Fátima, Movimento Bartolomeano, 1994, p. 299.

Nem sempre as intervenções dos bispos ou dos teólogos lusitanos surgiram como exemplos perante os Padres Conciliares: uma das situações mais sensíveis foi a do bispo de Coimbra, D. João Soares, a quem faltava moralidade de costumes[36], mas ousou simular virtudes e permitiu-se fazer propostas em favor da vida em comum dos bispos com os seus cónegos e arvorou-se em propagador de antigas normas que reclamavam distribuição dos rendimentos em três partes (uma para os pobres, outra para a fábrica da igreja, a terceira para o bispo e cabido, revertendo os eventuais sobejos também para os pobres).

Não é caso para aqui nos demorarmos na figura de um humanista que resplandeceu nos ambientes itálicos e foi chamado a bispo de Viseu, D. Miguel da Silva (c. 1480-1556): para encurtar caminhos, acentue-se que foi ele sinal de contradição pelo ódio que o monarca português lhe dedicou e pela inutilidade dos serviços que dele se poderiam esperar. Nomeado cardeal, D. Miguel da Silva[37], nunca pôde tomar a palavra na aula conciliar por interposição do rei D. João III que lhe movera uma perseguição implacável, apesar de todos os apelos e demonstrações de apreço da parte do Papa ou de outras personalidades romanas: é certo que o humanista andara pelos salões de nobres e nas academias de letras e saberia demasiado das fraquezas lusitanas para ser aceite como companhia agradável quando lhe era contraposta a venalidade de outros, apesar da amizade papal; tornara-se figura ostracizada pelo rei, sem que ninguém estivesse resolvido a dizer de onde procediam as razões de tal aversão, preferindo deixar as paredes manchadas com o seu nome.[38] Quando D. Fr. Bartolomeu dos Mártires partiu

[36] Tendo entrado nos Eremitas de Santo Agostinho e chamado às funções de bispo, não tinha qualidades intelectuais nem podia aspirar ao respeito que ele não praticava em matéria de costumes: a rainha Dona Catarina procurou diligenciar saber a verdade do que a seu respeito se dizia, mas, como noutros casos, o processo encerrou-se sem ter passado a julgado; personalidade de vida escandalosa já em Coimbra, foi surpreendido também nos mesmos vícios em Trento, pelo que teve de abandonar a cidade.

[37] Quando D. Fr. Bartolomeu dos Mártires assumia a responsabilidade da arquidiocese de Braga, já D. Miguel da Silva havia falecido.

[38] Miguel da Silva pertencia a família nobre, da qual hoje conhecemos duas figuras de santidade, Santa Beatriz da Silva e Beato Amadeu da Silva. Frequentou a universidade de Paris e passou depois por várias cidades e escolas italianas, tendo ganho estima na sociedade profana e eclesiástica; serviu o rei D. Manuel I no fausto do Renascimento, nos meios pontifícios, aproveitando a magnificência com que o rei Venturoso ousava impressionar a Europa do tempo; a partir da corte romana, onde os Pontífices lhe foram declarando provas de amizade. A sua figura ficou obumbrada na penumbra da corte portuguesa; as alterações na governação por parte do rei D. João III, por razões de austeridade não explicam o afastamento que o monarca desencadeou sobre alguém que chegara a ser nomeado seu escrivão de puridade. Um juízo sobre a sua figura

para Roma, não ia longe o tempo em que falecera o bispo de Viseu, mas o arcebispo de Braga não ia senão para tomar voz pela renovação eclesial. Não encontramos qualquer referência feita por ele ao humanista ostracizado na terra lusitana. Aliás, não lhe conhecemos referência sequer a André de Resende, não obstante as actividades que este tomara, já fora do grupo a que pertencera e sempre quis manter em estima.[39]

---

pode ver-se em Alfredo Pimenta, *D. João III,* Porto, Livraria Tavares Martins, 1936, pp. 69-107, mas devem contrapor-se-lhe os factos enumerados por Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal,* III, pp. 659--670. O monarca terá querido evitar os seus gastos perdulários na corte romana, mas não há notícia de que lhe tenha lançado isso em rosto para o chamar a si e tomá-lo sob vigilância apertada, nem para desacreditá-lo junto das entidades superiores que o nomearam bispo de Viseu em 1527 e o chamaram a Roma: "estrangeirado" e já fora das relações com fidalgos, por larga ausência noutras terras, nunca conseguiu ser benquisto nos meios nacionais, que acabavam de ser dominados pelas vozes saídas da Assembleia de Valhadolide, justamente celebrada entre 27 de Julho e 13 de Agosto de 1527; mantendo relações na corte pontifícia, onde seu amigo Júlio III, ascendera ao trono papal, dois anos depois, em 1529, aceita ser nomeado cardeal sem consulta ao monarca português: possa isso ter sido considerado afronta por parte de D. João III que pretendia reservar o título para seu irmão, D. Henrique, foi questão em litígio, tanto mais que Miguel da Silva soube que a sua nomeação fora feita primeiro *in petto,* mas a saída intempestiva de Viseu, sem prevenir o rei, leva a suspeitar que ele quis evitar o pior, sabido que é como D. João III maquinou a sua eliminação física e procedeu à sua desnaturalização e à interdição dos seus bens, metendo pelo meio conivências de outras entidades, nomeadamente o imperador Carlos V; foi adiada por dois anos a entrega das insígnias cardinalícias, mas, entretanto, o prelado foi encarregado de missões em Veneza e depois designado para missões nos Estados Pontifícios; perante Roma, o rei português dissimulava e ficava-se por respostas evasivas ou dilatórias: faz sentir desagrado e tenta evitar que o bispo compareça à convocatória feita para o concílio por Paulo III; em 1538, em nota para o embaixador português, Pedro de Mascarenhas, o rei afirmava-se cioso das suas prerrogativas e dos seus direitos de escolha sem ceder a Roma. Segundo opinião recente, o dissídio do rei com o bispo, dever-se-ia à intervenção de D. Miguel da Silva, em Roma, em tempos recuados: interviera no processo de dispensa de impedimento em favor do casamento de D. Manuel I com Maria de Aragão e conseguira dispensa tão urgente (mais depressa concluída que começada – comentar-se-ia ao tempo) deixando suspeitas que alastrariam sobre a legitimidade dos próprios filhos, a começar por D. João III: D. Miguel da Silva seria o único que conhecia a verdade que a qualquer momento podia ser atirada ao próprio. Por outro lado, aquando do processo de instituição de um Tribunal da Inquisição em Portugal, em que D. João III se empenhava, D. Miguel da Silva teria sido entrave que fazia arrastar o processo. Fosse tudo isso e também a inveja ou o ressentimento de ele ter ocupado cargos e lugares que o rei desejava para seus familiares, D. Afonso e D. Henrique, mas não podia contestar, não havia razões para a perseguição dissimulada ou para o conluio procurado contra o bispo. Sylvie Deswarte, *Il 'Perfetto Cortegiano' D. Miguel da Silva,* Roma, Bulzoni, 1989; Sylvie Deswarte, "La Rome de D. Miguel da Silva (1515-1525)", in *O humanismo Português, 1500-1600 – Primeiro Simpósio Nacional (21-25 de Outubro de 1985,* Lisboa, Academia das Ciências, 1988, pp. 177-307. Recentemente foi ressuscitada a polémica sobre a figura do bispo: Ana Isabel Buescu, "D. João III e D. Miguel da Silva, bispo de Viseu: novas razões para um ódio velho", *Revista de História da Sociedade e da Cultura,* 10, 2010, pp. 141-168.

[39] Embora nascido em freguesia situada paredes meias com o convento franciscano, junto da igreja dos Mártires, na colina do monte de S. Francisco, Bartolomeu deve ter recebido instrução elementar na igreja dos dominicanos, ao Rossio; não lhe ficou memória de André de Resende, se é que este ali ensinou antes de rumar ao estrangeiro; não lhe deu lugar mesmo em pregação que aquele ocasionalmente desenvolveu em actos

O arcebispo D. Fr. Bartolomeu empenhava-se na reforma da vida pastoral que pretendia rever e programar segundo padrões de piedade e de mudança de costumes: não eram necessários mais dogmas – asseverava ele; importante era que se tomasse a peito a reforma da Igreja: a sistematização da doutrina dos sacramentos fora estabelecida, a doutrina da justificação fora posta a claro, tempos antes; mais adequado seria prever e organizar a catequese do povo e tomar a seu cuidado a preparação dos sacerdotes nos seminários, o acompanhamento da vida pastoral dos párocos, chamando-os a encontros periódicos para o exame de "casos de consciência", ao bispo ficava reservado o trabalho de visita às comunidades paroquiais e a animação pastoral.

Não se alheava Fr. Bartolomeu da vida nacional e por vezes haveria de fazer dela ponto de partida para reflexão ou objecto de conversação com outros, a começar pelo Papa, a propósito da vitória dos portugueses em Mazagão, no ano de 1562[40]; uma ou outra dessas circunstâncias vem à sua pena, como é a referência à figura do príncipe D. Luís, no priorado do Crato. Se alguma coisa mais divisamos nos seus apontamentos tomados durante o concílio, ele mantém-se discreto: assim, quando, a propósito da eleição de cardeais[41], escreve que na sua escolha se deve ter em conta a vontade dos reis, haverá a tentação de alargar o horizonte até à situação criada em torno de D. Miguel da Silva; o juízo crítico do arcebispo aparece-nos também, em forma subtil, imediatamente depois, ao solicitar que de entre o número de cardeais a cooptar, "alguns" (aliqui) sejam maxime idonei: – acentuar a idoneidade de alguns deixava supor que ela bastava para suscitar e dirigir as reformas na Igreja, mas fica em causa que nem todos os cardeais eram do mesmo talante (este elemento, aliás, pode ser tomado em duplo sentido: por um lado, o arcebispo, admitia que houvesse uma autoridade central que pudesse iluminar as reflexões que o Papa havia de comunicar, por outro lado, a responsabilidade residia nos bispos e eram estes a fonte de doutrina para o seu povo).

---

esporádicos: cf. *Aegidius Scallabitanus de André de Resende: um diálogo sobre Frei Gil de Santarém*. Estudo Introdutório, edição crítica, tradução e notas de Virgínia Soares Pereira, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

[40] Não esqueceria nessa altura de recomendar ao Papa as porcelanas que se haviam introduzido em Portugal em vez das baixelas italianas. Cf. Fr. Luís de Sousa, op. laud., p. 254 ss.

[41] Sobre os cardeais escreve: "Non eligantur nisi excellentes vita et doctrina, non minores triginta annis; sint diversarum nationum, sint certo numero; non eligantur invitis Principibus suarum nationum... De numero Cardinalium eligantur aliqui maxime idonei qui simul cum Papa Ecclesiam gubernent".

Em contrapartida, por concessão que nos causa estranheza, quando toca na eleição dos bispos, embora advogando que eles deviam ser reconhecidos pela virtude e pela ciência, admite que quanto a esta se possa dispensar em caso de consanguíneos dos reis... Concessão para se defender de algum melindre?

Sentimos também pesarem sobre o arcebispo alguns factores de índole local: com relutância lemos hoje as suas advertências sobre judeus[42] e luteranos[43] ou sobre a Inquisição[44]: pecados de uma história que é colectiva e que haveremos de purgar colectivamente em trajes de nojo, fazendo por ela o luto que se impõe, sem lhe darmos maior peso que aquele que podemos carregar.[45]

Admiramos, porém, a minúcia com que faz pender para a Cúria Romana e seus funcionários o fiel da balança, mas havemos de tomar por sinceridade a denúncia de procedimentos de uma instituição como a Cúria Romana que se burocratizara e se valia de expedientes para assegurar dinheiro que se tornara necessário para manter serviços inúteis: com o intuito de renovar e simplificar por razões de serviço, não se exime D. Fr. Bartolomeu a invocar exemplo português quando a propósito.[46]

8. UM NOVO PODER: A MISSÃO PASTORAL

Temos hoje sobretudo sobejas razões para entendermos a defesa feita por D. Fr. Bartolomeu relativamente ao poder que o bispo, como ordinário do lugar, a quem cabia superintendência nos cargos e benefícios da diocese, firmado sobretudo em argumentos de carácter pastoral: o contacto com os fiéis, porque filii

[42] "Os judeus ou sejam expulsos dos países cristãos ou vivam à parte e tragam uma marca que os distinga, em cumprimento do concílio de Latrão".

[43] "Institua-se uma fervente Inquisição contra os luteranos, em Itália, e contra os que duvidam da imortalidade da alma, contra os bruxos e adivinhos".

[44] "Haja em toda a parte inquisidores de heresia, segundo a forma e o modo de Espanha".

[45] Para esclarecimento do processo histórico, sem preconceitos, convirá ter em conta os acontecimentos que levaram à formação do tribunal hispânico que concitava as atenções e a aprovação do arcebispo de Braga: cf. A. S. Turberville, *A Inquisição Espanhola*, trad. Cabral do Nascimento, Lisboa, Portugália, 1957; Lisboa, Vega, 1988 (um resumo da problemática por J. Vaz de Carvalho, "Origens da Inquisição Espanhola – A propósito de um livro", *Brotéria*, 76, 1963: retomado em *Brotéria*, 178, 2014, pp. 284-299).

[46] "Que os benefícios não sejam perpétuos, senão concedidos a modo de graça, como ao Infante D. Luís nos benefícios do Crato".

ecclesiae, reclama residência; o carácter pastoral do bispo, porque episcopus, aconselha a acompanhar de perto, sem interposição de outros e sem delegação noutros (no caso, evitando bispos titulares, que eram substitutos); solícito em conhecer os seus fiéis, não se exime de visitar pessoalmente as paróquias espalhadas por um vasto território e atender a todos quantos dele precisam, fazendo saber que, como pastor, está preocupado pelos que necessitam de apoio, seja espiritual seja material – por tal maneira que se declara ser devedor a todos, pois deles são os bens que lhe puseram à disposição.

D. Fr. Bartolomeu sempre foi apontado como personalidade atenta às necessidades da Igreja[47]; como tal, não ignora as circunstâncias que o rodeiam; assim, pesa nele o facto de Portugal se encontrar longe de Roma e por isso, entre as suas propostas para exame faz notar a vantagem da instituição de um legado que, à semelhança do que acontecia noutras regiões (Inglaterra, Hungria, França), tivesse a seu cuidado dispensas em casos reservados a aplicar em terras distantes (Arábia e Índia); empenhado na renovação pastoral, não se inibe de chamar à colação algum caso mais particular se ele serve para reflexão: é o caso das notas que o vigário de Valença lhe faz chegar, a que o arcebispo acrescenta os prejuízos aí verificados pela convivência de dois beneficiários numa mesma habitação na cidade de Valença, para daí concluir da necessidade de formular juízos e regras em que prevaleça o critério da cura de almas em detrimento de qualquer outro.

Ao anuir à necessidade de criar um tribunal inquisitorial (situação que D. Miguel da Silva contrariara), o arcebispo de Braga defende que esse tribunal, pelas funções exclusivamente pastorais, que lhe incumbiam, fique na dependência do Ordinário diocesano, mal imaginando, ao tempo, as agruras que lhe haveria de causar a instância que fora criada de molde a sobrepor-se a outras jurisdições, no caso da Inquisição; o seu motivo de crítica era límpido: o poder pastoral do bispo (no caso, arcebispo e metropolita) não deve ceder perante outros, é pastoral e não administrativo...

Do arcebispo bracarense conhecemos juízo próprio e motivos de consolidar a própria autonomia: firmado em prática de vida interior que outros reconheciam e ele cultivava tanto que se dedicava a escrever o que pensava comunicar por

[47] Remetemos de novo para as obras de Fr. Raul A. Rolo, acima citadas.

iniciativa pastoral e se entregava inteiramente à sua função episcopal, associava-lhe o desprendimento de outros interesses – materiais ou de sangue.

Em favor dele e da isenção nas suas funções, podemos invocar que se negara ao recrutamento feito pela rainha e apenas obedeceu ao mandato do seu superior, Frei Luís de Granada[48], que lhe impôs a aceitação para o episcopado, quando parecia que era inevitável assumir o cargo de arcebispo de Braga, no momento em que era necessário dar sucessão a D. Baltasar Limpo.[49]

Sempre focado na sua missão pastoral, ao chegar a Trento, para a sessão do concílio a que fora chamado, em momento algum o arcebispo deixara de se sentir preso à sua diocese de origem, pelo que se correspondia epistolarmente com Frei João de Leiria, a quem deixara como vigário-geral; a sua articulação com os seus colaboradores de pastoral está patente no documento que guardou do vigário de Valença sobre aspectos de reforma a sustentar.

Consciente de que a reforma a promover havia de nascer da vida interior, nas consciências e no coração, uma vez chegado a Trento a 18 de Maio de 1561, enquanto esperava pela abertura oficial do concílio que já deveria estar em funcionamento (pois se previra que tivesse começado em 6 de Abril, mas apenas teria começo a 18 de Janeiro de 1562), D. Fr. Bartolomeu dos Mártires aproveita o tempo para, no recolhimento do convento dominicano de S. Lourenço e longe de eventuais distracções a que outros eram atreitos, se entregar ele a reflectir sobre a situação da Igreja, meditar sobre os deveres dos pastores e preparar as suas possíveis intervenções na aula conciliar: sentia ele responsabilidades pessoais e não podia deixar de se dar conta das expectativas que se haviam criado em torno da sua pessoa, pois assim o tinha que deduzir das diligências empreendidas pelo embaixador português em Roma, D. Lourenço Pires de Távora.[50]

---

[48] Para a importância desta figura no panorama português, cf. Maria Idalina Resina Rodrigues, *Frei Luís de Granada e a Literatura de Espiritualidade em Portugal* – Tese de Doutoramento em Filologia Românica, Universidade de Lisboa, 2 v., 1976.

[49] Para essas funções, pretendera a rainha Dona Catarina, esposa de D. João III, fazê-lo na pessoa de Fr. Luís de Granada, mas descarregou este o encargo, impondo-o, na qualidade de Superior Provincial, a Fr. Bartolomeu que se quis escusar, mas, em 1558, o aceitou, com a condição explícita, de não haver qualquer manifestação de fausto. A nomeação de arcebispo de Braga teve lugar no consistório de 27 de Janeiro de 1559.

[50] O embaixador transmitia para Lisboa indicações precisas do próprio papa para que não faltasse nem o bispo de Coimbra, D. João Soares, nem o arcebispo de Braga, D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, pois sobretudo este era estimado por "letras, possibilidades e exemplo", comenta José de Castro, "Portugueses em Trento", *Lumen*, 25, 1961, p. 760.

Não partira o arcebispo com programa premeditado, mas não lhe seriam alheias as preocupações e exemplos deixados tempos antes pelo seu antecessor, D. Baltasar Limpo[51], que, na primeira Sessão do Concílio, e na qualidade ainda de bispo do Porto[52], não só discutira questões doutrinárias sobre a justificação e sobre a dignidade dos sacramentos, como pugnara também por vincular a aula conciliar a questões de índole pastoral, nomeadamente, no respeitante à da obrigação de residência dos titulares dos cargos e à necessidade de promover a dignificação do sacramentos, particularmente do matrimónio, e constituir um catecismo orientador do povo cristão.[53]

À partida não seria de esperar que o novo arcebispo bracarense, entrado recentemente na sua diocese, tivesse qualquer notoriedade, já que não procedia de grupo conhecido e não se lhe podia apontar currículo científico que não fosse o do seu ensino em terras nacionais, ainda que alguma vez tivesse passado por cidades de Espanha: efectivamente, o seu ensino teológico decorrera quase

---

[51] Sobre alguns aspectos deste prelado, cf. Franquelim Neiva Soares, *Visitações de D. Fr. Baltasar Limpo na Arquidiocese de Braga,* Braga, 2ª ed., 1983; Avelino de Jesus da Costa, "Centenários natalícios dos arcebispos de Braga, D. Frei Baltasar Limpo e D. Rodrigo da Cunha", *Bracara Augusta,* 33, 1979, pp. 3-66.

[52] Manuel M. Wermers, O. Carm., "D. Fr. Baltasar Limpo no Concílio de Trento", *Lusitania Sacra,* 6, 1962-65, pp. 91-136; Manuel Augusto Rodrigues, "D. Baltazar Limpo, insigne bispo e teólogo português do séc. XVI – A sua participação no Concílio de Trento", *Theologica,* 15, 1980, pp. 225-246. Relativamente ao tema da residência obrigatória, bateu-se o bispo portuense por «ut in aliis conciliis fiebat, quod ante omnia, quae reformanda sunt, cum ex curia Romana, tum aliunde, in médium proponerentur et examinarentur; et antequam statuatur de residentia, prius promulgandum esset decretum de reformatione episcoporum, de eorum moribus, vita, aetate, etc.»: antes de tudo, a legislação deveria partir da reforma na pessoa dos titulares dos cargos; além do mais, insistia, a reforma devia começar pelos Cardeais. A lição seria repetida por D. Fr. Bartolomeu.

[53] Não era novidade entre nós tal preocupação e cuidado relativamente a textos catequéticos: temos boa informação sobre D. Diogo Ortiz, bispo de Viseu, que se ocupara dessa matéria: cf. Francisco da Silva Cristóvão, "O Catecismo Pequeno de D. Diogo Ortiz Vilhegas", *Humanitas,* 50, 1998, pp. 687-700; veja-se sobretudo *O Catecismo Pequeno de D. Diogo Ortiz, bispo de Viseu,* ed. Elsa Maria Branco da Silva, Lisboa, Colibri, 2001. Note-se que a palavra "Catecismo" tem, de entre as línguas românicas, o primeiro registo na língua portuguesa, justamente através da obra do bispo de Viseu. Convirá reter que há antecedentes na forma de formação por parte dos pastores relativamente aos seus fiéis: os concílios e sínodos medievais exigiam aos pastores uma exposição ainda que sumária da doutrina; costuma-se apontar o *Lay folks Catechism,* do bispo de York, apresentado em 1357, como um dos primeiros exemplos, mas podem rastrear-se outros, mesmo entre nós, como é o caso do *Livro das três crenças,* que alguns, como Fr. Manuel do Cenáculo, colocam no tempo de D. Dinis, e efectivamente pode datar-se de c. 1270 – cf. Aires A. Nascimento, "Livro da Crença cristã", in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa,* org. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, Caminho, 1993, s.v. Os sínodos diocesanos, como o celebrado por D. Diogo de Sousa em Braga, em 1505, estabeleciam obrigação de ensino do catecismo: cf. *Synodicon Hispanum – Portugal,* ed. Antonio Garcia y Garcia, Madrid, BAC, 1982.

exclusivamente no Studium Particulare da Província Dominicana portuguesa e não atingia a repercussão que lhe poderia provir de um Studium Generale; é certo que fora chamado a Évora para colaborar na formação moral e intelectual de um dos príncipes, D. António, que viria a ser conhecido por Prior do Crato[54]; em 1551, no convento de San Esteban de Salamanca, na festa do Pentecostes, recebera ele o título de Mestre em Teologia (grau superior para o ensino), mas regressara às suas funções na terra de origem.

Era muito o que se exigia de um Mestre; a ele as exigências brotavam da confiança que nele depositavam e era tanto maior quanto lhe reconheciam autoridade: no caso, empenhara-se no título o próprio rei, D. João III, que solicitara a Coimbra o reconhecimento da qualidade científica de Fr. Bartolomeu, e o mesmo acontecia com o Provincial dominicano, Fr. Francisco de Bovadilla, comprovando com isso que Fr. Bartolomeu era um caso concreto que confirmava a sua capacidade reformadora. Os tempos iam nesse sentido e poderíamos abonar-nos em personalidades como a do rei D. João III, se, por alguns equívocos e formas de actuação, a sua acção não se tivesse tornado obscura e incómoda.

Distinguia-se Fr. Bartolomeu, embora apenas tivesse seguido os estudos habituais do currículo teológico das Casas Dominicanas. Era tempo de reformas[55] e ele podia ser apontado entre os que, com os observantes que chegavam de Espanha, propugnavam por uma renovação espiritual autênticas. Não é aqui lugar para digressões e por isso digamos apenas que ele não se demorou em seguir tendências de pendor humanístico que haviam cativado outros, mesmo que não faltassem entre os seus correligionários.[56]

---

[54] [55] O ensino teve lugar em Évora; o dito Infante D. António era filho legitimado de D. Luís e neto de D. Manuel I; ficou conhecido na história como Prior do Crato, também pretendente ao trono, na luta pela sucessão, depois de D. Sebastião.

[55] John C. Olin, *Op. cit*.

[56] Aliás, podemos alvitrar que a igreja de S. Domingos, ao Rossio, teria sido ponto de atracção para Bartolomeu, pois havendo nascido em zona mais próxima de S. Francisco da cidade de Lisboa, não foi aí que se dirigiu para se habilitar nas primeiras letras, mas junto da comunidade dominicana em reforma espiritual. Daria nas vistas um dominicano por interesses humanistas André de Resende: no entanto, este, ao regressar de Espanha a Lisboa, buscaria convívio noutras terras, abalando até Lovaina, onde pretendia encontrar- se com Erasmo de Roterdão, o qual, por então, reclamava reformas intelectuais, mas se tornara malquisto dos religiosos dominicanos ocidentais, que contra ele apostavam baterias, na sequência da célebre reunião de teólogos em Valhadolid, em 1527.

Era menos confiante Bartolomeu nas forças da razão humana e nos fumos da glória que chegavam da corte e que as letras podiam proporcionar, com o afã suscitado em tempo chegado[57]: ficou-se pelas terras onde nascera e não se entusiasmara com outras luzes que não fossem as que dimanavam da teologia, bebida particularmente nas Sumas de Tomás de Aquino. Nem por isso deixara de ganhar solidez e maturidade intelectual e espiritual.

Foi na igreja de S. Domingos de Lisboa que, em 1559, uma vez concedido o pálio pelo Papa Paulo IV, em 3 de Junho desse mesmo ano, Fr. Bartolomeu recebeu a ordenação episcopal; dois meses depois, entra em Braga, no cumprimento da tomada de posse da arquidiocese, sem qualquer aparato e decidido a viver em regime modesto.

Formado no ensino renovado do regresso à Summa de Tomás de Aquino e fiel à espiritualidade da Ordem Dominicana de retoma das fontes, entendeu o seu tempo segundo o que melhor se poderia esperar de um homem de Igreja: destacou-se pela defesa intransigente da reforma eclesiástica, reclamando que ela começasse pelos prelados, cuja idoneidade devia ser comprovada e cuja dedicação devia ser assegurada pela obrigação da residência para o exercício efectivo da pastoral e propugnando por que fosse acompanhada pela formação nos seminários; entendeu depressa a novidade que os discípulos de Inácio de Loyola ofereciam à Igreja e secundou a sua acção particularmente no Colégio de S. Paulo em Braga, obra iniciada pelo seu antecessor, D. Diogo de Sousa.

Não foi pequena a atenção que mereceu pelo brilho da sua ciência teológica e pelo zelo com que defendia a santidade dos pastores, pela simpatia com que se relacionava com os bispos que participavam na reunião ecuménica ou vinham ao seu encontro (como foi o caso do arcebispo de Milão, Carlos Borromeu). Era digna de respeito a sua piedade e a forma que ela revestia; não menos impressionava a sinceridade que demonstrava, pois nas suas convicções residia o poder da eloquência com que expunha as suas propostas.

Aquém-fronteiras, preferiu-se exaltar como patriotismo o que nela era autenticidade de defender a história da sua sede bracarense frente às pretensões de outros, reclamando sentar-se segundo o que por piámacia consagrada lhe

[57] Aires A. Nascimento, "Littérature latine des Découvertes Portugaises: le latin, une langue de culture", *Euphrosyne*, 27, 1999, 381-404.

competia por direito; coincidindo muito embora com as posições doutrinais e reformistas do arcebispo Bartolomé Carranza y Miranda (arcebispo de Toledo – 1558-1576)[58], nem por isso deixou de reclamar os privilégios e direitos da sua arquidiocese.

Apesar de diferendos, sob o ponto de vista pastoral, comungavam os dois dominicanos de perspectivas comuns: defendiam que, em primeiro lugar, eram pastores; como religiosos, aspiravam a uma radical reforma da sociedade, a partir de um primado autêntico dos valores cristãos; para ambos as visitas pastorais, o catecismo e a pregação seriam as suas armas principais.

Os documentos confirmam em Fr. Bartolomeu uma figura de arcebispo lúcido e zeloso, que tomou sobre si a tarefa de emendar a profunda ignorância que reinava acerca da doutrina de fé e da moral católica, em serviço pastoral que procurava ensinar e convencer pelo interior das consciências esclarecendo segundo a medida de cada um a partir da leitura que ele próprio fizera da obra teológica de Tomás de Aquino e levaria a público através do seu Catecismo, procurando evitar ingerências de outro teor.[59]

Depois de estabelecer orientações na sua arquidiocese, partira ele para Trento sem atavios e com os olhos postos no ponto de chamada: em 49 jornadas, vence as 332 léguas que o separam, vai-se apercebendo do descalabro em que a Cristandade continuava mergulhada (apesar dos quase vinte anos que já durava o Concílio), observa o ambiente que se lhe depara à chegada mas não se deixa iludir pelo aparato com que é recebido e pelo ar cerimonioso com que é tratado; fica convencido de que a crise que quase submerge a sua diocese não é caso único, pois a vê reflectida por toda a parte, e mais convencido fica de que a reforma eclesiástica se impõe com urgência, por dever pastoral: com humildade, sente que "está o mundo de maneira, cá, que convinha andarmos todos descalços e com cilícios". Contestando aqueles que pretendiam apressar o encerramento do Concílio, sem atenderem a mudanças, o arcebispo de Braga pensa numa

[58] Figura controversa, mas determinada, teve missões múltiplas junto de Carlos V e de Filipe II e não escapou à vigilância da Inquisição que tornou espinhosa a sua actuação e lhe instaurou processos de heresia.

[59] Giuseppe Marcocci, "O arcebispo de Braga, D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1559-82): Um caso de inquisição pastoral?", *Revista de História da Sociedade e da Cultura,* 9, 2009, pp. 119-146; Id., "Toward a History of the Portuguese Inquisition Trends in Modern Historiography (1974-2009)", *Revue de l'histoire des religions,* 3, 2010, pp. 355-393.

prorrogação verdadeiramente reformadora e declara: "Declaro-me pela prorrogação da próxima sessão, contanto que seja para tratar de uma reforma e não para nos ocuparmos com os dogmas, pois a Igreja e o mundo todo estão muito mais necessitados daquela que destes".

Na primavera de 1562, o debate criou clivagens entre os padres conciliares, mas já alguns haviam apontado baterias contra o arcebispo de Braga: em Novembro de 1561, o arcebispo de Zara exprimira a sua apreensão frente a perspectivas reformadoras que lhe constava estarem a ser preparadas pelo bracarense.

Ele, porém, não esmorecia em zelo e apelava para o direito divino que opunha às tradições romanas, em termos duros para atingir os alvos em causa, mesmo que causassem escândalo: invocando autoridades consagradas, aos bispos que não cumpriam as suas obrigações pastorais, nomeadamente o dever de residência e de visitação, não hesitava em compará-los a meretrizes, por apenas se interessarem com usufruir de benefícios materiais sem cuidarem do trabalho pastoral que eles pressupunham.

Não sabemos se, no final do Concílio entoou um Te Deurn de júbilo, mas, certamente esperançado em levar por diante as reformas que tinha defendido na aula conciliar, não terá deixado de rezar um Miserere, suplicando a misericórdia de Deus em favor dos homens que continuavam apegados aos seus desvarios.

Tinha pressa em voltar para junto do seu rebanho. Entrava na sua diocese, metendo por Freixo de Espada à Cinta para não demorar ao conhecimento de "mais de mil e duzentas paróquias".[60] Da sua participação no Concílio de Trento, os cronistas louvaram-lhe o zelo e enalteceram-lhe a actuação, ainda que nem todos pelas mesmas razões.[61]

Dera ele testemunho de vida pelas demonstrações de humildade, de desprendimento pessoal e de piedade sincera por com Deus e de devoção para com os homens; ao mesmo tempo tornara-se estimado pela consistência da sua

---

[60] O número de paróquias consta da carta (datada de Tomar, em 5 de Maio de 1581) enviada pelo Arcebispo ao Papa Gregório XIII, justificando o seu pedido de resignação: cf. P. Fr. Raul de Almeida Rolo, "A renúncia de D. Frei Bartolomeu dos Mártires. Teologia e História", *Revista de História das Ideias*, 9, 1987, pp. 161-190. Na *Vida*, op. cit., p. 85, o arcebispo teria referido: "eu sou físico-mor de mil e quatrocentos hospitais, que são outras tantas freguesias que à minha conta tenho neste arcebispado". No concílio de Trento, op. cit., p. 215, alegava ter "à sua conta igreja curadas passadas de mil e trezentas".

[61] Os manuscritos teológicos foram descobertos e publicados por Fr. Raul de Almeida Rolo, *Bartolomeu dos Mártires, Theologica Scripta*, 6 vols., Braga, Movimento Bartolomeano, 1973-1977.

preclara doutrina e pela extraordinária convicção de reformar todos os sectores da Igreja.

O retrato que melhor se lhe adequa foi preclaramente traçado pelo autor que nos nossos dias se ocupou da sua figura – Dr. Fr. Raul de Almeida Rolo considerou-o "personalidade humana e religiosa, enérgico e dócil, inabalável e humilde, audaz e seguro nas suas posições".[62]

Teve o arcebispo de se confrontar com resistências de vária ordem, provindas de poderes corporativos que a reforma gregoriana não conseguira desinstalar; propugnou sobretudo por introduzir métodos de correcção fraterna que fossem instrutivos e conduzissem a decisões pessoais de conversão.[63] Figura rústica talvez o tenha sido, pois nunca buscou os adornos nem da retórica nem dos salões; marcou pela sua bondade e pelas suas convicções: esgotou-se pelo seu povo e recolheu-se ao convento que escolheu para si, em Viana da Foz do Minho, sem reclamar favores nem privilégios.

*

Se em 2013 se celebraram 450 anos do encerramento desse concílio e se há motivos para proceder a um juízo histórico sereno do acontecimento, o santo arcebispo empresta luz para entendermos a renovação que ele encetou e, em espírito de reforma, ali defendeu.

Pertinente é prolongar a evocação do acontecimento para lhe associar a celebração do V centenário do nascimento do santo arcebispo, que ali deixou testemunho de zelo pastoral e de santidade: com isso melhor nos entenderemos na lonjura dos tempos, quando nos assumimos também hoje como construtores da

[62] Quem o assegurava era o bispo de Modena, Egidio Foscarari, em carta ao cardeal Morono, em 19 de Maio de 1561. Cf. Raul de Almeida Rolo, *Formação intelectual de D. Frei Bartolomeu dos Mártires,* Porto, Movimento Bartolomeano, 1977, p. 176, n. 44.

[63] As relações entre o Arcebispo e as Inquisição não foram pacíficas nem sempre iguais: nas divergências com o Cabido da Sé, especialmente após o Sínodo Diocesano de 1564, no qual os membros do Cabido protestaram contra aplicação dos decretos do Concílio de Trento, D. Bartolomeu solicitou ao cardeal D. Henrique a Visitação Inquisitorial para obrigar à obediência aos decretos do Concílio, mas depressa se dá conta de que os Inquisidores são ameaça à autonomia episcopal e procurou fechar-lhes a porta, gerando com isso conflitos que ele sustentou; cf. Giuseppe Marcocci. "II governo deli' arcidiocesi di Braga al tempo di Bartolomeu dos Mártires (1559-1582). Riflessioni e documenti sull'episcopato portoghese nelfetà dei Concilio di Trento", *Archivio Italiano per La Storia delia Pietà,* 15, 2003, pp. 81-150; Id., "O arcebispo de Braga, D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1552-1582). Um caso de inquisição pastoral?", *Revista de História da Sociedade e da Cultura,* 9, 2009, pp. 119-146.

Europa dos homens e das nações, sabendo que há memórias que nos incumbe preservar, em momentos inexoravelmente atravessados por crises e necessitados de reformas que reabilitem o que é vivo, evitando o que é caduco e estéril; a atitude vigilante (como Fr. Bartolomeu lembrava aos bispos, porque episcopi) será menos a de correr com heresias, em modos inquisitoriais, mas a de animar o que ainda está vivo e pode ser reanimado, mesmo que à custa do que nos sobra – no que falta a alguns está à guarda de outros.

(Comunicação apresentada à Classe de Letras
na sessão de 10 de julho de 2014)

Correspondência latina de D. Frei Bartolomeu dos Mártires

Sebastião Tavares de Pinho

A correspondência epistolar, como documento informativo, apresenta, face às restantes fontes documentais da historiografia, algumas qualidades privilegiadas. Ela pode registar factos, como qualquer outra fonte, mas tem a possibilidade de, no decorrer do seu processo, fornecer um duplo testemunho documental sobre os mesmos factos, quando o interlocutor epistolar reage, na resposta, à notícia recebida, confirmando ou infirmando a veracidade desses factos, e cumprindo assim o velho preceito jurídico da nulidade da testemunha isolada (*testis unus, testis nullus*); e tem, ao mesmo tempo, também o dom de contribuir, de forma mais ou menos direta, para a biografia dos dois correspondentes.

Por estas e por outras razões, incluindo as de caráter literário, a epistolografia será sempre um modelo de escrita que não pode deixar de merecer especial atenção quando se pretende estudar a vida e obra de qualquer autor.

Ora, apesar das meritórias tentativas já feitas graças ao trabalho dos mais recuados biógrafos de Frei Bartolomeu dos Mártires, que para isso se serviram de algumas das cartas de acesso mais fácil, e ao esforço de investigadores recentes, como o incansável lutador Fr. Raul de Almeida Rolo, que nos deixou uma vasta e variada produção bartolomeana, apesar disso, ainda não se conseguiu uma pesquisa exaustiva e um estudo global e, tanto quanto possível, completo da correspondência epistolar ativa e passiva, e sua consequente publicação, tanto em latim como em línguas vernáculas, do arcebispo primaz de Braga, o Beato D. Frei Bartolomeu dos Mártires.

Do conteúdo de perto de uma centena de cartas que constitui o seu epistolário conhecido, depreende-se a existência de um espólio muito mais vasto que poderá atingir várias centenas e que, ou desapareceu, ou ainda não foi possível identificar e localizar.

Das epístolas conhecidas de Frei Bartolomeu, perto de metade (trinta e uma) estão redigidas em latim e por isso revestem-se do particular interesse de

testemunhar a dimensão internacional da sua correspondência, por ser esta língua o veículo da comunicação com as altas figuras estrangeiras da Igreja, sobretudo ligadas à Cúria Apostólica. É desta correspondência latina que aqui pretendemos falar.

A primeira carta conhecida de Frei Bartolomeu dos Mártires pertencente a esta correspondência latina, tem data de Lisboa a 11 de abril de 1559 e responde a uma outra do purpurado romano Cardeal de S. Vital, que, anos atrás, por via das relações diplomático-religiosas entre Portugal e a Santa Sé, tinha sido agraciado por D. João III, em retribuição de favores, com uma pensão de 1000 cruzados a cargo da primeira igreja que entretanto vagasse no espaço eclesiástico português[1]. Tal ónus acabou por recair sobre a arquidiocese de Braga, declarada vaga em 1558 por morte do seu arcebispo D. Frei Baltasar Limpo e antes mesmo da consagração episcopal de Frei Bartolomeu dos Mártires, só ocorrida em 3 de setembro de 1559 (cerca de meio ano depois da data desta carta), embora a sua prévia nomeação para arcebispo de Braga tivesse sido feita pelo Papa Pio IV em consistório de 27 de janeiro do mesmo ano de 1559. Ora, mal o dito cardeal de S. Vital tivera conhecimento da referida nomeação prévia, dada a sua qualidade de alto funcionário da Cúria Romana, eis que aparece pressuroso a felicitar Frei Bartolomeu dos Mártires pela sua promoção, e também para o prevenir acerca dos seus próprios direitos sobre a dita pensão.

O ainda apenas indigitado novo arcebispo responde-lhe, nesta primeira carta escrita em latim, com palavras de respeitoso agradecimento pelos parabéns recebidos por essa dignidade, que ele próprio não desejava, e com afetuosa e diplomática delicadeza, condimentada com algum tom de ironia sobre a questão das pensões eclesiásticas, que viriam mais tarde a ser objeto de saneamento no

[1] Vd. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 94, n.º 46: Carta do cardeal S. Vital dando parte ao rei, fazer-lhe o Papa mercê de 2.000 cruzados sobre as vacantes dos benefícios de Portugal que não fossem da apresentação de Sua Alteza, nem da colação do legado, pedindo ao mesmo Senhor, pelo serviço que lhe fizera, o houvesse assim por bem. Roma, 10 de dezembro de 1554. Cfr. *Corpo Diplomático Português*, Vol. VIII, pp. 88-90, onde se transcrevem duas cartas do Cardeal de S. Vital, uma à rainha D. Catarina e outra ao rei seu neto D. Sebastião, e ambas datadas de 23 de janeiro de 1559, a confirmarem e a agradecerem a concessão da referida pensão, mas no valor de mil ducados. Nelas o cardeal faz questão de lembrar aos monarcas portugueses que o pagamento da pensão deverá contar a partir da vagatura da igreja de Braga, aberta pela morte do antecessor de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, e não apenas a partir do dia da nomeação deste em consistório do Papa.

Concílio de Trento e a cujos abusos Bartolomeu dos Mártires aí se mostrou um dos maiores opositores. Eis o conteúdo da carta:

> Reverendíssimo e Ilustríssimo Senhor,
> Depois de beijar humildemente as [vossas] sublimes mãos.
>
> Quase parei de pasmo quando vi a carta de Vossa Excelência, ao considerar a estremada humildade que é esta de um dos supremos pilares da Igreja se dignar antecipar-se com tamanhas homenagens por um simples frade insignificante.
>
> Mas, no que respeita a esta minha tão insólita apresentação, e à pensão que por direito vos é devida, saiba Vossa Ilustríssima Senhoria que eu, neste assunto, outra coisa não fiz senão prestar obediência aos meus superiores, que, até sob censura, me impeliam a obedecer à nossa Rainha nesta [minha] designação.
>
> Por isso não me veio ao pensamento escrever a Vossa Senhoria Reverendíssima nem a qualquer outrem residente em Roma. Pelo contrário, se me é permitido dizê-lo, rogarei a Deus sem cessar para que esta promoção seja, na Urbe, de todo impedida.
>
> Mas se, enfim, por disposição de Deus, me vier a ser entregue a confirmação apostólica (pois ainda não chegou), cuidarei de atender humildemente ao vosso desejo e às vossas ordens no que respeita à pensão e ao resto.
>
> Esperando de Vossa Reverendíssima Senhoria os maiores favores e auxílios em tudo quanto pertence ao bem espiritual e à reformação da Igreja Bracarense, que o Senhor o conserve para sempre feliz.
>
> Lisboa, 11 de abril de 1559.
>
> O vosso servo
> Frei Bartolomeu dos Martens.[2]

[2] O texto e tradução desta carta, bem como das demais que aqui são objeto de estudo, foram por mim lidas e traduzidas, e publicadas na obra *D. Frei Bartolomeu dos Mártires. Estudos – Textos – Documentos*, incluída na coleção "Biblioteca Verdade e Vida. 11, Estudos e Textos", volume quarto, Braga, 1990, a pedido do seu organizador Frei Raul de Almeida Rolo. Para esta carta, vd. p. 540 (Cfr. Archivio di Stato, de Parma, Carteggio Farnesiano, Portogallo, busta 121).

Apesar das palavras de incerteza e reserva com que Frei Bartolomeu se refere à sua nomeação, podemos deduzir que ele tinha conhecimento de como ia avançado o seu processo, sem possibilidade de ser revertido. É isso que nos confirma a carta que ele escreve, também em latim, no dia seguinte, a 12 de abril, em resposta a uma outra recebida do Geral da Companhia de Jesus, padre Diogo Laynez, a quem manifesta a sua admiração pelo trabalho cultural e apostólico dos Jesuítas e pede ajuda nesse campo para as duras tarefas que o esperam como futuro pastor da igreja bracarense, missão que, faz questão de repetir, preferia não assumir e que só aceitou por imposição do seu Provincial, o dominicano Frei Luís de Granada.

Por outro lado, Frei Bartolomeu, para reforçar este seu pedido de ajuda, revela, nesta mesma carta, o conhecimento que já então possuía acerca das dificuldades que iria encontrar, e que haviam de lhe trazer não apenas muito trabalho, mas sobretudo longos sofrimentos e profundas angústias, quando diz:

> A Igreja de Braga, assim como detém o primado na Lusitânia, assim também é a primeira pela largueza do seu território e pela inúmera multidão de igrejas paroquiais, em que a maioria das populações vive em extrema pobreza de doutrina e de exemplo, pois que o estado clerical jaz por lá na mais desmedida decadência.[3]

As restantes vinte e nove cartas latinas conhecidas da correspondência de D. Frei Bartolomeu dos Mártires gravitam à volta da preparação e realização da terceira e última fase do Concílio de Trento, de 1562-1563[4], e acerca das dificuldades da ulterior aplicação das suas determinações.

Podemos dividi-las em quatro grupos, em função dos seus interlocutores: as trocadas respetivamente com o Papa Pio IV (quatro missivas entre 30 de maio de 1561 e 22 de abril de 1564), com o Papa Pio V (outras quatro, entre 4 de maio de 1566 e 25 de outubro de 1567), com Gregório XIII (seis cartas, entre 5 de janeiro de 1575 e 15 de outubro de 1583); e com o jovem cardeal e arcebispo de Milão, D. Carlos Borromeu, com quinze cartas permutadas entre 1563 e 1583.

---

[3] Vd. *ibidem*, pp. 541-542, particularmente p. 541.

[4] O Concílio de Trento processou-se por três períodos: 1545-1549 (com o Papa Paulo III); 1551-1552 (com o Papa Júlio III); 1562-1563 (com o Papa Pio IV).

Em toda esta correspondência se espelha, desde o princípio, o prestígio e a alta estima em que a figura do Arcebispo Primaz de Braga era tida, no âmbito da Cúria Romana em geral e da parte do Sumo Pontífice em particular. Com efeito, anunciada em 29 de novembro de 1560 a reabertura do Concílio, que já havia sido interrompido por duas vezes mercê de variados motivos de incompatibilidade ideológica e programática dos problemas a debater, e também pelo jogo de interesses políticos internacionais envolventes, e que nunca desapareceram de todo, criando por isso um sentimento larvar de descrédito nesta terceira tentativa de levar o concílio até ao fim, a adesão e a chegada dos padres conciliares, dos delegados e dos representantes políticos tornou-se hesitante e morosa, a ponto de pôr em causa a reabertura do encontro ecuménico. Por isso, brotou uma inesperada e efusiva alegria em todos os responsáveis do acontecimento, quando em Roma se recebeu a notícia da chegada de D. Frei Bartolomeu dos Mártires a Trento, em 18 de maio de 1561, depois de uma dura viagem de dois meses e meio, a partir do extremo ocidental da Cristandade, conforme dá testemunho o próprio Papa Pio IV no seguinte Breve, dirigido ao arcebispo bracarense e datado de 30 do mesmo mês:

> Foi com prazer que tive conhecimento, pela carta de Vossa Fraternidade, da vossa vinda à Itália e da chegada ao Concílio de Trento. Louvamos profundamente e temos por grata a vossa dedicação, tal que, de tão pronto ânimo obedecestes *à* Carta Apostólica, e temos esperança em que a vinda vossa e dos restantes bispos do Reino de Portugal juntamente com o embaixador do próprio Sereníssimo Rei, leve a que os outros príncipes e prelados se deixem de demoras e se dirijam a Trento para cumprimento do seu dever para com Deus e a Igreja. E a isso não desistiremos nós de os exortar e lembrar, no desejo de que o mesmo Concílio, removidos todos os impedimentos, seja, para louvor de Deus, enfim celebrado. Foi particularmente grata para nós a vossa vontade de vir ad Apostolorum limina, e quanto a adiardes a vossa vinda até junto de nós para o momento em que o Concílio, com a ajuda de Deus, tiver terminado, estamos de acordo com a vossa decisão: em qualquer tempo em que Vossa Fraternidade aqui chegar, *é* com imenso prazer que estaremos prontos a acolhê-la.
> Dado em Roma no dia trinta de maio [de 1561].[5]

[5] Vd. Arquivo Secreto do Vaticano, *Arm. 44*, vol. II, n.º 78, fl. 82v.º.

Um dos factos que motivaram a correspondência epistolar entre D. Frei Bartolomeu e o Papa Pio IV foi a tão discutida questão da primazia da igreja de Braga sobre todas as igrejas das Espanhas, que lhe concedia justamente o título de Arcebispo Primaz, igualmente reivindicado pela igreja de Toledo. Tal primazia tinha a sua expressão visível em atos oficiais, como era a ordem protocolar de "precedências de voto e assento" nas sessões conciliares, e do lugar a ocupar nos cortejos e outras manifestações públicas do Concílio.

D. Frei Bartolomeu, homem de uma extrema humildade sobejamente provada, defendia com vigor as preeminências da Igreja de Braga não por vaidade ou interesse próprio, mas por obrigação moral de preservar os direitos de uma instituição multissecular cometida à sua responsabilidade. E assim, chegado a Trento, e tendo sido convocado para uma das reuniões preparatórias do concílio na qual se pretendeu dar normas sobre as precedências com base na antiguidade pessoal dos prelados e não na dita dignidade primacial de qualquer Igreja, o arcebispo primaz de Braga declarou que não participaria em tais reuniões enquanto esta questão não fosse esclarecida e decidida por quem de direito. E desde logo apresentou ao próprio Papa Pio IV uma petição no sentido de dirimir esta causa. O Papa tomou uma decisão, digamos, diplomática ou dilatória, para não ferir nem a gregos nem a troianos, da qual deu conta num Breve dirigido a Frei Bartolomeu com data de 10 de janeiro de 1562, nestes termos:

> O Papa Pio IV, ao venerável irmão Bartolomeu, Arcebispo Bracarense.
> Venerável irmão, saúde e bênção apostólica.
> Fomos entregue há pouco de uma carta vossa pela qual instantemente nos requeríeis o desembargo da velha questão do primado de vossa Igreja Bracarense há pouco suscitada no Concílio, sob pena de vos verdes obrigado a não participar da primeira sessão prestes a ser celebrada. Ora nós, inteiramente confiados na vossa dedicação, queremos que Vossa Fraternidade saiba que, por certas razoáveis causas, acabámos de dar instruções aos nossos diletos filhos os cardeais da Santa Igreja Romana legados no mesmo Concílio, para que, com nossa autoridade, fizessem e curassem do modo como se haviam de sentar, incorporar e tomar lugar em quaisquer atos públicos do mesmo Concílio, em primeiro lugar os irmãos patriarcas, em segundo os arcebispos e em terceiro os bispos, conforme a ordem das suas promoções, sem ter em nenhuma conta as dignidades primaciais, verdadeiras ou pretensas; e assim,

cada qual primeiramente elevado figuraria como primeiro na sua ordem. Quanto, porém, *à* decisão da susodita controvérsia, entendemos dever reservá-la para outra ocasião.

Em suma, exortamos Vossa Fraternidade se digne aquiescer a semelhante disposição e vontade nossa. Isso, com efeito, será para nós muito grato e estimável. Queremos, porém, e pela presente determinamos que nenhum prejuízo seja irrogado contra vós e vossa Igreja Bracarense sobre a primazia das Espanhas que vós reclamais em petitório ou possessório, mas que, em tudo e por tudo, vós e a Igreja permaneçam, depois de celebrado o Concílio, no mesmo estado em que antes da sua abertura vos apresentáveis e se apresentava a própria Igreja. E decretamos que assim deve ser julgado, interpretado e definido em qualquer causa e instância, por quaisquer pontífices romanos nossos sucessores e cardeais da Santa Igreja Romana e quaisquer outros juízes ou pessoas investidos em qualquer autoridade, sendo-lhes retirada, a todos e a cada um deles, qualquer faculdade de julgar e interpretar de modo diferente, e que, se acaso alguém, consciente ou inconscientemente, tentar o contrário sobre esta questão, seja tido por írrito e sem efeito, não obstantes determinações anteriores e quaisquer constituições e ordenaç*ões* apostólicas contrárias, sejam elas quais forem.

Dado em Roma, junto a São Pedro sob o anel do Pescador, no dia 10 de janeiro de 1562. No terceiro ano do nosso pontificado.

Cesare Glorieri[6]

Já na parte final do Concílio, Frei Bartolomeu aproveitou um intervalo dos trabalhos conciliares para cumprir o dever de ir a Roma, em 18 setembro de 1563, visitar o Papa (fazer a chamada visita *ad sacra limina*) e manifestar pessoalmente a sua gratidão pelas atenções e provas de alta estima recebidas do Sumo Pontífice. E, de regresso a Trento em 31 de outubro de 1563, quatro dias depois escreve a Sua Santidade para agradecer a extremosa hospitalidade e carinho com que o recebera em Roma, e para lhe dar conta de algumas novidades que, entretanto, se passavam em Trento à volta do Concílio, na fase importante das últimas atividades. Eis o conteúdo dessa carta:

[6] Sobre este assunto vd. Frei Luís de Sousa, *A Vida de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, op. cit., pp. 169 sgs., 508 sgs. e 628 sgs., e especialmente pp. 631-632, em que se transcreve o texto latino deste breve papal.

Beatíssimo Padre.

Depois de beijar humildemente vossos bem-aventurados pés.

Creio que Vossa Santidade me há de perdoar se agora, ao escrever-vos, começar por usar do atrevimento que tomei ao ver-me cumulado por vós de tantos sinais de afeição e de tantas bênçãos e graças; e tudo isto tornou feliz o meu regresso, mas não sem um frequente abalo de minhas entranhas quando revia na memória as entranhadas disposições de Vossa Benignidade para comigo. E, perante tudo isto, que outra cousa posso dizer senão que o Senhor, em meu nome, vos retribua?

Entrei em Trento na vigília de Todos os Santos, em momento particularmente oportuno, em vista da urgente segunda e última resposta dos Padres *à* proposta dos Decretos da reforma.[7]

Não posso deixar de significar a Vossa Santidade um facto singular de que, por uma referência secreta mas segura, acabo agora de tomar aqui conhecimento, a saber, que os huguenotes[8] existentes em França, com o favor de certos magnates que se fingem católicos, alimentam profundo desejo e aqui lutam, com todas as forças e mil armadilhas, por ser dissolvido e suspenso o Concílio, a fim de, assim, ser celebrado em sua terra de França um concílio nacional em que tomem lugar os seus próprios ministros juntamente com os bispos católicos e em que, se mais nada puderem, encontrem pelo menos alguma via de se separarem da Sé Apostólica e da união com a Igreja. Quanto se deva contrapor a estas criminosas tentativas, com a feliz consumação e confirmação do sagrado Concílio, sabe-o Vossa Santidade. De nossa parte, e na medida de nossas forças, faremos por que tudo se conclua com rapidez e com êxito.

O Senhor vos conserve em toda a verdadeira prosperidade.

De Trento, aos quatro de novembro de 1563.

Humílimo de Vossa Santidade

O Arcebispo de Braga, Primaz[9]

---

[7] Está a referir-se à 24.ª e derradeira sessão do Concílio, realizada em 11 de novembro de 1563 e destinada a aprovar os últimos decretos conciliares sobre importantíssima matéria reformista em que D. Frei Bartolomeu dos Mártires teve aturada intervenção.

[8] Designação dos sequazes de Calvino. Os calvinistas estavam por esta altura infiltrados no Brasil, juntamente com os franceses.

[9] Arquivo Secreto do Vaticano, *Conc.*, vol. 29, fl. 49; vol. 55, fl. 384. Cfr. *D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, op. cit., p. 612.

Além destas três cartas da correspondência trocada entre o arcebispo bracarense e o Papa Pio IV, e da referência a várias outras cujo rasto se perdeu, temos o texto de uma outra dirigida ao mesmo Sumo Pontífice, com data de Braga de 22 de abril de 1564 dando conta do seu regresso à diocese de Braga (em 26 de fevereiro de 1564: havia cerca de dois meses) e dos graves problemas que aí encontrou e que haviam de perdurar pelo seu pontificado, por parte de certo clero, sobretudo os cónegos do seu Cabido, reacionário a tudo o que o Concílio de Trento acabava de aprovar em matéria de reforma de abusos e vícios instalados. Eis o teor dessa carta:

> Beatíssimo Padre.
>
> Depois de beijar humildemente vossos bem-aventurados pés.
>
> Os exímios sinais de amor e os benefícios com que fui agraciado por iniciativa de Vossa Santidade obrigam-me a não deixar de dar a Vossa Beatitude, nesta carta, alguma notícia do regresso *à* minha Igreja e acerca dos meus sofrimentos. Depois que parti de Trento e superados que foram, com a ajuda divina, os trabalhos e perigos de tão longa viagem, entrei incólume na minha diocese a 23 de fevereiro. Mas, ao chegar a Braga, não encontrei um porto de bonança, pelo contrário topei com um mar de procelas, porquanto, além das dificuldades contínuas e quotidianas, haviam sido agitadas pelos clérigos ricos novas perturbações e tempestades em face dos decretos que ouviram do Sagrado Concílio, principalmente contra o decreto acerca da não acumulação de grande número de paróquias. Com efeito, numerosos clérigos estão de tal maneira ligados a paróquias a que não têm direito, como se grande quantidade de vilas lhes pertencessem por direito hereditário. De facto, os capitulares da minha Igreja, concitados e convocados por outros cabidos e mosteiros da mesma região, por quem a santa Reforma foi abominada, decidiram enviar a Roma procuradores seus, que depositavam a sua esperança, *não na* justiça mas na pecúnia, julgando que, com clamores e dinheiro, haviam de levantar obstáculo e conseguir que a Igreja se não reformasse e que os abusos se mantivessem. E porque eu tenho por insuportável que, nesta tão célebre e antiga Igreja (a quem era mister ocupar o primado no zelo da reforma), não faltem clérigos carnais que apresentem a Vossa Beatitude estas sórdidas reclamações e iníquas demandas, esforçadamente vos peço que não

lhes deis ouvidos, mas antes, como a inimigos da Reforma, os increpeis e expulseis da Cúria. E dado que (segundo ouço dizer) o decano da minha Igreja é um dos que querem dirigir-se a Roma, se considerais dever depositar alguma confiança em mim, acreditai que ele tem levado até agora tal vida e é de tal maneira indigno, que devia ser despojado do decanato e voltar para sua casa, pois sempre viveu na sordidez de um fétido concubinato, de que teve não poucos filhos. E, ainda por cima, lavra na infâmia de outros crimes. Enfim, não apenas esse, mas também todo e qualquer outro que, desta diocese e até da Igreja inteira, se aproxime da Cúria com intenção de contradizer e derrogar a promulgada reforma, seja recebido e tratado como pessoa dominada pelo espírito da cobiça e, por isso, como um inimigo da união da Igreja. Como, na verdade, bem sabe Vossa Santidade, *é* tal a condição destes infelizes tempos, que, se a decretada reforma não for posta em execução, não se poderá restaurar a fé nas regiões perdidas.

O Senhor guarde Vossa Beatitude em toda a verdadeira prosperidade.
Braga, 22 de abril de 1564.

O mais humilde de V.ª S.
Arcebispo de Braga, Primaz[10]

Após a morte de Pio IV em 9 de dezembro de 1565, a correspondência de D. Frei Bartolomeu dos Mártires continuou com o novo Papa, Pio V, que a 4 de maio do ano seguinte envia ao arcebispo bracarense uma carta em agradecimento das felicitações dele recebidas pela sua eleição papal, e em que, entre outros assuntos, tece largos elogios à ação pastoral exercida por ele na diocese primacial de Braga.

Em boa verdade, tais elogios tinham profunda razão de ser, porquanto D. Frei Bartolomeu havia sido o primeiro dos padres conciliares a pôr em prática nessa sua diocese a execução dos decretos tridentinos, dando ordens para isso, ainda a partir de Trento, ao seu vigário geral, e celebrando, logo após o seu regresso a Braga, em 23 de fevereiro de 1564, um concílio diocesano, de 11 a 14 de novembro desse ano, para publicação e aceitação do Concílio de Trento. E ano e meio depois, em 23 de abril de 1566, promove com todos os bispos sufragâneos da metrópole

[10] Vd. ACCR, *Externum 13*, fl. 41-41v.º.

bracarense um Concílio Provincial destinado a todas as dioceses dela dependentes. Neste encontro interdiocesano, que se prolongou por sete meses de trabalho intenso, foram tomadas duras medidas concretas conforme orientação tridentina consignadas sob a forma habitual das Constituições, de cujo texto foi enviado um treslado ao Papa juntamente com um conjunto de Anotações assinadas pelo arcebispo primaz de Braga e pelos bispos das dioceses do Porto, de Coimbra e de Miranda, seus comprovinciais, com data de 17 de abril de 1567, a fim de serem apreciadas e aprovadas pelo Sumo Pontífice.

O empenho que o Arcebispo Primaz e os seus consignatários colocaram neste documento e no pedido do seu exame pessoal solicitado ao próprio Papa Pio V, é demonstrado, meses depois, por Frei Bartolomeu dos Mártires, na carta que de moto próprio lhe escreveu em 25 de outubro de 1567, e em que mostra o seu "zelo, brio e mágoa" e, ao mesmo tempo, a sua firmeza e frontalidade, ao saber que Sua Santidade tinha confiado esse exame a um simples bispo estrangeiro que andava na corte pontifícia:

> Beatíssimo Padre.
> Depois de beijar vossos bem-aventurados pés.
>
> Terminado que foi o Concílio Provincial Bracarense, logo tratámos de o enviar a Vossa Santidade, para o sujeitar ao exame e emenda de vossa supervisão apostólica; e, tendo nós sabido, através de certo relatório, que, por comissão de Vossa Santidade, ele se mantinha sob a apreciação de certos cardeais, e quando estávamos, por isso, na expectativa da sentença apostólica acerca da sua aprovação ou reprovação, emenda ou acrescentamento, eis que de repente nos foi apresentado, a mim e aos meus comprovinciais, um rescrito pelo qual Vossa Santidade comete o exame do dito concílio ao bispo de Cambray.
>
> Fiquei perturbado e coberto de pasmo com tal notícia, como coisa que eu antes achava de todo inacreditável. Quem, na verdade, julgaria que, no tempo do Pastor mais fervoroso pela reforma da Igreja, segundo o juízo da mesma Igreja inteira, seria possível emanar um tal Breve, em manifesta exautoração, para não dizer vilipêndio, dos sínodos provinciais? Por isso, não posso deixar de acreditar em outra coisa, senão que o dito rescrito terá sido conseguido à

custa de alguma das mais sub-reptícias e insinuantes artimanhas, como tem acontecido por mais que uma vez. Porque, se houver de suceder que, por dar ouvidos aos clamores dos inimigos da reforma, a autoridade e proveito dos concílios provinciais devem, afinal, ser reduzidos ao alvedrio e resolução de um só bispo de uma outra província, que maior insensatez e perda de tempo do que congregarmos sínodos provinciais e dedicarmo-nos *à* reformação dos abusos das mesmas províncias?

Em verdade, Santíssimo Padre, todos nós perderemos o ânimo e, vencidos pelo desespero, havemos de dizer: "Acabou-se a autoridade dos sínodos provinciais e o governo que deles esperávamos. Foi sem motivo que o Concílio de Trento ordenou a sua restauração."Que se inflame, pois, o vosso zelo e que se retire do meio do povo não só tão grave escândalo para esta Província e para todas as almas piedosas, como também a exultação dos dissolutos, que já se alegram e saltam de júbilo ao ver destruída e calcada aos pés a autoridade e o prestígio dos sínodos provinciais.

Limpai esta nódoa dos tempos de vosso pontificado e chamai de novo *à* lima de vosso juízo a expurgação do nosso Concílio. Que ele saia dela expurgado, feito em pedaços e, se tal merecer, de todo abolido e reduzido a nada. Porque a vossa censura, qualquer que ela seja, acolhêla-emos, como é de justiça, por enviada do Céu. De contrário, como já se diz entre nós, este sínodo foi, depois dos antigos, o primeiro e será o último. Na verdade, entendemos que não *é* bem nem útil para esta província defender os nossos decretos por meio de intermináveis demandas.

Em poucas palavras e com filial confiança, disse o que penso deste assunto; perdoai, clementíssimo Padre, o meu atrevimento.[11]

Da correspondência de D. Frei Bartolomeu dos Mártires com o Papa Gregório XIII, sucessor de Pio V, falecido em 1 de maio de 1572, restam pelo menos seis cartas, todas da epistolografia ativa do Arcebispo escritas na última fase da sua vida, em que lhe dá conta do seu ministério episcopal e solicita a intervenção

[11] Vd. Frei Luís de Sousa, op. cit., pp. 406-409, onde se encontra o texto latino, seguido de um "sintido português", que não corresponde exatamente a esta nossa tradução que aqui de novo apresentamos. Cfr. *D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, op. cit. pp. 648-649.

apostólica para a solução de vários problemas, como foi o caso grave da demissão da abadessa do convento da Ordem Terceira, da cidade de Braga, por motivo de vida escandalosa (carta de 5 de janeiro de 1575); o pedido de dispensa de assistência e visitação de um outro convento da mesma Ordem recentemente criado em Monção, alegando a sobrecarga de trabalho das "perto de 1.300 paróquias a visitar, cuja visitação termina ao fim de quatro anos", e por se sentir velho e extremamente cansado, a ponto de suplicar a sua Santidade que "me liberte da carga inteira desta diocese que eu já não posso carregar" (carta de 4 de novembro de 1576). Além de outras cartas posteriores a solicitar despachos pontifícios relativos a matéria da sua ação pastoral, Frei Bartolomeu, em carta de 5 de maio de 1581 escrita de Tomar, onde participava nas Cortes aí reunidas para aclamação de Filipe I, insiste com Gregório XIII no pedido de resignação do seu cargo de arcebispo de Braga, súplica que só foi formalmente atendida cerca de meio ano depois, em consistório de 16 de novembro do mesmo ano de 1581, e cuja notícia chega às mãos do arcebispo a 23 de fevereiro do ano seguinte. Neste intervalo, ainda D. Frei Bartolomeu tivera ocasião de escrever a Gregório XIII em 28 de dezembro de 1581, pedindo que convencesse Filipe I, recentemente viúvo[12], a que, se voltasse a casar, o fizesse com uma das filhas do Duque de Bragança, pois que isso "importa ao bem e consolação da República Lusitana". Finalmente, mesmo depois de resignado, e recolhido ao convento dominicano (de Santa Cruz) de Viana do Castelo, escrevia, em 15 de Outubro de 1583, a sua última carta latina, solicitando ao Papa Gregório XIII uma decisão em favor de benefícios prebendários de dois sacerdotes seus antigos colaboradores.

Mas o mais assíduo correspondente epistolar latino de Frei Bartolomeu dos Mártires foi aquele que é desde há quatro séculos conhecido e invocado como São Carlos Borromeu. Quando o arcebispo bracarense o conheceu pela primeira vez, era aquele um jovem sacerdote de cerca de 25 anos e já feito cardeal e arcebispo de Milão, com residência obrigatória na Cúria Romana, onde assumira as

[12] D. Filipe II (Filipe I de Portugal) casou quatro vezes: em 15 de novembro de 1543, com a princesa D. Maria, infanta de Portugal, filha de D. João III; em 25 de julho de 1554, com Maria Tudor, rainha da Inglaterra; em 1559, com Isabel de Valois, filha de Henrique II rei de França; em 12 de novembro de 1570, com a filha do imperador Maximiliano II, D. Ana de Áustria, que morreu em 26 de outubro de 1580. Cfr. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real*, Tomo III, Coimbra, 1947, p. 149.

funções de protonotário apostólico e secretário de estado de Pio IV, seu tio pelo lado materno. As suas ideias e preocupações por uma reforma radical da Igreja tiveram grande influência no andamento dos trabalhos do Concílio de Trento e sobretudo na ulterior aplicação das suas determinações. Foi neste alto dignitário eclesiástico que Frei Bartolomeu dos Mártires encontrou um grande amigo, quando, na fase final do Concílio, foi de Trento a Roma pela primeira vez de visita *ad sacra limina* e teve a oportunidade de conviver com ele e estreitar laços de pensamento, amizade e confiança que haviam de se consolidar e perdurar pelo resto da vida, de tal maneira que D. Carlos Borromeu, enquanto residiu na Cúria, passou a ser o interlocutor privilegiado do Arcebispo Primaz, perante o Papa, na resolução dos seus problemas pastorais.

Assim, ao regressar da Cidade Santa a Trento, escreveu a sua primeira carta a Carlos Borromeu datada de 15 de novembro de 1563, em que lhe dá conta dos trabalhos finais do Concílio com a promulgação de decretos de capital importância "para afugentar as trevas da Igreja", e na qual agradece a hospitalidade recebida em Roma e recorre à sua ajuda, começando com estas simples palavras:

> [...] Uma vez que Vossa Ilustríssima se dignou acolher-me sob o seu patrocínio, ouso e ousarei significar-lhe as necessidades espirituais, quer minhas, quer das ovelhas a mim confiadas. [...].
>
> Suplico, pois, humildemente a Vossa Ilustríssima Senhoria que, de minha parte, saudeis Sua Santidade, Senhor Nosso, e lhe digais uma só palavra que seja acerca deste assunto, conforme se contém na súplica que lhe deve ser apresentada por mão de Afonso Gonçalves, meu procurador. [...].[13]

Uma das provas da confiança gerada entre os dois prelados são as cartas de recomendação que o arcebispo de Braga dirige, mais que uma vez, ao cardeal Borromeu em favor de pessoas de sua própria estima, como acontece pouco depois, em 7 de dezembro de 1563, na missiva enviada por mão do seu confrade dominicano Frei Francisco Foreiro[14], que ia de viagem a Roma, na qual lhe dá

[13] Vd. Biblioteca Ambrosiana de Milão, *F. 173*, inf. 12.

[14] Famoso dominicano e pregador dos padres conciliares, ao qual o Papa chamava a Roma para trabalhar na elaboração de textos ligados com os decretos tridentinos e que veio a tornar-se também um grande amigo

conta do encerramento do Concílio de Trento e faz as boas recomendações do mesmo Foreiro, deste modo:

> Ilustríssimo Senhor.
>
> Vera et perpetua celsitudo.
>
> Foi tal o encerramento deste sagrado Concílio de Trento, que excedeu toda a nossa expectativa. *É* que de tal maneira se abriu e derramou o tesouro da misericórdia divina, que excedia os desejos e os méritos de nossas súplicas. No momento, pois, em que o Mundo inteiro, no seu orbe terrestre, exulta em efusões de alegria, não admira que Vossa Ilustríssima tenha a melhor parte destas tão grandes alegrias, pois que também a teve nos trabalhos e preocupações para que as coisas avançassem com êxito, e com êxito chegassem ao fim. Resta agora que tenhais o máximo empenho em que se ponha em execução o que foi decretado, e para isso confiamos na ajuda certa de Vossa Senhoria.
>
> O portador desta carta é Mestre Frei Francisco Foreiro, pregador régio no nosso reino, varão de exímia doutrina e de costumes verdadeiramente irrepreensíveis e (pelo menos em minha opinião) o primeiro, em nossos dias, na arte concionatória. Não pôde ele conter-se sem que, antes de regressar às suas ocupações pessoais, visse a face de Sua Santidade, o Senhor Nosso. *É* meu desejo que Vossa Ilustríssima o receba para sempre como pregador e ao seu serviço.
>
> Deus guarde Vossa Ilustríssima em toda a verdadeira prosperidade.
>
> Em Trento, no dia 7 de dezembro de 1563.
>
> De Vossa Ilustríssima Senhoria, suplicante e servidor,
>
> O Arcebispo de Braga, Primaz[15]

E no mesmo dia, e pelo mesmo processo, Frei Bartolomeu enviou outra carta ao mesmo Cardeal Borromeu, solicitando os seus favores em abono nada menos do que do Arcebispo de Salerno, cardeal Jerónimo Seripando, um dos mais

---

do jovem cardeal Carlos Borromeu (vd. J. Nunes Carreira, in *VERBO, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Vol. 8, cols. 1242-1243.)

[15] Vd. Biblioteca Ambrosiana de Milão, *F. 173*, inf. 13. Cfr. *D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, op. cit., p. 617.

notáveis padres conciliares, e isto comprova, à saciedade, a alta estima que o próprio Arcebispo Primaz granjeara perante as mais altas figuras da hierarquia eclesiástica. Vejamos um extrato dessa carta:

> Ilustríssimo Senhor
>
> Vera et perpetua celsitudo.
>
> Desejo ardentemente que todos os servos de Deus sejam de Vossa Ilustríssima Senhoria dedicadíssimos e inteiramente reconhecidos, porquanto, se tiver muitos suplicantes e intercessores junto de Deus, haverá de receber de Deus grandes dons para o desempenho de seu pesadíssimo cargo.
>
> Entre os varões que agora, neste sagrado sínodo, primeiro reconheci e comprovei como homens cheios de espírito do temor de Deus, apesar de antes serem meus desconhecidos, está o Arcebispo de Salerno (que antes foi de Messina), o portador desta carta, um homem absolutamente integérrimo e ardente tanto do espírito de devoção como do zelo da salvação das almas. E, por isso, com confiança sugiro e com humildade peço que, se nalguma situação ele vier a necessitar do favor de Vossa Ilustríssima Senhoria, não mostre má vontade em conceder-lhe audiência. Pois (como diz são Gregório), sendo lodosa e escorregadia a via por onde caminhamos, se não lançarmos, uns aos outros, a mão da piedosa oração e a mão do santo favor, não conseguimos evitar o tombo.
>
> Que o Senhor para sempre Vossa Ilustríssima guarde.
>
> Em Trento, aos sete dias de dezembro de 1563.
>
> De Vossa Ilustríssima Senhoria, suplicante e servidor
>
> O Arcebispo de Braga, Primaz[16]

Terminado o concílio tridentino, não terminou a correspondência entre o Arcebispo Primaz e o cardeal Borromeu. Pelo contrário, regressado à sua diocese de Braga em 26 de fevereiro de 1564, Frei Bartolomeu dirige-se ao seu amigo purpurado numa carta datada de Castro Leboreiro em 26 de julho de 1564, que começa com estas palavras:

[16] Vd. Biblioteca Ambrosiana de Milão, *F. 94*, inf. 20.

Ilustríssimo Senhor
Vera et perpetua celsitudo.

É tamanha a confiança que eu ganhei da vossa benignidade para comigo, que não posso deixar de a solicitar com frequência para aliviar o peso das minhas necessidades e angústias. [...][17]

E com este introito, passa a pedir o empenho do cardeal Borromeu perante o Papa Pio IV sobre a confirmação escrita de dispensa numa matéria do foro da consciência de um seu sacerdote.

E poucos meses depois, em carta de 18 de novembro do mesmo ano de 1564, D. Frei Bartolomeu expõe ao mesmo cardeal Borromeu um dos problemas que mais o fizeram sofrer na sua ação pastoral, a saber, a forte oposição contra a aplicação das normas tridentinas na sua diocese por parte de um certo clero bracarense, a começar pelos membros do seu Cabido.

Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor
Vera et aeterna sublimitas.

Vossa clemência, Ilustríssimo Senhor, há de perdoar-me se eu, no meio dos meus multiplicados trabalhos, vos escrevo com mais frequência.

Celebrei no dia de São Martinho um sínodo diocesano para, conforme ao Segundo Decreto da última sessão, se fazer o anúncio e serem recebidos em público os Decretos do sagrado Concílio de Trento e, bem assim, para serem designados os examinadores; e tive como principais contraditores e perturbadores do Sínodo aqueles a quem eu devera ter, mais que a ninguém, como coadjutores, exatamente os membros do meu Cabido, que se recusavam a receber o sagrado Concílio no que toca aos decretos positivos pertinentes à reforma; e só depois de abalados pelo medo os foram, por fim, aceitando, com exceção apenas do seu magno chefe, o cónego doutor João Afonso, de origem judaica, que até hoje se recusa a os receber; e apresentaram muitas e instantes acusações contra os ditos Decretos, corrompendo o legítimo sentido do seu conteúdo e, mais ainda, replicando contra o sentido dado por Sua Beatitude

[17] Vd. Biblioteca Ambrosiana de Milão, *F. 48*, inf. 3.

acerca da dúvida de quando começam os seis meses dentro dos quais se deve renunciar às paróquias. E, embora Sua Santidade tivesse determinado que tal tempo devia ter início a partir do primeiro de Maio, eles protestaram no presente mês de Novembro, dizendo que ainda não havia começado o espaço dos seis meses, como consta das próprias reclamações apresentadas no Sínodo e que eu aqui transmito a Vossa Ilustríssima Senhoria.

O Clero da diocese, que é numerosíssimo e viera todo ao Sínodo, como se fossem mansos cordeiros, acatou o Concílio sem qualquer dificuldade: só os capitulares tudo perturbaram. E já que fui acusado, junto de Sua Beatitude, de ter agido muitas vezes com dureza e insolência na execução do sagrado Concílio, que aleguem uma só coisa sequer. Até aqui não toquei na paróquia de nenhum, apesar de eles estarem na posse de várias; até agora também não obriguei nenhum capitular a residir nas paróquias que eles têm em sua posse; e nada resolvi acerca do Seminário, um empreendimento que eles não podem tolerar. Em suma, não consegui dar execução a nenhum outro dos decretos que eles temem; antes, no momento próprio, fico inseguro e hesitante, cedendo à sua rebelião. E se eles fazem isto com um lenho verde, o que não acontecerá com um seco?

Vários dos meus capitulares dirigiram-se a Roma e, ao que se diz, aí me acusam constantemente com variadas calúnias como a um mutilado indefeso. Peço que não lhes deem crédito em coisa nenhuma, mesmo que apresentem instrumentos públicos, pois não faltam entre nós testemunhas e notários falsos. Sua Santidade tem por seu legado neste reino a pessoa do nosso Cardeal, um homem da maior integridade; que lhe confie o exame de toda a espécie de censuras lançadas contra mim: de bom grado obedecerei a qualquer sentença sua, que oxalá seja a da minha deposição e privação do meu múnus.

Enfim, que mais se pode alegar para convencer de perversidade o Cabido da minha Igreja, do que o facto de, a um certo cónego, um jovem louco chamado João de Paiva, condenado por sentença ao exílio em África, no preciso momento em que ele se sujeitara a partir para o exílio, o terem instituído por seu procurador, isto é, do Cabido, e o alimentarem em Roma contra mim a expensas da mesa capitular? Que crédito se lhe pode conceder contra mim, ainda que ele apresentasse uma centena de instrumentos? De resto, Vossa

Ilustríssima Senhoria há de lembrar-se de que lhe cumpre, neste começar dos combates divinos, acalentar e proteger aqueles chefes que mostram possuir alguma centelha de desejo pela santa reforma. Que o Senhor para sempre guarde Vossa Ilustríssima Senhoria.

Dado em Braga, aos 18 de novembro de 1564.

De Vossa Ilustríssima Senhoria, suplicante e servidor,

O Arcebispo de Braga, Primaz[18]

Não tardou a responder a estes desabafos o secretário de estado e protonotário papal D. Carlos Borromeu, que, em carta de 2 de dezembro seguinte (de 1564) e em nome do Papa, lhe transmite os maiores elogios e a mais profunda gratidão pelo seu esforço determinado na aplicação dos decretos tridentinos, e tranquiliza o coração do Arcebispo Primaz quanto às calúnias interpostas pelos seus opositores, reacionários e rebeldes a qualquer tipo de reforma na diocese de Braga que bulisse com os seus privilégios instalados:

Ao Arcebispo de Braga, Primaz

Se alguma outra grande preocupação teve o Máximo Pontífice, a maior foi a de fazer com que os Decretos do Concílio de Trento, confirmados pelo consenso de sapientíssimos varões. e corroborados pelo seu próprio juízo e autoridade, fossem distribuídos pelos povos cristãos para benefício comum de todos, o qual, com a inspiração e ajuda do mesmo Deus por cujo conselho tomara esta resolução, teve de dia para dia um sucesso cada vez maior, pois eles não apenas receberam a aprovação dos melhores homens, mas também o seu cumprimento por parte de quase toda a gente.

Quanto àqueles a quem a paixão ou uma licença mais libertina de vida retarda de tal dever, devem ser certamente admoestados e exortados ao cumprimento do seu múnus e, até, se a situação o exigir, a ele compelidos. E porque Sua Santidade, Senhor Nosso, nada pode ter por mais desejável do que os ministros da Igreja colocarem-se de guarda, por assim dizer, no posto de sentinela da religião, para culto e glória de Deus Todo-Poderoso, a todos

[18] Vid. Biblioteca Ambrosiana de Milão, *F. 36*, inf. 676. Cfr. *D. Frei Bartolomeu dos Mártires,* op. cit., p. 621-622.

ele convida de novo, ou obriga, a voltarem às suas ocupações e deveres, com menos severidade do que amor.

Por minha parte, atendendo à consideração que sempre tive pela causa pública e pela dignidade do sacerdócio, propus-me a mim mesmo este preclaro modelo de imitação, e nenhum favor ou amizade dos homens conseguem impedir-me de manter no grémio da Igreja, isto é, no cumprimento do seu dever, aqueles que à minha fidelidade e poder foram confiados.

Quanto a vós, com que diligência cumpris a vossa missão, bem o vejo justamente pelo facto de mostrardes na vossa carta um certo receio de que o Sumo Pontífice se deixe levar pelos pedidos daqueles que, ou não querem residir nas suas igrejas, ou pretendem dirigir várias delas sob uma só administração. Mas é tão difícil que ele suspenda ou retire algum ponto das leis que o sagrado Concílio estatuiu, que até as reforçará com trincheiras mais sólidas ainda.

No que toca ao assunto do sacerdote acerca de quem havíeis escrito ao Pontífice e também a mim, o Pontífice concedeu à vossa virtude, probidade e prudência que, visto tratar-se de uma falta oculta, e salva a fé, o dispenseis no foro da consciência, e não só liberteis o santo do homem do escrúpulo que lhe incutiram, mas até o restituais ao seu antigo ofício e procuradoria, tal como na vossa carta tínheis pedido.

Adeus.

2 de dezembro de 1564.[19]

Quatro meses depois, a 3 de abril do ano seguinte (1565), Carlos Borromeu responde numa só carta à matéria de outras três recebidas de Bartolomeu dos Mártires, na qual expõe a questão dos opositores do Arcebispo, reafirma a sua profunda admiração por ele e acaba por lhe dar um conselho de misericórdia e perdão para com os seus adversários.

Reverendíssimo Senhor

Fui entregue de três cartas vossas, sendo, porém, duas delas cópias do mesmo original, e nelas me dais conta do sínodo diocesano, das desavenças

[19] Vd. Biblioteca Ambrosiana de Milão, *R. 100 sup.*, N. R. 6239, fl. 20-20v.

e querelas de certos homens, do despacho de Pero Tavares a Roma e do pedido ao Santo Padre, Senhor Nosso, da dispensa em favor de um pároco vosso.

É certamente grande a minha amizade por vós, ao ver como quereis que as determinações e decretos do sagrado Concílio de Trento sejam integralmente aceites e cumpridos por aqueles que considerais confiados por Deus à vossa fidelidade e governo; e se estes, porém, preferirem resistir-vos a obedecer-vos, hão de sentir que não vos faleceu autoridade, e que a eles faltou conselho. Com efeito, em nada vejo Sua Santidade Senhor Nosso mais decidido, do que em apoiar tudo quanto, no celebérrimo ajuntamento da Cristandade, foi longamente pesquisado, ventilado, discutido e decidido por sapientíssimos varões, congregados no Espírito Santo, e comprovado e corroborado por seu próprio julgamento, de tal modo que tudo isso mantenha para sempre sua força e autoridade; e tão longe está ele de consentir que estes sustentáculos da fé católica sejam movidos ou abalados do seu assento, que até os protege com trincheiras cada dia mais seguras. Por tal motivo, se houver homens menos perseverantes na obrigação da fé, isto é, alheados de vossa vontade e preceitos, usai, para os persuadir, do saber e ponderação a que sois obrigado. E quanto à autoridade e rigor, usai deles dentro dos limites que sabeis vos estão prescritos pelas determinações e leis divinas, que nada mais grato que isso podeis fazer ao Sumo Pontífice.

Nem ele teve jamais por suspeita ou duvidosa quer a vossa fidelidade, quer a inocência ou piedade vossas, nem deu ouvidos às queixas desses homens de quem vós mesmo pareceis suspeitar, pois que ele nada tem por tão comprovado e reconhecido como a vossa integridade, prudência ou firmeza na verdade católica. E mesmo que a má vontade dos homens viesse a levantar seiscentos caluniadores e outras tantas testemunhas contra vós, uma vez que sobre tamanha virtude nenhuma suspeição pode recair, nada seria subtraído ou diminuído quer do vosso crédito e boa fama, quer da benevolência e boa vontade de Sua Santidade Senhor Nosso para convosco.

E, a tal propósito, que direi eu de mim, em cujo pensamento vós estais quase sempre presente e fostes, pelo vosso notável prestígio, em toda a espécie de virtude, o único a quem eu me propus imitar? Na verdade, a minha opinião a vosso respeito (e com ela se conformam as minhas palavras) é uma só: que nada há em vós que não mereça o máximo louvor, de tal maneira que

me pareceis, em virtude e integridade, o primaz não só dessa província, mas de muitas outras mais.

E assim, me pareceu que alguns não tanto se queixavam de vossas obras, antes se confessavam de seus próprios delitos, porquanto discordar dos vossos conselhos outra coisa não é, a bem dizer, senão afastar-se da inteireza e do dever da verdadeira religião.

Mas, uma vez que neles tivestes não tanto acusadores do vosso rigor, como testemunhas da vossa santidade e prudência, digno seria de vossa humanidade e sabedoria relevar e perdoar-lhes também alguma coisa, principalmente porque o esquecimento voluntário das injúrias não há de considerar menor o mérito da piedade, que o da clemência; e há de acontecer, assim eu confio, que, se readmitirdes à vossa antiga graça esses péssimos homens, ainda vireis a servir-vos deles como de grandes amigos e em tudo os mais conformes com os vossos sentimentos. E entre eles não posso deixar de vos recomendar em particular, e com todo o empenho, o vosso deão, a quem eu, quanto pude ver das suas próprias palavras, achei muito afeiçoado a vós, pois não pretendeu contrariar a vossa vontade, mas ser reconduzido à vossa antiga graça por intermédio de Sua Santidade Senhor Nosso. E, muito embora ele vos tenha de algum modo ofendido, todavia, como a natureza humana está sujeita à fraqueza, por vezes melhor é corrigir aos delinquentes certos defeitos, do que puni-los, para que não vá, ou a aspereza do castigo fechar-lhes de todo as portas do regresso à virtude, ou parecer que somos mais inclinados à ira do que à mansidão, ou para que em nós encontre cabimento não apenas a justiça, mas também algum lugar a misericórdia.

Tendes agora matéria em que se possa exercitar a vossa humanidade e virtude. Se, pois, vos mostrardes benévolo para com ele e se, ao voltar para vós, de novo abraçardes com amor de pai a quem outrora tínheis amado como a um filho, dareis preclaro exemplo de vossa sapiência e, com a profunda autoridade de vossos avisos e recomendações, fareis reentrar no rumo de seus louvores aquele a quem a culpa desviara do reto caminho do seu dever, o que será uma coisa grata para Sua Santidade Senhor Nosso, e para mim muitíssimo grata.

Mas se, porventura, as controvérsias que tendes com alguns do vosso Cabido forem tais, que não possais com vossa autoridade e saber acalmá-las

e dirimi-las (do que não posso nem suspeitar), Sua Santidade Senhor Nosso escreveu ao Sereníssimo Dom Henrique, cardeal-infante e legado da Sé Apostólica, ordenando-lhe se incumbisse de as julgar e resolver, o que ele, estou plenamente persuadido, há de fazer com a máxima equidade e prudência, como ótimo e sapientíssimo príncipe que é.

Achei em Pero Tavares um grande servidor vosso e de muita dedicação por vós; e não lhe faltei, junto do Pontífice, com minha ajuda, favor, nem autoridade.

No que toca ao pedido acerca da dispensa de vosso pároco, desde há muito eu vos havia escrito que Sua Santidade, Senhor Nosso, vos concedera que, na medida em que o seu delito estava oculto, salva a fé e a consciência, com ele mesmo tratásseis de o dispensar.

Só me resta que vos certifiqueis de que tendes em mim e sempre haveis de ter alguém mui pronto para cumprir os seus deveres de amizade, diligência e liberalidade para convosco, a quem muito e muito me recomendo.

Adeus.

Em Roma, a 3 de abril de 1565.

A Vossa Senhoria Reverendíssima, o dedicadíssimo

Carlos Cardeal Borromeu.[20]

Com a recente morte do Papa Pio IV, em 9 de dezembro de 1565, o Arcebispo Primaz escreve ao secretário de estado cardeal Carlos Borromeu, com data de 8 de fevereiro seguinte do ano seguinte, uma carta ao mesmo tempo de pêsames por esse facto, e também de regozijo pela notícia do novo Papa Pio V, em cuja eleição Borromeu terá tido particular influência. Eis o seu conteúdo:

Ilustríssimo Senhor

Vera et perpetua laetitia.

Não quero usar de muitas palavras acerca do passamento de Sua Santidade Senhor Nosso, para abafar, por assim dizer, a dor do coração de Vossa Ilustríssima Senhoria. Conheço, na verdade, a vossa compreensão e a serena conformação de

[20] Vd. Biblioteca Ambrosiana de Milão, *R. 100 sup*. N. R. 6239, fl. 24-25v. Cfr. Frei Luís de Sousa, *A Vida de Dom Frei Bartolomeu dos Mártires*, livro V, cap. 25; e *D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, op. cit., pp. 626-628.

vossa vontade com a vontade divina, e sei que não recusareis a coroa da glória ao Beatíssimo Padre a quem o Senhor levou deste pego de angústias, em que navegamos e nos afogamos, para o pélago da felicidade eterna.

Já hoje nos chegou a boa notícia acerca de um outro piedoso sucessor; e a sua eleição, pelo modo como a todos se nos apresenta admirável e vinda do Céu, bem podemos crer que é obra de vosso zelo e solicitude. Pelo que temos certíssima confiança de que, com o vosso estímulo, a reforma começada não só não há de arrefecer, mas receberá um vigor cada vez maior.

Com votos de saúde e perpétua felicidade.

Da diocese de Braga, no dia 8 de fevereiro de 1566.

Servo de Vossa Ilustríssima Senhoria

O Arcebispo de Braga, Primaz[21]

Com esta carta começa um novo ciclo de correspondência entre o Arcebispo de Braga e o jovem cardeal Carlos Borromeu, que, entretanto, havia assumido as suas funções presenciais de arcebispo de Milão, onde iniciara uma profunda reforma pastoral, sendo nisso um dos primeiros prelados a pôr em prática imediata as normas dos decretos conciliares, tal como Frei Bartolomeu fizera na sua diocese bracarense. Dada a amizade, confiança e sintonia de ideias entre os dois prelados, e o alto prestígio que o arcebispo milanês mantinha na Cúria Romana, Frei Bartolomeu não hesita em recorrer ao poder vigente da sua influência, como se vê na sua carta enviada em 30 de julho do ano seguinte (1567), em que volta à questão da rebeldia do Cabido de Braga:

Ilustríssimo Senhor

Vera et aeterna celsitudo.

Ainda que eu saiba que Vossa Senhoria Ilustríssima não reside em Roma, mas na sua Igreja de Milão, não posso, mesmo assim, deixar de implorar seu patrocínio na Cúria Romana, pelos muitos e graves negócios que lá estão sendo tratados, pertinentes à reforma de minha Igreja.

Celebrei um concílio provincial, em que foram promulgados muitos decretos pertinentes à reforma desta Província. E logo se ergueu o meu

[21] Vd. Biblioteca Ambrosiana de Milão, *F. 48*, inf. 7.

Cabido, e bem assim arrastou outros consigo, e têm por seu procurador em Roma um cónego de Braga que se opõe aos ditos decretos. Também na questão da visitação das paróquias de minha diocese temos grandes controvérsias, que estão a ser tratadas junto de Sua Santidade, Senhor Nosso, e do Ilustríssimo Cardeal Alciato.

Praza, pois, a Vossa Senhoria Ilustríssima significar por carta a Dom Alciato que eu sou dedicadíssimo servo seu, e por isso fará cousa que lhe é grata se conceder seu favor nisto que eu, em nome de Deus, reclamo em prol da salvação das ovelhas a mim confiadas. E saiba Vossa Senhoria que Nosso Senhor me há de para sempre conservar não como ingrato nem esquecido dos favores e benefícios que recebi de Sua Beatitude Pio IV e de Vossa Senhoria, mas antes para torná-los presentes sem cessar diante do Senhor, retribuidor de todos os bens, e para me reconfortar com a sua doce lembrança.

Da Pedreira, a 30 de julho de 1567.

Servidor de Vossa Senhoria Ilustríssima

O Arcebispo de Braga, Primaz.[22]

E assim continuou a troca de missivas.

Em 27 de agosto seguinte deste mesmo ano de 1567, é o arcebispo Borromeu que escreve ao Arcebispo bracarense, enviando-lhe as Constituições resultantes do sínodo provincial que ele mesmo também promovera na sua arquidiocese de Milão e solicitando-lhe que, com sua experiência e autoridade, examine aqueles textos e dê sugestões para os corrigir e melhorar. E, mais ainda, numa prova de máxima estima e confiança, pede a D. Frei Bartolomeu lhe que envie um exemplar das Constituições do sínodo provincial de Braga, para lhe servirem de modelo. Eis o texto:

Ao Arcebispo de Braga, Primaz.

Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor

Quando Dom Álvaro de Castro, embaixador enviado a Sua Santidade, Senhor Nosso, pelo rei de Portugal, se despedira de mim e tivéramos entre nós uma longa conversa, calhou por acaso ele dizer que as Constituições e os

[22] Vd. Arch. Sac. Congr. Concilii – *Bracarense* 48 a, fl. 87r; Biblioteca Ambrosiana de Milão, *F. 39*, inf. 57; e *D. Frei Bartolomeu dos Mártires*. op. cit., p. 641.

Decretos do nosso sínodo provincial, que eu publicara no ano transato, ainda não tinham chegado a Portugal, o que me deixou deveras indignado e me levou a suspeitar que o livro daquelas Constituições não foi entregue a Vossa Excelência Reverendíssima. Por isso resolvi enviar-lhe um exemplar, a fim de que examine tudo quanto por nós foi ponderado e decretado para restituir e fazer desabrochar na nossa província o culto da religião, e, no caso de ver que saiu escrito algo menos conveniente, tenha a liberdade de sobre isso nos advertir. Todavia, não tenho receio de que Vossa Excelência Reverendíssima, ao verificar este hábito dos concílios provinciais desde há muito interrompido pelos nossos homens e agora por mim retomado e ao ver que pretendi desimpedir este lugar das muitas dificuldades com que os restantes o haviam cercado, se há de mostrar justíssimo para connosco no caso de ter, porventura, descoberto nestas Constituições algo escrito com não muito cuidado.

O que, acima de tudo, lhe peço é que me envie quanto antes os Decretos de seu sínodo provincial, para eu possuir um precioso modelo de como se deve, com piedade e sabedoria, governar uma igreja.

Deus Vossa Excelência Reverendíssima salvo e incólume nos conserve.

Em Milão, no dia 27 de agosto de 1567.[23]

A esta correspondência entre os dois prelados seguiram-se mais duas cartas com datas próximas, uma de D. Carlos Borromeu de 30 de setembro de 1567 e outra de D. Frei Bartolomeu de 4 de Janeiro do ano seguinte, que respondem a solicitações de outras anteriores e refletem algumas das mesmas preocupações pastorais, sempre relacionadas com a aplicação local da reforma tridentina.

E apesar da distância geográfica e do passar dos anos, a admiração do arcebispo milanês por D. Frei Bartolomeu perdurou por toda a vida. É disso viva testemunha a carta que Borromeu lhe escreve doze anos depois, em 13 de junho de 1580 (embora recebida só em 16 de novembro de 1583, quando o Arcebispo Primaz já havia resignado), para lhe enviar as constituições do IV e do V concílio provincial da arquidiocese de Milão e submetê-las, como outrora, ao seu autorizado julgamento. Assim escreve Dom Carlos Borromeu:

[23] Vd. Biblioteca Ambrosiana de Milão, *R 100 sup.*, fl. 43v. Cfr. *D. Frei Bartolomeu dos Mártires.* op. cit., p. 644.

Ao Arcebispo de Braga.

Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor

Desde há muito já, que eu tenho por Vossa Ilustríssima a mais distinta amizade e consideração, pois quando em Trento, no celebérrimo ajuntamento da Cristandade, mostrou o brilho da sua santidade e sabedoria, de todos na verdade conquistou não apenas a admiração, mas também a amizade; e de tal modo granjeou para si o favor e a simpatia do Sumo Pontífice Pio IV meu tio, de feliz memória, e a minha dedicação e respeito, que, por maior apreço que tenhamos tido por alguém, não o tínhamos assim por absolutamente ninguém.

Ora, posto que eu não tenha podido cultivar, por meio de bons ofícios ou de cartas, esta minha extremada afeição por Vossa Excelência Ilustríssima em razão da distância geográfica e das minhas permanentes preocupações, contudo ela permaneceu, como era de justiça, para sempre a mesma.

Pelo que, tendo eu publicado há pouco o meu quarto e quinto concílio provincial, não tive outra preocupação que não fosse enviar um exemplar a Vossa Excelência Ilustríssima, para que não só se aperceba e saiba do esforço que fazemos e das iniciativas que empreendemos com vista à salvação e ao progresso espiritual destes povos, mas também para que tenha a bondade de, acerca dos mesmos concílios, me expor todo o seu juízo, cujo bom senso e conhecimento das coisas da Igreja eu, mais que todos, tenho de facto em muitíssimo apreço.

Deus acrescente Vossa Senhoria Ilustríssima com o dom perpétuo da sua graça.

Milão, [13 de junho de 1580].[24]

A correspondência epistolar e os laços de amizade e colaboração entre os dois prelados continuaram mesmo depois da renúncia episcopal do Arcebispo Primaz, aprovada em consistório papal de 6 de novembro de 1581 e posta em prática pela tomada de posse do seu sucessor em 22 de fevereiro do ano seguinte. Com efeito, em 17 de novembro de 1583 Frei Bartolomeu dá notícia desta sua resignação a

[24] Esta carta só chegou às mãos de Frei Bartolomeu passados três anos e cinco meses, em 16 de novembro de 1583.

D. Carlos Borromeu em carta datada já do seu recolhimento dominicano do "Mosteiro de Santa Cruz da vila de Viana [do Castelo]", na qual, entre outros assuntos já conhecidos, informa:

> Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor
> Vera et aeterna celsitudo.
> No dia dezasseis do mês de novembro do ano do Senhor de 1583, recebi uma carta de Vossa Excelência escrita muitos dias antes, isto *é,* no dia treze de junho do ano de 1580, e com ela dois opúsculos contendo dois sínodos provinciais de Milão, isto é, o quarto e o quinto sínodos. Que o Senhor dê por paga a Vossa Ilustríssima Senhoria eternas recompensas, eternas alegrias e eternas honras.
> Quanto à minha pessoa, já estou livre do cargo da Igreja de Braga, graças a Sua Santidade o Sumo Pontífice, pois já ando nos meus setenta anos, que vou completar no mês de maio do ano que vem; e não apareceu nenhum Pastor no Concílio de Trento que tivesse tantas paróquias a seu cuidado, pois são mais de mil, duzentas e sessenta, razão por que me recolhi a um mosteiro de minha Ordem, que eu buscara de construir, e onde agora busco de me preparar para a morte; e aqui encontrará Vossa Excelência Ilustríssima este seu suplicante.
> Que o Senhor para sempre o conserve, e o acrescente com o cúmulo de sua graça.
> Do Mosteiro de Santa Cruz da vila de Viana, no dia 17 de novembro de 1583.
> Servidor de Vossa Ilustríssima Senhoria
> Frei Bartolomeu, Arcebispo[25]

D. Carlos Borromeu, responde de Milão em carta do mesmo ano de 1583, que termina desta maneira:

> A carta que Vossa Senhoria me enviou no dia vinte e sete de outubro, apesar de me ter sido entregue com bastante atraso, causou-me o maior agrado e prazer, pela exímia piedade que nela encontrei luminosamente expressa.

[25] Vd. Biblioteca Ambrosiana de Milão, *F. 96*, inf. 124.

Mas não foi sem uma certa inveja tácita que li a notícia de que, por autoridade do Máximo Pontífice, depôs de seus ombros a carga da Igreja de Braga e que se afastou para um mosteiro de sua Ordem, a fim de se preparar para ir ao encontro da morte. Veio-me, na verdade, ao espírito como é seguro e tranquilo passar uma vida ininterrupta naquele trabalho que Cristo ensina ser o único necessário; mas, no meio das preocupações pastorais, consola-me o exemplo do mesmo Jesus Cristo, supremo e ótimo Pastor, que desceu do Céu *à* Terra e suportou tantos trabalhos e a própria morte, para procurar a centésima ovelha, que andava tresmalhada e vagabunda, para, ao procurá-la, a encontrar e para, ao encontrá-la, a pôr aos ombros e a reconduzir ao seu aprisco.

Mas, quanto mais seguro é o porto em que vós, por assim dizer, navegais, com tanto maior ardor eu espero haveis de suplicar a Jesus Cristo por mim, cujas angústias e aflições não desconheceis.

De Vossa Senhoria devotadíssimo em Cristo,

Carlos Arcebispo de Milão
1583 [26]

E assim se despediram, nesta vida, dois dos maiores obreiros de uma das mais profundas reformas da Igreja Católica de sempre, tanto no areópago do debate conciliar, como sobretudo no terreno da aplicação pastoral prática. Foram homens da mesma época, embora separados por vinte e quatro anos de idade (Bartolomeu dos Mártires nasceu em 1514 e Carlos Borromeu em 1538) e pela diferença de trinta anos de vida (o primeiro morreu com setenta e seis anos e o segundo com apenas quarenta e seis), viveram e sonharam o mesmo ideal de verdade e justiça.

A sua correspondência latina, entre si e com outros interlocutores epistolares, contribuiu de modo particular para o seu reconhecimento internacional.

(Comunicação apresentada à Classe de Letras
na sessão de 10 de julho de 2014)

[26] Vd. Biblioteca Ambrosiana de Milão, *F. 54*, inf. 243.

O Concílio de Trento
Um ser vindo do futuro

Fernando Dacosta

1. INTRODUÇÃO

Agostinho da Silva foi o português mais notável da segunda metade do século XX, como Fernando Pessoa (de quem se tornara amigo) foi da primeira.

Professor e filósofo, ensaísta e novelista, poeta e profeta, orador e investigador – de artes, de almas, de ideias, de ideais – nasce a 13 de Fevereiro de 1906 no Porto, doutora-se na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ensina no liceu de Aveiro e, expulso por motivos políticos, em colégios particulares. Publica livros, traduz clássicos (sabe 15 línguas), domina tertúlias, perturba conceitos, preconceitos.

A Pide prende-o. A ditadura leva-o a exilar-se. Uruguai, Argentina, Estados Unidos, Brasil. África, Ásia. O mundo, os povos passam por si, acrescentando-o, universalizando-o.

Integra, no Brasil, quatro universidades e funda vários centros de estudos superiores.

«Quando desembarquei lá foi como se tivesse pisado uma mola e caído no século XV. Isso permitiu-me a abertura de mim próprio, eu fui outro". Pai de Santo na Baía, comungador de candomblés e de miscigenações se torna, então – fascinado com o universo mágico que se lhe revela.

Regressado a Portugal, por abertura de Marcello Caetano, mobiliza com o fogo da palavra, o fascínio das ideias, o ineditismo da cumplicidade – é a figura do velho sábio a emergir no nosso imaginário – milhares de jovens, sobretudo na década de 80, constituindo as intervenções que lhes dirige um dos fenómenos mais notáveis registados no País.

"Uma das nossas desgraças é que fomos sempre", sublinha, "governados pelo vedor da Fazenda, quando este deveria ser o simples caixa da empresa".

Dos oito filhos que teve, apenas um, Pedro Agostinho (de notável parecença com ele), lhe seguiu as pisadas (foi professor na Universidade da Baía), a postura, a filosofia, a ironia.

2. CERCADO DE INSÍDIAS

Os líderes da opinião e os Papas do pensamento instituído sentem-se ameaçados. Cercam-no de verrinas, de insídias – maneira de neutralizar (pelo descrédito) os que são diferentes e superiores.

Há quem lhe teça imagens de "tolinho da aldeia", de "macaquinho de zoo" – veja-se o comportamento de alguns que o entrevistaram nas (infelicíssimas) "Conversas Vadias" da RTP.

Agostinho da Silva diverte-se, no entanto. E provoca cada vez mais. A um editor que o convida a escrever a autobiografia, responde: "Óptimo, assim vou ter oportunidade de a inventar toda". A um dirigente político que o contacta para encabeçar uma campanha contra o analfabetismo, responde: "Ó diabo, mas as pessoas mais sábias que tenho conhecido na vida são analfabetas!". A um ministro dos Estrangeiros que o consulta sobre a maneira de Portugal melhorar as relações com outros países, responde: "Feche as embaixadas que temos e que não servem para nada, e em seu lugar abra tasquinhas com bons petiscos, boa música e gente divertida, foi assim que fizemos ao longo da história". Aos exaltados do contrapoder, contrapõe: "Ora, o governo não passa de uma vaca. Devemos dar-lhe palmadas no rabo e tentar tirar-lhe o leite, é para isso que ele serve".

3. ESTAR SOLTO

As excessivas exposições públicas acabam por cansá-lo. "Estar na moda é das piores coisas que há. Vou escapar a isso". Finge deixar-se utilizar para melhor o conseguir. Meses depois retira-se. "Prefiro passar o tempo mais só", confidencia, "numa espécie de eremitismo absoluto. Não por misantropia, mas por necessidade de liberdade, de estar solto, isto é, de pensar em coisa nenhuma".

Levanta-se cedo, sobe ao Príncipe Real a receber o sol e os pombos, os vadios e as crianças. Os passos são-lhe firmes ("hoje sinto-me melhor do que quando tinha 20 anos"), firmes como a ironia ("nunca tive ilusões na vida, por isso nunca tive desilusões"), como o desprendimento ("o que é que eu vou dizer da minha vida? vou dizer que foi uma coisa meritória, estupenda? Várias pessoas poderão dizer isso porque estiveram do lado de receber, não do entregar, do distribuir. Eu vivo do que me dão, como não quero ser dramático direi que me dão do que vivo").

Encara com simpatia os que o conhecem do bairro, o reconhecem da TV e lhe dirigem perguntas, lhe captam fulgores. "O difícil na vida é saber fazer perguntas. Dar respostas todos dão, até porque as nossas escolas apenas são formadoras de respostas".

4. CASA ERRANTE

A meio da manhã recebe quem lhe bate à porta – terceiro andar de um pequeno apartamento decorado por Leitão de Barros –, amigos e desconhecidos, gente que vem do mundo atraída pela força da sua palavra.

Depois da sesta, que faz todos os dias para que todos os dias pareçam dois, lê (os jornais merecem-lhe grande apreço), escreve (poemas, novelas, parábolas), policopia reflexões (como as *Cartas Várias*), olhar posto nos objectos em desordem, no gato em vigília, na caneta de tinta com que garatuja utopias antes de, aplicadamente, as passar pelo teclado da velha máquina de aço.

"Sou um aldeão, comporto-me como um aldeão", exclama. "Ainda hoje quando tenho um horário a cumprir chego uma hora antes, como se fosse na província".

Traduz do latim as "Bucólicas", as "Geórgias", a "Eneida" de Vergílio e termina, pouco antes de morrer, as obras completas de Horácio e Catulo.

"Limito-me a deixar ir a minha vida por onde quiser ir", revela, "eu sigo-a pacífico na albarda do burro, pus-lhe a rédea ao pescoço já que ele sabe melhor do que eu o caminho a tomar; às vezes nos enganamos os dois, o burro e eu".

Gosta de sentir a brisa no rosto, "navegar contra o vento foi a grande descoberta dos portugueses, temos de voltar a ser portugueses, o destino vai ajudar-nos".

Gosta de sentir a luz nos olhos: "Talvez seja bom para nós não sabermos produzir, mas sabermos utilizar aquilo que os outros produzem. Os chamados povos industrializados têm produzido muita máquina e têm destruído muita gente. Espero que os portugueses produzam menos máquinas, mas saibam mais desenvolver pessoas".

Passa horas, manta nas pernas, livro nas mãos, gato no regaço virado para o Tejo. "Alguma raça de nómada deve haver em mim, mas ao mesmo tempo sou também muito caseiro, de boa vontade não sairia nunca daqui. Ser embarcadiço teria resolvido o problema porque o navio não é mais do que uma casa errante".

5. EXPERIÊNCIA INESQUECÍVEL

Acompanhar Agostinho a Silva pelas ruas de Lisboa era uma experiência inesquecível. De passo distraído detinha-se, sem tempo (nem noção dele), ante qualquer criança, pedinte, idoso, ou cão, gato, pombo, ou dona de casa, ou montra, ou veículo que o sugestionasse. A todos, sobre todos, falava usando registos próprios para cada um, como se cada um (pessoa, animal, objecto) lhe fosse consanguíneo.

Quando entrou pela primeira vez nas Amoreiras (para uma entrevista na TSF, então instalada naquele edifício), sentiu-se deslumbrado com tanto conforto, tanta luz, tanto luxo, tanta inutilidade.

Chegámos uma vez a demorar um dia, das nove da manhã às sete da tarde, para irmos da sua casa, no Príncipe Real, à Galeria 111, no Campo Grande, ver uma exposição de pintura – tais as surpresas, os encontros, as conversas, as confidências, os pedidos, as estórias, as afectuosidades, os inesperados que a sua presença suscitou.

Tomámos café na Cister, almoçámos na Mourisca, lanchámos na Grã Fina. Ao chegarmos, seis horas e três quilómetros depois, ao destino, restou-nos apanhar (a mostra encerrara há muito) um táxi de regresso. Ele queria voltar a pé.

Espectador implacável de si mesmo – maneira de não se prender à precariedade da vida – apercebe-se, quando sofre os ataques mais fortes da doença, da chegada do fim.

"Bom, vais ter muita calma, com um pouco de sorte ainda podes ficar lúcido e trabalhar umas duas horas por dia. Já não será mau", diz para si mesmo, na ambulância que o leva para o hospital, no seu jeito de dar a volta a tudo, sobretudo ao medo. Consente em ficar internado. Depois, fendido por tromboses sucessivas, cai em coma.

"A nossa existência é um barco", dizia, "que atravessa frequentes tempestade. Estamos agora numa, e bem ruim. O segredo para resistir é não olhar pela borda fora, se não enjoamos e fazemos os outros enjoar. O segredo é olhar o horizonte, mesmo sabendo que não chegaremos lá".

6. COMUNIDADE IBÉRICA

A Espanha actual, centralizada por Castela, iria, na sua óptica, "dar lugar a vários países independentes, repúblicas ou monarquias, consoante a vontade de cada, associados numa nova Ibéria com os povos de línguas portuguesa e espanhola da América e África. Essa formidável comunidade, capaz de ombrear com a do bloco asiático até podia, para evitar susceptibilidades, ter como capital Olivença".

Com antecedência de décadas anteviu o que iria passar-se no mundo a partir da passagem do século XX para o XXI. "A humanidade vai atravessar tempos complicados. Quem puder deverá deixar as grandes cidades e regressar ao campo, à harmonia com a natureza. Vamos entrar numa nova Idade Média dominada não por cavaleiros feudais, mas por capitães da indústria e da economia, do comércio e das finanças, senhores de multinacionais transversalmente controladoras do mundo, mais poderosas que os países, que os governos existentes. Mas não vão durar muito, alterações profundas surgirão impondo novas mentalidades e políticas. A mais importante será a do reconhecimento de que as pessoas não poderão continuar a viver apenas do rendimento do seu trabalho, até porque ele está a escassear. Os empregos vão, como se sabe, acabar. Será necessário criar novos rendimentos para as populações sob o risco de rupturas fatais para a civilização. Isso pode ser resolvido com a atribuição a todos os que

necessitarem, e será a maioria, de pensões justas. Para começar, têm de alterar-se as prioridades dos orçamentos gerais dos estados. Deverá atribuir-se um estatuto semelhante ao de reformado a todo o jovem, acabados os estudos, que não encontre ocupação. Cada vez há mais dinheiro, mais produção, não pode é haver mais miséria nem desigualdade, o tempo de os cidadãos reagirem contra isso começou a germinar".

Não possuía Bilhete de Identidade, nem cartão-de-visita, nem número de contribuinte. Só passaporte: "Se tiver número de contribuinte fico na obrigação de ver o que é que o Governo faz do dinheiro dos contribuintes. E aí entro em conflito com Portugal, o que não quero porque estou gratíssimo a Portugal por me ter deixado nascer nele".

Em Portugal, no Brasil, em Cabo Verde, na Guiné, em São Tomé, em Angola, em Moçambique, em Macau, em Timor há quem afirme dever a Agostinho da Silva algo de decisivo, de transformador da sua vida.

"Divirto-me sobretudo com o que não tenho, com o que me desagrada. Temos de fazer da nossa vida uma ficção para conseguirmos torná-la suportável. Se não tivesse quase a certeza de que, em última instância, o caminho vai dar certo, porventura não me empenharia em agir, em agir pensando, em agir quieto. Só que para mim o dar certo confunde-se com o desaparecimento total das coisas. É como se fosse correndo, entusiasmado, para um ponto de completo desaparecimento com a ideia de que, nesse desaparecimento, a consciência continuará a existir."

Gesto suspenso, olhar fundo, Agostinho da Silva ("profeta do terceiro milénio" lhe chamou António Quadros) regressou lentamente, mal começara Abril de 1994, ao lugar de onde veio – o futuro.

(Comunicação apresentada à Classe de Letras
na sessão de 24 de junho de 2014)

A importância da memória sobre a circulação fiduciária de Oliveira Martins na história económica

Guilherme d'Oliveira Martins[*]

1. O tema que me proponho tratar relaciona-se com o concurso aberto pela Academia Real das Ciências de Lisboa, anunciado na sessão pública de 15 de Maio de 1877, para o ano de 1878, pela Segunda Classe em Ciências Económicas e Administrativa.

Na sequência da crise financeira de 1876, a Academia lançou uma iniciativa que visava a apresentação de uma memória sobre o melhor sistema de circulação fiduciária. Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894), que se encontrava no Porto a dirigir a construção da linha de caminho-de-ferro do Porto à Póvoa de Varzim e estudara a reorganização do Banco de Portugal num opúsculo distribuído sem indicação de autor, é incentivado, certamente entre outros pelo seu amigo Rodrigues de Freitas, a apresentar-se ao concurso com *A Circulação Fiduciária – Memória apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa*.

O júri, constituído pelo Duque de Ávila e Bolama, por António de Serpa Pimentel, por José Silvestre Ribeiro, por Augusto Carlos Teixeira de Aragão e por António Maria Couto Monteiro, atribuirá, a 30 de Dezembro de 1879, a medalha de ouro da Academia considerando: «o estilo nebuloso nas primeiras páginas é depois sempre claro e aprazível, adequado ao assunto, e por vezes brilhante e animado, assim na parte doutrinal como na histórica e crítica». O texto é servido por um anexo muito rico em elementos estatísticos, que tornam a obra de uma grande importância e atualidade para a compreensão das crises portuguesas de 1846 e de 1876.[1]

---

[*] Comunicação à Academia das Ciências de Lisboa, sessão de 24 de Julho de 2014.

[1] Vd. *A Circulação Fiduciária*, Lisboa, 1899, Parceria António Maria Pereira. Seguimos a edição de 1923. No parecer do júri, nota-se um curioso reparo estilístico: «Podem notar-se na linguagem algumas incorrecções e o emprego de um ou outro termo desconhecido no nosso vocabulário, como turismo, anonimato; mas estes raros senões de muito fácil emenda, desaparecem totalmente ante o mérito relevante desta obra que a secção considera muito digna de obter a medalha de ouro, na forma e com a reserva enunciada no final do programa

2. Para compreendermos a evolução económica e financeira do século XIX português, importa começar por dizer que o período das **guerras napoleónicas** (1807-1814) não foi desfavorável à evolução das contas públicas portuguesas. O apoio britânico à **reorganização militar** e **administrativa** teve resultados positivos. Sendo as despesas com a defesa de cerca de 78% do total dos encargos públicos – registando-se um défice orçamental reduzido. É verdade que a **atividade** económica do País sofreu **redução** em virtude da guerra e da abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, mas o certo é que não há, nas vésperas da Revolução de 1820, um problema português de Finanças Públicas – como se tinha anunciado nas vésperas da invasão napoleónica aquando do financiamento da Campanha do Rossilhão[2].

3. O final da administração britânica, coincidindo com os preparativos da Revolução Liberal (1820) e depois com a independência do Brasil (1822), conduzirá ao aviltamento da situação das Finanças Públicas portuguesas. Depois de 1820, o Erário Régio, de criação pombalina, foi substituído por um novo Tesouro Público e pelo Orçamento Constitucional apresentado anualmente nas Cortes para aprovação. Neste novo período verifica-se um aumento gradual do défice público, que chega, no final da década de 20, a cerca de 30% das receitas – em virtude da instabilidade política e económica correspondente aos episódios da Vila Francada (1823), da Abrilada (1824), da morte de D. João VI (1826), da regência de D. Miguel (1827) e do início da guerra civil.

A mudança do regime e as lutas políticas tiveram, deste modo, uma consequência gravosa nas Finanças Públicas – maior do que o fim do monopólio

do concurso». Refira-se que a última edição, no âmbito das Obras Completas da Guimarães Editores, não contém os anexos estatísticos, o que obriga o leitor a ter de consultar as edições anteriores.

[2] Cf. António Alves-Caetano, *«Os Socorros pecuniários» britânicos destinados ao Exército Português (1809--1814): Subsídios para a História da Guerra da Libertação Nacional*, Lisboa, 2013. O autor, num estudo circunstanciado baseado nos elementos do Arquivo do Tribunal de Contas (Erário Régio), chega à conclusão de que o socorro pecuniário britânico para armar e sustentar parte significativa das tropas portuguesas foi fundamental na época em que ocorreu. Proporcionado entre 12 de Abril de 1809 e 30 de Setembro de 1814, o apoio fez entrar no Erário Régio algo como 29.258 contos de reis (cerca de 8.228.852 libras) entre dinheiro líquido e valor de géneros necessário à manutenção de trinta mil homens da tropa. Isto permitiu a constituição de um exército como Portugal nunca tivera, em dimensão e qualidade. Tal foi essencial para garantir a permanência da integridade territorial contra repetidas investidas das poderosas forças armadas napoleónicas. Esta cooperação financeira garantiu o equilíbrio orçamental e existência de sustentabilidade orçamental.

imperial no Brasil e do que a própria guerra. A diferença esteve no apoio estratégico britânico a Portugal, que foi decisivo para impedir (através do controlo do Atlântico Norte) o domínio francês no continente europeu. A desorganização das Finanças Públicas culminaria nos empréstimos de guerra, que tanta tinta haveria de fazer correr.

Depois da Convenção de Évora Monte o défice e a dívida continuariam a aumentar. O desequilíbrio financeiro, a partir de 1835, não se deveu, no entanto, apenas às despesas com a guerra civil, mas também à circunstância de o Estado ter mantido uma exagerada força militar, favorecendo os apoiantes da causa liberal. A lógica dos empregos públicos foi, aliás, uma pecha ao longo do século.[3]

4. Apesar de tudo, depois da guerra civil, a economia portuguesa sofreu uma melhoria que permitiu incrementar receitas públicas – em virtude da recuperação europeia depois das guerras napoleónicas, do Congresso de Viena e da industrialização continental. Os créditos externos tornaram-se, de facto, mais fáceis e baratos, a credibilidade do País melhorou, o que levou à criação de condições favoráveis à primeira tentativa de fomento com António Bernardo Costa Cabral – o que lhe permitiria fazer com êxito o golpe de Estado de 1842 [4]. No entanto, a reforma da Administração Pública foi adiada enquanto a venda dos bens nacionais criava uma ilusão de progresso centrado numa nova classe que dispunha de recursos, mas que não tinha condições para modernizar o Estado e a economia. O contexto externo favorável compensou, por assim dizer, a instabilidade política – o que levou a que Portugal não tenha conhecido

[3] Não reproduzimos neste ensaio os pormenores que vão descritos (e para os quais remetemos o leitor) em *Ministério das Finanças – Subsídios para a sua História no Bicentenário da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda*, Lisboa, 1988. Em *Portugal Contemporâneo* (1881), qualifica Oliveira Martins os anos que se seguiram à vitória liberal como "regabofe": «e nesses dois anos de corridos, estava consumido, além do mais, o melhor dos bens nacionais. Ardia tudo num fervor de apetite que já para muitos começava a infundir receios de uma indigestão tremenda. Dois anos de paz tinham custado quase tanto como seis anos de guerra: muito mais, se se contar o que o tesouro não pagou. A guerra fora cara, mas a vitória era ruinosa. No meado do verão (14 de Julho de 36) pegou fogo no tesouro. Já tudo ardia, lá dentro desse palácio onde à inquisição religiosa sucedera a inquisição agiota, com as tenazes de papel timbrado, os seus troncos de juros, retornos, comissões, prémios; com a sua algaravia bancária, herdeira do histórico latim das sentenças singulares… Qual dos desvarios dos homens valerá mais?» (Livro IV, I, 3).

[4] Cf. Leonor Freire Costa, Pedro Lains, Susana Münch Miranda, *História Económica de Portugal – 1143-2010*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2011, pp. 289 e ss. Aí encontramos uma síntese rigorosa sobre a evolução da economia portuguesa.

inflação significativa a partir de 1835, até porque a remuneração de capital era relativamente moderada.

A principal razão por que se pode defender que o défice e a dívida pública não causaram significativos problemas ao crescimento da economia portuguesa prende-se com o facto de haver disponibilidade de financiamento externo através do crédito ao longo da maior parte do século XIX. Por outro lado, os financiamentos vindos do exterior eram mais facilmente mobilizáveis pelo Estado e pelas primeiras obras públicas. Se Costa Cabral não pôde antecipar a Regeneração e os seus melhoramentos, foi porque a instabilidade política não o permitiu – em especial as guerras civis de 1846 e 1847, Maria da Fonte e Patuleia.

A maior dificuldade vinha, porém, da instabilidade e insuficiência do sistema fiscal, ainda baseado essencialmente na antiga décima militar do século XVII. Lembremo-nos, aliás, de que um dos graves problemas de A. B. Costa Cabral teve a ver com a tentativa de implantação das matrizes prediais, que não puderam concretizar-se em virtude da resistência popular violenta, designadamente na Maria da Fonte – contra as "papeletas da ladroeira". Para uma gestão equilibrada e sustentável da dívida pública seria necessário criar um sistema estável de tributação, que não chegou a concretizar-se. O défice e a dívida decorreram, assim, da pressão forte para a modernização económica (com capitais disponíveis e relativamente baratos) a que não correspondia a necessária modernização administrativa, que Costa Cabral não teve condições de realizar, pela instabilidade política, e que só foi possível superar depois do Ato Adicional à Carta Constitucional de 1852.

5. O Estado viu alargadas as suas funções financiadas esparsamente pelos impostos sobre a propriedade (em resultado da venda de bens nacionais), pelo comércio, pela obtenção de crédito junto de sindicatos bancários e particulares e pela intervenção de compradores dispersos dos títulos da dívida pública. A partir daqui surge a importância da circulação fiduciária – que é complementada pela concessão de monopólios comerciais e pela criação de instituições financeiras. O Banco de Lisboa nascera em 1821, o Banco de Portugal surgirá em 1846, em resultado da fusão do primeiro com a Companhia Confiança Nacional. O Banco de Lisboa podia exercer a atividade bancária e tinha o monopólio da emissão de notas na capital, devendo em contrapartida proceder à amortização

do papel-moeda emitido pelo Estado em 1796 – que, assim, deixa de caber à Junta dos Juros dos Reais Empréstimos. Cria-se, então, a Junta do Crédito Público (1837) (como tribunal de equidade) que assegurava a consignação de fundos para pagamento dos juros ou para a amortização da dívida pública – sendo mais tarde complementada pela fundação da Caixa Geral do Estado, como caixa económica do Estado.[5]

Havia, contudo, que assegurar a unidade de tesouraria, o que levou José Xavier Mouzinho da Silveira a propugnar pela criação centralizada das Contadorias do Tesouro. A revolta da Maria da Fonte e a guerra civil da Patuleia (1846) geram instabilidade que leva à criação do Banco de Portugal, já referida. A Companhia Confiança Nacional detinha um importante lote de títulos da dívida pública, assistindo-lhe a faculdade de executar a dívida amortizada e não paga. Perante as perturbações financeiras, as notas do Banco de Lisboa e as promissórias da Companhia Confiança Nacional foram suspensas e, após prorrogações decididas pelo Estado, iniciando-se o processo de fusão das duas instituições que retomariam alargadamente os privilégios de emissão monetária do antigo Banco de Lisboa. [6]

A Convenção de Gramido (24.06.1847) pôs termo à guerra civil mercê da intervenção estrangeira, mas só em 1851, o golpe da Regeneração permitiu a aprovação do citado Ato Adicional à Carta Constitucional (1852) e ao saneamento financeiro do Estado, no qual António Maria Fontes Pereira de Melo teve um papel decisivo. Na sequência do Ato Adicional, o saneamento financeiro permitiu a adoção de um regime monetário do padrão-ouro (1854), depois das incertezas de 1846 e 1847, o que disciplinou a vida financeira pública e privada, tendo

[5] Saliente-se que o financiamento externo da guerra civil de 1826-34 deparou com inúmeras dificuldades. Os célebres banqueiros londrinos Ricardos, judeus de origem portuguesa e familiares de David Ricardo, invocaram o argumento de que apenas poderiam financiar governos legítimos. No caso do empréstimo negociado pelos liberais em 1832 as condições eram gravosas uma vez que foi atribuído um valor nominal de dois milhões de libras, das quais foram recebidas 600 mil. Era o preço do elevado risco, por se tratar de «capitais de aventura». A causa liberal encontrou um apoio relevante em Juan Alvarez y Mendizábal que foi durante muitos anos o principal agente financeiro do Governo português, mesmo depois de Évora Monte. (Cf. Pedro Soares Martínez, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1992, p. 360).

[6] De Agosto a Novembro de 1846, assiste-se a uma longa gestação da nova solução: a criação do novo Banco de Portugal em razão da fusão do Banco de Lisboa com a Companhia Confiança Nacional (cf. *A Circulação Fiduciária*, cit., pp. 118-119). O plano de fundo é a guerra civil e a ida de Costa Cabral para Embaixador em Madrid.

sido aprovado ainda o Regulamento da Contabilidade Pública (1863). Sucederia a criação do Banco Nacional Ultramarino e do Crédito Predial Português, aprovando-se a Lei das Sociedades Comerciais Anónimas, bem como o novo Código Civil (1867).

6. Este ciclo de alterações legislativas culminaria no início de 1868 com a Janeirinha, em virtude da reforma fiscal que acabou por não vingar. Há, porém, um forte desenvolvimento do mercado financeiro a partir da década de 1870 com consequências no funcionamento da banca e das finanças.

Entre Maio de 1870 (Saldanhada) e a primeira metade de 1876, a atividade económica e o sistema bancário português conheceram um elevado ritmo de crescimento – o que permitiria a criação da Caixa Geral de Depósitos.

O ano de 1876 conhece, porém, uma crise bancária – que levaria ao lento arranque daquela instituição. Recorde-se que a dívida flutuante correspondia aos bilhetes do tesouro e à conta-corrente do Banco central e a dívida fundada respeitava aos créditos superiores a um ano sendo gerida pela Junta do Crédito Público, salvo a dívida especial que se constituía através de contratos com sindicatos bancários e que cabia ao tesouro. Assiste-se, assim, em 1876 a uma perigosa recaída.

A crise bancária culminou na **moratória** sobre o pagamento de notas (18.08.1876), que enfraqueceu as instituições financeiras e reforçou a posição do Estado. Entre 10 e 16 de Agosto, três bancos do Norte (Porto, Viana do Castelo e Braga) suspenderam o pagamento das suas notas. No dia 18, foi o Banco Lusitano de Lisboa a seguir o mesmo caminho. Houve corrida aos bancos e o Banco de Portugal viu-se impossibilitado de saldar as notas em circulação – já que tinha enviado uma parte das suas reservas de **ouro** para os bancos do Norte. Contudo, no final do mês (28 de Agosto), o Banco de Portugal pôde pagar as suas notas, já que o Governo de Fontes Pereira de Melo conseguira os empréstimos necessários para cobrir as dívidas à banca portuguesa, pagando em ouro os créditos decorrentes dos contratos de pagamento aos particulares nacionais, realizado com um consórcio bancário em 1872 ainda para fazer alguns adiantamentos. A rapidez com que os problemas dos bancos do Porto foram ultrapassados deveu-se às reservas de ouro do Banco de Portugal. Estava-se perante um certo desafogo económico – que permitiu a superação relativamente rápida das dificuldades.

7. Falando da crise bancária de 1876, urge recordar que a sua causa principal provinha da «liberdade bancária – na opinião de Oliveira Martins –, que se traduziu entre nós, como em toda a parte se tem traduzido, num sistema de fantasmagoria, numa excessiva aplicação de bens móveis ao consórcio bancário ou agiotagem…».[7] O certo é que tal não teve repercussões externas no resto da economia porque só uma pequena parcela da economia dependia da banca. Não houve, pois, abalo sensível. Mas ficou demonstrado que o Banco de Portugal deveria ter o monopólio da emissão de notas em todo o País e não só em Lisboa.

O certo é que a estabilidade financeira manter-se-á durante uma década. Mas as coisas mudariam depois da morte de Anselmo J. Braamcamp (1885) e de A. M. Fontes Pereira de Melo (1887) – em virtude de se assistir a uma fragilização da legitimidade política com repercussões económicas. As diferenças entre a política financeira regeneradora e a progressista não podem, contudo, ser levadas longe de mais, pois em muitos casos tratava-se de mais uma separação entre homens do que entre partidos ou ideologias. Com Mariano de Carvalho viriam a ser reforçados os poderes do Banco de Portugal, sendo o Orçamento para 1887 longo e circunstanciado, propondo-se, porém, reduzir a dívida pública.[8] A verdade é que os mercados nacionais e internacionais apresentavam ainda uma situação favorável. Aparentemente as remessas dos emigrantes tiveram aumento desde 1886 – ao mesmo tempo que se incrementaram as exportações de vinho para França. Deste modo, o mercado português estava ainda bem abastecido de ouro e moeda estrangeira. No entanto, a conjuntura internacional em breve começou a revelar preocupantes sinais de alarme que afetariam os Estados devedores, como Portugal.

8. Oliveira Martins passaria, porém, largos anos a contestar aquilo que apelidava de política fontista, que para ele consistia na manutenção de desequilíbrios nas contas do Estado, financiados com o recurso à dívida pública. Segundo o

[7] Cf. *A Circulação Fiduciária*, cit., p. 136.

[8] Começa, assim, a sentir-se em 1876 – e sente-o premonitoriamente Oliveira Martins – a fraqueza de uma economia baseada no crédito. Dir-se-ia que "a granja e o banco" não permitiam a criação de riqueza. Cf. *A Circulação Fiduciária*, cit., pp. 133 e ss.

historiador tal política não tinha criado a necessária riqueza ao País, mas teria servido para enriquecer as carteiras de alguns banqueiros e de outros tantos governantes. Os acontecimentos do final do século viriam, aliás, a confirmar em parte essas preocupações.

Hoje, a moderna historiografia económica leva-nos a concluir que eram óbvias as fragilidades do modelo de desenvolvimento português, com excesso de dependência do crédito externo, insuficiente fixação de riquezas, a que acresceram, no fim do século, a instabilidade internacional e a crise política interna.

Oliveira Martins, em 1878, está imbuído de um pensamento socializante, que se torna evidente nas considerações que partilha na memória apresentada: «A palavra que a nosso ver exprime a realidade do organismo económico é o **mutualismo**. Que nós formulemos ou não as leis desse organismo. Que ele funcione de um modo reconhecido ou não pela inteligência dos homens, **nem por isso a natureza indestrutível do sistema se altera**: já os astros circulavam no espaço enquanto a inteligência humana os supunha fixos e imóveis. **Nós não podemos alterar a condição das coisas**: podemos apenas chegar a compreendê-la. Mas, desde que tal conseguimos, a eficácia dos nossos atos progride de um modo incalculável, porque a ação da inteligência nos fenómenos sociais é positiva e essa ação será perversa ou será propícia, embaraçará ou fomentará, conforme for errada ou verdadeira a noção que tivermos das coisas. Nós não nos propomos dizer o que a sociedade económica deve ser; pretendemos definir o modo porque ela é». [9]

9. CONCLUSÕES

Em suma, enumeremos as conclusões da Memória apresentada por Oliveira Martins à Academia das Ciências de Lisboa, que merecem uma leitura à luz das circunstâncias em que foram escritas e do pensamento do seu autor. Perante as lições das crises financeiras de 1846 e de 1876 haveria que tirar conclusões para o futuro:

[9] Cf. *A Circulação Fiduciária*, cit., pp. 206-207.

1. A boa organização da circulação fiduciária exige a organização geral dos serviços de **circulação** e de **crédito**.
2. O princípio de tal sistema está na **separação do comércio e do serviço bancário**, limitando o primeiro ao foro da liberdade individual ou da responsabilidade do direito comum; instituindo o segundo como função pública, ou diretamente exercida pelo Estado ou delegada por ele sob o regime excecional do **anonimato** e em virtude de um **contrato**.
3. Economistas como David Ricardo ou John Stuart Mill veem (recorda o escritor) na criação de um **banco nacional** exclusivo regulador do crédito e da circulação, a **solução** de um dos mais graves problemas da **economia social** contemporânea.
4. São apontados os exemplos dos Bancos de Nápoles e de Palermo, instituições públicas sem acionistas nem proprietários; instituições coletivas que desempenham o serviço pelo preço sem lucro, constituindo com as sobras um fundo ou tesouro nacional. Enquanto na Grã-Bretanha se regula a circulação, em França barateia-se o desconto e na Bélgica visa-se os dois objetivos. O autor preconiza esta última como solução de equilíbrio.
5. O Banco de uma nação **deve ser, assim, um tribunal e não uma casa de comércio**, deve ligar-se ao governo e não isolar-se dele – sendo uma instituição análoga à nossa antiga **Junta dos Juros**. Fala-se, aqui, de um tribunal como órgão colegial dotado de autoridade pública e imbuído de uma natureza de direito público.
6. O **banco português** seria constituído, assim, em **corporação** por delegados dos poderes públicos, das associações comerciais e dos grandes estabelecimentos industriais. Esses delegados seriam salariados e não proprietários ou acionistas. Teriam, pois, a administração do fundo, donde efetuariam a emissão de notas, receberiam os depósitos particulares e públicos, fariam os descontos comerciais e criariam os *comptoir d'escompte* como no caso da Bélgica.
7. Como os **saldos anuais** de rendimento, pertenceria à Nação esse excesso no prémio do desconto, que não viciaria a distribuição da riqueza como sucede no regime anárquico em que o capitalista ou o banco tanto mais frui do desconto quanto mais difícil é a situação do comércio.

8. A instituição de **um banco regulador do crédito e da circulação**, deste modo, reduziria o desconto em Portugal de um modo mais notável.
9. A **riqueza** só é verdadeira quando ao lado de uma produção abundante vemos uma **distribuição justa** – diz-nos ainda o autor:

> «Isto, porque não são ricas, são monstruosas, as nações que ao lado das montanhas de oiro acumuladas pela especulação livre e pela livre invasão do foro colectivo, apresentam as montanhas de nudez e fome, e os exércitos de párias ou ilotas e não já cidadãos».

10. Os **saldos** dos rendimentos do banco constituiriam, assim, uma verba importantíssima e a mais legal e justa dos rendimentos do tesouro.
11. A redução da taxa de juro permitiria a conversão e a amortização da dívida nacional, amortização inevitável que, a não fazer-se desta forma, nos levaria a uma bancarrota.
12. O **equilíbrio dos orçamentos** pondo ponto na consolidação dos empréstimos seria decerto condição necessária da conversão e amortização da dívida – mas esse equilíbrio só poderia conseguirse com redução da taxa de juro, o que obriga a uma disciplina rigorosa do Estado.
13. Numa palavra, **a organização do crédito e das finanças públicas andariam a par**. Só haveria economia saudável com rigor nas finanças e nas contas públicas – em nome da defesa dos legítimos interesses dos cidadãos e contribuintes.
14. **Só pela organização da máquina bancária poderia extinguirse o défice de dinheiro que oprime o tesouro**. De um modo claro procura-se articular um conceito de economia mutualista e o pensamento clássico do equilíbrio entre a produção e a distribuição.
15. A abundância criada pela melhor distribuição da riqueza permitiria, deste modo, aumentar os impostos, sempre que se moralizasse a sua repartição social.

E o escritor conclui: «Só a organização da máquina bancária pode (…) resolver o problema financeiro, liquidar essa dívida que pesa sobre o orçamento como a bola de chumbo aos pés do publiciado, e arrasta a nação para o fundo de um

escuro pêgo; só a organização da máquina bancária pode extinguir esse défice de dinheiro que oprime o tesouro e o défice maior ainda de organização de segurança, de instrução de viação, que vai atrofiando a sua vida intelectual e moral; porque só ela e a abundância criada pela melhor distribuição da riqueza existente permitirão aumentar os impostos, sempre que se moralize a sua distribuição» [10]. Além da granja e do banco, Oliveira Martins perguntava pela oficina: «e sem esta função eminente do organismo económico não há nações. Pode haver populações provinciais; pode haver Mónacos; mas falta um órgão à circulação um membro ao corpo humano». [11]

A crise dos anos 90 e a bancarrota de 1892 encontram, afinal, nesta Memória uma explicação premonitória… Mas não é desse tema que hoje tratamos.

(Comunicação apresentada à Classe de Letras
na sessão de 24 de julho de 2014)

[10] *A Circulação Fiduciária*, cit., p. 211.
[11] *Portugal Contemporâneo* (1881), Conclusões, 2.

Dois conceitos de democracia: constitucional e despótica

João Carlos Espada

Comemoram-se neste ano de 2014 dois aniversários de grande relevância política e intelectual: os 40 anos da Revolução de Abril de 1974, em Portugal, e os 25 anos da queda do Muro de Berlim, em Novembro de 1989. Em ambos os casos o tema da democracia, da transição à democracia de tipo ocidental, é o tema central. Em ambos os casos tivemos felizes desenlaces políticos – ambos basicamente pacíficos e ambos conducentes a regimes constitucionais pluralistas e democráticos.

Estes desenlaces felizes levam hoje ao entendimento corrente da expressão «democracia» como sinónimo de democracia constitucional, ou democracia liberal, de tipo ocidental. Contudo, esquece-se frequentemente que as ditaduras comunistas de Leste se reclamavam também elas da democracia, a chamada democracia popular. Também é frequentemente esquecido que durante o chamado PREC, em Portugal, as forças comunistas procuraram a todo o custo impedir a consolidação de uma democracia de tipo ocidental – e que se opuseram a ela em nome de uma democracia socialista, ou popular. Finalmente, é hoje frequentemente ignorado que também Mussolini reclamava que o regime fascista italiano era «mais democrático do que as oligarquias capitalistas», que ele atribuía sobretudo às democracias anglo-americanas.

A verdade é que, na história do pensamento político ocidental, sobretudo na era moderna, coexistiram e rivalizaram entre si dois conceitos de democracia, a que chamarei constitucional ou pluralista, num caso, e despótica ou monista, no outro. Começarei por recordar as penetrantes reflexões de Alexis de Tocqueville sobre a emergência da era democrática, ou era da igualdade, e a ameaça despótica que ela produz – ainda que essa ameaça possa ser contida por uma versão liberal ou constitucional de democracia. Numa segunda parte desta apresentação, recordarei brevemente alguns grandes autores do século XX – como Karl Popper, Friedrich A. Hayek, Isaiah Berlin, Michael Oakeshott ou Leo Strauss – que juntaram

as suas vozes ao alerta Tocquevilliano contra a versão despótica do conceito de democracia. Recordarei então, também muito brevemente, como o caminho para a democracia foi diferente entre os povos de língua inglesa, por um lado, e na Europa continental, por outro, tendo sido Edmund Burke o primeiro a captar essa diferença fundamental. Finalmente, numa terceira parte, recordarei os alertas de Ralf Dahrendorf contra uma possível interpretação enganadora do próprio conceito de democracia constitucional e sublinharei a importância do equilíbrio entre constrangimentos constitucionais e soberania do Parlamento.

I. **TOCQUEVILLE E A TIRANIA DA MAIORIA**

Começando por Alexis de Tocqueville, sabemos que ele afirmou, em 1835, que a era democrática era o futuro das sociedades cristãs ocidentais. Em nenhum país como na América a democracia se revelava já em todo o seu esplendor. Ao longo do seu livro *Da Democracia na América*, Tocqueville descreve com detalhe as múltiplas manifestações da era da igualdade. E, após observar cuidadosamente essas manifestações, conclui que a era da igualdade gera duas tendências, aparentemente contraditórias, mas que, em última análise, acabam por se alimentar mutuamente.

A primeira é de cariz individualista e derruba toda a autoridade exterior a cada indivíduo. O indivíduo da era democrática, considerando todos os outros como iguais, não reconhece a qualquer outro indivíduo – nem a qualquer outra entidade que não tenha sido consentida por si – legitimidade como fonte de autoridade. Numa versão benigna, que o autor encontra sobretudo na América, esta tendência gera no homem democrático a adesão a instituições livres: a imprensa livre, a religião livre, as associações voluntárias livres, o auto-governo local. Mas, sobretudo quando a democracia é produto de uma revolução, o que não foi o caso americano, esta mesma tendência gera turbulência e anarquia, constituindo uma ameaça à democracia. Contudo, esta não é a principal ameaça.

Existe uma segunda tendência na era democrática que conduz os homens «por um caminho mais longo, mais secreto, mas mais seguro (e) que desemboca na servidão». Esta é a tendência para a centralização e a uniformização: a

tendência para o reforço do poder político central e para o alargamento ilimitado da sua esfera de intervenção.

O que Tocqueville estava a observar é que a mesma tendência que leva o homem democrático a não reconhecer qualquer autoridade fora de si mesmo leva-o a atribuir uma autoridade ilimitada ao governo central – desde que este seja exercido em nome de todos e da igualdade. Tocqueville regista que «os homens que vivem nos séculos de igualdade gostam naturalmente do poder central (...) e julgarão que tudo o que lhe concedem estão a conceder a si próprios». Por este motivo, prossegue o autor, na era da igualdade, «a ciência do despotismo, outrora tão complicada, simplifica-se e, por assim dizer, fica reduzido a um princípio único»: os governantes que mais se identificarem com o homem comum e mais ostentarem o culto da igualdade serão aqueles que maior facilidade terão em retirar aos seus concidadãos a liberdade de que eles se imaginam soberanos detentores. O resultado será uma nova forma de despotismo, antes desconhecida:

> [...] Vejo uma multidão imensa de homens semelhantes e de igual condição girando sem descanso à volta de si mesmos, em busca de prazeres insignificantes e vulgares com que preenchem as suas almas. (…)
>
> Acima desses homens, ergue-se um poder imenso e tutelar que se encarrega sozinho da organização dos seus prazeres e de velar pelo seu destino. É um poder absoluto, pormenorizado, ordenado, previdente e suave. Seria semelhante ao poder paternal se, como este, tivesse por objectivo preparar os homens para a idade viril; mas ele apenas procura, pelo contrário, mantê-los irrevogavelmente na infância. Agrada-lhe que os cidadãos se divirtam, conquanto pensem apenas nisso. Trabalha de boa vontade para lhes assegurar a felicidade, mas com a condição de ser o único obreiro e árbitro dessa felicidade. Garante-lhes a segurança, previne e satisfaz as suas necessidades, facilita-lhes os prazeres, conduz os seus principais assuntos, dirige a sua indústria, regulamenta as suas sucessões, divide as suas heranças. Será também possível poupar inteiramente aos cidadãos o trabalho de pensar e a dificuldade de viver? (...) A igualdade preparou os homens para tudo isto, predispondo-o a aceitar este sofrimento e, até, a considerá-lo um benefício (II, 4,VI).

Governo limitado

Os leitores de Tocqueville que tenham sido introduzidos ao conceito de democracia pela tradição cultural do Iluminismo continental ficam em regra surpreendidos por esta passagem. Aquela tradição ensina que a democracia reside na soberania da vontade geral do povo e que a sua emergência resultou de um corte com a tradição medieval – corte de que a Revolução Francesa terá sido fundadora. Ora Tocqueville, que elogia a democracia, está a criticar a soberania ilimitada da vontade geral e a elogiar a tradição pluralista medieval e aristocrática. Como é isto possível?

Não é aqui o lugar para responder inteiramente a esta pergunta, que é tremendamente importante. Mas pode ser avançado que a razão pela qual Tocqueville provocou estranheza nas hostes democráticas do continente europeu é a mesma pela qual ele tem sido aclamado e cuidadosamente estudado pelas hostes democráticas do mundo de língua inglesa. Aqui, a democracia emergiu de um longo processo de limitação do poder central que remonta pelo menos à *Magna Carta* inglesa de 1215 – um documento que consagra as prerrogativas aristocráticas e submete o poder do rei ao limite das "leis da terra", ou da *common law*. Por esta razão, a democracia anglo-americana resulta da extensão gradual das prerrogativas aristocráticas – que limitavam o poder do rei – a sectores crescentes da população. Neste sentido, a democracia não é entendida como "vontade geral" ilimitada porque o poder ilimitado – qualquer que seja a sua origem – é entendido como despotismo. Na tradição anglo-americana, o melhor regime é sempre, em primeiro lugar, o de um governo limitado. Por isso, quando Tocqueville detecta na democracia tendências que podem gerar um poder ilimitado – em nome do povo – os democratas da tradição anglo-americana compreendem-no e apreciam-no. Para eles, é claro que a razão pela qual Tocqueville critica a vontade geral ilimitada é porque ele é um defensor da liberdade e um opositor do despotismo, qualquer que seja a sua origem – um, alguns, ou todos reunidos em colectivo.

O mesmo não se passou noutros lugares. Em *O Antigo Regime e a Revolução* (Lisboa, Fragmentos, 1989), livro cuja primeira parte publicou em 1856, Tocqueville dirá que a razão pela qual o perigo do despotismo é muito maior em França do que em Inglaterra ou na América reside no facto de que, em França, o pluralismo aristocrático fora enfraquecido pela monarquia absoluta – coisa que esta

não conseguira fazer em Inglaterra e muito menos nas distantes colónias americanas. O absolutismo centralista da monarquia francesa preparara dessa forma o caminho para o absolutismo centralista da Revolução Francesa. E Tocqueville lamentava que a França permanecesse prisioneira do «estéril conflito entre o Antigo Regime e a Revolução», que era um conflito entre dois centralismos rivais. Em *Da Democracia na América*, ele já criticava veementemente aqueles que, condenando embora o absolutismo igualitário da Revolução Francesa, não sabiam contrariá-lo com a arte da liberdade:

> Em França, muitos são aqueles que consideram a igualdade de condições um primeiro mal e a liberdade política um segundo. Quando são obrigados a ceder uma, tentam pelo menos escapar à outra. Quanto a mim, digo que a liberdade política é o único remédio eficaz para combater os malefícios que a igualdade pode originar (II.2.IV).

II. DEMOCRACIA LIBERAL E DEMOCRACIA ILIBERAL

Com efeito, ainda hoje, na Europa continental é amplamente difundida a crença de que a principal distinção entre democracia liberal e regimes autoritários reside na aceitação ou rejeição do governo do povo ou da maioria, também designado por soberania popular. O que é curioso é que nenhum dos grandes autores que, ao longo do século XX, se opuseram aos regimes nacional-socialista e comunista defenderam o princípio da soberania popular e quase todos o criticaram expressamente. Simultaneamente, todos defenderam a democracia liberal. Isso deve precaver-nos contra a tentação simplista de identificar democracia liberal com o princípio da soberania popular.

Karl Popper condenou severamente as doutrinas vanguardistas de Platão e Marx, segundo as quais o melhor regime seria definido pelo governo de um grupo de especialistas, os filósofos em Platão, os líderes do proletariado em Marx. Mas teve a explícita preocupação de sublinhar que a alternativa não residia simplesmente no governo do povo. A sua hoje famosa teoria da democracia parte precisamente da asserção de que a pergunta «quem deve governar?» deve ser posta de lado como pergunta crucial para definir o melhor regime político. Essa

pergunta, argumentou Popper, deve ser substituída por esta outra: como afastar os maus governos sem derramamento de sangue, sem violência? Ao procurar responder a esta pergunta, Popper mostrou que o governo da maioria não seria, só por si, suficiente. Também o governo da maioria teria de ser *limitado* por um conjunto de regras que o impedissem de se transformar numa ditadura.[1]

Friedrich Hayek dedicou grande parte da sua obra a este problema preciso e teve a preocupação de recordar o longo processo de *limitação* do governo que conduziu gradualmente à emergência das modernas democracias liberais, sobretudo nos países de língua inglesa.[2] Isaiah Berlin sublinhou a importância da distinção entre liberdade e soberania e acusou a confusão entre ambas de estar na origem das piores tiranias.[3] Michael Oakeshott observou que a limitação do governo pela lei era um dos principais traços distintivos da civilização ocidental[4]. E Leo Strauss, recordando que Sócrates fora condenado à morte pela democracia ateniense, sublinhou insistentemente que a democracia liberal devia precaver-se contra o governo da multidão (*the rule of the mob*).[5] Por outras palavras, todos os nossos autores convergiram na importância de limitar o poder dos governos, mesmo quando estes têm origem na vontade popular ou da maioria. E todos concordaram que essa limitação passa sobretudo por um sistema constitucional de separação de poderes, freios e contrapesos, direitos e garantias legais: numa palavra, os governos devem ser limitados pela lei, aquilo que na tradição anglo-americana se designa por *Rule of Law* e na tradição continental por *Rechtsstaat* ou ainda, em ambas, por Governo Constitucional.[6]

---

[1] Ver, designadamente, Karl Popper, "Conferência de Lisboa", *in Em Busca de Um Mundo Melhor* (Lisboa: Fragmentos, 1989) pp. 221-230, e ainda João Carlos Espada, "Karl Popper: Uma Homenagem Merecida" *in* Karl Popper, *Conjecturas e Refutações* (Coimbra: Almedina, 2003) pp. I-XII.

[2] Ver, designadamente, F.A. Hayek, *The Constitution of Liberty* (London: Routledge & Kegan Paul, 1960), em especial Ch. II, "The Origins of the Rule of Law", pp. 162.175.

[3] Ver, designadamente, Isaiah Berlin, "Two Concepts of Liberty" *in Four Essays on Liberty* (Oxford & New York: Oxford University Press, 1969), em especial secção VII, "Liberty and Sovereignty", pp. 162-166.

[4] Ver, designadamente, Michael Oakeshott, *Moralidade e Política na Europa Moderna* (Lisboa: Edições Século XX, 1995), em especial Parte I, "A actividade de governar", pp. 15-72.

[5] Ver, designadamente, Leo Strauss, *Liberalism: Ancient and Modern* (Chicago & London: The University of Chicago Press, 1968), em especial Ch. 1, "What is Liberal Education?", pp. 3-8 e Ch. 3, "The Liberalism of Classical Political Education", pp. 26-64.

[6] Ver, designadamente, Walter Berns, "Governo Constitucional" *in* João Carlos Espada, Marc F. Plattner e Adam Wolfson (eds.) *Liberalismo: O Antigo e o Novo* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001), versão portuguesa de *The Liberal Tradition in Focus: Problems and New Perspectives* (Boston: Lexington Books, 2000).

A questão do governo limitado distingue claramente a orientação das revoluções inglesa e americana, por um lado, da revolução francesa, por outro. No plano estritamente conceptual, o tema do governo limitado é central em John Locke,[7] David Hume,[8] Edmund Burke[9] e nos Federalist Papers[10] que prepararam a Constituição Americana de 1787. Pelo contrário, ele está absoluta e expressamente ausente do pensamento de Jean-Jacques Rousseau,[11] o autor que mais influenciou a revolução francesa, e em particular os jacobinos, e que mais influenciou a sua herança intelectual até à emergência do marxismo (que, como poderíamos argumentar noutra altura, é em quase tudo devedor de Rousseau).

Apenas a título de exemplo, recordo aqui a comparação entre as seguintes passagens de *O Federalista* e *O Contrato Social.* Comecemos por James Madison no *Federalista LI*:

> Se os homens fossem anjos, os governos não seriam necessários. Se os anjos governassem os homens, não seriam necessários nem controlos externos nem internos sobre os governos. Ao desenhar um governo que será administrado por homens sobre homens, a primeira dificuldade reside aqui: primeiro é preciso capacitar o governo a controlar os governados; e a seguir é preciso obrigá-lo a controlar-se a si próprio. Uma dependência do povo é, sem dúvida, o controlo primário sobre o governo; mas a experiência mostrou à humanidade a necessidade de precauções adicionais.[12]

---

[7] Ver, designadamente, John Locke, *Two Treatises of Government* (Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1990), em especial "Second Treatise", Ch. XI, "Of the Extent of the Legislative Power", pp. 355-362.

[8] Ver, designadamente, David Hume, "Idea of a Perfect Commonwealth" *in* Henry D. Aidken (ed.), *Hume's Moral and Political Philosophy* (New York & London: Macmillan, 1948) pp. 373-386.

[9] Ver, designadamente, Edmund Burke, "Thoughts on the Cause of the Present Discontent", *in Select Works of Edmund Burke* (Indiana: Liberty Fund, 1992) pp. 69-156.

[10] Ver, designadamente, "Federalist X" e "Federalist LI" *in* James Madison, Alexander Hamilton and John Jay, *The Federalist Papers* (London & New York: Penguin Books, 1987), pp. 122-128 e 318-322.

[11] Ver, designadamente, Jean-Jacques Rousseau, *The Social Contract* (London & New York: Penguin Books, 1968), em especial Books I and II, pp. 49-83.

[12] James Madison, "The Federalist LI", *op. cit*, pp. 319-320.

Oiçamos agora as palavras de Rousseau:

> Agora, uma vez que o soberano é formado inteiramente pelos indivíduos que o compõem, ele não tem, nem poderia ter, qualquer interesse contrário ao deles; e assim o soberano não tem necessidade de dar garantias aos súbditos, porque é impossível a um corpo desejar produzir danos a todos os seus membros, da mesma forma que, como veremos a seguir, ele não pode produzir danos a qualquer membro particular. O soberano, pelo mero facto de ser, é sempre aquilo que deve ser.[13]

Edmund Burke foi talvez o autor que mais cedo e melhor captou a diferença crucial entre a tradicional interpretação britânica de governo limitado pela lei que presta contas ao Parlamento e a radicalmente inovadora interpretação rousseauista de governo popular. Burke já tinha detectado uma versão (muito mais branda) deste "despotismo inovador" nos governos do rei George III. Burke queria limitar este espírito de inovação ilimitado, que ele entendia como uma ameaça autoritária contra os modos de vida existentes e as suas instituições intermédias.

> É da natureza do despotismo odiar qualquer forma de poder que não seja o decorrente do seu prazer momentâneo; e aniquilar todas as situações intermédias entre a força sem limites da sua parte e a total debilidade por parte do povo.
>
> Ver-se livre de todas estas instâncias independentes e intermédias e assegurar à corte a utilização ilimitada e incontrolada da sua própria vasta influência, sob a única direcção do seu próprio favor particular, este tem sido há alguns anos o grande objectivo político. (…) Trata-se de um esquema de perfeição a ser realizado numa monarquia muito para além da república visionária de Platão.[14]

Burke era um defensor comprometido do Parlamento e do governo representativo. Neste sentido, podemos dizer que era um democrata de tipo especial.

---

[13] Jean-Jacques Rousseau, *op. cit.*, p. 63.

[14] Edmund Burke, *op. cit.*, pp. 79, 86, o destaque está no original.

Ao contrário da maioria dos intérpretes continentais da democracia, sob a influência de Rousseau, Burke não entendeu o governo popular ou representativo como uma fonte de governo ilimitado. Para Burke, o governo representativo é sobretudo um limite à vontade política sem entraves, um representante de modos de vida realmente existentes e uma garantia da sua protecção contra «esquemas de perfeição» concebidos a partir de um centro único de poder. Para Rousseau e seus seguidores, o governo da vontade geral é visto como uma Assembleia em permanente acção política transformadora – uma acção revolucionária inspirada por um modelo abstracto de perfeição, de sociedade perfeita a ser desenhada e centralmente imposta, em ruptura com os modos de vida descentralizados e realmente existentes.

Isto conduz-nos a uma característica crucial ulterior da tradição política anglo-americana: ao conceito de liberdade como dispersão de poder.

Gostaria de sustentar, na linha de Robert Nisbet, que Burke e Tocqueville estavam interessados nas condições da liberdade e percebiam-nas fundamentalmente na dispersão de poder, na dispersão pluralista de várias instituições intermédias que protegeriam os indivíduos e os seus modos de vida do abuso por parte do poder centralizado.

> As filosofias modernas da liberdade tenderam a realçar ou a *libertação* individual de qualquer género de poder – em geral, através de um recurso aos direitos naturais – ou a *participação* individual numa única estrutura de autoridade, tal como a Vontade Geral, que substitui todas as outras estruturas.
>
> Mas a partir da perspectiva das origens verdadeiras e históricas da democracia liberal, a liberdade não assentou nem na libertação, nem na colectivização, mas na *diversificação* e descentralização do poder na sociedade. As condições mais duradouras da liberdade residem na divisão da autoridade e na multiplicação das suas fontes.[15]

Tocqueville salientou aquilo que eu gostaria de denominar – utilizando a expressão de Edmund Burke – os "pequenos pelotões". Estes são associações

[15] Robert Nisbet, 'The Contexts of Democracy', *The March of Freedom,* E. J. Feulner Jr. (ed.), (Washington D.C., Heritage Books, 2003), p. 223.

espontâneas – tais como as famílias, as vizinhanças, as igrejas e outras associações voluntárias – que geram instituições intermédias entre, por um lado, o indivíduo isolado e frágil e, por outro, o possante Estado central.

Estas instituições intermédias não são criadas centralmente por desígnio, para utilizar uma expressão de Friedrich A. Hayek. Elas emergem apenas a partir da interacção espontânea dos indivíduos, das suas famílias, de outras instituições descentralizadas – numa palavra, a partir da interacção dos *indivíduos que estão enraizados nos seus modos de vida particulares*.

III. A DIFERENÇA ENTRE POLÍTICA CONSTITUCIONAL E POLÍTICA NORMAL

Gostaria agora de abordar a terceira parte desta apresentação, onde apresentarei um alerta contra um possível mal-entendido do conceito de democracia constitucional. Até aqui, o meu argumento foi o de que o conceito constitucional pluralista de democracia se distingue do conceito despótico e monista sobretudo através da limitação constitucional do poder da maioria – em rigor, de qualquer poder, incluindo o da maioria. Por outras palavras, a democracia constitucional assenta num equilíbrio complexo entre dois princípios: o princípio do Governo limitado pela lei e pela Constituição, por um lado, e o princípio do Governo que presta contas ao Parlamento, por outro.

Existe um equilíbrio complexo entre estes dois princípios. O despotismo pode ocorrer onde quer que este equilíbrio seja desrespeitado, ou, como Edmund Burke diria, «quando o equilíbrio do navio (da democracia liberal) é posto em risco pelo excesso de carga num dos lados». No século XX, tal como referi anteriormente, este equilíbrio foi desrespeitado principalmente em nome da vontade do povo contra os limites constitucionais sobre qualquer vontade, incluindo sobre a vontade do povo.

Mas gostaria de acrescentar agora, de certa forma paradoxalmente, que o complexo equilíbrio entre o Governo constitucional e o Governo representativo pode também ser desrespeitado por via de excessivas restrições constitucionais. Este foi certamente o caso de Portugal, depois da revolução democrática de 1974, quando uma espécie de constituição socialista tentou limitar as escolhas de

futuras eleições parlamentares pela imposição de um projecto fixo de sociedade a ser alcançada – em vez de se limitar a estabelecer as regras do jogo democrático.

E este foi também o principal alerta de Ralf Dahrendorf em 1990, relativamente à transição do comunismo para a democracia liberal na Europa Central e de Leste. Acredito que as suas ideias são ainda hoje úteis, certamente em termos de filosofia política, mas também no que diz respeito aos recentes desenvolvimentos na Europa e na União Europeia.

Há 25 anos, pouco depois da queda do Muro de Berlim, Ralf Dahrendorf escreveu um dos primeiros livros a ser publicados sobre e no rescaldo daquele grande evento. *Reflexões Sobre a Revolução na Europa*[16] foi um livro de júbilo sobre a queda do comunismo, mas também um livro de alerta sobre as dificuldades das transições para a democracia.

Não é certamente coincidência que uma das teses principais deste livro, que reaparece em diversos pontos do argumento, é a de que existe uma diferença fundamental entre a política constitucional e a política normal. Entre as várias referências a esta questão, uma refere o seguinte:

> A política constitucional diz respeito à moldura da ordem social, ao contrato social por assim dizer, e às suas formas institucionais; a política normal é sobre direcções determinadas por interesses e outras preferências nesse contexto. Eleições livres e honestas são assunto de política constitucional; a campanha pela privatização da indústria siderúrgica é uma questão de política normal. Mas a distinção nem sempre é clara. (…) Em questões de política constitucional não há dois caminhos, ou, melhor, só há dois caminhos: a sociedade fechada ou a sociedade aberta, ao passo que, na política normal, uma centena de opções pode ser oferecida e três ou quatro geralmente são-no.[17]

Dahredorf estava preocupado com uma tendência de então para substituir o sistema fechado do comunismo por uma espécie de sistema fechado oposto, o chamado «capitalismo». Seguindo o seu herói intelectual, Karl Popper – que, tal

[16] Ralf Dahrendorf, *Reflexões Sobre a Revolução na Europa: numa carta inicialmente destinada a um cavalheiro em Varsóvia, em 1990*, Lisboa, Gradiva, 1993.

[17] Ralf Dahrendorf, *op. cit.*, pp. 39-40.

como referi, morreu há 20 anos a 17 de Setembro de 1994 – Dahrendorf insistiu que um dos principais objectivos de uma constituição livre é permitir uma conversação contínua e a concorrência entre visões rivais sobre políticas públicas – algumas mais inclinadas para o mercado livre, por exemplo, outras mais favoráveis à intervenção estatal. «Acho fácil tolerar os que defendem um maior papel para o estado na formulação política económica ou uma transferência maciça de recursos para objectivos sociais, embora eu possa ser contrário às suas opiniões». E alertou que,

> Tudo o que é elevado a esse plano (constitucional) é, por esse mesmo motivo, retirado da arena das lutas diárias da política normal, até que, no fim, emerge uma Constituição total na qual nada sobra para discordar, uma sociedade total, outro totalitarismo.[18]

Dahrendorf estava extremamente solidário com o compreensível entusiasmo das sociedades pós-comunistas. «Que momento para estar vivo», escreveu. Mas estava também preocupado com a imagem enganadora das sociedades não-comunistas que poderia emergir daquele entusiasmo.

Havia, contudo, ainda uma razão mais profunda para a preocupação de Dahrendorf. Nascido na Alemanha em 1929, estudou cuidadosamente as dificuldades da cultura política alemã dos séculos XIX e XX em aceitar o pluralismo desarrumado da liberdade ocidental. No seu influente livro *Sociedade e Democracia na Alemanha*, publicado em 1965, Dahrendorf criticou «aquelas infelizes dicotomias nas quais o pensamento alemão é rico, e das quais o contraste entre uma 'cultura' literária superior e uma 'civilização' técnica inferior é apenas um exemplo».[19] Estas infelizes dicotomias emergiram de e influenciaram uma visão da sociedade enquanto entidade monista e unitária, por oposição a entidades pluralistas. Porque as sociedades modernas não são entidades monistas (e provavelmente apenas as sociedades tribais alguma vez o foram), uma visão monista promove um confronto dogmático pela supremacia entre visões monistas rivais. Tal como Karl

[18] Ralf Dahrendorf, *op. cit.*, p. 41.
[19] Ralf Dahrendorf, *Society and Democracy in Germany*, Nova Iorque e Londres, Norton, 1965, p. 120.

Popper argumentou[20], estas visões monistas têm como objectivo impedir a mudança e o conflito social, impondo um projecto monista – um esquema de perfeição, tal como referem Anthony Quinton e Michael Oakeshott[21]. A este confronto entre diferentes esquemas de perfeição, Dahrendorf chamou «aquelas infelizes dicotomias nas quais o pensamento alemão é rico».[22] E ele sempre tentou evitar os coletes de força das políticas iliberais resultantes destas «infelizes dicotomias»[23].

As ideias de Dahrendorf são extremamente relevantes em termos de uma reflexão mais vasta nas condições de liberdade e daquilo a que tenho chamado o complexo equilíbrio entre o Governo constitucional e o Governo representativo. Mas estas ideias podem ser também bastante actuais, na medida em que chamam a nossa atenção para algumas ameaças inesperadas nos nossos dias contra a liberdade na Europa continental e mesmo dentro da União Europeia. As ideias de Dahrendorf podem ser extremamente úteis para a análise dos resultados das recentes eleições para o Parlamento Europeu, em Maio de 2014. Mas não vou agora maçar-vos com o tema das eleições europeias – que tratei com algum detalhe num artigo que acaba de sair na edição de Outubro do *Journal of Democracy*.[24]

---

[20] Karl Popper, *The Open Society and Its Enemies*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1945, 2 vols.

[21] Anthony Quinton, *The Politics of Imperfection: The religious and secular traditions of conservative thought in England from Hoover to Oakeshott*, Londres, Faber & Faber, 1978; Michael Oakeshott, *Politics of Faith, Politics of Scepticism*, (editado por Timothy Fuller), New Haven e Londres, Yale University Press, 1996.

[22] Uma visão semelhante sobre a tragédia das "infelizes dicotomias" pode ser encontrada nos trabalhos de Fritz Stern, o historiador germano-americano que era um amigo próximo de Dahrendorf, nomeadamente em *The Politics of Cultural Despair: A study in the Rise of the Germanic Ideology*, Berkeley, University of California Press, 1961 (renovado, 1989).

[23] Num livro recente, *The Great Debate: Edmund Burke, Thomas Payne and the Birth of the Right and Left* (Nova Iorque, Basic Books, 2014), Yuval Levin atribui às controvérsias entre Burke e Paine a emergência da concorrência entre a Direita e a Esquerda. É importante notar, contudo, que Burke vs. Paine tem sido uma controvérsia entre a Direita *liberal* e a Esquerda *liberal*. Esta é uma controvérsia saudável que pertence à política *normal* e não à política *constitucional*, na democracia liberal. Nem toda a Direita e a Esquerda são do tipo liberal, especialmente na história europeia. O que Dahrendorf tinha em mente com as suas "infelizes dicotomias" era o confronto entre as direitas e esquerdas antiliberais ou iliberais. E ele considerava que o caminho mais curto para criar ou promover "infelizes dicotomias" era a constitucionalização da política normal.

[24] João Carlos Espada, "Euroskepticism Arrives: The Missing Debate", *Journal of Democracy*, October 2014, Volume 25, Number 4, pp. 88-95.

IV. POLÍTICAS DE IMPERFEIÇÃO

Gostaria de concluir reafirmando brevemente o meu argumento. Tentei argumentar que a liberdade moderna assenta num complexo equilíbrio entre dois princípios: o Governo Constitucional e o Governo representativo que presta contas ao Parlamento. A tirania pode ocorrer sempre que este equilíbrio é desrespeitado, ou, como Burke o colocaria, «quando o equilíbrio do navio (da democracia liberal) é posto em risco pelo excesso de carga num dos lados».

Argumentei que este excesso de carga num dos lados – quer seja o lado do constitucionalismo ou o lado da vontade do povo – está sobretudo associado com a promessa ou a ambição de um modelo final de perfeição, de uma sociedade perfeita.

A característica comum às políticas de perfeição é a ambição de impedir a mudança para que seja alcançado e mantido um modelo final de sociedade que é tido como sendo perfeito. Para evitar o despotismo, devemos assim recusar as políticas de perfeição e preferir as políticas de imperfeição. São estas políticas de imperfeição que sustentam o modesto conceito de democracia que está associado à liberdade: o modesto conceito de democracia apresentado por Karl Popper como o regime que não consegue garantir bons governos, mas que pode certamente garantir que maus governos possam ser dispensados sem derramamento de sangue. Por outras palavras, este conceito modesto de democracia – podemos talvez chamar-lhe um conceito negativo de democracia – não garante o alcance de nenhum resultado. Apenas nos fornece as regras gerais de uma vida política civilizada, na qual a mudança pode ocorrer sem derramamento de sangue, sem violência. Foi neste contexto de políticas de imperfeição que Winston Churchill proferiu a famosa frase, «a democracia é a pior forma de governo, com excepção de todas as outras formas de governo que foram experimentadas ao longo do tempo».

(Comunicação apresentada à Classe de Letras
na sessão de 9 de outubro de 2014)

Um bibliófilo e erudito do século XVIII. Subsídios para a história da livraria do Convento de Jesus em Lisboa e da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa

Martim de Albuquerque

À memória inolvidável
de J. V. de Pina Martins, um
Mestre e um Amigo.

1. Numa interessante comunicação apresentada à Classe de Letras, sob o título *Frei Manuel do Cenáculo e a Biblioteca do Convento de Jesus incorporada na Academia das Ciências de Lisboa*, Artur Anselmo, referindo a iniciativa e o contributo de Frei Manuel do Cenáculo quando Provincial (1768) para a reconstrução do edifício dos frades, e, nomeadamente, para a primeira fase do magnífico salão nobre da respectiva biblioteca (1771-1777), afirma que o recheio desta se compunha, então, de:

a) 10 000 livros do próprio convento (os que sobraram do terramoto);
b) 3000 livros oferecidos pelo Bispo de Beja (Frei Manuel do Cenáculo que fora sagrado em 1768);
c) 8000 obras doadas pelo Padre-reitor de Oliveira de Azeméis.

Quem era o Padre-reitor de Oliveira de Azeméis? Que sabemos sobre a sua vida e obra? Propomo-nos versar, precisamente, sobre isso, como contributo para a história não só do Convento de Nossa Senhora de Jesus, mas da Academia das Ciências de Lisboa, que veio a ser a "herdeira" do espólio bibliográfico daquele. E de que cerca de um terço proveio do religioso em questão.

Antes de entrar *ex professo* no tema devemos esclarecer algo que se prende com o título desta comunicação. Dele constam dois termos diversos. Falamos, de facto, em *livraria* e *biblioteca* respectivamente para o acervo bibliográfico do

Convento de Nossa Senhora de Jesus e para o da Academia das Ciências. Estes vocábulos, hoje usados, por vezes, indiferenciadamente para designar uma colecção de livros, perfilaram-se, não obstante, do prisma cronológico de modo diverso, pelo menos em certas fases do respectivo percurso histórico.

Livraria no sentido de conjunto particular detecta-se já, ao que parece, no português do século XIV – «*Fez Neemias huã Livraria dos Reis e dos profetas*», lê-se num passo dos *Inéditos Alcobacenses*, conforme sinalização de José Pedro Machado no *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (s. v. respectiva). De qualquer forma, já no século XV acha-se, sem dúvida, o vocábulo *livraria* empregue na acepção de biblioteca pessoal ou privada, no testamento do célebre Dr. Mangancha (1427), facto que José Pinto Loureiro consignou no seu estudo sobre «Livreiros e Livrarias de Coimbra» (1954). Quanto ao vocábulo *biblioteca*, marca presença no idioma português desde o século XVII, tanto para designar o conjunto de livros de um privado, como uma colecção de utilização geral, pública. Esta segunda acepção ganha estatuto com a fundação da Real Biblioteca Pública (hoje a Biblioteca Nacional de Portugal) em 1796. A partir daqui, *livraria* fica, por regra (por regra, acentua-se), para referir os livros particulares. Ora bem, os do Convento de Jesus eram de titularidade privada, mas, haverá ensejo de especificar, havia intenção de consulta pública. Enquanto os livros da Academia pertenceram sempre a uma instituição pública e abertos ao público. A colecção de obras do Convento de Jesus, a despeito de poder vir a ser utilizada pelo comum, porque de origem privada, ficou sempre rotulada de *Livraria.* Enquanto o acervo dos livros da Academia recebeu o nome de Biblioteca. É bom ter isto presente, o que explica que, ainda hoje, a colecção do Convento seja tratada, com frequência, como a *livraria dos frades*. Nesta se integraram os livros do Reitor de Oliveira de Azeméis e dela passaram para a Academia das Ciências de Lisboa.

Devo confessar que, ligado por raízes familiares à zona de Oliveira de Azeméis, as interrogações colocadas ao ouvir a comunicação de Artur Anselmo, desde logo me levaram a inquirir sobre a pessoa desse eclesiástico e que as buscas a que procedi (iniciadas a partir de uma monografia local, os *Annaes de Oliveira de Azemeis,* Porto, 1909, que contém algumas notas sobre ele, parte das quais devidas a José António Gomes Leite Rebelo, Visconde de Santa Maria da Arrifana), pesquisas ampliadas, subsequentemente, com diversas obras impressas e manuscritas, me surpreenderam de forma inesperada.

Trata-se de um clérigo erudito e bibliófilo setecentista que, curiosamente, se encaixa e se cruza com o próprio Frei Manuel do Cenáculo pelo perfil intelectual e pela obra, como, ainda, com o não menos celebrado D. Frei José Maria da Fonseca e Évora.

O Padre-Reitor de Oliveira de Azeméis, que doou ao Convento de Jesus 8.000 volumes (veremos depois com mais precisão que foram 7 a 8.000), chamou-se no mundo Manuel de Oliveira Ferreira e veio a professar, já numa fase outonal da vida, no referido convento, passando a partir daí, a denominar-se Frei Manuel de Jesus de Oliveira Ferreira.

O seu percurso humano e o seu legado, com raras excepções hoje apenas mais ou menos aflorados ou aludidos incidentalmente, foram notáveis e merecem, sem qualquer dúvida, ser lembrados. Desde logo, neste preciso edifício do Convento de Nossa Senhora de Jesus e nesta Academia, ou seja as duas instituições que beneficiaram do seu amor aos livros e às bibliotecas.

2. Manuel de Oliveira Ferreira nasceu no Porto, em 31 de Dezembro de 1711. E foi baptizado a 3 de Janeiro do ano seguinte. Seus progenitores chamavam-se Jorge de Oliveira Ferreira e Catarina Alves – «paes honrados e virtuosos» (no dizer de uma nota autobiográfica escrita quando se preparava para a clausura, nota a que, adiante, teremos ensejo de regressar). Deles foi o primogénito.

Tratava-se de gente modesta, mas que já possuía algo de seu. No processo de habilitação de Manuel de Oliveira Ferreira para Comissário do Santo Ofício, que o foi no tempo do Cardeal D. Nuno da Cunha (*T.T., Manuel, maço 128, diligência 2250*), refere-se o pai como oriundo da freguesia de S. Vicente de Louredo, comarca da Feira, e a mãe como natural da freguesia de S. Miguel de Vilarinho, junto à ponte de Negrelos, arcebispado de Braga. Registam-se como avós paternos Gonçalo de Oliveira, também de S. Vicente de Louredo, e Catarina Antónia, de S. Pedro de Canedo; como avós maternos, Pedro Francisco, lavrador, natural de S. Miguel de Vilarinho, e Ana Álvares, de S. Martinho do Campo. Era bisneto, pela linha do avô materno, de outro Pedro Francisco e de Domingas João e, pela da avó materna, de António Vaz e Leonor Álvares.

O pai foi alfaiate e, depois, tendeiro de mercearia. A mãe era irmã legítima do Familiar do Santo Ofício António Álvares Ferreira (carta de 13 de Outubro de 1701, *T.T., António, maço 40, diligência 954*), mercador, e ao tempo, residente na

Rua das Flores, Porto. Do respectivo processo, consta ainda que sabia ler e escrever, vivia limpa e abastadamente, possuindo loja própria, «posto que lhe não sabem cabedaes alguns, mais que o contratar com verdade». Este veio a casar com Leonarda Baptista, filha de Francisco Ribeiro e Isabel Álvares e viúva do familiar da Inquisição de Coimbra João da Rocha Baptista (*T.T., João, maço 26, dil. 622*).

Sabemos mais, através da nota autobiográfica já aludida, que o Padre Oliveira Ferreira era consanguíneo, pelo lado paterno, do Lente de Leis da Universidade de Coimbra e Desembargador da Casa da Suplicação e Agravos Doutor Alexandre Ferreira, Secretário Real da Embaixada extraordinária à Corte de Madrid; e pela linha materna, do Sargento-mor da vila da Feira, Francisco Álvares Ferreira, Alferes da Casa da Moeda no Porto com foro de Fidalgo da Casa Real de D. João V por *merecimentos próprios* (palavras suas).

Tudo isto nos permite definir ou aperceber uma *gens* modesta, mas já a caminho de ascensão social. O que tem interesse para fixarmos o ambiente familiar do Padre Oliveira Ferreira e compreender que não se reconduzia pura e simplesmente àquilo que Roberto López designou como *extractos sociais inertes*.

3. Desde cedo, Manuel de Oliveira Ferreira se mostrou dotado de qualidades invulgares. Consoante o informa de Barbosa Machado, que Frei Vicente Salgado repete quase *ipsis verbis* numa das duas redacções que nos legou do *Catálogo Historico da Congregação da Terceira Ordem de Portugal* (Ms. da Academia das Ciências 801, V, fol. 58), aos onze anos escreveu «hum volume em que delineou por árvores todo o género de contas, que ensina a Arithmetica». Por essa altura, ou poucos anos depois, começou a livraria, o que decorre da supracitada nota autobiográfica, na qual afirma que a sua *famigerada livraria* (assim gostava de a referir) lhe «custou o melhor de 20 mil cruzados, coleccionada sobre 50 annos de fadigas literárias». E, mais especificamente ainda, de duas cartas. Numa, a Fr. António Martins da Soledade, de 1 de Abril do ano de 1755, declara que ela lhe custou o «suor de 52 annos», e noutra, ao Padre Frei Manuel da Estrada, meio ano volvido (2 de Novembro), reafirma que a sua livraria «há 52 annos» lhe tem «custado o suor de a ajuntar».

Ainda, e segundo a *Biblioteca Luzitana*, seguida por Frei Vicente Salgado, antes de fazer quinze anos o Padre Oliveira Ferreira era já «perfeitamente instruído nos

preceitos de Gramatica, Rethorica e Poetica». Estudou durante quatro anos Filosofia com os Padres da Congregação do Oratório e com os Jesuítas. Com tal sucesso que foi – servimo-nos dos próprios dizeres do Abade de Sever – «convidado para defender Conclusoens sobre toda a doctrina Aristotelica», tendo-o feito em verso latino: *Metra totius Aristotelicae facultatis.* A filosofia aristotélica constituiria, aliás, tema do particular gosto do nosso biografado, a ele regressando mais tarde com uma *Defensa de Aristoteles, e suas Doutrinas*, em paralelismo e antítese com um *Juizo contra Platão, e seus sectarios.*

O talento de Oliveira Ferreira revelou-se, por igual, na Teologia, em que foi, e de novo acudimos a Diogo Barbosa Machado, «entre todos os condiscípulos o milhor por authentico testemunho do P. Mestre Gabriel Talbot Regente dos Estudos da Congregação do Oratorio onde estudou». Na Biblioteca da Academia das Ciências, conserva-se um códice (o número 695 dos Manuscritos Vermelhos) com as *Obras e Discursos Litterarios que na sua mocidade compôz Manuel de Oliveira Ferreira, estudante nas aulas da Companhia de Jesus da cidade do Porto (copia do Anno Domini 1734).* Versa as seguintes matérias, umas em latim, outras em português:

– *Problema de Qual mostra ser mais fino amante, o que exemplifica a dor com lagrimas ou o que nega demonstração à magoa?;*
– *Modo Breve, fácil e legitimo de assistir ao Santissimo Sacrificio da Missa;*
– um tratado sobre aforismos relativos a diversos temas;
– *Epistola M. O. Ad M. C. familiarum suum;* e
– por derradeiro, uma *Arte de Musica de canto de orgão (1729).*

Não se ficaram por aqui as valências culturais e o pluralismo de conhecimentos revelados por Manuel de Oliveira Ferreira. Na Universidade de Coimbra iniciou, a seguir, estudos de Direito Canónico. Aí, a 9 de Fevereiro de 1733 (o informe é, de novo, de Barbosa Machado) sustentou «humas Conclusões, que constavam de mil e vinte e dous pontos em que estavam recopiladas as Postillas do Doutor Giraldo Pereira Continho, Lente de Prima de Canones». E, a 18 de Março de 1735, formou-se em Direito Canónico, doutorando-se onze anos volvidos (4 de Outubro de 1746).

Também na Universidade, aprendeu grego e o hebraico. Na primeira destas línguas, em que foi aluno do jesuíta irlandês Padre Patrício Barnewal, a ponto de

conseguir versejar nela. Entre os livros da Biblioteca da Academia das Ciências herdados do Convento de Jesus, ainda se conservam, com a marca de posse manuscrita do Padre Oliveira Ferreira, as *Institutiones absolutissimae in graecam linguam* de Nicolau Clenardo, Lião, *apud* Seb. *Gryphium*, 1543 (BACL. 112633), com as *Annotationes Renati Guilloni in grammaticam graecam Clenardi.* Na segunda das línguas citadas, isto é o hebraico, aprendeu apenas alguns rudimentos, sabendo distinguir os caracteres e, de acordo com Frei Vicente Salgado, não se havendo interessado em prosseguir (Ms. 801V, fol. 58, BACL).

O latim, e o português, por seu turno, foram os seus idiomas predilectos, naquele manifestando, bem precocemente, dotes de excepção. Prova-o o grande número de obras que nessa língua redigiu e, também, o facto de ter chegado a metrificar de improviso, ao estilo dos poetas do velho Lácio. Para latim, trasladou, mesmo, o canto VII d' *Os Lusíadas*. E não se pode olvidar a circunstância de, já no fim da vida e no sossego claustral, se entreter a compor em versos latinos uma *Descrição Histórica da Jornada que o Papa Pio VI fez a Viena de Áustria*, que não chegou a completar, mas que, diz Fr. Vicente Salgado, passava de seiscentos versos (*Catalogo Histórico dos Escritores da Congregação da Terceira Ordem de Portugal,* Ms. 505 V. da BACL). Encontra-se hoje na BACL., Ms 780V – *Metrica Apotheosis SS. PVI, sive iter sacrum Pontificum in Viennam Pro Pace Ecclesiae.*

4. A multidisciplinariedade de que o Padre Manuel de Oliveira Ferreira foi capaz e as suas capacidades linguísticas serviram de pilares a enorme produção literária – mais de centena e meia de escritos de que fazem memória Barbosa Machado na *Biblioteca Luzitana*, Sousa Farinha no *Sumário* desta e Frei Vicente Salgado, que soma, ainda, alguns mais aos elencados nas duas obras acabadas de citar (BACL., Mss. 505V e 801V). Trata-se de produção impressionante dada a variedade temática e de ramos de saber: Teologia, Direito, Gramática, Retórica, Poética, Filosofia, História, Arqueologia (escreveu, inclusive, sobre a antiga Lancóbriga), Música (deixou-nos um estudo sobre esta arte), Astronomia e até Medicina… Dissertou mesmo sobre Hipócrates, Galeno e Avicena – *Loca Hypocratis, Galeni, Avicenae que et aliorum Authorum praecipuae frequentata.* Entre parêntesis, diga-se que na BACL., com a sua marca de posse, subsiste a ed. de Veneza de 1545 da *Ars Medica (…) simul cum locis, et Galeni integris* de Donato Antonio Altomare. De vincar é, porém, acima de tudo, ter o Padre Oliveira Ferreira sido eleito

Académico Erudito da *Academia Médica Portopolitana*, associação científica que sucedeu no tempo a uma outra agremiação médica de vida efémera e que antecederia uma terceira, a *Real Academia Cirúrgica Portuense*, todas as três ligadas ao autor dos *Estrangeiros do Lima*, Manuel Gomes de Lima Bezerra. Sobre esta Academia se têm debruçado vários estudiosos da história da Medicina em Portugal, como Maximiano de Lemos em 1899 e Augusto da Silva Carvalho em 1928, para além de investigadores de outras áreas, com especial relevância para António Alberto Banha de Andrade, em «Uma Academia Científica Luso Espanhola antes da expulsão dos Jesuítas», *Brotéria,* XL, 1945, pp. 619-636.

Os estatutos da *Academia Médica Portopolitana*, datados de 14 de Abril de 1749, receberam aprovação real em 20 de Maio, a que foi acrescentado um aditamento aprovado em 13 de Dezembro do mesmo ano. A nova instituição nasceu «debaixo da augusta protecção do Serenissimo Principe D. Joseph, Arcebispo, Primaz e Senhor de Braga», um dos chamados «meninos da Palhavã», por «resolução sua de 20 de Março de 1749». Era fundada «para o cultivo da Medicina Experimental». No número um do *Estatuto* respectivo lê-se: «O principal cuidado da Academia Medico-Portopolitana, será o serviço, e honra de Deus Trino, e Uno; a veneração dos seus preceitos, beneficio dos proximos, augmento das Faculdades Medicas e suas ministras, seguindo as maximas da Natureza, os Experimentos practicos, e o methodo experimental racional, abandonando as ideias Physicas, que *encontrarem* a experiencia, e os phenomenos do Macrocosmo, e Microcosmo». De acordo com o número dois da regra estatutária, a Academia, que abrangeria a Península Ibérica, constaria «de todas as faculdades, que possão discutir pontos a Medicina pertencentes». Por isso mesmo, teria diversos tipos de classes – «Academicos Ilustres, Academicos Collectores, Academicos Eruditos, e Academicos Experimentaes». Os primeiros, pessoas de renome pelo sangue e pelas letras nos reinos ibéricos; os segundos, «eruditissimos Varoens Medico-Hispanienses»; os *Experimentais* «doutos Medicos, Cirurgioens, Anatomicos, Pharmaceuthicos, etc., a quem a sciencia e o bom methodo tiver colocado no lugar de verdadeiros Professores»; quanto aos *Eruditos*, seriam recrutados entre «famigerados Professores de Sciencias, e Artes, que de alguma maneira possão concorrer para o adiantamento, e progresso da Medicina, v. g., Physicos, Mathematicos, Jurisprudentes, Theologos, Humanistas, etc.». Nestes se inseria o Padre Oliveira Ferreira (referido expressamente, aliás). Não foi, decerto, um médico ou prático de Medicina, nem

sequer caseira; a Medicina, contudo, insere-se no vasto leque das suas preocupações intelectuais de conhecimento e no contexto e vertente das relações com as demais áreas do saber.

Homem verdadeiramente interdisciplinar, caracterizou-se o Padre Oliveira Ferreira, ainda, pelo apreço dos outros a quem consagrou epigramas, encómios, elogios. E celebrou sucessos e eventos dos mais díspares, que traduzem uma muito especial atenção ao mundo circundante, não apenas ao circuito religioso. Disso é prova, – e estamos exemplificando – um epigrama latino em louvor da obra sobre a vida de Maria Stuart da autoria de Francisco de Sousa e Silva Alcoforado, que José Freire de Montarroio de Mascarenhas recolheu, com outros sobre a citada produção literária, numa *Collecção de poesias* hoje na secção Pombalina da Biblioteca Nacional (cod. 127, fls. 105). À inclinação verdadeiramente universalizante do Padre Oliveira Ferreira, resultado de leituras e saberes de quadrantes de toda a natureza, nem sequer o mito escapou. Consagrou a D. Sebastião um poema épico latino em 12 livros, mas dissertou, por igual, sobre o Bandarra *(Somnia Bandarrae,* 99 versos) e não se eximiu a denunciar energicamente os erros dos sebastianistas – *Portugal vindicado das rezoens dos Sebastianistas* (BACL., Ms. 781V.)

Não é minha intenção fornecer aqui, abusando dos limites da paciência dos leitores, relação da tão extensa e heterogénea produção escrita do Padre Oliveira Ferreira. Parte da qual traduz-se em puros exercícios intelectuais, verdadeiros jogos de espírito, não raro deixando transparecer um autêntico carácter lúdico. Cinjo-me, por hoje, e tão só, às obras atrás citadas e às que haverá, ainda, ensejo de aludir. Ficará para publicação futura o levantamento a que procedi, a partir dos autores trazidos à colação e dos informes contidos nos trabalhos dele próprio e na relação que nos deixou das suas obras impressas e manuscritas.

Suponho, e tal chega agora, que fica absolutamente claro o enciclopedismo do Padre Ferreira. O qual impressionou fortemente os seus contemporâneos. Dessa incisiva impressão constituiu síntese e símbolo um facto bem ilustrativo. Agostinho Rebelo da Costa na *Descripção topográfica e histórica da cidade do Porto*, 1789, junta, no fim de cada biografia, os conhecimentos em que se distinguiram e notabilizaram os autores ilustres da cidade invicta. Exemplo: Retórica, Filosofia, Direito, Medicina. E, a finalizar o registo do Padre Manuel de Oliveira Ferreira, limita-se, sintética e expressivamente, a uma só palavra, a única menção.

Enciclopédia. Expressiva, sem dúvida, mas não unívoca. *Enciclopédia* no sentido de *enciclopédico* ou na acepção de *enciclopedista*? De um saber alargado, plúrimo, universalizante ou numa acepção ideológica de corrente cientifista, crítica, racionalista, de luzes racionais, isto é conectada e afim com o iluminismo? Obviamente, o Padre Oliveira Ferreira foi um homem com tendência enciclopédica no campo e conhecimento de variadas disciplinas do saber. Quanto ao *enciclopedismo* propriamente dito, se sofreu a sua influência e em que grau, só o exame cuidadoso e aprofundado da respectiva obra, que está por fazer, o poderá afirmar ou contestar. Certo sendo, todavia, que *enciclopedismo,* enquanto razão e crítica, não se apresenta inelutavelmente antagónico com a religião e a fé, embora, por vezes, haja uma tendência para o entender dessa forma redutora, esquecendo-se que a realidade poucas vezes se reconduz ao branco e negro; assume cambiantes e formas diversas. Não vai sem anotar, a propósito e para dar um só exemplo, que na livraria do Convento de Jesus, de uma casa religiosa pois, existiram (e continuam a existir) nem mais nem menos que dois exemplares da *Encyclopédie ou Dictionaire Raisonné des Sciences des Arts et des Métiers* (imp. de Paris, 1751), bem como o *Nouveau Dictionaire pour servir de supplement au Dictionaire des Arts et Metiers, par une société de Gens de Lettres* (Paris, 1776-1777). Que dessa mesma livraria faziam (e fazem ainda hoje) parte obras de muitos dos colaboradores da grande empresa literária e científica de Diderot e d'Alembert – Buffon, Rousseau, La Condamine, Condillac, Helvetius, Raynal, Voltaire…

Um crente (como o Padre Oliveira Ferreira e tantos outros) só por isso não é, inexoravelmente, incompatível com o enciclopedismo. Se ele enfileirou, ou não, no número dos enciclopedistas, eis algo que, no momento, não podemos afirmar e que fica em aberto. Que possuiu espírito crítico afigura-se, ao invés, incontroverso. Aliás se não foi enciclopedista, ele que havia sido, inclusive, aluno dos oratorianos, convergiu com o enciclopedismo na ânsia do saber abarcante, universalizante, interdisciplinar, e numa das suas vias de democratização da cultura, porque quis e pôs a biblioteca – a isso retornaremos especificamente – ao serviço público.

5. Manuel de Oliveira Ferreira foi eleito Abade de S. Miguel de Oliveira de Azeméis e Pároco principal de S. Tiago de Riba Ul mediante concurso sinodal de Setembro de 1741, como ele próprio lembra, tomando, em consequência, posse

do lugar com a dignidade de Reitor (23 de Janeiro de 1742). Preparou-se, cuidadosamente, diz o Abade de Sever, «com vigilancia de solicito pastor» e sabemos até que elaborou um guia de orientação significativamente rotulado *Instituta Parochiana ou Pastor de si mesmo e dictames para as suas ovelhas* com máximas «dos Textos da Sagrada Escritura, Canones Apostolicos, Bullas Pontificias, Concilios Geraes Provinciais, Decretos Rituaes das Congregações e Synodos Diocesanos». Existente na BACL, Ms. 829V.

Não deixa de ser curioso anotar a coincidência cronológica da designação e proviamento como Reitor de Oliveira de Azeméis com os começos episcopais do célebre D. Frei José Maria da Fonseca e Évora. Este foi designado Bispo do Porto, por D. João V, em 10 de Fevereiro de 1739, estando ainda em Roma. Regressou a Portugal e chegou a Lisboa a 18 de Dezembro de 1740. Foi sagrado em 12 de Março de 1741. E apontar, em simultâneo, a comunidade intelectual e espiritual entre o Padre Oliveira e o prelado. Ambos franciscanos, ambos doutores em Direito Canónico, ambos apaixonados bibliógrafos, ambos dotados de larga curiosidade e paixão cultural. Não esqueçamos que D. Frei José Maria da Fonseca e Évora foi o instituidor e fundador da célebre biblioteca de *Ara Coeli* em Roma e que o nosso biografado, além de bibliófilo compulsivo, viria a ser bibliotecário do Convento de Nossa Senhora de Jesus, cuja livraria muito enriqueceu e para a organização da qual contribuiu. E não por acaso, ainda, está a circunstância de o Reitor de Oliveira de Azeméis ter consagrado ao «seu» bispo três obras gratulatórias e laudatórias. Uma, vinda a lume impressório logo em 1740 com os elogios dos bispos da cidade do Porto e dedicada *expresse* a D. Frei José Maria, sob o título *Anacephaleosis Metrica seu proverbia encomium singulorum Portopolitana Dioceseos Presulum, allusionibus concinna.* Outra, celebrando a entrada do mesmo prelado na cidade invicta, só foi publicada em 1745: *Museo Triphylactivo, ou Demonstração de Affecto nas tres Noites Atticas na Cidade do Porto, quando nella entrou o Excelentissimo e Reverendissimo D. Frei José Maria da Fonseca e Évora*. Contém, v. g., um romance em decassílabo, outro preoratório, dois sonetos, quatro epigramas latinos, nove dísticos. E, ainda, um *Canto Epico, em que narra a Fabula de Apollo e Calliope, com alusão ao entendimento de Sua Excellencia.* As duas últimas produções acham-se inseridas e publicadas na *Collecção de Aplausos em Prosa, e verso, que consagrou a Cidade do Porto ao seu Excellentissimo Bispo*, impressa em 1745 na «Regia Officina Sylviana e da Academia Real».

Durante mais de três décadas, esteve o Padre Oliveira Ferreira como pastor da Reitoria de Oliveira e Pároco Principal de S. Tiago de Riba Ul, nunca esmorecendo nas respectivas tarefas. Não cuidou apenas das almas. A sua actividade fez-se ainda sentir na renovação e conservação do património de culto e construído da zona paroquial de que estava incumbido. Mesmo assim, encontrou sempre ocasião e tempo não só para a escrita, mas também para outras actividades, como a de Opositor da sua Faculdade (1746), ou seja em Cânones; a de Juiz Protonotário Apostólico por eleição de Bento XV; a de Leitor ou Censor de livros no tempo de Clemente XII; a de Cronista da Ordem Seráfica, instituído pela Mesa da Congregação da Rainha Santa Isabel da cidade do Porto e confirmado pelo Ministro Geral dos Terceiros Franciscanos no capítulo de Valhadolid, consoante ele próprio frisou no *Compendio Geral da Ordem Terceira de S. Francisco* (1752).

Procedeu, também, ao levantamento das *Notícias* concernentes às noventa freguesias da comarca eclesiástica da Feira (BACL, Ms. 480 a 483V). Inventário histórico precioso, tanto do prisma de património espiritual, como do ângulo do património material da zona. No volume 1.º da obra em causa, a fl. 84 v.º, encontramos, aliás, menção com alto interesse para o nosso tema e que é ilustrativa dos dados recolhidos. Reporta-se à biblioteca existente na residência paroquial, ao tempo: a sua própria livraria…

6. Com isto estamos de regresso a um aspecto nuclear e central da presente comunicação: «contigua [à Igreja de S. Miguel de Oliveira de Azeméis] – lê-se no tomo e fólio citados –, aparece a Casa da Residencia do Reitor; à qual o actual [ou seja, ele mesmo] reformou, e em hũa Larguissima Salla colocou a Sua Livraria, hũa das mais exquisitas do Reino, avaliada em seis mil cruzados, junta com Laboriozo estudo, e numeroza sobre Cinco mil volumes raros, mandados vir de varias partes do Mundo».

A biblioteca, que foi sempre crescendo, acompanhou o Padre Oliveira Ferreira mesmo depois de, cansado das fadigas paroquiais, ter resignado ao cargo eclesiástico que exerceu tantos anos, para entrar no Convento de Nossa Senhora de Jesus, em Lisboa.

O processo da dupla transladação do Padre Oliveira Ferreira e da sua livraria – as duas grandes preocupações que, a partir de certa altura, o dominaram em permanência – reconstrói-se com invulgar precisão histórica documental.

Na base da sua decisão e determinação, para lá da própria devoção seráfica, do culto do Santo de Assis (escreveu, como não podia deixar de ser, uma *Vida do Seráfico P. S. Francisco, Glorioso Instituidor, e Patriarcha das Terceiras Ordens*), está a devoção de Maria. Vivência profunda, contínua, que transborda da sua correspondência, e que quis especificamente exarar em disposição *mortis causa*. Na vontade final. De facto, no seu testamento, assinado no próprio ano do noviciado e datado de 30 de Dezembro de 1776, fez questão de deixar firme testemunho de dedicação e influência que sobre ele teve a Virgem Maria e de lhe ligar o destino da livraria.

Logo na disposição ou cláusula primeira, e a propósito da livraria, de que não se fatiga em lembrar quanto despendeu em dinheiro e em tempo e cansaço – «Primeiramente disponho da minha Livraria, que me custou o melhor de vinte mil cruzados, suor, e fadigas de cincoenta e tantos anos» –, para afirmar de imediato: «a qual no anno de quarenta e oito deste corrente seculo por voto expresso, que fiz, prometi, e votei dar, e entregar a nossa Senhora May de Jesus, pelo favor que me fez de me livrar Deos por sua intercessão de hum deplorável pleuris, e nesse perigo compuz nos quinze dias intermedios o poema B. V. C. [*De Conceptione Virgine Mariae*] que consta de quase dois mil versos heroicos, obra que na infancia lhe prometti para ilustração do próprio engenho, e se corroborou este voto da Livraria com singulares privilégios da Sua Maternal Protecção…».

Enumera, seguidamente, vários sinais que recebeu. Com relevância para o facto de ter sido questionado por Frei Cipriano de Santo António – utilizamos, de novo, as suas mesmas palavras – «porque não vinha […] para a sua Religião da Terceira Ordem em nome da mesma Senhora, como tinha sucedido com o Venerável Doutor Alexandre de Sales da Ordem Primeira Seráfica». Contestou que «recorreria primeiro à vontade Divina», mas «abrindo logo por sorte o Breviario Romano», encontrou as palavras – *Vade ad Virginem* –, «clauzula final da lição septima do dia quinze de Dezembro de 1774, Oitava da Conceição Immaculada». Deus havia-lhe indicado pessoalmente o caminho, com a inevitável consequência: «reflectindo, que falava Deus ao meu entendimento, e comigo só, resolvi entrar na sobredita Religião [Terceira]». Por este e outros sinais que se lhe seguiram, fez o voto religioso. Por isso, também, podiam os Reverendíssimos Prelados do «Convento de Nossa Senhora de Jesus, tomar posse dela [da livraria] em nome da mesma Senhora». Com reserva, porém – excepciona – do «uso e lição

quotidiana da mesma […] para os meus estudos athe o fim feliz, que espero da minha vida».

Estabelecida a decisiva motivação religiosa do culto mariano e o resultado final, vejamos, todavia, a sequência fáctica que conduziu daquela a este.

7. Para tanto, dispomos, ainda hoje, de elementos curiosíssimos. Constam de correspondência que faz parte do códice *CXXVII-2-9* da Biblioteca Pública de Évora, no qual se guarda um conjunto de cartas do Padre Oliveira Ferreira para Frei António Martins da Soledade, Provincial da Ordem Terceira de S. Francisco que sucedeu, precisamente, a Cenáculo, e, ainda, uma outra, a Frei Manuel da Estrada, da mesma Ordem. As cartas em referência foram objecto de elenco por Cunha Rivara e Teles de Matos (*Catálogo dos Manuscritos da Bibliotheca Publica de Évora*, Lisboa, 1869, t. II, p. 510-511), e versam sobre a passagem do nosso biografado ao convento, bem como a doação da sua livraria. Precisamente anexa a uma delas, existe a nota autobiográfica já várias vezes aqui invocada e a cópia do próprio testamento de Frei Manuel de Jesus Oliveira Ferreira. Essa correspondência protrai-se de 18 de Fevereiro de 1775 a 16 de Dezembro do mesmo ano, embora no códice não estejam as cartas dispostas cronologicamente de forma rigorosa.

Sente-se em diversas das epístolas, repetidas vezes, a mão de Frei Manuel do Cenáculo. Diga-se, de resto, que tal correspondência faz parte do espólio deste, como, a respeito de sete cartas e por referência ao transporte da biblioteca do Padre-Reitor de Oliveira de Azeméis para Lisboa, notou pertinentemente Francisco Vaz, no estudo «A ideia de Biblioteca Pública em Portugal nos séculos XVIII e XIX», publicado em 2007 num dos volumes em homenagem ao Prof. Artur Teodoro de Matos.

8. A 7 de Janeiro de 1775, Frei António Martins da Soledade escreve ao Padre Frei Cipriano de Santo António a acusar a recepção de uma carta deste. Da epístola de Soledade a Frei Cipriano, vê-se que se regozija com o facto do Reitor de Oliveira de Azeméis ter aceite a sua vocação – «Li a sua Carta, e louvo a Divina Providencia como dispõe os meios para os fins quando determina: acceitando o S.^{or} R. R.^{or} as suas vozes como instrumento da sua vocação lhe pode assegurar que da nossa parte há hũa vontade de o reçebermos, livre de escrupulo, que não

seja impedimento ao chamamento do Senhor». Podia assegurar que Sua Excelência, isto é o Bispo D. Frei Manuel do Cenáculo, e ele, Frei António, têm nisso «muito gosto e nos oferecemos para o que o mesmo S.or R.or determinar». Frei António recomenda, aliás, a Frei Cipriano que trate do negócio somente com o próprio Reitor, «que assim pede a prudencia». Envia um papel que deverá entregar sem demora, papel esse de incitamento (decidida a vocação deve ela ter o devido efeito).

O Padre Manuel de Oliveira Ferreira, por seu turno, dirige-se em 18 de Fevereiro ao Provincial asseverando «o afecto e grande dezejo de ser subdito com os Solénes vinculos da Religião». Especifica que o principal motivo que o atrai «a fugir do Seculo para o Paraizo Mystico» é «tentar o mais pequeno Caminho para a ultima felicidade». Requere solução para certos pormenores – «alguns incidentes controvertiveis», assim os denomina, rogando que comunique ao Bispo, seu senhor, ou seja a D. Frei Manuel do Cenáculo, pedindo o voto deste «para maior expediente de tanto negocio».

Não vamos, como é óbvio, entrar nos senões das cartas em questão. Impõe-se, contudo, sublinhar alguns pontos. Desde logo, o firme propósito religioso do pretendente ao claustro, emergente de repetidos passos. Depois, as dificuldades que se foram colocando, desde a necessária licença e concordância do Bispo do Porto para a resignação do benefício eclesiástico, a qual acabaria por originar a nomeação como novo titular do próprio sobrinho do Padre Oliveira Ferreira (o Padre Domingos Ferreira da Rocha) até à pensão que queria reservar ao pagamento de algumas dívidas, ao destino terreno dos bens que possuía e, sobretudo, o que mais interessa agora, ao problema da sua «famigerada biblioteca».

1 de Abril. Nova carta a Frei António Martins da Soledade. Desta feita, o Padre Oliveira Ferreira responde a uma de 12 de Março, esclarecendo que previu algumas objecções («insinuações», consoante escreve) e dizendo que «gostaria se pedisse Bula de união a essa Biblioteca» (como é evidente, alude à união da sua livraria com a do Convento). Quanto às objecções, é categórico no sentido de que a livraria não deve ir por mar, dada «consideravel despeza, e maior perigo» – «por terra com certeza, e presteza». Custou-lhe o «suor de 52 annos» e «perto de 200 caixotes a não levam». Acredita que o vir a «ser publica coincide com especial voto aos nomes de Jesu e Maria, congruentissimo prezentemente». O ensejo era adequado para uma observação a que não falecia, talvez, um subtil aroma de

remoque: «Reconheço – tal a sua observação – que as livrarias grandes de Europa se formaram de muitas pequenas, e digno de memoria, que a do Escurial, Paris, Vaticano, Coimbra se aumentaram com os acrescimos das de Filipe II, Francisco I, Sixto IV e do Cardeal Sousa…»

9. Nem dois meses depois – 23 de Maio –, pede Oliveira Ferreira que Frei António da Soledade expeça ordens ao Padre Frei Cipriano «para o transporte [dos livros] se fazer, como melhor parecer: que eu não posso ir sem elles». Já advertira o «computo» e apenas a «Polygolota de Walton, sobrasahe ao ordinario pezo». Formula, de imediato, várias e aparentemente incompreensivas interrogações quanto a diversas espécies. «Que serão dos Acta […] da Sagrada Rota, dos Bullarios, dos Concilios? Grevios, Gronovios, Kircher, Uguello, Tostado, Santos Padres, etc.?».

De algumas destas espécies – os *Acta* da Sagrada Rota, os *Bullarios*, os *Concilios* – existiam já no tempo do Padre Oliveira Ferreira bem numerosas colecções e colectâneas, como pode comprovar quem se der ao trabalho de compulsar o livro incontornável de Van Hove, *Prolegomena ad Codicem Iuris Canonici*, o que torna inviável adiantar alguma coisa concreta sem demorada e exaustiva prospecção na livraria do Convento de Nossa Senhora de Jesus. Por maioria de razão, o mesmo se pode subscrever no que respeita aos *Santos Padres*, tantos e tão diversificados. Aliás, esta referência é aos escritos dos Santos Padres, à obra deles, ou às suas vidas, à hagiografia?

Começando por este último ponto e pelas interrogações enunciadas em derradeiro, há que não esquecer: por um lado, e quanto às obras que a *Patrologia latina* com os seus 217 volumes só surgiu muito posteriormente (1844-1855) e a *Patrologia grega* em versão latina 85 volumes, em 1856-1865 e em grego e latim 167 volumes, em 1857-1866, pelo que o Padre Oliveira Ferreira não podia dispor de tais conjuntos; por outro, ao invés o facto de, e relativamente, às vidas, a crítica oriunda da própria Igreja Católica de há muito vir procedendo à separação do lendário daquilo que se podia basear em fontes históricas fidedignas e nessa base se procedia a uma colecção. Quem teve pela primeira vez a ideia de publicar tal colecção foi o jesuíta belga Heribert Roseweyde, mas sem grande acolhimento dos círculos eclesiásticos. O projecto foi levado avante com sucesso por um beneditino da mesma nacionalidade, nem mais nem menos que Jean Bolland

(1596-1665), cuja empresa foi, depois, continuada ao longo dos tempos por vários outros autores, como Godefroid Henschen (1601-1681), Daniel Papebroech (1628--1714). Como escreveu Ludovico Gatto no capítulo subordinado ao título «Gli Acta Santorum» do seu livro *Viaggio Intorno al Concetto di Medieoevo* (ed. de 1981): «Das tentativas conjuntas de Bolland *in primis*, de Henschen e de Papebroech, nasce uma obra imponente cuja edição viu a luz no século de Seiscentos, e de que importantes reimpressões foram publicadas em Setecentos e em Oitocentos, continuando-se a trabalhar até aos nossos dias em torno dos *Acta*». Não nos deteremos aqui sobre esta colecção hagiográfica senão o estritamente necessário, pois isso desviar-nos-ia e levaria muito longe. Aparecida, como se frisou, a primeira edição, 56 vols, in fol., entre 1645 e 1858, com reimpressões isoladas de um ou outro volume (Jacques Charles Brunet, *Manuel du Libraire et de l'Amateur de Livres*, Paris, 1860, I, cols. 1076-1077), verificou-se uma outra em Veneza em 1734 e anos subsequentes, que integrou, depois, volumes editados em Antuérpia e Bruxelas. Ora, no salão nobre da livraria do convento de Jesus (hoje o salão nobre da biblioteca da Academia) existe um exemplar da colecção dos *Acta sanctorum* iniciada em Veneza 1734, 54 vols. (11.69.5 e seg). Teria, porém, sido do Padre Oliveira Ferreira? Dúvida que se pode, a uma primeira vista, colocar com pertinência porque o conjunto integra, como volumes finais, dois, um de 1780 e outro de 1786. Ora o nosso coleccionador morreu em meados de 1782, pelo que o volume de 1786 jamais poderia ter vindo da sua livraria (e acaso também de 1780). Sucede, porém, que os dois volumes em causa – um de Antuérpia e outro de Bruxelas – diferem quanto às lombadas da encadernação dos restantes, v. g. no que respeita aos rótulos, de cor diferente, o que parece indicar que foram adicionados ao conjunto *a posteriori*. Ou seja, que teriam sido adquiridos pelo Convento já depois da morte dele. A ser assim, como cremos, e com a reserva cautelar que a exigência de rigor científico impõe, 50 dos 54 volumes dos *Acta Sanctorum* pertenceram ao Padre Oliveira Ferreira.

Já quanto aos vários autores especificamente citados na carta em exame, podemos adiantar que de todos existem na Biblioteca da Academia das Ciências com a marca da pertença do Convento, exemplares de várias obras, de que salientaremos por terem referência no *Manuel du Libraire et de l'Amateur de Livres* de Jacques-Charles Brunet, as seguintes. Para Grevio [Johannes Georgius Graevius] o *Thesaurus antiquitatum romanorum*, *Venetiis* (Veneza), 1732-1737, 12 volumes *in*

folio; quanto a Gronovio [Jacobus Gronovius] o *Thesaurus graecorum antiquitatum, Venetiis* (Veneza), 1732-1737, 13 volumes, também *in fol*., que fazem parte da colecção de antiguidades de Graevius; por reporte a Kircher [o Padre Athanasius Kircher] oito, incluindo a *Arca de Noe, in tres libros digesta, quorum I. de Rebus quae ante diluvium; II. de iis, quae ipso diluvium ejusque duratione; III. de iis quae post diluvium a Noemo gesta sunt, Amstelodami* (Amesterdão), 1675, *in fol.*; relativamente a Uguello [Ferdinandis Ughelli], *Italia sacra, Venetiis* (Veneza), 1717-22, 10 volumes, *in fol.*, de que o mesmo Brunet elucida: «Ouvrage indispensable dans une grande bibliothèque, quoiqui'il laisse beaucoup à désirer, sous le rapport de la critique»; finalmente, do Tostado [Alphonsus Tostatus] os *Opera omnia, Venetiis* (Veneza), 1728, 27 tomos em 20 volumes, *folio*. O simples elenco das obras acabadas de seriar chama imediatamente a atenção para a circunstância de se tratar de espécies de grande formato, *in folio*, e compostas por numerosos volumes, susceptíveis pois de ocuparem largo espaço. Isso, acaso, explicará as interrogações que o Padre Oliveira Ferreira colocou logo após a alusão à excepcionalidade da *Biblia Polygglota* de Walton.

10. Feita esta pequena digressão bibliográfica, de óbvio interesse, recentremos, todavia, a exposição no problema do *modus transportandi* da livraria para o Convento, que tanto preocupava o Padre Oliveira Ferreira. Para a época, sem dúvida, tarefa difícil e árdua. Hercúlea. Ao seu espírito surgiram várias alternativas. Mereceu-lhe particular atenção o que respeitava à via a utilizar, não achando prudente a marítima «Por mar – adverte – poucos se aventuram. Perdeu-se a Livraria do Senhor Bispo D. Aleixo na barra do Douro: e nas costas do nosso oceano muitas dos Dezembargadores da Relação desta Cidade quando se transportavam à de Lisboa». Para não falar nos naufrágios de outras «em diversas nações, de que há só triste memória nos Biografos». Consultou o Bispo do Porto sobre a renúncia ao seu lugar de Reitor e dispõe-se para, caso necessário, vir à Corte tratar do assunto. Termina esta missiva dizendo que escreve ao Bispo D. Frei Manuel do Cenáculo «porque no seu sublime Espirito quero entrenhar este meo presentaneo sacrifício».

A questão do transporte é abordada mais uma vez, noutra carta a Frei António da Soledade (datada de 27 de Maio). Estavam em causa, além de tudo, os custos – dos caixões, certamente mais de duzentos e o que isso implicava em

madeira (de pinho), pregos, oficiais e cordas. Era, ademais, preciso pensar nas bestas, carros, condutores, até Lisboa, passando por Estarreja e Aveiro. Avisa sobre «os perigos, e aballos em meter e tirarse [os livros] da embarcação» – descolagens, os «salitrados cheiros do mar» que «fazem abolecer». Não possuía dinheiro necessário – «aliás à minha custa faria tudo». Diz, ainda, que viu a carta de Frei António de 19 de Maio e deu «graças a Deus no Santissimo Sacrificio». «E depois – acrescenta – logo me assaltou desejo inexplicavel de me ver nesse Ceo, onde espero todo o bem». Sentiu, até, necessidade de compor uma poesia que não remete e não sabe se será digna de publicação. Misturam-se, de novo, as preocupações materiais sobre a livraria, os acordes espirituais e a expressão literária.

Tudo isso, aflora na continuação da correspondência.

De Junho (17), data nova missiva do Padre Oliveira Ferreira ao Provincial, em que lhe comunica: «esperando o ultimo aviso que alcancei da boca do R. P. Fr. Cypriano, instrumentario deste negocio, quase arrebatado de um somno, sem demora me pûz a caminho a 14. dia de S. Boaventura, que no nome e na obra me facilitará com seraficos influxos». Chegou a Coimbra, e acompanhado pelo Padre Estrela, prosseguiu (para Lisboa?). Feliz, compôs um dístico latino a Nossa Senhora. Confessa que não teve outra pena senão demorar-se «e não poder voar a prostrar-se aos pés do Ex.^{mo} Senhor Bispo de Beja e aos de V. Reverendissima, o que espero com ardentissima vontade para maior gloria de Deus».

A 26 de Agosto, elucida que foi ao Porto e entregou «a carta de Sua Ex.^{a} [o Bispo D. Frei Manuel do Cenáculo]», mas não teve resposta do prelado nortenho. Recebeu, por mão do Padre Mayne, um «mandato regio», sem especificar mais, mas, decerto, ligado com o desenrolar que vimos seguindo pela correspondência.

Mais uns dias. E, em 2 de Setembro, para além de adiantar a posição negativa do Bispo do Porto quanto à renúncia do seu benefício e conversão em pensão, assunto em que se detém, informa que mandou «vir Vicente Pedro para empacotar os Livros e para a prontidão». Demora-se, ainda, no pagamento de dívida de duzentos mil reis que tem no Porto. O Provincial acorda em mandar uma letra dessa importância «para satisfação» do empréstimo, como decorre de nova carta do Padre Oliveira Ferreira a Frei António da Soledade (17 de Setembro), na qual o primeiro esclarece, ainda, que «mandou aviso a Vicente Pedro para o transporte» e já se enfada da demora. Mais uma vez, lembranças para D. Frei Manuel

do Cenáculo. No mesmo mês (desta feita, a 24), retoma o tema da renúncia do benefício – no sobrinho, o Padre Domingos Ferreira da Rocha. Entretanto, no meio da troca epistolar com Frei António da Soledade, conta-se uma carta a Frei Manuel da Estrada, com data de 2 de Outubro, também sobre o problema do transporte da biblioteca: «Chegou aqui o Senhor Vicente Pedro de Lacerda com força grande dizendo que lhe entregasse a livraria: eu respondi que o tempo estava chuvoso, e que não consentia em remeter a minha livraria, que há 52 anos me tinha custado o suor de a ajuntar. He tempo chuvoso, que se perdem os Livros encaxados, e sem eu ir com ella, não a deixo ir, para ver, se vão conforme o ajuste do papel. Fizemos o rol de cada hum dos livros e chegou a sete mil […]. O tempo repentino foi causa de toda a demora; que eu estou pronto, a ir com ella, sendo tempo fixo». Espera um milagre de Frei Manuel da Estrada…

Já em 15 de Outubro, o Padre Oliveira Ferreira confirma a Frei António da Soledade que Vicente Pedro irá, e com ele a livraria. Num penúltimo escrito (5 de Novembro), pede que não se demore «a condução dos livros nas paragens como Águeda, Coimbra, etc. e que se há fazer em direitura a Torres, e dahi em barcas de Santarém ao Cais de Lisboa». Finalmente numa última carta, já no fim de 1775 (mais exactamente, 19 de Dezembro), insiste no caminho de Coimbra, Torres e Lisboa. Consigna, em *post-scriptum*, que a letra, acima aludida, foi cobrada e recebida pontualmente.

11. A livraria daquele que se chamou em religião Frei Manuel de Jesus, foi, por fim, transladada ao Convento de Nossa Senhora de Jesus, de Lisboa. E conhecemos, até, com precisão, o custo derradeiro de toda a operação. As despesas de transporte, consoante decorre do espólio de Frei Manuel do Cenáculo, dirigente último, como se percebe, de toda esta estratégia (cod. da B. P. de Évora, *CCXXVIII – 2-5*, fol. 62) encontram-se exaradas em passo já assinalado por Francisco Vaz, no estudo, atrás invocado, e atingiram 352.000 reis. Os livros ultrapassaram os sete mil de acordo com essas contas e eram mais do que havia previsto o intermediário e, por isso, o valor do frete subira.

Onze anos mais tarde, Agostinho Rebelo da Costa, na *Descripção Topographica e Historica da Cidade do Porto*, registava que a «grande livraria» do Padre Oliveira Ferreira transportava para a Ordem Terceira de S. Francisco, «segundo a comum estimação se avalia em vinte mil cruzados».

Oliveira Ferreira tomou o hábito religioso em 1776, proferindo, então, uma *Oração latina* na Igreja do Convento de Nossa Senhora de Jesus. «A satisfação em que deixava o Mundo e com que desprezava as suas vaidades mostrou este Religiozo em huma oração latina que recitou, quando se propoz ao publico, que he cheia de eloquencia, ternura e gratidão ao beneficio, e graça de se unir a esta Congregação, o que sempre dezejou», testemunha Frei Vicente Salgado (BACL, Ms. 801V.). Pouco depois, em 1776, faz a sua profissão. Dela legou-nos também oração latina.

12. Nem a passagem à vida conventual afastou o amor de Frei Manuel de Jesus pelos livros. Um amor constante e capaz de levar a enormes sacrifícios. No já citado *Catalogo Historico dos Escritores da Congregação da Terceira Ordem* (BACL, Ms. 505V., p. 287), Frei Vicente Salgado afirma que a vida claustral não abafou a veia de estudioso daquele de quem vimos tratando. Até «aos ultimos dias da sua vida – são incisivas palavras de Frei Vicente a respeito de Frei Manuel de Jesus – conservou uma paixão vivissima por ter e adquirir livros de materias novas, e interessantes aos seus estudos, e para satisfazer esta Bibliomania faltava muitas vezes ao substancial da comodidade precisa ao homem que estuda».

No Convento de Nossa Senhora de Jesus, que alcançara, como diz Frei Vicente, fama de «huma Athenas Literaria», o Padre Oliveira Ferreira, além de Mestre de Teologia e Moral, encontrou, precisamente, outro meio de prolongar e alimentar ainda a paixão de bibliófilo. Desempenhou, aí, também o cargo de bibliotecário, sendo encarregado de proceder «à colocação dos livros por boa ordem na Livraria», o que foi aceite pelo Padre Mestre Frei José de Santa Rosa Teixeira por o entender «com particular aptidão, e genio para o ministerio» e por «se ter oferecido gostosamente para o referido trabalho» (BACL, Ms. 354V, fl. 19 v., aliás transcrito, nesta parte, por Álvaro Neves num artigo publicado no *Boletim Bibliográfico da Academia, das Sciências de Lisboa*, 2.ª série, vol. 1, 1911-1916, p. 192 e s.)

13. O amor aos livros levado à abnegação, ao sacrifício da comodidade própria, e a aptidão bibliográfica, consequência do desejo de saber e do leque cultural por ele abrangido e alcançado, constituem dois vectores fundamentais de compreensão da livraria do Padre Oliveira Ferreira. Mas não elucidam certos pontos. Como logrou ou que meios ou disponibilidade materiais tinha para

adquirir uma tão grande, múltipla e valiosa colecção? – Pergunta esta tanto mais pertinente quanto, é certo, que as suas raízes foram humildes e não desempenhou actividades e cargos de alta remuneração. Como, porque vias, e a quem adquiriu um tal conjunto? Estamos no século XVIII e, que se saiba, ele jamais viajou para fora de Portugal.

Quanto à primeira interrogação, convém ter presente que embora os pais do Reitor de Oliveira de Azeméis hajam sido gente modesta, eles possuíam alguma coisa de seu e que a família, como se anotou, estava em franca ascensão. De resto, sabemos, pelo seu testamento, que herdou património dos pais, de que ainda dispunha nesse acto de última vontade. Por outro lado, a Reitoria de Oliveira de Azeméis proporcionava-lhe um rendimento anual não despiciendo que podia mobilizar. No seu processo para o Santo Ofício, é estimado esse rendimento em cerca de duzentos e cinquenta mil reis – renderá até essa quantia, diz-se aí. Em derradeiro, mas talvez mais importante de tudo isso, estava a sua capacidade de sacrifício e privação ao longo de dezenas e dezenas de anos. A biblioteca, como teve oportunidade de insistir, foi o produto do *suor* de mais de meio século! A paixão dos livros levou-o a privar-se mesmo inclusive do vulgar e elementar. Até Frei Vicente Salgado, e por reporte ao tempo que o Padre Oliveira Ferreira viveu na clausura, formula estranheza e talvez uma certa censura quanto a tal abdicação. O que não deixa de ser motivo de alguma surpresa. Vindo de um franciscano a respeito de outro franciscano… O apego aos livros estava-lhe inato. E só cedeu ante a Fé, que o conduziu a doar a biblioteca a Nossa Senhora de Jesus intercessora para Deus. É certo que reservou, até ao fim da vida, o direito de fruição, mas deu-lhe um destino imediato e quis, desde logo, isto é, mesmo antes do fim do seu trajecto humano, que fosse pública; pudesse também ser usufruída por todos os que tivessem capacidade cultural e v. g. por saberem ler; em prol, consequentemente, da comunidade. Do bem comum. Amar a Deus sobre tudo e o próximo como a nós mesmos. Os dois mandamentos fundamentais. Note-se, aliás, que a leitura pública da livraria do Convento em 1796, já depois da morte do nosso biografado, ainda estava *in via*, como informa o *Almanache* para esse ano, justamente recordado por Fernanda Guedes de Campos no livro *Para se achar facilmente o que se busca. Bibliotecas, Catálogos e Leitores no ambiente religioso (século XVIII),* Lisboa, 2015, saído, pois, já ulteriormente à data de apresentação do texto desta comunicação à Academia das Ciências.

Como e a quem comprou? A tal respeito, convirá ter presente em primeiro lugar que no período de coleccionismo do Padre Oliveira Ferreira, ou seja a partir da terceira década de Setecentos e até finais de 1782, existia em Portugal uma rede importante de livreiros em que se contavam, inclusive, alguns italianos e ainda mais franceses (principalmente briançoneses), a que ele podia recorrer e que serviam de ponte e asseguravam o transporte de livros vindos de múltiplos centros produtores europeus (Antuérpia, Colónia, Mogúncia, Frankfurt, Neuchâtel, Genebra, Lyon, Avinhão e Veneza), com «locais de transbordo ou de embarque para a Península Ibérica, nomeadamente, Portugal». É esclarecedor, sobre isso, o mapa dos centros e pontos de transferência que se pode ver na obra que Fernando Guedes dedicou aos *Livreiros franceses do Delfinado em Portugal no século XVIII* (Lisboa, 2012). Não vamos, naturalmente, fazer um elenco desses livreiros e comerciantes de livros, para o conhecimento dos quais fornecem abundantes dados, v.g., os estudos de Pinto Loureiro, Manuela D. Domingos e Fernando Guedes, citando apenas alguns estudiosos da história do livro em Portugal no século XVIII, para os quais remetemos os eventuais interessados em aprofundar tal matéria. A importância desse comércio foi sempre crescendo e se é certo que também ele padeceu com o terramoto de 1755 em Lisboa, não é menos certo que muito pouco depois, como observa Manuela D. Domingos com base no depoimento de Frei Manuel do Cenáculo, os estrangeiros tinham já bom sortimento de livros: «Segundo o testemunho de Fr. Manuel do Cenáculo, após o terramoto em Dezembro de 1756, entre os estrangeiros que já tinham, de novo, bom sortimento de livros, contavam-se o saboiano Gnecco e Dubeux, Bertrand, Bonnardel, Ginioux, franceses» (*Livreiros de Setecentos*, Lisboa, 2000). E note-se que o comércio livreiro não era restrito apenas a Lisboa, mas existia também em Coimbra e Porto (uma lista dos livreiros e mercadores de livros desta cidade abarcando o período da vida do Padre Oliveira Ferreira pode-se ver no estudo de Maria Adelaide Meireles sobre *Os livreiros do Porto no século XVIII. Produção e* comércio, Porto, 1995). De resto, sabemos que os comerciantes de livros não só importavam e permitiam a circulação de livros ortodoxos, mas inclusive perfuravam a censura trazendo e pondo ao alcance dos interessados obras proibidas. Deste prisma, são ilustrativos numerosos casos colacionados por Teresa Payã Martins na sua monumental dissertação *A Censura Literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII* (Lisboa, 2005).

À rede comercial devem-se acrescentar os contactos e eventual ajuda que o Padre Oliveira Ferreira podia ter através dos círculos intelectuais em que se movia e, ainda, as ligações proporcionadas pelas estruturas eclesiais nas quais estava inserido. Em primeira linha, mediante D. Frei José Maria da Fonseca e Évora relativamente a Itália.

*

Sobre o Padre Oliveira Ferreira muito e mais se poderia escrever. A paciência do benévolo leitor tem, porém, limites. E pensamos que quanto se alinhou permite visionar o perfil de um Homem, notável pela Fé e pela Cultura, que foi, simultaneamente, e por igual, um Erudito e um Bibliófilo, de cujo legado a Academia das Ciências é e continuará a ser a depositária e de que é usufrutuária, bem como todos os investigadores que da sua livraria conventual – a *livraria dos frades* – se servirem.

Caso singular, aquele que seguimos, não se trata, porém, de caso único ou isolado. O levantamento e estudo de outros casos excepcionais espera os historiadores e importa para a compreensão de uma época. Integra, também, o perfil de cada sociedade que tem de ser encarado de ângulos os mais diversos para a imagem ser clara e pedagógica aos dias de hoje[1].

(Comunicação apresentada à Classe de Letras
na sessão de 23 de outubro de 2014)

[1] Desejamos expressar o nosso reconhecimento a todas as instituições e pessoas que, de uma forma ou outra, com observações e indicações bibliográficas ou rara disponibilidade, contribuíram para que pudéssemos levar a cabo a comunicação que serviu de base ao texto ora publicado. Desde logo, à Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, à Biblioteca Nacional de Portugal, à Biblioteca Pública de Évora, à Biblioteca da Ajuda, à Biblioteca da Faculdade de Direito de Lisboa pelas facilidades que me facultaram. Pelos dados viabilizados um muito obrigada ao Dr. Fernando Guedes e o Dr. Luís Farinha Franco. Agradecimento particular vai para os académicos que comentaram com perguntas e questões a nossa exposição – os Profs. António Dias Farinha, Manuel Braga da Cruz, Teresa Rita Lopes, Raúl Miguel Rosado Fernandes e Padre Cerqueira Gonçalves. As suas intervenções permitiram esclarecer, enriquecer e desenvolver vários pontos. Bem hajam.

Elogio histórico do Académico Justino Mendes de Almeida

Artur Anselmo

Na Academia das Ciências, a tradição do Elogio Histórico dos académicos de número remonta a 1814 (completam-se agora dois séculos): os primeiros sócios elogiados, em sessão adequada, foram Frei Manuel do Cenáculo, falecido precisamente nesse ano, e o seu confrade João de Sousa, braço direito de Cenáculo no pioneirismo dos estudos arabistas em Portugal. Nas décadas seguintes, além dos elogios históricos dos fundadores da Academia (o Duque de Lafões e o Abade Correia da Serra), evocaram-se aqui figuras de relevo como Garrett, Castilho ou Herculano, e, no século XX, um Egas Moniz, um Júlio Dantas, um Gago Coutinho ou um Vitorino Nemésio, para referir apenas os nomes de quatro sócios que muito prestigiaram a Academia das Ciências já em nossos dias.

Nos termos do artigo 36.°, alínea g), dos actuais Estatutos da Academia, os sócios-efectivos devem "proferir o *elogio histórico* dos académicos em cuja cadeira sucedem, ou quando para isso sejam designados pela classe a que pertencem". Cabe-me a honra de ter sucedido a Justino Mendes de Almeida na cadeira n.° 1 da Classe de Letras, razão pela qual se decidiu organizar a presente sessão evocativa.

Ao longo dos últimos 150 anos, a cadeira n.° 1 da Classe de Letras (antiga cadeira n.° 21 da numeração contínua, estabelecida quando a Academia tinha apenas 40 sócios-efectivos, número que é hoje de 70) foi ocupada, sucessivamente, por José Maria Latino Coelho, Francisco Inácio Silveira da Mota, José de Sousa Monteiro, Francisco Teixeira de Queiroz, José Leite de Vasconcelos, Francisco Rebelo Gonçalves, Mário Martins e Justino Mendes de Almeida.

Latino Coelho (1825-1891) entrou muito jovem para a Academia: o seu nome aparece mencionado pela primeira vez numa acta académica de 8 de Maio de 1855. Desdobrando-se constantemente em novas iniciativas do maior interesse cultural, foi durante muito tempo secretário-geral. Biógrafo de grandes figuras históricas (como Camões, Fernão de Magalhães, Vasco da Gama, Garrett,

Castilho) a sua formação militar permitiu-lhe escrever a *História Política e Militar desde os Fins do Século XVIII até 1814.* A Academia editou o seu estudo sobre a *Oração da Coroa*, de Demóstenes, que traduziu.

Silveira da Mota (1836-1907), jurista especializado em Direito Penal, foi animador de várias revistas de cultura, como o *Arquivo Universal*, estudioso da Inquisição e colaborador assíduo dos trabalhos lexicográficos da Academia.

José de Sousa Monteiro (1846-1909), versado em questões diplomáticas decorrentes da presença portuguesa na Índia, festejado autor teatral, dedicou-se com tanta energia às iniciativas da Academia, sobretudo ao projecto do *Questionário Ortográfico* elaborado por Gonçalves Viana, que viria a suceder ao omnipresente Latino Coelho no cargo de secretário-geral.

Teixeira de Queiroz (1848-1919), o ficcionista das séries "Comédia do Campo" e "Comédia Burguesa", foi o primeiro presidente da Academia depois da implantação do regime republicano (durante a monarquia, a presidência competia a uma figura de sangue real, geralmente o próprio rei).

Leite de Vasconcelos (1858-1941) foi, nas Ciências Humanas, talvez o mais sábio dos investigadores do seu tempo. Fundador e principal animador de publicações de prestígio internacional, como a *Revista Lusitana* e *O Arqueólogo Português,* quase nunca publicava um trabalho científico sem primeiro o apresentar numa sessão académica. A famosa *Etnografia Portuguesa* teve aqui o seu começo.

Rebelo Gonçalves (1907-1982), admitido na Academia apenas com 27 anos, consagrou boa parte da sua vida académica à publicação do *Vocabulário Ortográfico* de 1945, instrumento de trabalho que suplanta, pela sua qualidade científica, os vocabulários saídos de reformas precipitadas que tanto o desfearam.

Mário Martins (1908-1990), medievalista insigne das literaturas românicas, particularmente da portuguesa, deixou-nos uma das obras mais sólidas e mais consistentes publicadas na segunda metade do século XX, a tal ponto que qualquer dos seus trabalhos continua a ser actual e não precisa de ser retocado no ínfimo pormenor.

Terá sido Justino Mendes de Almeida (1924-2012), o nosso homenageado de hoje, digno continuador de quantos o precederam na cadeira n.° 1? Pelos motivos que aduzirei imediatamente, respondo: sim, foi-o, sem qualquer dúvida.

Licenciado em Filologia Clássica pela Universidade de Coimbra, em 1949, Justino Mendes de Almeida doutorou-se em 1957, na Faculdade de Letras da

Universidade de Lisboa, com uma tese intitulada *As Informações Linguísticas de Suetónio.* Impressa dois anos depois, trata-se, indiscutivelmente, de uma pedra branca nos estudos clássicos realizados em Portugal em torno da língua latina da época imperial (séculos I e II). Trabalho modelar, revelação de um grande filólogo em domínios tão especializados como a semântica, a estilística, a lexicologia e a etimologia greco-latinas, estuda minuciosamente o texto de Suetónio nos retratos de Júlio César, Octávio Augusto, Tibério, Calígula Cláudio, Nero Galba, Otão, Vitélio, Vespasiano, Tito e Domiciano. Gomo se sabe, Suetónio tornou-se famoso pelo escrúpulo e honestidade desses retratos, os quais transcendem largamente o quadro da história pública tradicional, à maneira de Tácito, para se revelarem uma espécie de história secreta dos Césares. Ora, usando da melhor forma as armas do Método Filológico (de saudosa memória...), podemos dizer que Justino Mendes de Almeida escreveu, *Kere perennius,* uma notabilíssima exegese semântica de termos linguísticos ainda hoje envoltos em mistério. Citarei alguns, a título de exemplo: *Augustus Keisar* e seus derivados, *Capua, domus, adgallinas, nomen gentile, insula, gens lulia, imperator, lulus, ad kalendas graecas, boc age! Ubertinus, marKianus, matius, milites, morus, orbis, partikida, Patavio iter fakere, posterus, puella, quirites, sceleratus, spelunca, sporta, Vlixes stolatus.*

Creio que os estudos linguísticos à volta da obra de Suetónio contribuíram fortemente para desenvolver no seu espírito a atracção pela epigrafia latina. Neste domínio, cada vez mais desértico nos dias que correm, os trabalhos de Justino Mendes de Almeida (na sua maior parte em colaboração com o arqueólogo Fernando Bandeira Ferreira) estão arquivados numa revista científica de grande prestígio, editada pela Sociedade Martins Sarmento, de que Justino foi um dos animadores constantes. Refiro-me à *Revista de Guimarães*, publicação quase centenária, que é também um dos títulos de honra da cultura portuguesa. Estudar epigrafia latina, para mestre Justino, era entrar no campo de batalha onde terçavam armas os melhores classicistas, aqueles para os quais as subtilezas da civilização greco-latina não guardam segredos, excepto – e isso sucede com frequência – quando se lhes deparam inscrições e pictogramas que nunca ninguém viu nem decifrou.

Nesta casa em que hoje nos encontramos, a paixão da epigrafia nasce com Frei Manuel do Cenáculo, no século XVIII, prolonga-se até Leite de Vasconcelos, e chega até nós com Justino Mendes de Almeida. Mas ninguém se iluda: como

ele próprio afirmou várias vezes, os estudos epigráficos entraram em agonia quando começou a declinar o ensino do latim, ausente dos programas escolares nos últimos anos e hoje reduzido a parente pobre dos cursos universitários de Letras.

Foi o trabalho de campo na epigrafia latina que esteve na origem do seu interesse pela onomástica grega, e este, por sua vez, no interesse pelo mito da fundação de Lisboa por Ulisses. O assunto é curioso porque parte da descoberta, na cerca da nossa Academia, de uma inscrição latina (logo transferida para o actual Museu Arqueológico de Lisboa) onde Leite de Vasconcelos leu os antropónimos *Telémaco* (nome do filho de Ulisses) e *Nemésio* (nome proveniente de Némesis, deusa do pudor e da justiça distributiva). Ora, Justino Mendes de Almeida, ao fazer um levantamento exaustivo da onomástica de origem grega em inscrições encontradas em Lisboa, no Alentejo, no Algarve, em Coimbra e até no Minho, pôde fornecer bases sólidas à comprovada influência grega na Península Ibérica, desde o século VII ao século IV a.C. Não reforçou o mito, mas confirmou um dado histórico irrefutável.

Outra constante do pensamento de Justino Mendes de Almeida foi a defesa de um humanismo clássico de todos os tempos, tão apto a interrogar e valorizar os textos de Homero ou de Plutarco como a interpretar Cícero, Suetónio, Tácito, Vergílio, Horácio, Ovídio, Lucrécio, Avieno, Pompónio Mela ou até Clenardo. Todos estes autores moraram à cabeceira do nosso mestre: sobre eles escreveu, sobre eles meditou, sobre eles se debruçou com respeito e veneração. Quanto a Homero, Vergílio e Horácio, é fácil de compreender que as investigações em torno de Luís de Camões, que constituem o núcleo central da obra ensaística de Justino Mendes de Almeida, nunca teriam alcançado a projecção internacional que justamente as premiou, se o autor não desse provas magníficas do conhecimento dos autores clássicos cujos *toipoi* percorrem o intertexto camoniano. Mas, como ensina uma vez mais o método filológico, o suporte de qualquer contribuição inovadora nos estudos camonianos tem de acatar três princípios fundamentais: o respeito sagrado do documento autenticador; o conhecimento da época em que foi produzido; e o cotejo com fontes sincrónicas complementares.

Defensor intransigente destes princípios, Justino Mendes de Almeida esquadrinhou documentos camonianos que outros haviam revelado (dois deles, citados por Faria e Sousa, ninguém mais os viu até hoje), pesou e repesou

argumentos a favor e argumentos contra certos passos da vida de Camões (como a sua passagem por Macau), mas guardou invariavelmente uma posição de prudência, mesmo quando a força da tradição parecia fazer pender a balança para um dos lados. Boa prova da sua honestidade intelectual está na homenagem que presta à imensa cultura de Faria e Sousa, apesar das restrições que lhe fizeram alguns camonistas ate 1972, ano das reedições dos seus comentários, com esclarecedores prefácios de Jorge de Sena.

Ao reler os *Estudos Camonianos,* que Justino Mendes de Almeida deu ao prelo em 1993, mais tarde ampliados por aqueles que figuram nas *Páginas de Cultura Portuguesa,* publicadas em 1999, sentimos claramente que no seu espírito pairou sempre um desejo nunca concretizado: o da elaboração de uma edição crítica d'*Os Lusíadas.* Esta preocupação foi crescendo à medida que, em horas infindas de convívio com o poema épico, o saudoso camonista (ou "camonólogo", como ele preferia) ia chegando à conclusão de não haver uma única instância que pudesse considerar-se genuína em termos de restituição textual. Pensava ele que a edição *Ee* de 1572 (a que tem no rosto o pelicano voltado para a esquerda do observador), sendo um bom ponto de partida para o trabalho do editor crítico, não oferecia confiança em muitos pontos; que alguns erros dessa T edição estão corrigidos (não se sabe se pelo próprio Camões) na tradução castelhana do poema, saída em 1580. Não contestando que se actualizasse a ortografia quinhentista – até porque, nesse tempo, cada um escrevia como lhe apetecia –, mestre Justino repetidamente chamou a atenção para aspectos fonéticos que se chocam com a ortografia, a pronúncia e a própria acentuação silábica de hoje.

Outra prevenção imposta pela fixação textual da obra de Camões diz respeito à lírica: aqui tudo se torna mais problemático ainda, uma vez que, tendo as *Rimas* sido publicadas quinze anos após a morte de Camões, as sucessivas edições que delas se figuram incorporam produções que não há a certeza de lhe pertencerem. Aos críticos partidários da redução do cânone lírico às proporções exíguas dos textos que são, com toda a certeza, de Camões – críticos a que Justino chama *idealistas* – opõem-se aqueles que ele designa por *realistas* mais generosos na contagem das rimas camonianas. Entre os primeiros situam-se os brasileiros Emanuel Pereira Filho e Leodegário de Azevedo Filho; entre os segundos os portugueses Costa Pimpão e Vítor Aguiar e Silva. Noutro extremo, onde entram os críticos que entendem publicar não só tudo o que é averiguadamente de Camões,

mas também o que pode ser de Camões e ainda o que apenas parece de Camões, situava-se Teófilo Braga e, em nossos dias, a professora brasileira Cleonice Beardinelli. *In medio uirtus* – propunha Justino Mendes de Almeida, secundando o seu mestre Costa Pimpão.

A atracção do nosso confrade pelos estudos de ecdótica e crítica textual não a exerceu ele somente sobre textos camonianos. São disso exemplo as edições, que promoveu da *Vida de Dom João de Castro,* de Jacinto Freire de Andrade, da *Crónica do Condestabre,* de autor anónimo, *Vocabulário da Ungua Canarina,* do *Esmeraldo de situ orbis*, de Duarte Pacheco Pereira, da *Eneida Portuguesa,* de João Franco Barreto, das *Obras* de Abel Botelho, e, nos últimos anos da sua vida, das *Obras Completas* de Camilo Castelo Branco, infelizmente suspensas depois de publicados 18 volumes (qualquer coisa como 6 300 páginas, números redondos).

Também a propósito de Camilo escreveu Justino Mendes de Almeida páginas modelares: umas revelam a sua preocupação (direi mesmo: a sua obstinação) em dar a lume os textos de Camilo genuínos, respeitando a vontade do autor quando era caso disso (em edições ditas "de última mão"), mas corrigindo lapsos evidentes, não só os que escaparam à revisão feita pelo próprio autor, mas também a imensa ganga de alterações que se introduziram em sucessivas reedições, fosse por descuido dos editores, fosse por ignorância dos revisores acerca das particularidades lexicais da língua portuguesa ainda vivas no tempo de Camilo. É de justiça lembrar, a este propósito, que a fixação textual empreendida, nos anos 60 e 70 do século XX, por Jacinto do Prado Coelho e seus colaboradores mais próximos melhoram consideravelmente os textos de cerca de 75 das 80 obras que constituíam a edição da Parceria António Maria Pereira. Mas mestre Justino ainda encontrou mais casos de alterações a merecerem rectificação: os 18 volumes da edição camiliana da Lello, que ele dirigiu no tempo em que a editora do Porto era proficientemente gerida por Edgar Lello, são um bom exemplo de quanto podem à competência e à tenacidade de um textólogo atento aos ínfimos pormenores que podem modificar completamente o sentido de uma frase.

O retrato que acabo de esboçar não ficaria completo se esquecesse uma faceta do carácter de Justino Mendes de Almeida que muito o enobreceu pela vida fora: refiro-me às palavras de reconhecimento e profundo afecto com que sempre louvava o exemplo dos seus mestres. De facto, a cada passo o vemos sublinhando elogiosamente quanto ficara a dever aos mestres conimbricenses do seu tempo

de estudante, como Costa Pimpão, Lopes de Almeida e Paiva Boleo; noutras ocasiões, e não poucas, acentuava a sua gratidão a Rebelo Gonçalves, o orientador da tese de doutoramento que Justino consagrou à *Vida dos Doze Césares,* de Suetónio; de outra feita, manifestava a sua veneração pelos arqueólogos Leite de Vasconcelos – *primus interpares*, o Abade de Baçal ou Mário Cardozo; falando de Camões, prestava homenagem a José Maria Rodrigues, Epifânio Dias, Fidelino de Figueiredo ou Hernâni Cidade; discorrendo sobre o teatro não esquecia nunca D. Carolina Michaelis ou Afonso Lopes Vieira; a propósito de Clenardo, enaltecia a importância do estudo pioneiro de Gonçalves Cerejeira; falando da erudição assombrosa de grandes figuras da crítica, evocava Sousa Viterbo, Alfredo Pimenta ou José Saraiva; se era oportuno referir camonistas brasileiros, saudava respeitosamente Afrânio Peixoto e Pedro Calmon; finalmente, olhando à sua volta, em mais de meio século de convívio fraterno com os bons amigos, não esquecia Ruy de Azevedo, Agostinho da Silva, Veríssimo Serrão, Silva Rego ou Adriano Moreira. Em todos estes nomes, que ressumaram e ressumam ao mesmo tempo a *uirtus* do humanismo e a *are té* das afeições e dos valores morais, não estavam apenas os vultos da cultura que Justino Mendes de Almeida tanto admirava; estava também, em pedaços repartida, a alma dele próprio como *clerc,* a alma do Investigador tão probo quanto modesto, a alma do professor meticuloso que prestigiou com o seu imenso saber a Universidade e as academias científicas de Portugal.

(Elogio histórico apresentado à Classe de Letras
na sessão de 30 de janeiro de 2014)

Saudação ao académico Artur Anselmo de Oliveira Soares

Pedro Soares Martínez

Recebi desta nossa Academia o grato e honroso encargo de saudar o novo titular da cadeira n.°1, que foi de Teixeira de Queiroz, de Rebelo Gonçalves, de Mário Martins e de Justino Mendes de Almeida, passando agora a pertencer ao nosso Eminente Confrade Senhor Artur Anselmo de Oliveira Soares. E, meditando quanto ao sobredito encargo, receio bem que também possa estender-se aos mandatários, em geral, a condenação que, em termos inexoráveis, sem admissibilidade sequer de excepções, tem ferido os tradutores, dos quais se diz, conforme é bem sabido, que *tradutori traditori.* Realmente, representar alguém, alinhar palavras em nome de outrem, pela oratória ou pela pena, envolve sempre uma prévia interpretação, ou tradução, donde o símile estabelecido. E a lembrança de uma admissível pertinência desse mesmo símile me impõe começar por pedir a VV. Exas., Eminentes e prezadíssimos Confrades, a possível benevolência no julgamento das minhas falhas no exercício deste mandato, pelo que respeita à interpretação, à tradução, dos vossos sentimentos, do vosso pensamento e da vossa vontade.

Não falharei, por certo, quanto ao que se me afigura essencial no cometimento, ou seja, na afirmação de que a Academia reconhece e ratifica o acerto pelo qual a referida cadeira académica foi confiada ao Senhor Artur Anselmo de Oliveira Soares, em relação ao qual também formula os melhores votos e as fundadas esperanças no pleno êxito dos empreendimentos que venha a propor-se. Esse reconhecimento, essa ratificação e esses votos acham-se nitidamente traçados no espírito e na vontade de todos nós. E, posto que assim é, repouso na tranquilidade da convicção de que, salvaguardado o cumprimento capital do mandato, serão veniais as faltas por mim cometidas nesse cumprimento, eventualmente situadas entre as muitas premissas nas quais assente a conclusão em causa.

Entre essas muitas premissas, algumas respeitarão à continuidade institucional, imposta pelo passado, que a força do devir não tenha demolido, e pelo

futuro, que a nossa extrema debilidade de previsão pretenda alcançar. Porque a solidez das instituições se não conforma com oscilações violentas e bruscas. E bem conhecido dos sábios, no campo das ciências físicas, o princípio segundo o qual *natura non facit saltus*, mas também a História revela constantemente, ao nível das ditas ciências humanas, ou sociais, em relação aos mais diversos lugares e épocas, que os povos e as respectivas civilizações são sempre muito dolorosamente afectados pelas quebras acentuadas da sua evolução natural. Dir-se-ia que a natureza revela toda a sua força implacável quando tentam ofendê-la. Por movimentos arbitrários como por imobilismos desajustados, pois também os imobilismos se mostram incompatíveis com a condição dos homens e das coisas. Pela própria essência, por persistente continuidade, ou por efeito de sucessivos estádios existenciais, a própria vida se confunde com um constante devir, ainda que ordenado por estímulos naturais e não pela pressão de correctivos fantasiosos.

Os fins e as características desta Academia pressupõem que lhe sejam reconhecidas, e concedidas, a independência e a liberdade inseparáveis da prossecução desses próprios fins, sendo certo que essa independência e essa liberdade dependem, sobretudo, do pleno entendimento do sentido institucional por parte dos académicos, de todos e de cada um deles. Não têm, não podem ter, aqui cabimento interesses que não se circunscrevam ao amor da verdade e à capacidade para tentar alcançá-la, em todos os domínios do conhecimento. E nem há tiranias com força bastante para destruir esse estado de espírito, que talvez possa situar-se ao nível das sempre custosas tentativas de alcançar a beleza integral, misto de verdade, de justiça e de harmonia estética. Mas, não esquecendo que esta Academia se situa na cidade dos homens, com todas as imperfeições e insuficiências inerentes, importa reconhecer que também nela as expectativas humanas ficam na dependência dos meios disponíveis, por constante fatalidade mais ou menos escassos, em relação mesmo às ambições racionais, e até quando o equilíbrio dos gastos se sobrepõe a inconscientes prodigalidades.

Sempre se julgou necessário que a independência e a liberdade, reconhecidas e concedidas para serviço do bem comum, se conjugassem com o desafogo material suficiente para sustentação dos empreendimentos respectivos. E daí resultou o acordo dos príncipes cristãos no sentido de que a Igreja dispusesse, no centro

da Península Apenina, dos territórios nos quais assentaram os Estados Pontifícios. E *mutatis mutandi,* também preocupações semelhantes terão levado o poder político, no passado, a dotar a Academia das Ciências de Lisboa de um património próprio, conforme estudos e investigações que, há duas dezenas de anos, ou pouco mais, foram levadas a cabo pelo académico Alberto Iria, a cujos talentos e extrema dedicação se nos impõe fazer justiça.

Tanto quanto sei, estas considerações, ou semelhantes, sobre alguns aspectos primaciais da vida desta Academia têm sempre pesado, mais ou menos acentuadamente, nas preocupações dos Confrades como na sucessão dos titulares das cadeiras académicas, e por certo na sucessão estabelecida para a cadeira n.° 1 da Classe de Letras. Mesmo em épocas nas quais se multiplicam as confrontações, em que se mostra aprazimento em registar diferenças, discrepâncias, tantas vezes ilusórias, esquecendo semelhanças e aproximações, quando se confunde, no plano internacional, a necessária, a forçosa, globalização com o puro domínio e com grotescas uniformidades, ofensivas da liberdade dos povos, toma-se grato ao espírito de paz, de concórdia, de harmonia na diversidade, assinalar as similitudes, os pontos de contacto, entre as grandes figuras do saber e do pensamento. Estou neste momento recordando, sobretudo, a sucessão de titulares da cadeira n.°1 desta Classe de Letras. E estou lembrando, muito em especial, as facetas mais características, mais comuns, de duas personalidades notáveis – o ribatejano, o sulista, Justino Mendes de Almeida, homem de Benavente, e o minhoto, o nortista, Artur Anselmo de Oliveira Soares, natural de Valadares, mas também sulista pela origem alentejana. Somos assim em Portugal. Ou seja, pela estreiteza do nosso *hinterland*, ou pela extraordinária largueza da nossa História e da nossa expansão ecuménica, aquilo que naturalmente nos separa é pouco, quanto ao físico; e muito menos ainda quanto ao espírito. Talvez porque conhecemos, através dos tempos, grandes e variadas extensões, não nos confundem as diversidades, melhor nos entendemos e melhor nos aproximamos. Por isso, quando, por desdita, nos dividimos, recorremos a ideias e a gentes importadas, passadas aos direitos, por via de contrabandos.

Mas, para além do que é comum entre portugueses, difíceis de distinguir entre nortistas e sulistas, como através das destrinças de ordem étnica, e outras, muitos mais e bem marcados são os traços individuais e culturais a aproximar Justino Mendes de Almeida e Artur Anselmo de Oliveira Soares. Ambos foram

dominados por ideais comuns, de fidelidade à essência da nação portuguesa, ambos encontraram na universidade o complemento da sua cultura familiar e geral. Justino, em Coimbra, através da sua licenciatura em filologia clássica, Anselmo, em Lisboa, através da sua formatura em filologia românica. Ambos ganharam jus ao capelo doutoral e ambos foram atraídos para as nobres tarefas de ensinar, de formar, um escol nacional capacitado para saber apreciar com esclarecimento, liberdade e plena responsabilidade das suas opções. Porque é esse o fim primordial das universidades – o de transmitir, de geração em geração, o acervo cultural acumulado, dotando os povos, as nações, de elementos esclarecidos, livres e responsáveis. Não ao sabor de miríficos direitos individuais, à conquista de graus e títulos escolares, mas por indeclinável dever que impende sobre todos os membros das comunidades nacionais de servir os legítimos interesses comuns, de harmonia com as aptidões de cada qual.

Tanto Justino Mendes de Almeida como Artur Anselmo exerceram as suas funções docentes, com toda a dignidade e aprumo, em diversas escolas e instituições superiores. Um deles as interrompeu pelo cumprimento de outras tarefas, de alto funcionário, mas também respeitantes ao sector do ensino; o outro, mais ou menos pela mesma época, entre 1961 e 1974, foi quase absorvido pelo jornalismo de alto nível cultural e extensa diversidade de temas. Ambos se revelaram, com variantes embora, doutos bibliófilos, de requintada sensibilidade nas manifestações do seu amor pelos livros e no apuramento das suas críticas de autorizados bibliógrafos. Ambos deram provas de sapientíssimos e dedicados membros desta Academia, em plena consciência de saber servir e em cumprimento dos deveres próprios dos correspondentes e dos mais pesados que impendem sobre os efectivos. Ambos mostraram, em diversas circunstâncias – insistirei – pleno entendimento dos deveres da Academia e dos seus membros, únicos fundamentos onde poderão assentar os direitos que lhes sejam atribuídos.

Os traços comuns assim brevemente assinalados incluem garantias bastantes quanto à desejável continuidade na sucessão da cadeira n.°1, que só oferecerá à Academia expectativas de mais sucessos ainda, a acrescer aos já colhidos pelas altas qualidades dos anteriores titulares.

O elogio académico de Justino Mendes de Almeida foi traçado, nesta mesma sessão, em termos primorosos, pelo seu sucessor, que, assim, através da sua douta e elegante oração, melhor sublinhou o seu muito talento. E é o novo titular da cadeira n.°1, o Senhor Artur Anselmo de Oliveira Soares, que me cumpre agora saudar, lembrando, a propósito, mais alguns traços salientes dos trilhos culturais por ele percorridos.

Já referi, momentos atrás, que o ora recipiendário é natural de Valadares do Minho, omitindo qualquer referência a Monção. E apraz-me assegurar a VV. Exias. que muito conscientemente premeditei a omissão, embora com todo o respeito por essa nobre vila, pela sua pacífica heroína Deu-la-Deu Martins e pela sua Torre de Lapela. Afigura-se-me, porém, que quem nasceu em Valadares do Minho, por sinal no ano de 1940, coincidindo com as celebradas comemorações do duplo centenário, e em Valadares tem raízes, não precisa de acrescentar qualquer outra naturalidade. Porque Valadares, que já terá sido município visigótico, que recebeu forais de D. João I e de D. Manuel, que prestou, através dos tempos, assinaláveis serviços à comunidade nacional, só desapareceu do rol dos concelhos portugueses, juntamente com muitos outros, em meados do século XIX, por Decreto da regência de Fernando de Saxe-Coburgo. As mágoas dessas supressões persistem, ao fim de 160 anos, entre os povos de muitos desses concelhos então extintos. E julguei aperceber-me dessas mágoas entre as linhas de alguns dos valiosos artigos publicados por Artur Anselmo, entre 1961 e 1974, numa vasta, multifacetada mas coerente onda cultural, que muito enriqueceu o jornalismo português. Nem estranhei, pois com alguma frequência tenho deparado, junto de naturais desses concelhos extintos, no Norte como no Sul, reflexos amargos da injustiça sofrida nos planos colectivos das respectivas comunidades. Afinal, há mais coisas no Céu e na Terra para além daquelas que costumam, ou costumavam, ser discutidas nas tertúlias de Lisboa. Artur Anselmo muito cedo terá aprendido, pela História da sua própria terra natal, que nem sempre as opções do poder, ainda quando legítimo, merecem inequívoca aceitação. E não será esse ensinamento que apenas deva importar aos bacharéis em leis e à gente do foro, pois deve manter-se presente no espírito de todos e, especialmente, no dos educadores, aos quais há-de caber a vocação de contestar, embora só depois de reunidos e ponderados todos os elementos indispensáveis ao apuramento da verdade. Também, ou sobretudo,

esta Academia, com a independência que deve a si própria, e à comunidade, à qual há-de servir, terá de continuar a revelar-se paradigmática, através de todos os esforços, que lhe são exigíveis, para, com a maior largueza de fundamentos e razões pertinentes, apontar erros e definir ajustamentos, ao menos em termos cimeiros de probabilidades, que, a nível pragmático, se confundam com as certezas científicas proclamadas pelo século XIX.

Também nesta vertente haverá motivos de regozijo, pelo facto de o novo titular da cadeira n°. 1 da Classe de Letras ser o Senhor Artur Anselmo de Oliveira Soares, cujo espírito independente se tem afirmado através de uma ramificada carreira e através da sua valiosa produção jornalística, que desse espírito costuma constituir apreciável pedra de toque. E o dito espírito independente, cioso do que é nosso, por nos ser devido, e respeitador do alheio, nem andará apartado, em Artur Anselmo, das suas lembranças e saudades de Valadares, sobranceira ao rio Minho, na raia fronteiriça, numa aproximação fraternal das terras e das gentes galegas, mas com rigor impecável na medição das extremas nacionais.

À semelhança de outros grandes vultos da intelectualidade portuguesa, Artur Anselmo iniciou pelos estudos jurídicos a sua escolaridade universitária e, embora os tenha abandonado, notam-se, em muitos passos da sua vasta obra literária, a marca deixada por esses estudos iniciais. E nem os anos que passou fora, nem as cátedras brasileiras nem os louros doutorais colhidos em Paris, onde defendeu a sua já clássica dissertação sobre as origens da imprensa em Portugal, o terão apartado dos rumos fundamentais, que sempre se revelaram através da sua presença magistral em instituições como a Universidade Nova, a Universidade Católica e a

Escola Superior de Polícia, nas quais afirmou o alto nível dos seus ensinamentos de Literatura e de Comunicação Social, de História da Cultura, de História do Livro e ainda de outras disciplinas mais.

Saudando o seu Eminente Confrade, o Senhor Artur Anselmo de Oliveira Soares, por motivo de acabar de ser-lhe confiada a cadeira n.°1 da Classe de Letras, por sucessão de outro muito Ilustre Académico, Justino Mendes de Almeida, os membros desta Classe, e todos os membros desta Academia das Ciências de Lisboa, formulam os melhores votos de pleno sucesso em todas as missões que venham a ser-lhe confiadas, com os pesados encargos que recaem, especialmente,

sobre os sócios efectivos. Desejamos-lhe, segundo expressão muito vulgarizada, que tenha sorte; mas em inteira consciência de que a sorte costuma mostrar-se exigente em extremo quanto às qualidades daqueles por ela bafejados. É também sabendo isso que lhe desejamos todos os sucessos de que é merecedor. Não precisa de mais.

(Saudação ao recipiendário proferida na sessão plenária pública de 30 janeiro de 2014)

Elogio histórico do académico José Vitorino de Pina Martins

Raul Miguel Rosado Fernandes†

"Todos existimos como penhor à Morte", dizia Horácio na *Arte Poética: "omnes debemur morti"*, e o nosso confrade, e meu Amigo querido, a esse ditame, como a nós todos acontecerá, não escapou.

Permitam-me por um momento que continue com o latim que tanto nos unia, mas desta vez focando a sua visão humanista: ele seguia o princípio que nos transmitiu o bom Terêncio, na sua comédia intitulada *Heautontimoroúmenos*, "O Homem que se castiga a si próprio", desculpem o Grego do título, em que encontramos o célebre pensamento do comediógrafo que nos confessa: "*homo sum humani nihil, a me alienum puto*": "Sou homem e penso que nada do que é humano me pode ser indiferente". Respeitamos esta afirmação sincera e bondosa, mesmo quando admitimos que "o Homem é o lobo do homem", como afirma Plauto na "*Comédia dos Asnos*", *Asinaria,* com a frase pessimista, mas realista, *"homo homini lupus"*.

O humanista que era Pina Martins não pensava nem agia assim. Era, não um moderno pacifista, mas um irenista como muitos dos humanistas do século XVI, que estudava para analisar os comportamentos da sociedade humana no espaço mundial e seguia como exemplos vários pensadores da Renascença, com lugar especial para Erasmo e Pico della Mirandola, cujo retrato possuía numa bela pintura sempre presente na sua riquíssima biblioteca, ou Thomas More, vítima da crueldade de Henrique VIII de Inglaterra, a quem More servia como magistrado da corte britânica.

Nascera Pina Martins, antigo presidente desta Academia e amigo de todos os que o conheceram, em Penalva de Alva no ano de 1920, para vir a falecer entre nós, em 2010, no mês de Abril, deixando atrás de si, como que uma revolução pacífica, perdoe-se-me o oxímoro, no vasto campo dos estudos humanísticos europeus, bem como da análise da mensagem e pensamento dos humanistas e pensadores portugueses, cujas obras percorreu com aquele entusiasmo e

profundo saber que sempre foi desenvolvendo e acumulando, enquanto esteve activo até às proximidades da sua morte.

Conhecia e amava a Itália bem como a italiana sua mulher, de nome *Primula*, ainda há pouco falecida, e a quem, por brincadeira, eu intitulava *prímula inter pares*, porque, além de ser fina como ser humano, sempre o acompanhou e ajudou na sua vida de casal culto, bondoso e viajado.

Pina Martins licenciou-se em Filologia Românica na Universidade de Coimbra, depois de uma matrícula anterior em Filologia Clássica, que seguidamente abandonou, cultivando-a sempre, de forma diversa e indirecta, na companhia dos seus humanistas de todas as nacionalidade e tempos, privilegiando na sua escolha os grandes representantes do Renascimento europeu.

Mesmo no percurso da sua vida seguiu um internacionalismo intencional, como o dos seus humanistas e pensadores, ao começar como leitor, de 1948 a 1955, na universidade romana *La Sapienza*, o que não o impediu de ser orientado pelo Prof. Carlo Calcaterra na Universidade de Bolonha. Segue em 1955 para Poitiers, de onde regressa em 1962, data em que o conheci pessoalmente em Lisboa, antes da minha partida para o *Queens College*, da *City University of New York*.

Lembro-me de um curto episódio da nossa vida lisboeta, quando vi Pina Martins comentar um desabafo meu, que incidia sobre a desilusão que eu sentia sobre a pobreza cultural das nossas bibliotecas, dizendo-me simplesmente para eu não desistir das tarefas que tinha escolhido a fim de não ser colhido por "um destino *perituro*". Perituro ou não, foi este particípio futuro retirado do latim, que me fez pensar duas vezes e me levou a não desistir de uma vida com altos e baixos, com variedade surpreendente, que me permite hoje estar a celebrar a sua memória com a admiração e amizade que ele, meu antecessor nesta cadeira, sempre mereceu.

De 1962, ano de grande turbulência estudantil e de todos os que desejavam uma sociedade mais livre, ocupou até 1972 as funções de assistente da Faculdade de Letras de Lisboa, (Começava-se como 2.º Assistente, porque mais baixo não se podia descer!!!) regendo cadeiras como a História da Cultura Clássica, ministrada depois pelo saudoso Manuel Antunes, S.J., História da Cultura Moderna, Literatura Portuguesa do século XVI e Literatura Italiana, devido ao pouco que custava e ao muito que sabia.

No decorrer desse período, em 1965, colaborará com Paulo Quintela e com o nosso Nemésio nas celebrações da obra de Gil Vicente, até que em 1972 dirigirá na Biblioteca Nacional a Exposição de *Os Lusíadas*, em colaboração com a Dra. Teresa Gouveia.

Desde 1957 que se preparava para apresentar na *Sorbonne Nouvelle* a sua tese de *doctorat d'état*, num júri onde estariam presentes Marcel Bataillon, Eugénio Ascensio, Robert Ricard, Paul Teyssier, com a presidência do *doyen* Raymon Cantel, e que, como era impossível que assim não fosse, terminaria *summa cum laude*, devido às suas leituras, experiência e saber, que demonstrou durante as seis horas que o exame durou e, cujo sofrimento causado, não impediu o prazer que dele retirou, devido ao seu à vontade, evento que sempre me contou em todos os seus pormenores. Fazia-o, não por vaidade, mas por sentir que tinha ultrapassado um desafio, que a todos nós, que já o sentimos, causa uma sensação de saudável e amiga camaradagem.

Já nessa altura era, desde 1972 a 1983, director do Centro Cultural Português, da Avenue d'Iéna, onde muitos de nós foram para colaborar na expansão pelo estrangeiro da cultura portuguesa, tal como fizeram com distinção, na mesma actividade directiva, outros nossos confrades, como Veríssimo Serrão, ou José-Augusto França.

Por essa altura parisiense, em 1978, é eleito membro desta Academia que acabará por representar na Fundação Europeia da Ciência, de 1979 a 1983, quando estava em Paris.

Sucedem-se os lugares em que foi investido devido à sua competência e não em recompensa por favores prestados, lugares que enumero: em 1983 sócio de mérito da Academia Portuguesa de História; presidente da XVII Exposição Europeia de Ciência Arte e Cultura; em 1985 sócio correspondente e seguidamente efectivo da nossa Academia; em 1986 será nesta mesma Academia o inspector da biblioteca; em 1989, vemo-lo sócio estrangeiro da Accademia Nazionale dei Lincei em Roma e sócio emérito da Academia Europeia de Londres; em 1991 será, na instituição onde nos encontramos, seu vice-presidente e seguidamente presidente, respectivamente e rotativamente das classes de Letras e de Ciências da nossa Academia, a que juntará um *honoris causa* na sua Universidade de Lisboa, e até 1994 haverá mais distinções académicas ainda, até em Moscovo, mas julgo que é altura de falar dos seus trabalhos que ajudaram os intelectuais portugueses

a ocuparem-se mais repetidamente e em número mais significativo do humanismo português, como eu próprio e o nosso confrade Sebastião de Pinho, que tal como o saudoso Américo da Costa Ramalho se dedicaram a esse vasto tema, que alarga a visão que podemos ter colhido da nossa cultura ou de outras culturas estrangeiras, que constituem um património intelectual da humanidade, bem como dos seus reflexos culturais e científicos no Portugal de hoje, apesar de alguma indiferença que os abastados costumam sentir pelos seus bens, como nos é dado conhecer em vários comportamentos individuais e nacionais.

Pina Martins era essencialmente um incansável, e direi mesmo, um ambicioso caçador de livros. Abatia as peças conservando-as nas suas bibliotecas em Paris e em Lisboa, e se algumas das que encontrava já existissem na sua posse, por virem na compra em conjunto com outras e em duplicado, trocava-as por outras que lhe despertassem a curiosidade infinita próxima de um apetite rabelaisiano de saber e de conhecer melhor o Renascimento e mesmo outras épocas mais próximas, como é o caso dos seus trabalhos sobre Verney, ou mais longínquas ainda dos dias de hoje, como é evidente, por ter acesso ao conhecimento técnico e histórico das obras escritas no nosso universo europeu.

Nesta última fase temos de incluir uma das suas mais famosas descobertas comentadas com saber e gosto pessoal, que foi, em 1973, a edição do *Tratado de Confissom*, um incunábulo proveniente de Chaves, de 1498, edição fac-símile, com estudo e comentário do nosso antigo confrade, publicado na Imprensa Nacional, numa série que foi intitulada de *Portugaliae Monumenta Typographica*. Este trabalho causou sensação entre os bibliómanos portugueses, ultrapassando fronteiras, como era natural, devido também à bem escolhida rede de conhecimentos de que dispunha na sua área de investigação, pois era mais um passo bem dado na longa carreira que tinha iniciado ainda estudante, e com o pseudónimo de Duarte de Montalegre, encaminhada depois para a literatura, que começa em 1954 com o trabalho em italiano sobre o poeta brasileiro, Ribeiro Couto.

E já que disse ser ele um caçador de livros, nem o tema da cinegética lhe escapou *em* 1958, quando publica o seu estudo sobre livros de cinegética italianos e franceses dos séculos XV e XVI, publicado em Roma, sem que deixasse nesse mesmo ano de publicar em italiano a *Prospettiva della Poesia Portoghese Moderna,* na revista, *Letteratura Moderna,* o que demonstra a sua capacidade de adaptação aos vários campos da cultura literária, portuguesa ou não.

Vou contudo fazer uma recolha, no fundo a que mais próxima está do que aprendi e escrevi, uma vez que não seria possível passar em revista os mais de trezentos trabalhos que nos legou, muitos deles em conjunto com os confrades e colegas portugueses e estrangeiros ainda em vida e com outros que há já muito nos deixaram.

De 1954 a 2010, pôde o nosso colega e amigo conviver e atrair para o estudo muitos dos que praticavam nos temas que lhe eram caros, os quais ele reunia tantas vezes em simpósios e congressos, ou a quem pedia ajuda em pormenores que não lhe eram tão familiares.

O estudo e textos escolhidos que nos deu em 1973, vão abarcar um tema que lhe é caro, se é que houve algum tema do humanismo que não fosse conhecido de Pina Martins, mas neste caso, nos tempos que retrata, em que a Inquisição se preparava para fazer as suas perseguições neste país, há que considerá-lo especial, pois analisa *Humanismo e Erasmismo na Cultura Portuguesa do Século* XVI. O autor, contudo, trata o assunto com cuidado, como o fará no trabalho em que analisa Erasmo e a sua influência em André de Resende, que ao sábio de Roterdão tinha em tempos dedicado um encómio em verso, estudado também pelo meu antecessor.

De facto, Pina Martins não quer dizer claramente que depois da chegada de André de Resende ao seu país, começou este a esquecer o encómio e para segurança da sua vida, dedicar-se mais ao estudo da arqueologia e sobretudo da epigrafia e da crítica da violência romana sobre os Lusitanos durante o *Bellum Viriathicum*.

O meu Amigo era um patriota e esquecia a agressividade quando dos seus compatriotas se tratava. De facto, Erasmo entra no índice dos livros proibidos, como era normal para um escritor que defendia a paz, mesmo quando tratava do *miles christianus*, de uma forma paradoxal que se pode resumir em: a guerra ganha-se com a paz. Nunca foi, nem nunca será assim, no mundo político do poder, sobretudo na nossa época em que a invenção atómica e química pode reduzir a humanidade a nada.

É o problema que sentem Hannah Arendt no seu livro *O que é a Política*, compatibilizar a política com a liberdade individual, o que até hoje tem encontrado as maiores dificuldades, porque afinal é disso mesmo que se trata, e Maquiavel, no *Principe*, que por ter sido sempre partidário do "Possível" como elemento

condutor da política, não deve ter gozado muito da simpatia do nosso Pina Martins, mesmo que na *UTOPIA III,* lhe reconheça o valor, e aponte positivamente para o seu discurso político mais brando sobre as *Décadas de Tito Lívio,* mas que em Portugal, como demonstra o nosso confrade Martim de Albuquerque, não foi bem recebido, porque nunca se conformou com a ditadura clerical. Pina Martins devia-o saber muito bem e intelectualmente sentia-se com discrição apoiado. Mas para todos os efeitos ser maquiavélico não se enxertava na cepa portuguesa, pelo menos em política de larga escala.

De facto, pertence muito mais ao espírito da época o poema *Vincentius, Levita et Martyr*, obra do erasmista por conveniência esquecido, André de Resende, eborense, que Pina Martins editará em 1981, numa edição fac-similada altamente analisada, integrada no ambiente do século XVI, que aparece entre os estudos do *Centro de Investigações do Renascimento em Portugal,* dirigido por Jean Aubin, com notável colaboração do nosso antigo presidente, e onde este já publicara e estudara, em 1982, a obra e a figura de Damião de Góis, em *Damião de Góis, humaniste européen*, publicação que reúne trabalhos de Marcel Bataillon, J. C. Margolin, Jorge B. de Macedo, J. Aubin e Isaías da Rosa Pereira, num agrupamento de estudos que já nos esclarece muito sobre a obra e vida desse humanista muito viajado, certamente um erasmista escondido, frente à censura inquisitorial, mas que de qualquer forma é um dos pilares da nossa cultura e vida económica renascentistas. Mas o meu predecessor não se contentava com poucas centenas de páginas sobre um assunto que o apaixonava, precisava de mais, de muito mais.

Foi assim que ao lado de duas publicações mais modestas, ainda que altamente eruditas, como *Au Portugal dans le Sillage d'Érasme em 1977* e, em 1983, na companhia de Fernando Mello Moser, também nos abre o caminho para a compreensão de Thomas More, em *Thomas More au Portugal*, e, para nossa surpresa e malgrado os olhos ávidos da Santa Inquisição, vemos que Erasmo, pouco apreciado em 1527 no Concílio de Valladolid pelos representantes portugueses, bem como More, eram lidos e conhecidos secretamente por gente de alta cultura, como Damião de Góis, ou o ciceroniano D. Jerónimo Osório, Bispo de Silves e muitos outros, entre os quais, como já dissemos, André de Resende. As ideias de paz defendidas por Erasmo e por More, que possibilitavam a coexistência de religiões diferentes e hostis, agora que tinha aparecido Lutero em Wittenberg, são apresentadas por Pina Martins nesses dois livros que citei, apesar de tudo se ter

preparado na época para uma verdadeira guerra de religiões, que levarão muita gente ao cadafalso, do lado dos católicos, como vai ser o caso de More, com a indignação de muitos crentes portugueses, mas com o silêncio comprometedor de muitos, por correrem risco de vida. Em Portugal reinava um medo intenso que se perpetuou até aos dias de hoje, mesmo que eu pessoalmente julgue que estou a exagerar, visto estar consciente de que muitas são as causas do medo, que não são obrigatoriamente só o cadafalso e a forca.

Os tais livros de grande dimensão, por serem elaborados por muitos eruditos, saíram de Tours em França, em Julho de 1984, *L'Humanisme Portugais et l'Europe*, proveniente de uma reunião em que intervieram na sua maior parte os eruditos portugueses e franceses, convidados e incentivados todos pelo então director do Centro Gulbenkian em Paris, para que sem parar, se realizasse em 1988, o primeiro simpósio nacional, sobre *O Humanismo Português, 1500-1600,* já sob o patrocínio da nossa Academia das Ciências, de 21 a 25 de Outubro de 1988, em que foram analisadas as acções intelectuais da maior parte dos humanistas portugueses, estudo que vai continuar na grande e assinalável publicação *Humanisme et Renaissance* de *l'Italie au Portugal, les deux regards de Janus,* em 1989, com dezenas de contributos valiosos, que tornaram este tomo uma consulta indispensável.

Não pensemos, contudo, que Pina Martins estacaria com esta publicação, pois mais ainda publicará e de arrojadas proporções e valor. Chegou porém o momento de ser eu a estacar e a limitar-me às obras que foram publicadas quando já se aproximava o fim da sua vida.

Como estudioso da *Utopia* de Thomas More, Pina Martins, não resistiu a publicar como autor a sua *Utopia III,* na companhia do descendente do navegador português Rafael Hytlodeu (de *hythlós-mentirolas,* como eram conhecidas algumas histórias de marinheiros), *Miguel Mark Hytlodeu*, que é, *editada na urbe de Ulisses, no mês de Março de 1998*. *Que atrevimento!!!* Dirão os meus colegas. Eu só lhes posso responder: *que grande saber e sentido de humor!!!*

São 567 páginas editadas pela saudosa Editora Verbo, e que reconstituem, como que por artes mágicas, a sociedade do século XX, em linguagem alatinada, com gestos e gostos que imitam os do século XVI, tudo expresso em 69 capítulos, divididos em três secções: O I.º:1-12): A REVELAÇÃO NUMINOSA; o II.º: 13-30: CONFRONTO DE DOIS MUNDOS; e finalmente o III.º: 31-69: A YTOPIA NOVA TAL COMO MIGUEL MARK HYTLODEV MA RELATOV. *Relato em Diálogo,…*

Na primeira parte sentimos logo que estamos a andar por terrenos de piso duvidoso, por não nos darmos conta do que está por baixo. É que as palavras não significam o que deviam mas outra coisa (p. 7): será que Flúmino de Jano é mesmo isso? ou será Rio (*Flumen*) de Jano (*Januarius*=de Janeiro). Quer dizer que o nosso autor nos lançou e vai lançar durante todo o seu texto, numa linguagem criptológica, uma vez que já o título *Utopia* também era misterioso: a *terra que não tem lugar*, ela existe, mas em parte alguma. E é essa a atracção deste longo relato, como já o era, no século XVI, o texto de Thomas More que o inspirou, e que acabou por ser traduzido em 2006, a pedido de Pina Martins pelo nosso confrade Aires do Nascimento, que nos deixou uma excelente tradução do original latino de More.

No original português, *Utopia III*, já referido, não há topónimo, nome próprio, ou etnónimo que não tenham de ser estudados com cuidado, com lembranças intuitivas e pelo menos com algum saber. Pina Martins tinha grande habilidade para inventar. Mas nem tudo é assim tão doutamente fácil, e desculpem mais esta contradição, quando lemos, *gerúsia* que facilmente trasladamos para *senado (onde* estão os *"senes"* – em latim *"os velhos" de "senex"),* mas mais difícil é descobrir o que será o *Instituto Internacional de Humanismo Sikelianós-Kallierges.* Não fora o *kalli*, nunca teria descoberto que se tratava da Fundação *Calouste Gulbenkian.* É preciso ouvido e imaginação e julgamos que só um espião é capaz de ter tais qualidades.

Já outros disfarces, são mais fáceis: *Piçaco*, por Picasso, *Massite*, por Magritte ou *Algreiros Nemada,* por Almada Negreiros (p.148), nomes que aparecem quando o fundador da terceira Utopia discute arte moderna com o descendente do fundador lusitano da primeira-Utopia, tal como é fácil adivinhar que a *velha Lísia* não passa de *Ulisseia*, e esta de Lisboa. Já não se pode dizer o mesmo de *Aymon Raron,* que é simplesmente o nome da Raymon Aron, ou *Braamcamp Frade*, que logo sabemos quem é, desde que substituamos o *Frade*, por Freire, ou no caso onomástico de *Carmel Tabaillon*, que devido à proximidade em vida entre este estranhíssimo ser e o nosso Pina Martins, mais não pode ser do que Marcel Bataillon, humanista dos maiores, e que ainda tive a sorte de ver e ouvir na minha Faculdade.

Escolhi alguns exemplos para demonstrar que mesmo um humanista da qualidade daquele, cuja *laudatio* estou a proferir, não é tão humano quanto parece,

pois gosta de nos fazer sofrer com os seus bem inventados enigmas. Com ele, não sei *se Édipo* teria escapado ao seu mortal destino, ao matar o pai que não conhecia.

Na segunda parte, porém, acentua-se a sua vincada personalidade, quando defende, ao discutir a história portuguesa, todos os argumentos dos que defendem D. João II e não comparam a sua cruel eficácia com a indolência de D. Manuel, que só beneficia do esforço do seu cunhado, bem como ao entrar na discussão literária o candidato à Utopia III, segue as suas paixões, e dá enorme valor ao seu favorito Sá de Miranda, sobre o qual muito trabalhou, em detrimento de Luís de Camões, cuja grandeza épica poucos conseguem ignorar. Com o poeta épico sentimo-nos forçados a dizer: "E dirão os Sábios da Escritura, que segredos são estes da Natura".

A terceira parte é a que mais se adapta à personalidade do seu Autor. Neste diálogo entre o descendente do fundador da primeira Utopia e o pretendente da terceira, não haverá grandes diferenças, se não a que coloca em lugar cimeiro o possível fundador da terceira, que usa de uma bondade quase intervencionista retratada em várias afirmações todas dirigidas para o bem estar dos povos e a não poluição da natureza, na procura de uma felicidade generalizada, sem que de forma alguma se tenha presente a ganância extrema do género humano. Esse apetite do ganho só pode ser combatido por instituições que respondam, contra o lado mau da natureza humana, a uma bondade que a ultrapassa. É utópico, sem dúvida, mas não é disso mesmo que se trata e não é isso mesmo que se quer provar, numa dialéctica extremamente atraente, embora a sintamos longe da eficácia necessária. É nestas páginas que se sente com todo o vigor a forte personalidade do humanista admirador de Pico della Mirandola, de Erasmo, de Góis e de tantos outros que por muito que tentassem, não conseguiram mesmo assim domar a ferocidade (desculpe-se o exagero) do homem lobo do homem.

Embora centenas de aspectos desta não apareçam focados, vou-me referir, para terminar, ao livro que o meu antecessor nesta cadeira publicou, também em 2007, com a ajuda editorial do nosso confrade Aires do Nascimento. Intitula-se *Histórias de Livros para a História do Livro,* que recebeu o Prémio "Ensaio" do PEN Clube português, em 2008.

Como caçador de livros, conta o seu autor as partidas que os livros, os vendedores de livros e os compradores de livros lhe pregaram, muito embora fosse senhor de uma paciência de jogador e de uma educação calma que causava

respeito naqueles a quem comprava ou a quem vendia, quando tinha exemplares a mais.

Chegou ao momento de terminar, mas não sem voltar a evocar a memória de um Homem Bom, de um Homem Sabedor e de um Homem Activo que proporcionou muito estudo à sua volta, que ajudou muitos a saberem mais, que não tinha vergonha em pedir ajuda, e que sempre, desde que o conheci, me ofereceu a sua Amizade, e esta é uma dádiva que em vida nunca poderei saldar, senão prestando desta dádiva de lembranças à sua memória.

(Elogio histórico proferido na sessão plenária pública
de 27 fevereiro de 2014)

Saudação ao Académico Raul Miguel Rosado Fernandes

Artur Anselmo

Em cumprimento da praxe estatutária que impõe aos sócios-efectivos o dever de fazerem o Elogio Histórico do académico em cuja cadeira sucedem (neste caso, a cadeira n.º 5 da Classe de Letras), acabámos de receber na Academia – e agora com carácter definitivo – um dos seus membros mais eruditos, mais assíduos e mais interventivos: Raul Miguel Rosado Fernandes, sem dúvida aquele que, entre nós, maior número de elementos pessoais e estéticos poderia carrear para compor o retrato do saudoso Presidente Pina Martins. Se chamo «erudito» ao nosso confrade é porque para isso me sinto autorizado pelo título das suas recordações de vida enfeixadas na obra *Memórias de um R*ústico *Erudito*. E aceitaria de bom grado que a ordem dos apodos com que se auto-classificou pudesse ser invertida para «erudito rústico», tanto mais que, apesar dos cuidados com que o nosso confrade se tem dedicado, ao longo da sua vida, aos valores *de re rustica*, a verdade é que há mais de meio século que o vemos empenhado também na defesa e ilustração das *humaniores litterae*. Digamos sem hesitação: numa época em que proliferam à nossa volta as declarações sem ponta de erudição e em que, por isso mesmo, o erudito é visto como uma espécie de *dinossauro excelentíssimo* (para usar o título de um livro polémico de José Cardoso Pires), como não saudar os eruditos da família espiritual de Raul Rosado Fernandes? Como não reconhecer neles tudo quanto os distingue dos espíritos superficiais que dominam a convivência intelectual em nossos dias? Como não louvar neles a sabedoria, a competência e a maturidade próprias do humanismo clássico, moderno ou contemporâneo?

Senhor de uma cultura profunda e sempre actualizada, esclarecido conhecedor das línguas clássicas que deram corpo à ideia da Europa, poliglota exímio, capaz de se movimentar com o mesmo à vontade no mundo românico ou no mundo germânico, Raul Rosado Fernandes começa a sua carreira de investigador no dealbar da década de 60 do século passado, em simultâneo com a docência de Filologia Clássica, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Assistente de Francisco Rebelo Gonçalves, a sua relação afectiva com o mestre nunca foi fácil, não tanto porque os separassem posições doutrinárias opostas, mas tão-somente por incompatibilidade de temperamentos (entre parêntesis, acrescentarei que Rosado Fernandes nunca regateou elogios à probidade científica de Rebelo Gonçalves, como o prova, entre outros exemplos que poderíamos citar, o alentado prefácio à *Obra Completa* do mestre, em boa hora editada pela Fundação Gulbenkian, a partir de 1995.)

Ao falar de Rebelo Gonçalves, o mais jovem doutorado em Filologia Clássica e talvez o mais jovem dos sócios admitidos na Academia das Ciências nos últimos 100 anos (nascido em 1907, entrou para esta casa em 1934), não posso deixar de acentuar o papel fundamental que aqui desempenhou, aceitando, quando ainda não tinha 40 anos, responsabilizar-se pela direcção dos trabalhos que culminaram na publicação do *Vocabulário Ortográfico* que vigorou desde 1945 e que não poucos filólogos preferem ao arremedo de vocabulário concertado em 1990 e posto a vigorar, *in partibus*, depois de 2010, sem que durante vinte anos os governos tenham mexido uma palha para o melhorar. De uma pujança intelectual ciclópica, atestada em dezenas de trabalhos de sua autoria, assim como na fundação de duas revistas de altíssimo nível (primeiro em Coimbra, a *Humanitas*, depois, em Lisboa, a *Euphrosyne*), Francisco Rebelo Gonçalves adoeceu gravemente em meados dos anos 60 e, por isso foi forçado a aposentar-se, vindo a falecer em 1982. Aqui, nesta mesma sala, fez o seu elogio, como sucessor na cadeira n.º 1 da Classe de Letras, outra personalidade inesquecível que encheu a Academia com a sua argúcia intelectual e a sua vastíssima cultura. Refiro-me a Mário Martins, o insigne medievalista, o qual, traçando o perfil científico de Rebelo Gonçalves, teve a feliz ideia de associá-lo (a ele e a todos os grandes filólogos) a uma poesia de Juan Ramón Jiménez, substituindo a palavra *inteligência* pela palavra *filologia*:

> Filologia, dá-me
> o nome exacto das coisas.
> Que a minha palavra seja
> a própria coisa
> criada pela minha alma novamente!
> Que por mim cheguem todos
> os que as não conhecem, as coisas.

Que por mim vão todos
os que as esquecem, *à*s coisas.
Que por mim vão todos
esses que as amam, as coisas.
Filologia, d*á*-me o nome exacto
e teu, e seu, e meu, das coisas.

A obra de Raul Rosado Fernandes pode agrupar-se em quatro áreas, todas situadas no campo das humanidades: na primeira avultam os textos clássicos traduzidos e comentados, com destaque para obras de Tucídides (a *História das Guerras do Peloponeso*), de Horácio (a *Arte Poética*) e de André de Resende (as *Antiguidades da Lusitânia*); na segunda uma obra precursora dos estudos de Estilística, que o autor não só traduziu, mas também completou com aditamentos preciosos (os *Elementos de Retórica Literária*, de Heinrich Lausberg); na terceira combinam-se harmoniosamente a dissertação de licenciatura sobre o *Anfitrião*, a tese de doutoramento intitulada *O Tema das Graças na Poesia Clássica*, e a recolha de ensaios em dois volumes, a que chamou *Em Busca das Raízes do Ocidente*; finalmente, na quarta, dois títulos de literatura autobiográfica: as já referidas *Memórias de um R*ústico *Erudito* e um volume que lhes serve de complemento, *Propriedade Privada, Agricultura e Outros Temas*. De fora deste conjunto fica-nos ainda um libelo polémico contra os desmandos do capitalismo selvagem, *O Diabo, o Banqueiro e o Parvo*, visão sinistra do Portugal recente que não cabe, em rigor, nas designações tradicionais da teoria dos géneros literários.

Lendo todos estes testemunhos da operosa vida intelectual do nosso confrade, persiste no meu espírito a ideia de que não é fácil separar as duas facetas principais do seu carácter. De facto, o classicista, o professor, o reitor e o académico convivem na mais perfeita harmonia com o paladino das nobres causas da agricultura e até mesmo com o antigo orador parlamentar de Lisboa e Estrasburgo. Ele próprio, seja onde for que fale ou peça a palavra, mistura habitualmente as suas leituras de autores clássicos gregos e latinos com a última novidade literária publicada em qualquer país do mundo ocidental, mas também com as recomendações do bom-senso inato que vem do saber fazer. Como o pré-socrático Anaxágoras, Raul Rosado Fernandes não esquece nunca que o homem se distingue do animal porque só o homem trabalha com as mãos. E como o Virgílio das

Geórgicas, sabe que a Natureza sente o dedo do homem porque ele a disciplinou, ao arrancá-la ao caos da criação.

Julgando interpretar o sentimento geral desta Academia, não tenho dúvidas em afirmar que todos nos sentimos honrados por continuarmos a partilhar do imenso saber deste «rústico erudito» que um dia afirmou: «Sou apenas um homem ligado à terra por laços familiares e de amor.» E noutra ocasião: «A minha vocação é conhecer as línguas antigas, gostar da Natureza organizada e tentar desvendar os segredos do ser humano.»

Palavras simples, de uma clareza ética, que só os espíritos verdadeiramente luminosos estão em condições de proferir com a autoridade do seu próprio exemplo.

(Saudação ao recipiendário proferida na sessão plenária pública de 27 de fevereiro de 2014)

Elogio Histórico do Académico Ilídio Melo Peres do Amaral

Jorge Gaspar[1]

Constitui para mim uma honra e uma grande alegria ocupar a cadeira (28L) que Ilídio do Amaral inaugurou e a que portanto deu nome e conteúdo, na secção das Letras desta Academia das Ciências. Sou aluno de Ilídio do Amaral há quase 54 anos e tenho plena consciência das dificuldades que se me colocam numa função que resume muito do espírito das academias científicas: a necessária continuidade científica, social e cultural do trabalho académico.

A maior dessas dificuldades decorre de, ao cabo de mais de meio século de aprendizagem e colaboração, ainda hoje me surpreender com as produções que o confrade Ilídio do Amaral nos vai oferecendo com regularidade.

À medida que ia elaborando este texto que hoje vos apresento, aumentavam as dificuldades de inclusão das atividades desenvolvidas por Ilídio do Amaral pertinentes para esta função. De facto, cada entrada que me parecia adequada para inserir as ações do confrade, justificava plenamente uma sessão autónoma: o académico, o geógrafo, o gestor universitário, o curador da coisa pública, o incansável investigador, o pedagogo, o facilitador tolerante e eficaz.

Ilídio Melo Peres do Amaral nasceu em Luanda em 1926, nas Ingombotas (Freguesia de Nossa Senhora do Carmo), numa família angolana mestiça, Sotto Mayor do lado materno e Amaral Gurgel do lado paterno. Nessa cidade fez os seus primeiros estudos – ensino primário e secundário. Ainda antes de iniciar a sua carreira como geógrafo e assistente universitário, foi empregado bancário em Lisboa, no Banco Português do Atlântico, e em Luanda, no Banco Comercial de Angola, onde foi responsável pelos Serviços de Comércio Externo e de Garantias Bancárias.

[1] Professor Emérito da Universidade de Lisboa, IGOT e Investigador Efetivo do CEG, Rua Branca Edmée Marques, 1600-276 Lisboa. Email: jorgegaspar@campus.ul.pt

Na Universidade de Lisboa, concluiu a licenciatura em Geografia em 1956, o doutoramento em 1964, a agregação/professor extraordinário em 1968 e chegou a Professor Catedrático em 1969. Nesta Universidade foi membro do Senado, Vice-Reitor e Reitor. Como o próprio refere nas suas notas bibliográficas, a revista *Pública* do jornal *Público*, sublinhou o facto de ser então, "…o único professor catedrático de origem africana alguma vez a assumir o cargo de Reitor em Portugal".

I. O ACADÉMICO

O ilustre académico Ilídio Melo Peres do Amaral é acima de tudo o exemplo, a personificação do ideal académico: "*Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria*". (Se não for útil o que fizermos, a glória será vã).

Da atividade académica de Ilídio do Amaral pode dizer-se que é a de um trabalhador inspirado e meticuloso, com a ambição de saber e dar a conhecer.

Desprendido em relação a honrarias, mesmo quando inerentes ao seu desempenho e na sequência lógica do seu labor: nunca ocupou qualquer cargo na Academia.

Mas o mesmo se passou no Instituto de Geografia e no Centro de Estudos Geográficos, da Universidade de Lisboa, de que foi o verdadeiro esteio ao longo de duas décadas.

Ilídio Melo Peres do Amaral foi eleito Sócio Correspondente da Academia das Ciências em 15 de Julho de 1976 e desde então não cessou um percurso de académico dedicado aos grandes objetivos da instituição, mormente através da assiduidade aos atos académicos, apresentação de comunicações e intervenções a propósito de comunicações de confrades.

Assim, em 1988, passava naturalmente a efetivo e recorrentemente viria a colaborar e a representar a Academia. Neste particular, relevam-se a participação ativa no Programa Towards Young Academies across Europe. Sharing Experiences and Building Capacities, que se efetuou em Madrid, no Instituto de Espanha, com o patrocínio da ALLEA – *All European Academies – European Federation of Academies of Sciences and Humanities*.

De grande alcance para a Academia das Ciências de Lisboa foi a sua proposta de 2001, por solicitação do então presidente Senhor Professor Adriano Moreira,

de organização da 7.ª Secção do Classe de Letras, "Sociologia e outras Ciências Sociais", para o que estabeleceu contatos com os futuros 10 sócios correspondentes e preparou os respetivos processos, que foram submetidos para votação do Plenário de Sócio Efetivos.

Também por convite do presidente, Senhor Professor Adriano Moreira, levou a cabo com grande empenho e sucesso a "representação adequada de Académicos Correspondentes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Foi assim que um conjunto de personalidades de grande prestígio internacional, cientistas, escritores e artistas, de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, vieram a integrar a nossa Academia. Participou ainda na proposta e eleição de outros grandes vultos, como José Ramos Horta, então presidente da República de Timor Leste, de Nelson Mandela e do Príncipe Aga Khan. Patrocinou também a entrada de dois especialistas em história de Angola e de África, a alemã Beatrix Heintze e o norte-americano Calder Miller.

Ilídio do Amaral levou a cabo várias investigações no domínio da história no acervo bibliográfico e documental da Academia das Ciências, que originaram comunicações, conferências, bem como publicações, algumas no âmbito da Academia, outras através de outras entidades e algumas até por sua iniciativa e impressas à sua custa.

Assim, em 2003 publicou *As Academias das Ciências na Contextura da Globalização*, em que estuda 77 Academias das Ciências da Europa, analisando os respetivos comportamentos face à globalização, dando particular ênfase às redes nacionais e continentais que se desenvolveram. Mas o estudo não ficou pelas análises, apresentando propostas de medidas necessárias para a modernização e atualização das Academias, mormente da Academia das Ciências de Lisboa. Este trabalho foi revisto em 2008 (Amaral, 2008a).

Outro foco da atividade académica de Ilídio do Amaral tem sido a chamada de atenção para a necessidade de uma boa história da Academia das Ciências de Lisboa que seja, e utilizo as suas próprias palavras, "dignificadora de uma instituição que existe há mais de duas centúrias muito ricas em acontecimentos e que é detentora de um espólio valiosíssimo carecido de condições financeiras e humanas favoráveis para a sua manutenção, o seu estudo e divulgação". Como contributo, apresentou, em 2010, as "Nótulas históricas sobre os primeiros tempos

da Academia das Ciências de Lisboa" (Amaral, 2012b), em que anuncia "um livro em elaboração", que já tem o título provisório de *A Fundação da Academia das Ciências de Lisboa no Contexto das Ideias da Europa de Meados do S*éculo *XVIII a Meados do S*éculo *XIX*. Na continuada tarefa de chamar a atenção para o valioso património bibliográfico da Academia das Ciências de Lisboa, Ilídio do Amaral peregrinou pelo legado de Frei Manuel do Cenáculo, sob o patrocínio estimulante de mestre José Vitorino de Pina Martins:

> Quando o incunábulo augustiniano – [referência à Cidade de Deus de Santo Agostinho oferecida pelo Prof. José Vitorino de Pina Martins à Academia das Ciências de Lisboa] se encontrava entre os meus livros numa estante onde ele dialogava com os Opera omnia de Pico della Mirandola (Bolonha, 1496), eu recorria frequentemente à sua leitura por amor librorum ou por imposição da minha curiosidade, na Academia das Ciências, o meu incunábulo passou a ficar numa sala hermeticamente fechada, onde se encontram os livros valiosos, ou seja o que os Franceses chamam a Réserve Précieuse. Mas a reserva Preciosa ficou realmente… de reserva. Os ilustres académicos não estão hoje voltados para o passado. Os científicos olham, como está bem de ver, para o futuro. Muitos dos letrados não amam de facto o que chamam, num jargon moderno, a cultura livresca… E eis como, deste modo, os incunábulos ficam condena- dos a pernoitar no escuro intangível da Reserva Preciosa" (excerto retirado de J. V. de Pina Martins, "As queixas de um incunábulo (Veneza, 1475) esquecido e abandonado" em pp. 225-230 de História de Livros para a História do Livro. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007)." (Amaral, 2012c, p. 9).

Dessa peregrinação resultaram notas, comentários e informações de grande alcance, reunidas na publicação *As Bíblias e outras Raridades das Colecções de Frei Manuel do Cenáculo. Da sua Existência na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa*. Além de abrir novas pistas para o conhecimento da personalidade poliédrica que foi o antigo Bispo de Beja e Arcebispo de Évora, aponta um estimulante conjunto de considerações sobre bíblias, mormente sobre a Bíblia de Johannes Gutenberg. Mas o foco das reflexões centra-se na Bíblia de Mogúncia ou Moguntina, de 1462, que foi de Frei Manuel do Cenáculo e hoje faz parte da "Reserva Preciosa" da

Academia das Ciências de Lisboa. A análise bibliológica da obra permite-lhe o estabelecimento de diálogo com abordagens antecedentes, nomeadamente as de J. V. Pina Martins (Martins, 2007) e de Artur Anselmo (Anselmo, 1997).

Também José Correia da Serra foi objeto das pesquisas de Ilídio do Amaral no âmbito do património documental da Academia das Ciências de Lisboa. Desse labor já resultaram dois livros, publicados sob o título geral de *Estudos Preliminares de Inéditos Juvenis de José Correia da Serra*: o primeiro em 2012 – *A Propósito do Catalogue Raisonné des Voyageurs de ma Bibliothéque (1769)* e o segundo, em 2013 – *A Propósito dos Zibaldone di Materie Diverse I a IV (1767)* (Amaral, 2012a; Amaral, 2013a).

II. O GEÓGRAFO

A descoberta e confirmação da vocação de geógrafo terá sido fortemente inspirada no convívio científico e humano com mestre Orlando Ribeiro (Amaral, 1981a; Amaral, 1981d Amaral, 1984c; Amaral, 1997c; Amaral, 2008b).

Claro que tal só foi possível graças ao seu espírito geométrico e sentido do rigor, ao gosto pelo campo e pelo trabalho de campo, que exercita como método fundamental nas suas pesquisas geográficas, em particular nas de geomorfologia.

Paulatinamente leva a cabo uma obra extensa e multifacetada, plena de temas de interesse, sobre tudo para a Geografia, mas não só.

Por isso é muito difícil fazer uma seleção, no entanto, depois de uma aturada revisitação às obras de Ilídio do Amaral, mais demorada do que inicialmente previa – por vezes parei na apreciação/avaliação de mais de meio século do meu próprio percurso de geógrafo, assinalando com exaltação momentos gratificantes; outras vezes a descobrir novas facetas na obra de Ilídio do Amaral, de que eu tinha passado ao lado, por distração ou tão só por falta de amadurecimento para ver.

Ainda assim, acabei por "escolher" três momentos que marcam o percurso do Geógrafo:

A – *Santiago – A Terra e os Homens*, 1964

B – *Luanda – Estudo da Geografia Urbana*, 1968

C – Duas abordagens muito recentes (2012/2013) dos fenómenos interligados da urbanização e da globalização a partir de duas conferências, uma na Universidade Católica, em Lisboa, outra na Universidade de Cabo Verde.

A – Santiago – A Terra e os Homens

Este estudo constituiu a dissertação de doutoramento em Geografia pela Universidade de Lisboa, apresentada e defendida em 1964, e publicada, numa primeira edição, esgotada, pela Junta de Investigações do Ultramar, nas suas Memórias (n.º 48, segunda série) tendo tido nova edição em 2007, promovida por cinco instituições, a que o percurso de Ilídio do Amaral ficou associado de diferentes maneiras: a Associação das Universidades de Língua Portuguesa, o Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, o Instituto de Investigação Científica Tropical, a Universidade do Algarve e a Universidade de Cabo Verde.

Trata-se de uma excelente monografia de Geografia regional na linha da melhor escola francesa, de que a escola portuguesa foi uma prestigiada herdeira. Num e noutro caso, verifica-se no pós-guerra uma passagem do estudo dos espaços metropolitanos para os domínios coloniais. Podem apresentar-se como paradigmas da abordagem em territórios insulares coloniais, no caso francês, as teses de doutoramento de Guy Lasserre, sobre a Ilha de *Guadalupe* (Lasserre, 1961) e de Defos du Rau sobre a Ilha da *Reunião* (Defos du Rau, 1960) e no caso português, o estudo de Orlando Ribeiro sobre a Ilha do Fogo (Ribeiro, 1954), as dissertações de doutoramento de Francisco Tenreiro, sobre a Ilha de São Tomé (Tenreiro, 1961) e de Ilídio do Amaral sobre Santiago (Amaral, 1964).

Sem abandonar o modelo clássico da Geografia regional francesa, Ilídio do Amaral por um lado promove atualizações decorrentes dos avanços das ciências geográficas, mormente as do mundo anglo-saxónico e, por outro lado, adequa o exercício científico à realidade daquele espaço concreto. Daqui resultam a um tempo capítulos de grande atualidade, como os que dedica ao clima – questão maior na Geografia de Cabo Verde, e à Geomorfologia, domínio em que o autor é um dos grandes especialistas da nossa Universidade, e capítulos fundamentais nas componentes sociais e económica, inescapáveis para quem recorre ao trabalho de campo como método privilegiado.

Mas a *atualização* que o autor promove no âmbito da Geografia Regional ficou expressa na abordagem dos aspetos da vida de relação e na preocupação com a aplicação dos conhecimentos que a sua investigação podia oferecer aos decisores políticos. Preocupações que são sintetizadas no final do último capítulo (Perspetivas económicas) num ponto a que chamava "Em torno dos problemas da ilha" e nas Conclusões:

> A tentativa de soluções tiradas das possibilidades locais conduz, portanto, a certo pessimismo, e mesmo a um sentimento de impotência, sugeridos pela simples apresentação dos problemas.
>
> Razoáveis se por acaso a população não aumentasse, não se adaptariam ao acréscimo que, inevitavelmente, haviam de promover. Não só a realização simultânea dessa variedade de soluções levaria à dispersão de esforços, como exigiria tal soma de créditos, para resultados tão medíocres, que é legítimo exitar antes de escolher (Amaral, 1964, 368).

E este é o grande problema das ilhas, mesmo daquelas que vão experimentando certos progressos: a INCERTEZA de se poderem manter, sem este auxílio, no quadro dos seus próprios recursos (Amaral, 1964, p. 373).

B – Luanda – Estudo de Geografia Urbana

Luanda – Estudo de Geografia Urbana, concluído em 1967 e publicado no ano seguinte (Amaral, 1968b), é um trabalho amadurecido ao longo de um percurso de 12 anos, tempo transcorrido desde a elaboração da dissertação de licenciatura (São Paulo de Assunção de Luanda, FLUL, 1956), período em que Ilídio do Amaral além de pesquisas intensas no âmbito da Geomorfologia e da Geografia regional, dedicou continuado interesse ao urbanismo de África, com destaque para os estudos sobre Luanda, rede urbana de Angola e Johannesburgo (Amaral, 1957, 1959, 1961,1962, 1966).

Este estudo de Geografia urbana é ainda hoje uma das mais penetrantes leituras do "processo dinâmico da evolução urbana" de uma cidade de África, um encaminhamento que vai da leitura do *sítio* à "expansão urbana e seus

problemas", resolvendo-se numa síntese conclusiva, em que se apontam como problemas maiores a macrocefalia face ao território angolano, com patente primazia (*primate-city*) no contexto da rede urbana de Angola. Assim, temos um diagnóstico, enriquecido por uma visão prospetiva, cuja justeza o tempo confirmou: "Cidade dinâmica, de crescimento atual explosivo, onde se concentram o poder e o capital, não tendo gerado uma região urbana próxima, sujeitou, todavia, à sua dependência uma área vasta. Neste contraste tem Luanda um dos seus traços mais originais e delicados, de marcada singularidade no campo da génese e evolução das cidades" (Amaral, 1968b,129). Este é último parágrafo do livro e foi escrito em 1967 e poderia sintetizar o tema de um colóquio, de uma conferência, sobre os problemas atuais e futuros das capitais dos espaços intertropicais. Pensando nessa eventualidade, somos tentados a lançar desde já uma questão para um debate: e poderia ter sido de outra maneira?

Procuro ainda uma resposta para a questão de saber como foi possível um período tão conturbado como o dos anos 60, em Angola, elaborar uma obra tão serena, profunda, assertiva e que resiste ao tempo, ao ponto de ser hoje um instrumento fundamental para ler Luanda e o urbanismo não só em Angola, como em África.

O profundo conhecimento daquelas realidades, o recurso à melhor teoria disponível nos saberes geográficos nos anos 1960 (Ilídio do Amaral compulsou a bibliografia mais atualizada, disponível em cinco idiomas) e o necessário trabalho de campo, explicam em boa medida o sucesso.

C – Duas abordagens muito recentes (2012/2013) dos fenómenos interligados da urbanização e da globalização

As Cidades: símbolos da Associação de Política, Economia e Cultura. Base para uma sessão com debate, curso de pós-graduação em Urbanismo U.C.P. 56 p. policopiadas (Amaral, 2012d).

Assisti com emoção e proveito a esta sessão de seminário, conferência seguida de debate, em que participaram alunos e professores e teve a moderação do diretor do curso, o saudoso confrade Manuel da Costa Lobo. Ilídio do Amaral após uma breve, mas estimulante, síntese sobre a evolução das cidades e da

urbanização, centrou-se nas grandes questões que se colocam hoje às cidades nas suas dimensões política e cultural, dando particular enfase aos problemas da sustentabilidade, nas componentes económica, social e ambiental.

Cidades na África Subsariana no século XXI, como partes do Sul Global (Amaral, 2013b).

Na Conferência da Praia, 2013, Ilídio do Amaral começou por abordar o conceito de Sul global e sua pertinência quer para a questão do desenvolvimento, quer para a questão do urbanismo e, em particular, para o entendimento das cidades.

Para o efeito apoia-se numa bibliografia muito diversificada, abrangendo todo o leque das ciências sociais, técnicas e artes pertinentes para a melhor dilucidação do fenómeno. A apresentação das notas e comentários dessa bibliografia constituem como que um atlas e um roteiro através das várias dimensões físicas, sociais e culturais da urbanização no sul-global e, em particular, nos espaços africanos a sul do Sahara.

Percurso que o autor foi desbravando não só apoiado no acervo bibliográfico mais recente a que fiz referência, mas também na experiência pessoal, decorrente dos contactos no terreno e da participação em conferências e reuniões de trabalho, de que nos vai dando conta.

Trata-se, de facto, de uma investigação em curso, um trabalho em progresso que importa acompanhar atentamente. Trata-se, por outro lado, de um documento pedagógico de muito interesse para a multiplicidade de estudantes e estudiosos do fenómeno urbano do "Sul Global", bem como para os que têm a difícil, mas estimulante, missão de acompanhar e reencaminhar os processo complexos que configuram uma das maiores revoluções da história da humanidade.

III. O PEDAGOGO E O MESTRE

Uma das marcas mais notáveis em Ilídio do Amaral enquanto professor é o profundo respeito pelos alunos, revelado nas múltiplas dimensões do que deve ser a relação entre o professor e os alunos: desde logo, algo que se vai esquecendo, mas que está no cerne da atividade docente: a preparação das aulas, depois o ouvir atentamente, a disponibilidade, a paciência… o cumprimento rigoroso dos

horários das aulas, da entrega em tempo convencionado dos trabalhos de avaliação…enfim, o respeito pelos alunos. Recordo com frequência a minha primeira aula de Geografia, na Faculdade de Letras: Geografia Física I. O então 2.º Assistente, comportava-se já como um verdadeiro mestre – do vestir ao falar, clareza na exposição, atento às dúvidas dos alunos, mostrando um entusiasmo sereno que com o tempo nos contagiava eficazmente.

Ao longo dos 5 anos da licenciatura, Ilídio do Amaral esteve sempre presente, nas visitas de estudo e nas excursões anuais do curso que organizava com rigor, nos colóquios quinzenais de que na maior parte dos casos se encarregava da curadoria e, se necessário, da animação.

Assim como recordei a primeira aula, recordo a ajuda e o apoio na minha dissertação de doutoramento, orientada por Orlando Ribeiro, o que me permitiu fazer muitas melhorias, pela discussão e pelo contraditório proporcionados: ele não concordava com muitos dos pressupostos teóricos em que eu me baseava; mas Ilídio do Amaral fez uma leitura rigorosíssima da primeira versão do manuscrito, anexando capítulo a capítulo, páginas e páginas manuscritas, com dúvidas, sugestões, aditamentos.

Assumindo o risco de repetir algo do que já disse, mas às vezes é útil repetir, permitam-me que transcreva aqui uma passagem do agradecimento que fiz *aos meus mestres*, por altura da fantástica homenagem que amigos, alunos, colegas e companheiros de variadas lides me proporcionaram na Reitoria da Universidade de Lisboa em 28 de Novembro de 2007: *Recordo a primeira aula do Curso de Geografia na Faculdade de Letras – na sala do fundo do Centro de Estudos Geográficos, não havia memória de tantos alunos no 1.º ano (uns 17, creio, mais que nos restantes 4 anos da Licenciatura!). O então 2.º Assistente, entrou com porte de Professor: elegante, de gravata, causou logo boa impressão e o tempo veio confirmá-lo: Ilídio do Amaral era o professor que melhor vestia, com simplicidade, elegância e no espírito do tempo. Deu-nos o programa, as regras do jogo e muitos conselhos, que me foram úteis ao longo do curso e, talvez o mais importante, ensinou-me a gostar da Geografia Física, primeiro a Geomorfologia e depois a Climatologia.*

Ao longo do curso senti sempre o acompanhamento, o aconselhamento e o patrocínio recorrente de Ilídio do Amaral. Quando em Outubro de 1965, quatro meses após concluir a Licenciatura e um mês de estágio de campo no Douro, a pensar num doutoramento sobre o Douro e a Vinha e o Vinho, sou lançado aos bichos na ***ESBAL****, para ensinar Geografia*

Física e Geografia Humana aos alunos do 4.º e 5.º anos de Arquitectura, o que me salvou foi a preciosa ajuda de Ilídio do Amaral: quer no desenho dos programas quer na bibliografia adequada a arquitectos. Começou aí a minha aprendizagem para o Planeamento Urbano e Regional.

Poucos anos passados após a minha estadia na Suécia, concluía a minha dissertação de doutoramento, sob a orientação de Orlando Ribeiro e a ajuda de muita gente, como de resto ficou referido nos agradecimentos. Ilídio do Amaral, além de dicas e dos incentivos, foi o leitor mais atento e mais criticamente eficaz do manuscrito. As suas correcções iam das gralhas e do estilo, directamente sobre o papel dactilografado, aos comentários, pertinentes e estimulantes, feitos numas folhinhas A5, norma no CEG de então.

Foi ainda Ilídio do Amaral que me acolheu, já depois de doutorado, na sua área de investigação dedicada às *questões urbanas, onde pude, com toda a liberdade, dinamizar um pequeno grupo de jovens interessados em estudar Lisboa. Surgiu daí o embrião da futura Linha de Ação E.P.R.U. (Estudos para o Planeamento Regional e Urbano), que ainda perdura, se não já na designação do grupo de investigadores, pelo menos na série de publicações, de que acabei de receber o número 70 – Integração de Dados Estatísticos na Classificação de Imagens de Satélite, de Jorge Rocha e Paulo Morgado Sousa.*

Ilídio do Amaral, que tem acompanhado a minha carreira académica desde o primeiro ano da Faculdade, ainda há dias me escrevia com muita amizade, a lembrar-me da necessidade de dar mais atenção à Academia das Ciências, agradeci o "lembrete/ralhete" e vou procurar mais uma vez, seguir os seus sempre oportunos e úteis *conselhos".*

IV. UM TRABALHADOR INCANSÁVEL, UM DEDICADÍSSIMO SERVIDOR DA COISA PÚBLICA

Ilídio do Amaral tem um registo impressionante de cargos de direção no âmbito da gestão universitária, tanto no setor público, como no setor privado. A essas funções a que nos referiremos de seguida juntam-se inúmeras participações em comissões e assessorias diversas a instituições públicas, no país e fora do país, merecendo referência especial a colaboração dada às jovens universidades de Angola e de Cabo Verde.

Assim, na Universidade de Lisboa, onde realizou todo o seu percurso, foi membro do Senado, Vice-Reitor e Reitor. Funções desempenhadas num período

difícil, de transição para o regime democrático, onde a personalidade e o saber fazer de Ilídio do Amaral foram decisivos no bom sucesso dessa transição, com incremento da projeção internacional da Universidade de Lisboa.

No Instituto de Alta Cultura foi vogal do Conselho Superior, vice-presidente e presidente; na Junta de Investigação Científica do Ultramar foi vogal do Conselho Superior e vice-presidente; foi membro dos conselhos científicos da JNICT (Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica); foi ainda membro do Conselho Superior de Ciência e Tecnologia.

Ainda no âmbito da gestão e políticas do ensino superior e da investigação científica destaca-se a participação em comissões da OCDE e na Comissão do Ensino Superior do Conselho da Europa.

Assinale-se, ainda, a colaboração com a Fundação Calouste Gulbenkian e com a UNESCO, sob cuja égide elaborou a proposta de reestruturação do setor das Ciências Sociais e Humanas da Universidade Agostinho Neto.

O saber adquirido na gestão do ensino superior público foi posto ao serviço da valorização do ensino superior privado, quer enquanto Reitor da Universidade Internacional, quer como presidente do Instituto Politécnico Internacional. Entre múltiplas tarefas e iniciativas levadas a cabo neste âmbito, relevam-se os esforços desenvolvidos no sentido da institucionalização do Conselho de Reitores das Universidades Privadas.

Decerto que na perspetiva de um geógrafo, antigo aluno e discípulo, a atividade de Ilídio do Amaral no âmbito das instituições de ensino e investigação das ciências geográficas merecem particular relevo. De todas, destacarei o Centro de Estudos Geográficos, fundado por Orlando Ribeiro há mais de 60 anos, e que deve a Ilídio do Amaral a continuidade, consolidação e projeção nacional e internacional. Enquanto Secretário do CEG, Ilídio do Amaral além de apoiar e ajudar Orlando Ribeiro, dirigiu importantes projetos de investigação que nos anos 1960 e 1970 contribuíram para a afirmação não só do CEG, como da Geografia Portuguesa. No mesmo período, e a partir do CEG, Ilídio do Amaral sucede a Orlando Ribeiro na presidência da Comissão Nacional de Geografia, membro da União Geográfica Internacional, representando assim a Geografia Portuguesa em congressos e conferências internacionais das Ciências Geográficas.

Quando, nos anos 1970, começa a ocupar importantes cargos de gestão científica e universitária, muitos foram os que temeram que se ia perder um professor e

um investigador, de que a Universidade tanto carecia. Mas tal não aconteceu. Ainda em 1976, na cerimónia da tomada de posse como Reitor da Universidade de Lisboa, conferida pelo Decano da Universidade, o professor Orlando Ribeiro, este afirmou ao concluir o seu discurso: "Nada mais acrescentarei senão o desejo de que o meu colega Ilídio do Amaral, cuja energia conheço e aprecio, se aplique com êxito às novas tarefas que lhe incumbem, e encontre tempo para continuar a servir a Geografia, que tão fortemente vincou a sua personalidade e a sua vocação".

Como o tempo acabaria por demonstrar, passados quase 40 anos, podemos verificar que Ilídio do Amaral correspondeu plenamente aos votos do velho Mestre: também serviu a Geografia, exercitando a sua vocação de forma superlativa.

V. A OBRA PUBLICADA

Como procurei mostrar, o percurso de uma vida académica é muito mais do que um registo bibliográfico, mas no cômputo final a obra publicada merece um registo individualizado, já que no essencial é o que mais se projeta no tempo e no espaço.

Ao longo de 58 anos de atividade científica, o tempo que medeia entre a apresentação da sua dissertação de licenciatura, *São Paulo de Assunção de Luanda*, Lisboa, 1956, e a atualidade, Ilídio do Amaral apresenta 480 títulos na sua extensa e diversificada bibliografia.

Desde logo, evidenciou dois interesses principais nos temas de investigação: a Geografia urbana e a Geomorfologia. Progressivamente, outros temas foram ganhando peso na sua obra: Geografia política, Geografia histórica, História, Políticas de ensino universitário e Políticas de investigação científica.

Ainda nos anos 1950, na sequência da dissertação de licenciatura, publica alguns artigos sobre Luanda e, na década seguinte, um importante estudo sobre a rede urbana de Angola (Amaral, 1962), trabalho original no contexto da Geografia portuguesa, que colocou a chamada "Escola de Lisboa" no topo das investigações em Geografia Urbana. Entretanto, conhecem-se também os primeiros resultados dos estudos de Geomorfologia que com Orlando Ribeiro e Mariano Feio vinha desenvolvendo no Norte de Angola e que foi obrigado a interromper devido à eclosão da Guerra Colonial (Ribeiro, Feio, Amaral, 1961).

Voltou então o fulcro das suas investigações para Cabo Verde, ilha de Santiago, que, como vimos, seria o tema da sua dissertação de doutoramento (Amaral, 1964) – obra que mereceu o prémio Abílio Lopes do Rego da Academia das Ciências de Lisboa.

O estudo da Geomorfologia continua como um dos eixos da atividade científica, destacando-se o artigo "Tendências da geomorfologia" (Amaral, 1967), sendo ainda de referir a notícia na Revista *Finisterra* sobre "As inundações de 25/26 de Novembro de 1967" (Amaral, 1968a). Mas o maior peso do seu trabalho na segunda metade dos anos 1960 foi canalizado para o já referido estudo sobre Luanda (Amaral, 1968b) e, logo no ano seguinte, publica uma síntese dos seus trabalhos sobre a segunda cidade de Moçambique "Beira, cidade e porto do Índico" (Amaral, 1969).

Em 1973 publica dois artigos de referência sobre a geomorfologia de Angola "Contribuições para o conhecimento do Karst ou carso de Nova Caipemba, no noroeste de Angola" (Amaral, 1973a) e "Formas de 'Inselberge' (ou montes-ilha) e de meteorização superficial e profunda em rochas graníticas do deserto de Moçamedes (Angola) na margem direita do rio Curoca" (Amaral, 1973b), temas a que voltaria num artigo publicado na revista *Garcia da Horta*, em 1977 "Paisagens morfológicas do Ddserto de Moçâmedes (Angola) entre os rios Cuoca e Cunene (1.ª parte)" (Amaral, 1977).

Logo no ano seguinte publica na *Finisterra* um importante artigo sobre o fenómeno da urbanização em Angola (Amaral, 1978), tema que retoma numa conferência no Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian (Amaral, 1979a). Entretanto, publica dois relatórios de referência sobre *A Escola Geográfica de Lisboa e a sua Contribuição para o Conhecimento Geográfico das Regiões Tropicais* (Amaral, 1979b) e *Formas e Processos E*ólicos, com *Exemplos do Deserto de Moçâmedes* (Amaral, 1979c).

No ano seguinte publica na revista *Garcia da Orta* o seu primeiro trabalho de referência no âmbito da Geografia política "Entre o Cunene e o Cubango ou a propósito de uma fronteira africana" (Amaral, 1980-1981) e inicia a publicação da *Bibliografia Geral de Cabo Verde (anotada e Ilustrada)* (Amaral, 1980; 1981a).

É por esta altura que começa a elaborar e a publicar estudos sobre a gestão universitária e gestão da investigação científica em Portugal (Amaral, 1981b; Amaral, 1981c).

Em 1983 é publicada a sua primeira *Memória* da Academia das Ciências de Lisboa sobre "A cidade e o futuro: a propósito da explosão urbana mundial" (Amaral, 1983a). Neste mesmo ano relevam-se ainda dois trabalhos de síntese sobre a produção dos geógrafos da "Escola Geográfica de Lisboa", um na *Garcia da Orta* (Amaral, 1983b) e outro na *Revista da Faculdade de Letras* (Amaral, 1983c) e o primeiro estudo sobre os musseques de Luanda, na *Finisterra* (Amaral, 1983d).

Mantendo a geomorfologia no centro das suas atividades científicas, como o demonstra o artigo sobre as paisagens com *Inselberge* nas regiões tropicais (Amaral, 1984a), é neste ano que Ilídio do Amaral revela uma forte propensão para os estudos de História, patente no ensaio sobre Luanda em meados do século XIX, a partir de um texto de 1848, publicado na *Garcia da Orta* (Amaral, 1984b) e no estudo sobre a viagem de dois pombeiros angolanos através de Angola e Moçambique, no início do século XIX, também este publicado na *Garcia da Orta* (Amaral e Amaral, 1984a). Ainda neste ano, os mesmos autores apresentaram uma exaustiva *bibliografia científica* de Orlando Ribeiro (Amaral e Amaral, 1984b).

No ano seguinte, Ilídio do Amaral mantém um ritmo de publicação notável, repartido pelas suas áreas de investigação prediletas – as cidades do Terceiro Mundo (Amaral, 1985b) e da África Tropical em particular (Amaral, 1985a); a Geografia política, através de mais uma memória da Academia das Ciências de Lisboa, sobre *Fronteiras, Estado e Nação em África* (Amaral, 1985c) e a geomorfologia do Sul de Angola – "Processos e formas de evolução do relevo em rochas da orla sedimentar do deserto de Moçâmedes" (Amaral, 1985d). Publica ainda uma comunicação feita à Academia da Marinha, sobre a *Missão Landsat* (Amaral, 1985e) e mais dois trabalhos, também com Ana Amaral – o início de uma coletânea de textos comentados sobre as regiões tropicais (Amaral e Amaral, 1985a) e um texto sobre a *Utopia* de Thomas More (Amaral, 1985b).

O ano de 1986 continua a demonstrar uma diversificação de interesses: a geografia política, "Fronteiras do Sahel: alguns aspectos geográficos" (Amaral, 1986a) e "The geographical factor in the formation of modern states" (Amaral, 1986b); geografia histórica, "Participação portuguesa para o conhecimento do continente africano no século actual" (Amaral, 1986c) e "Progressos do conhecimento geográfico da África em finais do século XIX" (Amaral, 1986d); sem se afastar nunca da sua geomorfologia – "Em redor do tema da flexura marginal, ou litoral, dos continentes" (Amaral, 1986e). No ano seguinte, os mais

significativos trabalhos publicados são de novo de Geografia política: "A irrupção de Estados insulares após a segunda guerra mundial: um facto novo na geografia política" (Amaral, 1987a) e de Geografia histórica com "Mbanza Kongo, cidade do Congo ou São Salvador. Contribuição para o conhecimento geográfico de uma aglomeração urbana ao sul do Equador, nos séculos XVI e XVII" (Amaral, 1987b).

Em 1988, tendo continuado a publicar nos domínios da sua predileção, destaca-se um ensaio, resultante de uma comunicação à Academia das Ciências, "Lisboa uma capital do Renascimento", publicada em "O Humanismo Português 1500-1600" (Amaral, 1988). No final da década oferece-nos, entre outros, trabalhos de reflexão sobre o espaço da Península Ibérica (Amaral, 1989) e sobre a geografia tropical de Gilberto Freyre (Amaral, 1990).

Ao longo dos anos 1990 verifica-se algum abrandamento no ritmo das publicações, o que se liga decerto à maior intensidade na gestão universitária e científica, nacional e internacional, mas que logo é recuperado no final do século. Permaneceram os temas, com um crescente enfoque em África e no Atlântico, destacando-se alguns trabalhos, inclusive os premiados, a que já nos referimos. Na História, releva-se o estudo sobre a organização de novos territórios no Atlântico Sul do século XVI (Amaral, 1991), as notas de Geografia histórica sobre a cidade de Mbanza Congo (Amaral, 1992), o estudo sobre o Reino do Congo nos séculos XV e XVI, premiado pela Academia Portuguesa de História (Amaral, 1996a), o ensaio sobre Luanda durante "o consulado" de Paulo Dias de Novais (Amaral, 2000a); na Geografia política, tem uma nota introdutória no Livro *Global Boundaries. World Boundaries* (Amaral, 1994), um artigo sobre fronteiras internacionais africanas (Amaral, 1997a); na geomor fologia, publicou um artigo de síntese sobre as regiões tropicais (Amaral, 2000b); na Geografia urbana, destaca-se uma bibliografia selecionada de estudos de Geografia urbana (Amaral, 1997b), um ensaio sobre as cidades insulares atlânticas no século XVI (Amaral, 1999a) e uma bibliografia de Luanda (Amaral, 1999b); anota-se ainda uma nova incursão na reflexão sobre a obra de Gilberto Freire (Amaral, 1996b) e nas questões da *tropicalidade* (Amaral, 1998), bem como um estudo sobre os nacionalismos africanos, "memórias e reflexões em homenagem ao Mário Pinto de Andrade, 1928-1990" (Amaral, 2000c).

E Ilídio do Amaral entra no século XXI com um impressionante desempenho na investigação científica e correlativas publicações; não se afastando

significativamente da rota anterior, manteve uma maior propensão para as abordagens históricas, procurando sempre novas temáticas, no espírito do tempo. É assim que em 2003 publica na *Africana Studia* o artigo "Presença da mulher africana ao sul do Sara na Cultura e na Ciência: questões de Género" (Amaral, 2003a). De resto mantém-se fiel à Geografia urbana (Amaral, 2001a, 2002a, 2002b, 2005a, 2005b, 2007a, 2012d e 2013b), assim como à Geografia física, com natural ênfase na geomorfologia, tendo introduzido a problemática dos riscos, numa interessante abordagem ao sítio de Luanda (Amaral, 2001c, 2002b,2006).

No domínio da História, salientamos o estudo sobre o papel das ilhas atlânticas na rede de globalização dos séculos XV a XVII (Amaral, 2001b), outro sobre a importância das "fontes cruzadas" para a história de Angola (Amaral, 2002c), ainda as relações entre História e Geografia na história de Angola (Amaral, 2007b), a colonização europeia da África Subsariana (Amaral, 2008c) e "*Reflexões de um geógrafo em torno do tema memória e história. A construção das identidades*" (Amaral, 2010).

A Geografia política continuou também no conjunto dos temas tratados, com novas abordagens, como a dos desafios que se colocam aos países lusófonos face à globalização (Amaral, 2002d; Amaral, 2005c).

Uma nova preocupação respeita os estudos culturais nas suas várias vertentes, reconhecendo-se uma clara orientação para os territórios africanos, como "Cabo Verde – permanência e rupturas" (Amaral, 2001d), "Acerca da Paisagem" (Amaral, 2001e), e o ensaio "Sobre culturas e intercâmbios culturais" (Amaral, 2009c).

Mas à medida que avança o século XXI, o maior peso do labor de Ilídio do Amaral recai sobre temas da história e do património da Academia das Ciências de Lisboa, como já referimos anteriormente.

Ainda assim, ficaram sem referência muitas das publicações de Ilídio do Amaral, por um lado, por manifesta falta de espaço nesta função, por outro, pela dificuldade de chegar a um bom ordenamento que, fazemos votos, o autor venha a leva a cabo, oferecendo-nos uma série de opúsculos, que a sua obra bem merece e os seus leitores há muito aguardam.

VI. UM CONSTRUTOR DE PONTES, UM PROMOTOR DE DIÁLOGOS – ASSIM, COMO QUEM NÃO QUER A COISA

É reconhecida a capacidade que Ilídio do Amaral tem demonstrado possuir na abordagem de temas de vários domínios científicos, mormente nos que se situam no vasto conjunto das humanidades e ciências sociais, sem deixar de inscrever a sua matriz de geógrafo, estabelecida na regra do seu mestre Orlando Ribeiro, na interseção com as ciências da natureza.

A História de África, e em particular de Angola, têm vindo a merecer uma atenção muito especial e algumas das suas obras afirmaram-se como essenciais para o conhecimento da História de África. Um dos mais notáveis estudos que produziu neste âmbito foi *O Reino do Congo*, os Mbundu (ou Ambundos), o *Reino dos "Ngola" (ou de Angola) e a Presença Portuguesa de Finais do S*éculo *XV a Meados do Século XVI* (Lisboa, 1996), que obteve o Prémio História Calouste Gulbenkian – Presença de Portugal no Mundo, da Academia Portuguesa de História.

É já vasta e diversificada a bibliografia histórica de Ilídio do Amaral, de que podemos apontar como exemplos o estudo sobre Paulo Dias de Novais: *O Consulado de Paulo Dias de Novais*. *Angola no Último Quartel do Século XVI e Primeiro do Século XVII* (Amaral, 2000a), ou *Importância das 'fontes cruzadas' na Historiografia Angolana (Reflexões de um Geógrafo)* (Amaral, 2000d).

Ainda nas Ciências Sociais, e tomando como referência trabalhos dos últimos 15 anos, salientamos no domínio da Ciência Política o ensaio *Em Torno dos Nacionalismos Africanos. Memórias e Reflexões em Homenagem ao Mário Pinto de Andrade, 1928-1990* (Amaral, 2000c). Sublinham-se também as aproximações à Economia e Finanças, em estudos como "Importância do sector informal da economia urbana em países da África Subsariana" (2005a) e "Operações financeiras no sector informal das cidades da África Subsariana" (2007a).

Mas as pontes e os diálogos têm sido recorrentes também no âmbito das ciências físicas e naturais, bem como nas articulações com o ordenamento do território e urbanismo. Nestes domínios, a produção recente tem sido notável, como nestes dois exemplos: "Luanda e o seus dois arcos complexos de vulnerabilidade e risco: o das restingas e o das escarpas abarrocadas" (2002); "O rio Cambongo-Neguza e os seus afluentes: um exemplo da complexidade de padrões de drenagem em Angola" (2006).

Nas ciências, como nas artes, as verdadeiras obras de um autor acabam por definir um percurso de vida, uma narrativa da pessoa, uma autobiografia.

Esta dimensão está bem patente no percurso científico e académico de Ilídio do Amaral, tal como o podemos aperceber, a par e passo.

(Elogio histórico proferido na sessão plenária pública
de 27 março de 2014)

Amaral, I. (1956). *São Paulo de Assunção de Luanda*. (Dissertação de licenciatura em Geografia). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Amaral, I. (1957). *Aspectos económicos da cidade de Luanda* [Economic aspects of the city of Luanda]. Boletim do Instituto de Angola, 9, 51-60.

Amaral, I. (1959). *Subsídios para o estudo da evolução da população de Luanda* [Subsidies forthe study of the evolution of the population of Luanda]. Garcia de Orta, 7(2), 212-226.

Amaral, I. (1961). *Descrição de Luanda setecentista vista através de uma planta de 1755* [Description of 17th century Luanda seen through an urban plan of 1755]. Garcia de Orta, 9(3), 409-420.

Amaral, I. (1962). *Ensaio de um estudo geográfico da rede urbana de Angola* [Essay on a geographic study of the urban network of Angola]. Col. Estudos, Ensaios e Documentos, Vol. 97. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

Amaral, I. (1964). *Santiago de Cabo Verde: a Terra e os Homens* [Santiago de Cabo Verde: the Earth and Man]. Col. Memórias, Vol. 48, (Prémio Abílio Lopes do Rego, da Academia das Ciências de Lisboa). Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

Amaral, I. (1966). *Johannesburg. Do campo mineiro à conurbação* [Johannesburg. From the mine field to the conurbation]. Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, I(2), 240-256.

Amaral, I. (1967). *Tendências da Geomorfologia* [Trends in Geomorphology]. Finisterra Revista Portuguesa de Geografia, II(3), 17-38.

Amaral, I. (1968a). *As inundações de 25/26 de Novembro de 1967 na região de Lisboa* [The floods of 25/26 November 1967 in the Lisbon region]. Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, III (5), 79-84.

Amaral, I. (1968b). *Luanda. Estudo de geografia urbana* [Luanda. A study of urban geography]. Col. Memórias, Vol. 53, (Prémios Almirante Gago Coutinho, da Sociedade de Geografia de Lisboa, e da Câmara Municipal de Luanda). Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar

Amaral, I. (1969). *Beira, cidade e porto do Índico* [Beira, city and port of the Indian Ocean]. Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, IV(7), 76-93.

Amaral, I. (1973a). *Contribuição para o conhecimento do Karst ou carso de Nova Caipemba, no noroeste de Angola* [Contribution to the knowledge of the Karst of Nova Caipemba in north-western Angola]. Garcia de Orta, Série de Geografia, 1(2), 1-28.

Amaral, I. (1973b). *Formas de «Inselberge» (ou montes--ilhas) e de meteorização superficial e profunda em rochas graníticas do deserto de Moçâmedes (Angola), na margem direita do rio Curoca* [Forms of "Inselberg" deep and superficial weathering on granite rocks of the Moçâmedes desert (Angola), on the right bank of the Curoca river]. Garcia de Orta, Série de Geografia, 1(1), 1-34.

Amaral, I. (1977). *Paisagens morfológicas do deserto de Moçâmedes (Angola) entre os rios Curoca e Cunene (1.ª. parte)* [Morphological landscapes of the Moçâmedes (Angola) desert between the Curoca and Cunene rivers (1st part)]. Garcia de Orta, Série de Geografia, 4(1-2), 1-28.

Amaral, I. (1978). *Contribuição para o conhecimento do fenómeno de urbanização em Angola* [Contribution to the knowledge of the phenomenon of urbanization in Angola]. Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, XIII(25), 43-76.

Amaral, I. (1979a). *Vers la compréhension de la géographie urbaine de l'Angola* [Towards an understanding of the urban geography of Angola]. Arquivos do Centro Cultural Português. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.

Amaral, I. (1979b). *A "Escola geográfica de Lisboa" e a sua contribuição para o conhecimento geográfico das Regiões Tropicais* [The "Geographical School of Lisbon" and its contribution to geographical knowledge of the Tropical Regions]. Relatório da Linha de Acção n.º 5 – Estudos de Geografia das Regiões Tropicais, 1. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 87 p. (policop.)

Amaral, I. (1979c). *Formas e processos eólicos, com exemplos do deserto de Moçâmedes* [Wind forms and processes, with examples from the Moçâmedes desert]. Relatório da Linha de Acção n.º 5 – Estudos de Geografia das Regiões Tropicais, 4. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 76 p., il. + 31 folhas de estampas. (policop.).

Amaral, I. (1980-81). *Entre o Cunene e o Cubango, ou a propósito de uma fronteira africana* [Between Cunene and Cubango, or the purpose of an African border]. Garcia de Orta, Série de Geografia, 6(1-2), 1-50.

Amaral, I. (1980). *Bibliografia geral de Cabo Verde*. (Anotada e ilustrada) [General bibliography of Cape Verde. (Annotated and illustrated)]. IV, Relatório da Linha de Acção n.º 5 – Estudos de Geografia das Regiões Tropicais, 6, 154 p. (policop.). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos

Amaral, I. (1981a*). Bibliografia científica de Orlando Ribeiro* [Scientific bibliography of Orlando Ribeiro]. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 99 p. (policop.)

Amaral, I. (1981b). *Algumas reflexões em torno de um projecto de decreto-lei sobre a autonomia das universidades portuguesas* [Some reflections on a draft decree-law on the autonomy of Portuguese universities]. Lisboa, 17 p. + quadros e estatísticas. (policop.).

Amaral, I. (1981c). *Duas notas em torno de alguns problemas sobre a gestão da investigação científica universitária em Portugal* [Two notes about some problems on the management of academic scientific research in Portugal]. Lisboa, 15 p. (policop.).

Amaral, I. (1981d). *Homenagem a Orlando Ribeiro* [Homage to Orlando Ribeiro]. Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, XVI(31), 5-14.

Amaral, I. (1982). *Paisagens morfológicas do deserto de Moçâmedes (Angola), entre os rios Curoca e Cunene (2.ª. parte)* [Morphological landscapes of the Moçâmedes desert (Angola), between the Curoca and Cunene rivers (2nd part)]. Garcia de Orta, Série de Geografia, 7(1-2), 1-34.

Amaral, I. (1983a). *A cidade e o futuro: a propósito da explosão urbana mundial* [The city and the future: about the global urban explosion]. In Imprensa Nacional Casa da Moeda (Ed.), Memórias da Academia das Ciências de Lisboa [Memories of the Lisbon Academy of Sciences] (pp. 147--158), vol.23. Lisboa: Classe de Letras.

Amaral, I. (1983b). *Estudos de geografia das regiões tropicais (contribuição da Escola Geográfica de Lisboa)* [Geographic studies of the tropical regions (contribution of the Geographical School of Lisbon)]. Garcia de Orta, Série de Geografia, 8(1-2), 1-44.

Amaral, I. (1983c). *Geógrafos e Geografia na Faculdade de Letras de Lisboa* [Geographers and Geography at the Faculty of Leters of Lisbon]. Revista da Faculdade de Letras, 68-82.

Amaral, I. (1983d). *Luanda e os seus "muceques", problemas de Geografia Urbana* [Luanda and its "muceques", problems of Urban Geography]. Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, XVIII (36), 293-325.

Amaral, I. (1984a*). Acerca das paisagens com inselberge (ou montes-ilhas) em regiões tropicais [About landscapes with inselbergs (or monadnocks) in tropical regions]. In Centro de Estudos Geográficos (Ed.), Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro* [Homage to Orlando Ribeiro] (pp. 367-375), Vol. 1. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Instituto Nacional de Investigação Científica.

Amaral, I. (1984b). *Luanda em meados do século XIX, revelada num texto de 1848* [Luanda in the mid--nineteenth century, revealed in a text from 1848]. Garcia de Orta, Série de Geografia, 9(1-2), 1-16.

Amaral, I. (1984c). *Homenagem a Orlando Ribeiro* [Homage to Orlando Ribeiro]. In Centro de Estudos Geográficos (Ed.), Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro [Homage to Orlando Ribeiro] (pp. 19-26), Vol. 1. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Instituto Nacional de Investigação Científica.

Amaral, I. (1985a). *Acerca das cidades da África tropical: notas bibliográficas* [On cities in tropical Africa: bibliographical notes]. Revista Internacional de Estudos Africanos, 3, 225-230.

Amaral, I. (1985b). *Notas bibliográficas sobre as cidades do Terceiro Mundo (I)* [Bibliographical notes on Third World cities (I)]. Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, XX(39), 163-172.

Amaral, I. (1985c). *Fronteiras, Estado e Nação em África. Apontamentos de geografia política* [Frontiers, State and Nation in Africa. Notes on political geography]. In Imprensa Nacional da Casa da Moeda (Ed.), Memórias da Academia das Ciências de Lisboa (pp. 43-68). Lisboa: Classe de Letras.

Amaral, I. (1985d). *Processos e formas de evolução do relevo em rochas da orla sedimentar do deserto de Moçâmedes (Angola)* [Processes and forms of evolution of rock relief in the sedimentary margin of the Moçâmedes desert (Angola)]. Garcia de Orta, Série de Geografia, 10(1-2), 1-40.

Amaral, I. (1985e). *A redescoberta do Mundo na segunda metade do século XX. Missão Landsat* [The rediscovery of the World in the second half of the 20th century. Landsat Mission]. Lisboa: Academia de Marinha.

Amaral, I. (1986a). *Fronteiras do Sahel: alguns aspectos geográficos* [Borders of the Sahel: some geographical aspects]. Garcia de Orta, Série de Geografia, 11(1-2), 1-54.

Amaral, I. (1986b). *The geographical factor in the formation of modernstates*. Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, XXI(41), 57-76.

Amaral, I. (1986c). *Participação portuguesa para o conhecimento do continente africano no século actual* [Portuguese participation in knowledge creation on the African continent in the current century]. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 104(7-12), 123-143.

Amaral, I. (1986d). *Progressos do conhecimento geográfico da África em finais do século XIX* [Progress in geographical knowledge of Africa in the late nineteenth century]. In Academia das Ciências de Lisboa (Ed.), História e desenvolvimento da Ciência em Portugal [History and development of science in Portugal] (pp. 1141-1171), Vol. 2. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

Amaral, I. (1986e). *Em redor do tema da flexura marginal, ou litoral, dos continentes* [Around the theme of the marginal, or coastal, flexure of the continents]. In Brito, R. (Coord.), Estudos em Homenagem a Mariano Feio [Studies in Homage to Mariano Feio] (pp. 3-15). Lisboa: Public. Patrocinada por Instituto Nacional de Investigação Científica, Instituto de Investigação Científi-ca Tropical, Fundação Calouste Gulbenkian e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Amaral, I. (1987a). *A irrupção de estados-insulares após a segunda guerra mundial: um facto novo em geografia política* [The eruption of island states after the Second World War: a new fact in political geography]. Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, XXII(44), 297-359.

Amaral, I. (1987b). *Mbanza Kongo, cidade o Congo ou São Salvador. Contribuição para o conhecimento geográfico de uma aglomeração urbana africana ao sul do equador, nos séculos XVI e XVII* [Mbanza Kongo, Congo or San Salvador city. Contribution to geographic knowledge of an African urban agglomeration south of the equator in the 16th and 17th centuries]. Garcia de Orta, Série de Geografia, 12(1-2), 1-40.

Amaral, I. (1988). *Lisboa uma capital do Renascimento* [Lisbon a Renaissance capital]. In Academia das Ciências de Lisboa (Ed.), O Humanismo português 1500-1600 [Portuguese Humanism 1500-1600] (pp. 619-652). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

Amaral, I. (1989). *El espacio geografico de la Península Ibérica* [The geographic space of the Iberian Peninsula]. In E. Barba (Coord.), Iberoamérica, una comunidad (pp.51-67), vol. 1. Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica.

Amaral, I. (1990). *A geografia tropical de Gilberto Freyre* [The tropical geography of Gilberto Freyre]. In Universidade Internacional (Ed.), Leituras do Tempo. História, Filosofia, Biologia, Literatura, Política e Economia do Tempo [Readings of Time. History, Philosophy, Biology, Literature, Politics and Economy of Time] (pp. 299-315). Lisboa: Universidade Internacional.

Amaral, I. (1991*). Medidas portuguesas para a organização dos novos territórios nas margens continentais do Atlântico sul no século XVI* [Portuguese measures for the organization of new territories on the continental shores of the South Atlantic in the 16th century]. Revista da Universidade de Coimbra, 36, 277-316.

Amaral, I. (1992). *Notas de geografia histórica sobre uma capital africana do século XVI: Mbanza Kongo, no Reino do Congo* [Historical geography notes on a 16th century African José Luís Cardoso <jcardoso@ics.ulisboa.pt> capital: Mbanza Kongo in the Kingdom of Congo]. In J. Serrão (Coord.), Estudos de Homenagem a Jorge Borges de Macedo [Studies of Homage to Jorge Borges de Macedo] (pp. 291-310). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Arqueologia e Histó-ria da Universidade de Lisboa.

Amaral, I. (1994). *New reflexions on the theme of international boundaries*. In H. Clive (Ed.), Global boundaries. World boundaries (pp. 16-23), vol. 1. Londres, Nova Iorque: Routledge.

Amaral, I. (1996a). *O reino do Congo, os mbundu (ou ambundos), o reino dos "ngola" (ou de Angola) e a presença portuguesa, de finais do século XV a meados do século XVI* [The kingdom of the Congo, the mbundu (or ambundos), the kingdom of the "ngola" (or Angola) and the Portuguese presence, from the late 15th century to the 16thcentury]. (Prémio de História Calouste Gulbenkian, Presença de Portugal no Mundo, 1997, da Academia Portuguesa da História). Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

Amaral, I. (1996b). *O homem e a sociedade em regiões tropicais: o caso brasileiro, segundo Gilberto Freyre* [Mankind and society in tropical regions: the Brazilian case, according to Gilberto Freyre]. Garcia de Orta, Série de Geografia, 15(1), 1-12.

Amaral, I. (1997a). *Fronteiras internacionais africanas [African international borders].* In Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (Ed.), As Fronteiras de África [The Borders of Africa] (pp. 13-22). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Amaral, I. (1997b). *Bibliografia seleccionada: estudos de geografia urbana* [Selected bibliography: studies in urban geography]. Lisboa: Edição do autor.

Amaral, I. (1997c*). Homenagem ao Professor Orlando Ribeiro* [Homage to Professor Orlando Ribeiro]. In Instituto de Investigação Científica Tropical (Ed.), A erupção vulcânica de 1995 na ilha do Fogo (Cabo Verde) [The 1995 volcanic eruption on Fogo Island (Cape Verde)] (pp. 235-256). Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

Amaral, I. (1998). *Vicissitudes geográfico-políticas na Zona Tropical* In L. C. Cunha, & S. Vilanova (Org.), Os Trópicos na era da Globalização [The Tropics in the Era of Globalization] (pp. 35-63). Recife: Fundação Joaquim Nabuco.

Amaral, I. (1999a). *Do «solitário ermo» à «afamada cidade»: reflexões sobre as cidades insulares atlânticas no século XVI"* [From 'lonely wilderness' to 'famous city': reflections on Atlantic island cities in the 16th century]. Ponta Delgada: Colóquio Comemorativo dos 450 anos da cidade de Ponta Delgada: Actas, Universidade dos Açores e Câmara Municipal de Ponta Delgada, pp. 33-47.

Amaral, I. (1999b). *Luanda: referências bibliográficas* [Luanda: bibliographical references]. Lisboa: Centro de Geografia do Instituto de Investigação Científica Tropical, 57 p. (policop.).

Amaral, I. (2000a). *O consulado de Paulo Dias de Novais. Angola no último quartel do século XVI e primeiro do século XVII* [The consulate of Paulo Dias de Novais. Angola in the last quarter of the 16th century and the first quarter of the 17th century]. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 280 p., il.

Amaral, I. (2000b). *Geografia física das regiões tropicais: reflexões geomorfológicas* (I) [Physical geography of tropical regions: geomorphological reflections (I)]. Garcia de Orta, Série de Geografia, 17(1-2), 1-22.

Amaral, I. (2000c). *Em torno dos nacionalismos africanos. Memórias e reflexões em homenagem ao Mário Pinto de Andrade, 1928-1990)* [On African nationalisms. Memories and reflections in homage to Mário Pinto de Andrade, (1928-1990)]. Porto: Granito, Editores e Livreiros.

Amaral, I. (2000d). *Importância das «fontes cruzadas» na historiografia angolana (Reflexões de um geógrafo) [Importance of "cross sources"* in Angolan historiography (Reflections of a geographer)]. Lisboa: Actas do II Seminário Internacional de História de Angola. As fontes e a sua interpretação, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 63-160.

Amaral, I. (2001a). *Análise das estruturas e funções urbanas na África Ocidental antes da presença europeia* [Analysis of urban structures and functions in West Africa prior to European presence]. Lisboa: Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 183-196.

Amaral, I. (2001b). *As ilhas atlânticas e índicas como pontos nodais da rede de globalização iniciada nos séculos XV a XVII"* [The Atlantic and Indian Ocean islands as nodal points of the globalization network that began in the 15th and 17th centuries]. Portos, Escalas e Ilhéus no relacionamento entre o Ocidente e o Oriente, Actas do "Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal", Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Universidade dos Açores, vol. I, pp. 115-138.

Amaral, I. (2001c). *Referências bibliográficas de interesse geomorfológico sobre as formas de evolução de vertentes, estabilidade das mesmas, movimentos de materiais e fenómenos correlacionados* [Bibliographical references of geomorphological interest on the evolutionary forms of slopes, their stability, material movements and correlated phenomena]. Lisboa: Centro de Geografia do Instituto de Investigação Científica Tropical, 77 p. (policop.).

Amaral, I. (2001d). *Cabo Verde: permanências e rupturas* [Cape Verde: permanence and ruptures]. In Centro de Estudos Africano (Ed.), Africana (pp. 13-48), 6. Especial. Porto: Universidade Portucalense.

Amaral, I. (2001e). *Acerca de 'paisagem': apontamentos para um debate* [On 'landscape': notes for a debate]. Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, XXXVI(72), 75-81.

Amaral, I. (2002a). *Contribuição para uma bibliografia geográfica de Luanda* [Contribution to a geographical bibliography of Luanda]. Garcia de Orta, Série de Geografia, 18(1-2), 47-67.

Amaral, I. (2002b). *Luanda e os seus dois arcos complexos de vulnerabilidade e risco: o das restingas e ilhas baixas e o das escarpas abarrocadas* [Luanda and its two complex arches of vulnerability and risk: the salt-marshes and low-lying islands and crowded escarpments]. Territorium – Revista de Geografia Física Aplicada no Ordenamento do Território e Gestão de Riscos Naturais, Minerva, 9, 89-115.

Amaral, I. (2002c). *Construindo a história de Angola: a importância da utilização de fontes. Reflexões de um geógrafo* [Building the history of Angola: the importance of using sources. Reflections of a geographer]. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

Amaral, I. (2002d). *A comunidade dos Países de Língua Portuguesa perante alguns desafios da integração regional e da globalização* [The community of portuguese-speaking countries facing challenges of regional integration and globalization]. Garcia de Orta, Série de Geografia, 18(1-2), 21-32.

Amaral, I. (2003a). *Presença da mulher africana ao sul do Sara na cultura e na ciência: questões de género* [The presence of African women in Southern Sahara in culture and science: gender issues]. Africana Studia, 6, 153-171.

Amaral, I. (2003b). *As Academias das Ciências na contextura da globalização* [The Academies of Sciences in the context of globalization]. Lisboa: Edição do Autor.

Amaral, I. (2005a). *Importância do sector informal da economia urbana em países da África subsariana* [The importance of the informal sector of the urban economy in sub-Saharan African countries]. Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia Lisboa, L(79), 53-72.

Amaral, I. (2005b). *Apontamentos sobre Luanda: uma capital colonial imperfeita* [Notes on Luanda: an Imperfect Colonial Capital]. Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, (Cidades Africanas), 5, 48-55.

Amaral, I. (2005c*). Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa face aos Desafios do Século XXI* [Portuguese-speaking African Countries in the face of 21st Century challenges]. In T. C. Silva, M. Araúdo, & C. Cardoso (Orgs.), 'Lusofonia' em África. História, Democracia e Integração Africana [Lusophony in Africa. History, Democracy and African Integration] (pp. 3-30). Dakar: CODESRIA.

Amaral, I. (2006). *O rio Cambongo-Negunza e os seus afluentes: um exemplo da complexidade de padrões de drenagem em Angola* [The Cambongo-Negunza river and its tributaries: an example of the complexity of drainage patterns in Angola]. Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, Lisboa, XLI (82), 15-48.

Amaral, I. (2007a*). Operações financeiras no sector informal das cidades da África Subsariana* [Financial operations in the informal sector of Sub-Saharan African cities]. In A. Esteves et al. (Eds.), Geophilia, o sentir e os sentidos da Geografia. Homenagem a Jorge Gaspar [Geophilia, the feel and senses of Geography. Homage to Jorge Gaspar] (pp. 413-432). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

Amaral, I. (2007b). *Sobre as relações entre a Geografia e a História. Reflexões de um geógrafo* [On the relations between Geography and History. Reflections of a geographer]. Luanda: III Encontro Internacional sobre História de Angola.Amaral, I. (2008a). As Academias de Ciências na

contextura da Globalização [The Academies of Sciences in the context of Globalization]. Lisboa: Edição do Autor.

Amaral, I. (2008b). *Orlando Ribeiro Humanista* [Orlando Ribeiro the Humanist]. Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, XLIII (85), 45-56.

Amaral, I. (2008c). *Reflexões em torno da Colonização Europeia da África Subsariana no Século XX* [Reflections on the European Colonization of Sub-Saharan Africa in the 20th Century]. Boletim da Academia internacional da cultura portuguesa, 35, 141-162.

Amaral, I. (2009a). *Nótulas históricas sobre os primeiros tempos da Academia das Ciências de Lisboa* [Historical notes on the early days of the Lisbon Academy of Sciences]. Texto policopiado e difundido, 33 p. + 3 figuras.

Amaral, I. (2009b). *O sonho português das minas de prata em Cambambe (Angola)* [The Portuguese dream of the silver mines in Cambambe (Angola)]. In M. Correia (Ed.), Do Kunene a Cabinda. História e estórias de Angola. IV Raid Kwanza Sul [From Kunene to Cabinda. History and stories of Angola. IV Raid Kwanza Sul] (pp. 187-191). Lisboa e Luanda: Pangeia e Chá de Caxinde.

Amaral, I. (2009c). *Sobre culturas e Intercâmbios culturais* [About cultures and cultural exchanges]. Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 36, 51-66.

Amaral, I. (2010). *Reflexões de um Geógrafo em torno do tema 'Memória e História. A construção das Identidades'* [Reflections of a Geographer on the theme 'Memory and History. The construction of Identities']. Luanda: IV Encontro Internacional sobre História de Angola, 39 p. policopiadas.

Amaral, I. (2012a). *Estudos Preliminares de Inéditos juvenis de José Correia da Serra. A propósito do 'Catalogue Raisonné des Voyageurs de ma Bibliothèque (1769)* [Preliminary Studies of juvenile novels by José Correia da Serra. On the 'Catalogue Raisonné des Voyageurs de ma Bibliothèque (1969)]. Lisboa: Edições Colibri.

Amaral, I. (2012b). *Nótulas históricas sobre os primeiros tempos da Academia das Ciências de Lisboa* [Historical lectures on the early days of the Lisbon Academy of Sciences]. Lisboa: Edições Colibri.

Amaral, I. (2012c). *As Bíblias e outras Raridades das Colecções de Frei Manuel do Cenáclo. Da sua existência na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa* [Bibles and other rarities from the collections of Frei Manuel do Cenáclo. On its existence in the Library of the Academy of Sciences of Lisbon]. Lisboa: Edições Colibri.

Amaral, I. (2012d). *As Cidades: símbolos da Associação de Política, Economia e Cultura. Base para uma sessão com debate, curso de pós-graduação em Urbanismo U.C.P.* [The Cities: symbols of the Association of Politics, Economy and Culture. The basis of a debate, postgraduate course in Urbanism U.C.P]. 56 p. policopiadas.

Amaral, I. (2013a). *Estudos Preliminares de Inéditos Juvenis de José Correia da Serra. A propósito dos Zibaldone di Materie Diverse I a IV (1767)* [Preliminary Studies of Juvenile Unpublished by José Correia da Serra. On the subject of the Zibaldone di Materie Diverse I to IV (1767)]. Lisboa: Edições Colibri.

Amaral, I. (2013b). *Cidades na África Subsariana no século XXI, como partes do Sul Global. Cidade da Praia (Santiago, Cabo Verde)* [Cities in sub--Saharan Africa in the 21st century, as parts of the Global South. City of Praia (Santiago, Cape Verde)]. Centro de Investigação em Desenvolvimento Local e Ordenamento do Território, Universidade de Cabo Verde, 38 p. policopiadas + Anexo Fotográfico com 26 imagens a cores.

Amaral, I. (2013c). *Cidades na África Subsariana no século XXI, como partes do Sul Global* [Cities in sub-Saharan Africa in the 21st century, as parts of the Global South]. CIDLOT, Praia, 38 p. poli-copiadas.

Amaral, I. & Amaral, A. (1984a). *A viagem dos pombeiros angolanos Pedro João Baptista e Amaro José entre Mucari (Angola) e Tete (Moçambique), em princípios do século XIX, ou a história da primeira travessia da África central* [The trip of the Angolan Pombeiros Pedro João Baptista and Amaro José between Mucari (Angola) and Tete (Mozambique) in the early 19th century, or the history of the first crossing of central Africa]. Garcia de Orta, Série de Geografia, 9(1-2), 17-58.

Amaral, A. & Amaral, I. (1984b). *Bibliografia científica de Orlando Ribeiro* [Scientific bibliography of Orlando Ribeiro]. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

Amaral, I. & Amaral, A. (1985a). *Geografia das regiões tropicais* [Geography of tropical regions]. (Colecção de textos comentados) Garcia de Orta, Série de Geografia, 10(1-2), 41-58.

Amaral, I. & Amaral, A. (1985b). *A Utopia e Thomas More: uma obra e um homem para a eternidade* [Utopia and Thomas More: a work and a man for eternity]. In F. Moser (Ed.), Miscelânea de Estudos dedicados a Fernando de Mello Moser [Collection of Studies dedicated to Fernando de Mello Moser] (pp.65-86). Lisboa: Comissão Científica do Departamento de Estudos Anglo--Americanos da Faculdade de Letras de Lisboa.

Anselmo, A. (1997). *Estudos de História do Livro Antigo* [Historical Studies of the Antique Book]. Lisboa: Guimarães editores.

Defos Du Rau, J. (1960). *L'île de la Réunion. Étude de Géographie Humaine* [Reunion Island. A Study of Human Geography]. Bordeaux: Institut de Géographie.

Martins, J. V. (2007). *Histórias de Livros para a História do Livro* [Histories of Books to the History of the Book]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Lasserre, G. (1961). *La Guadeloupe. Étude géographique* [Guadeloupe. Geographic study]. Vol. 2. Bordeaux: Union Française d'Impression.

Ribeiro, O. (1954). *A Ilha do Fogo e as suas erupções* [The Island of Fogo and its eruptions]. Col. "Memórias", – Série Geográfica, 1954. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

Ribeiro, O., Feio, M., & Amaral, I. (1961). *Nota preliminar acerca do relevo de Angola entre os rios Zaire e Loge* [Preliminary note on the relief of Angola between the rivers Zaire and Loge]. Garcia de Orta, 9(3), 509-514.

Tenreiro, F. (1961). *A Ilha de São Tomé* [The Island of São Tomé]. LXXIII estampas. – Memórias (2.ª Série). Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar

Saudação ao Académico Jorge Barbosa Gaspar

Artur Anselmo

Poucas ocasiões serão tão apropriadas como esta para sublinhar quanto a Academia das Ciências se enriqueceu, ao longo de mais de dois séculos, com as contribuições intelectuais dos seus geógrafos. Tanto na Classe de Ciências, como na Classe de Letras, desde o Visconde de Santarém, Filipe Folque, Latino Coelho ou Vilhena Barbosa, até Leite de Vasconcelos, Silva Teles, Gago Coutinho, Teixeira da Mota, Armando Cortesão, Orlando Ribeiro ou Ilídio do Amaral, sempre a Geografia foi cultivada nesta casa com particular empenho, independentemente da formação específica de cada um dos seus cultores.

Pode dizer-se que a Geografia é a ciência-mãe que a todos nos toca de perto ou de longe, a ponto de não sabermos ao certo como defini-la, ciência que por vezes nos parece uma espécie de refúgio epistemológico a que se acolhem numerosos investigadores, da História à Sociologia, da Arqueologia às novatas Ciências do Ambiente, da Geologia à Matemática, à Geodesia, à Astronomia e – por que não? – da Literatura à Linguística e à Semiótica. Por isso, nas sessões de ambas as classes académicas, a cada passo as marcas geográficas dominam as intervenções dos confrades, sobretudo quando atrás delas se perfila o chamado trabalho-de-campo, sem o qual, aliás, as ciências sociais seriam meros balbuceios dialécticos de tipo sofístico.

Quando se pensa no esforço ciclópico de Orlando Ribeiro e dos seus discípulos para fixar os objectivos da análise geográfica das civilizações euro-atlânticas e euromediterrânicas, percebe-se com transparente nitidez a profunda ligação do Mestre não só aos mentores da Geografia clássica, mas também àquele que simplesmente designava por "Doutor Leite" e que tanto o havia de marcar pela vida fora (refiro-me, obviamente, a José Leite de Vasconcelos, figura tutelar que cobre toda a actividade científica de campos eminentemente geográficos, como o físico, o humano, o vegetal e o animal). Ora, quando Jorge Gaspar chama a nossa atenção para a importância dessa realidade cultural chamada *paisagem*, tão simples à primeira vista, mas tão complexa em exame mais demorado e atento, não hesito

em dizer que o eminente geógrafo da segunda geração dos discípulos de Orlando Ribeiro está em sintonia não só com o autor do *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* mas também com aqueles que imediatamente o precederam na cadeia ribeiriana: um Ilídio do Amaral, uma Raquel Soeiro de Brito, um Francisco Tenreiro, para só nomear três mestres universitários do tempo em que eu era aluno da Faculdade de Letras de Lisboa. E pergunto a mim mesmo se os modos de sentir a paisagem na ilha de Santiago, em Goa e em Lisboa, em São Tomé ou na planície alentejana são muito diferentes entre si, na obra desses investigadores e na de Jorge Gaspar. Uma coisa é certa: em todos a paisagem fala, em todos a paisagem se ouve, se cheira e se toca; e sobre os quatro sentidos imortalizados na famosa tapeçaria de Cluny a agudeza de um olhar de lince, que vê os objectos em profundidade, a justificar o aforismo de Pessoa: «é por dentro das coisas que as coisas são».

Doutorado no ano de 1972 em Geografia Humana, quando tinha apenas 30 anos, a brilhantíssima carreira docente de Jorge Barbosa Gaspar valeu-lhe o mais alto galardão da sua *alma mater*: o Prémio Universidade de Lisboa, que lhe foi atribuído em 2010. As suas áreas preferenciais de investigação têm sido a Geografia Humana, a Prospectiva da Sociedade e do Território, os Estudos Urbanos e Regionais, a Geografia e Sociologia das Eleições, a Integração Europeia articulada com as Transformações no Território, as Telecomunicações e o Desenvolvimento Regional.

Autor de cerca de 250 trabalhos científicos, não é fácil resumir as ideias vectoriais do seu percurso de académico e investigador. Por isso, referirei apenas algumas das que me parecem mais pertinentes e actuais em estudos que, nos últimos vinte anos, publicou acerca do Portugal contemporâneo:

1.ª – A falta de dimensão cultural das abordagens sobre o processo de mundialização e a defesa de uma Geografia apta a definir e integrar o cultural e o económico;
2.ª – O decréscimo da coesão nacional por força da eliminação das fronteiras terrestres, com reflexos na estruturação económica e social do território;
3.ª – A pressão das grandes superfícies comerciais na transformação da paisagem;
4.ª – As implicações da revolução do audiovisual na organização do território, devido à maior retenção das populações dentro das suas casas;

5.ª – O conflito entre a ideia de que o ser humano é o maior depredador do território e o mito do regresso à natureza divulgado pela sociedade do lazer;
6.ª – O processo de urbanização e concentração das populações, acompanhado pelo abandono de actividades tradicionais, como a agricultura, a pesca e as conservas;
7.ª – A destruição recente de estuários, praias e dunas, de Norte a Sul, em paralelo com o pretenso «amor à natureza» veiculado pelos promotores imobiliários;
8.ª – O esvaziamento demográfico do interior e a cultural de grande parte do território;
9.ª – O aumento da segregação social do espaço (simbolizado nos chamados «condomínios fechados»), ao arrepio dos ambientes urbanos de integração que marcaram a primeira metade do século XX;
10.ª – O declínio acentuado do caminho-de-ferro, responsável, em parte, pela marginalização de extensas áreas rurais, cada vez mais descaracterizadas no ponto de vista cultural;
11.ª – A destruição do património natural, manifestada na pobreza da paisagem periférica das cidades portuguesas;
12.ª – A firme convicção de que «cada país tem que se reconhecer nos seus produtos, nas suas paisagens, nas suas raízes», e não apenas em «estradas, fábricas e aglomerações cada vez mais descaracterizadas, sem memória, sem alma»;
13.ª – A estreita relação entre o modo de ver a paisagem e o meio de transporte utilizado, desde que o comboio e o automóvel banalizaram o passeio e permitiram um número infinito de novas imagens, que variam segundo o observador e segundo a velocidade;
14.ª – A importância das paisagens do espírito, não apenas as visuais mas também as olfactivas, as sonoras, as tácteis e até as biográficas, percorrendo, nestas últimas, os «caminhos da vida de alguém que nos deixou memórias de que somos herdeiros no terreno»;
15.ª – A vantagem (em termos de interdependência do social com o físico, o económico e o cultural) em manter e reforçar a «matriz de campo, da observação *in loco*, da percepção concreta dos modos de habitar o espaço e construir os lugares»;

16.ª – A importância fundamental do mapa nas suas funções de guia, de suporte de informação, de modelo do território, «enquanto ferramenta da Geografia e dos geógrafos»;

17.ª – A necessidade de se voltar à simplicidade das formulações do tipo «A terra e o homem nos espaços e nos tempos» (donde a implícita aliança da Geografia com a História).

Lendo as páginas luminosas que Jorge Gaspar tem dedicado ao binómio «A terra e o homem"», não pude deixar de pensar em Vitorino Nemésio, o qual, no início da sua carreira universitária, como leitor do Instituto de Alta Cultura, preparou para alunos estrangeiros uma excelente antologia de textos de autores portugueses que escreveram acerca da diversidade e unicidade da cultura nacional. Muitos anos mais tarde, no último ano de vida do saudoso mestre (1978), essa antologia foi reeditada e completada em mais dois volumes (de autores do século XX), de que se encarregaram David Mourão-Ferreira e Maria Alzira Seixo.

Conhecer Portugal pelos textos dos seus escritores: eis uma tarefa que diz muito a Jorge Gaspar, geógrafo avisado mas também homem de letras, a quem fraternamente saúdo, nesta hora de júbilo para a nossa Academia.

(Saudação ao recipiendário proferida na sessão plenária pública de 27 de março de 2014)

Elogio Histórico do Académico Carlos Gomes Bessa

José Loureiro dos Santos†

Conheci o Académico de quem tenho a honra de fazer o elogio em 1969 quando, tendo acabado o curso de Estado-Maior, fui nomeado professor do Instituto de Altos Estudos Militares, acumulando com funções na Repartição de Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército, dependendo diretamente de Carlos Gomes Bessa, então Tenente-Coronel do Corpo de Estado-Maior, que desempenhava a função de Chefe da Secção do Ultramar.

Enquanto eu começava a minha carreira no Corpo de Estado-Maior, Carlos Gomes Bessa servia neste prestigiado Corpo desde 1955, data em que nele ingressara. Além desta função, o Tenente-Coronel Gomes Bessa, ascendera ao alto cargo de Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, na qual procurava revitalizar esta organização da juventude, onde aliás já havia prestado muitos e relevantes serviços.

Mais tarde, depois do Golpe Militar de Abril de 1974, na sequência do qual havia sido passado à reforma por motivos políticos, voltaria a ter oportunidade de o contactar na *Revista Militar*, da qual foi um dos mais ilustres sócios e dos mais frequentes colaboradores. Foi esta convivência na *Revista Militar* que me permitiu conhecer o elevado nível intelectual e cultural de Gomes Bessa, os seus invulgares conhecimentos de História militar, e a agilidade, inteligência e ponderação com que analisava a evolução da situação internacional sobre a qual publicava crónicas regulares nas páginas da *Revista*, além da enorme capacidade de realização que possuía, da simpatia que irradiava e do esmerado trato da sua convivência, particularmente com os mais novos, como eu.

Entretanto, Gomes Bessa tinha preenchido já uma carreira que o notabilizara perante os seus pares e lhe criara o respeito dos seus superiores, tal como revelam os inúmeros louvores com que fora honrado e as condecorações com que fora agraciado.

Resumo essa carreira: depois de passar pelo Liceu Rodrigues de Freitas (por onde também eu viria a passar cinco anos depois dele sair), frequentou o Curso

para Oficial de Artilharia na Escola do Exército, de 1942 até 1946, altura em que foi promovido a Alferes e colocado no Regimento de Artilharia Pesada da Serra do Pilar; em 1947 chega a sua promoção a Tenente e é admitido no Curso de Estado-Maior do Exército, onde se qualifica com o Curso Geral (2 anos de curso e 1 de estágio); é promovido a Capitão em 1953 (ano em que eu estava a entrar na Escola do Exército) e frequenta o Curso Complementar de Estado-Maior, prestando as respetivas provas, a que se segue mais 1 ano de Estágio, para entrar no Corpo de Estado-maior em 1955; desempenha sucessivos e variados cargos de que destaco: Chefe do Estado-Maior do Comando Territorial Independente da Guiné (1956 a 1960) já como Major, Chefe da Secção do Ultramar, onde me teria como subordinado, de 1961 a 1969, sendo entretanto promovido a Tenente-Coronel (1963); como Coronel, posto que atingiu em 1970, é colocado como Subchefe do Estado-Maior do Quartel-general das Forças Armadas de Angola (Janeiro de 1970 a Abril de 1972); regressa a Lisboa onde desempenha as funções de chefe da 3.ª Repartição do Estado Maior do Exército durante escassos meses, findos os quais segue para Comandante do Regimento da Serra do Pilar, primeira Unidade em que prestara serviço como oficial, funções que exerce em 1973. Neste ano o Conselho Superior do Exército escolhe-o para a frequência do Curso de Altos Comandos. Chefia a 2.ª Repartição do Estado-Maior do Exército durante alguns meses em 1974, findos os quais seria afastado do serviço ativo.

A qualidade dos relevantes serviços que prestou a Portugal como militar é atestada por inúmeros louvores e condecorações, de entre as quais se destacam 2 medalhas de serviços distintos (c/palma), medalhas comemorativas das expedições à Guiné e das campanhas de Angola, assim como a Ordem Militar de Avis (oficial e comendador) e a Ordem da Instrução Pública e a Ordem Militar de Santiago da Espada (Grande Oficial).

Mas a Carlos Gomes Bessa também seriam reconhecidos os brilhantes serviços prestados no âmbito do Ministério da Educação Nacional, relacionados com os destacados lugares de direção com que percorreu toda a organização da Mocidade Portuguesa, chegando a ascender ao seu topo como já vimos. Incentivou a preparação cultural e artística da juventude, desenvolveu medidas de promoção das atividades de jornalismo, cinema e fotografia, música e artes plásticas; promoveu atividades de apoio social escolar; incrementou o intercâmbio juvenil com o estrangeiro, a ação editorial da juventude; e desenvolveu funções inovadoras

no âmbito do ensino, o relacionamento internacional no domínio do desporto, entre muitas outras iniciativas.

No âmbito exterior às funções de Estado em que esteve envolvido, a primeira Instituição dedicada ao pensamento e à investigação onde Carlos Gomes Bessa se integrou, quando ainda se encontrava no serviço militar ativo, foi a vetusta Sociedade de Geografia de Lisboa para onde entra em 1963.

Depois de abandonar a efetividade de serviço nas fileiras, o nosso confrade iria percorrer uma nova e brilhante carreira, como se tivesse mantido a sua ação de serviço à Pátria, mas agora desviando o foco do seu interesse para o campo do Pensamento, da Cultura e da Inteligência, como investigador de História, nomeadamente de História Militar, transformando-se num dos seus maiores especialistas.

Em 1976, Carlos Gomes Bessa é eleito sócio da *Revista Militar*, de que foi Diretor-Gerente desde 1977, durante longos e muito frutuosos anos. De entre as suas inúmeras atividades neste âmbito, cito: a elaboração das "Crónicas do Mundo Militar" em todos os números da *Revista*; a cooperação na organização da Comemoração dos 150 anos da *Revista*, entre 1998 e 1999, e do Primeiro Congresso da Imprensa Militar em Setembro de 1999 em que tomaram parte 67 representantes de revistas de defesa e militares da Europa, Ásia, África, e América; e a organização e publicação da separata *Presença Portuguesa no Oriente*.

Entra para sócio da Sociedade História da Independência de Portugal em 1982 e é eleito Vogal Vitalício do seu Conselho Supremo em 1984.

É eleito académico correspondente da Academia Portuguesa de História em 1982, e seu académico de número em 1985, nela desempenhando as funções de Secretário-Geral durante nove anos. E sócio correspondente da Academia Nacional de la História, da Venezuela. Desde a mesma data, é académico correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Em 1989, juntamente com o General Themudo Barata, seu grande amigo, ajudou a criar a Comissão Portuguesa de História Militar, da qual foi vice-presidente desde a sua fundação, e secretário-geral. Em 1991, tornou-se académico correspondente da Real Academia de la Historia de Espanha e passou a integrar o Círculo Eça de Queiroz.

Em 5 de Fevereiro de 1987 é eleito sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa para a 4.ª Secção da Classe de Letras – História e Geografia;

em 24 de Julho de 2008 é eleito seu sócio efetivo para a 7.ª Secção – Sociologia e Outras Ciências Humanas e Sociais, passando a supranumerário em 31 de Maio de 2010 e a sócio emérito em 25 de Junho de 2013. Viria a falecer pouco tempo depois – no dia 1 de Novembro passado.

A entrada de Carlos Gomes Bessa na nossa Academia veio culminar aquela que poderemos designar por sua segunda carreira, cuja característica mais marcante é o seu brilhante percurso no campo das Ciências Militares, nomeadamente nos ramos da História, da Geopolítica e da Estratégia, carreira já iniciada e bem desenvolvida enquanto se encontrava no serviço ativo na sua carreira de sempre – o serviço militar à Pátria.

Com mais de duzentos títulos publicados, podemos sintetizar da seguinte forma a natureza da sua obra científica nesta matéria – expressiva, exploradora e frequentemente inovadora. Desde os tempos em que servia nas fileiras que os primórdios do seu imenso labor se fizeram sentir. Dessa época, lembro a monografia *Campanha contra os Namarrais* (1951), a biografia de D. Pedro de Meneses (1956), *A África e as suas Complexidades* e *Incidências do Islamismo no Ultramar Português* (1965).

Nem deve ser esquecido o seu ensaio sobre "O combate de Muíte", em que seu pai, o então Tenente Aníbal Bessa, participara, quando servira em Moçambique durante a I Guerra Mundial.

Merecem ser especialmente salientados os trabalhos que publicou sobre o papel dos países neutros na II Guerra Mundial, nomeadamente, o caso de Portugal, a importância estratégica dos Açores e de Timor para os principais contendores, o que dá continuidade aos seus múltiplos escritos quando ainda se encontrava ao serviço nas fileiras sobre os assuntos África e Ultramar, Organização Militar, História, Estratégia e Geopolítica.

Deve ser dado idêntico destaque ao enorme prestígio granjeado pelo nosso confrade em meios académicos estrangeiros relacionados com a História, como nas Academias de História da Espanha, da Venezuela e do Brasil, onde efetuou brilhantes comunicações.

A justificar o elevado nível dos textos de Carlos Gomes Bessa, recordem-se alguns dos prémios literários que lhe foram atribuídos: pela *Revista Militar*, o prémio "Angola 1972" pelo estudo "Angola. A luta contra a subversão e a colaboração civil-militar", dois prémios "Almirante Augusto Osório": um pelo texto

"Reestruturação das Forças Armadas, presença na NATO e outros fatores relacionados" (1976), e outro pelo escrito "A guerra-Forças Armadas e Comando, o Coronel Beça, Exemplo de Chefe e Educador de Militares" (1989); e o prémio de História "Calouste Gulbenkian – Presença de Portugal no Mundo" pelo estudo já referido "O combate de Muíte" (1985).

Atestando o muito brilho e importância da sua vida e obra, por iniciativa da Academia Portuguesa de História com a colaboração da Comissão Portuguesa de História Militar, foi honrado com a publicação de um conjunto de textos escritos por diversos e reputados autores, como reconhecimento do seu nível cultural e intelectual e pelo seu relevante valor académico, no ano de 2002, quando completava os 80 anos, conjunto intitulado *Preito de Homenagem*. Dele extraio e cito uma passagem da responsabilidade dos presidentes das duas instituições que o promoveram, respetivamente Professor Joaquim Veríssimo Serrão (nosso ilustre confrade) e General Manuel Themudo Barata, já referido pelo Tenente-General José Lopes Alves no "In Memoriam" do Coronel Calos da Costa Gomes Bessa no n.º 2542 da *Revista Militar* (em Novembro de 2013):

> Saudando o militar que serviu o Exército e a Pátria em missões sagradas; o historiador que abriu novos horizontes para a captação do destino português disperso pelo mundo; o académico que tem honrado as instituições nacionais e estrangeiras para que foi eleito; e o cidadão que em todas as circunstâncias merece ser considerado um Português de Lei – saudamos o Coronel Carlos Gomes Bessa na data do seu jubileu, com os votos de fervor que brotam da gratidão e do afeto.

O saudoso confrade Carlos Bessa, sócio correspondente da nossa Academia desde 1987 e efetivo a partir de Julho de 2008, revelou-se sempre um académico assíduo, participativo e colaborante, conforme se pode ver nas atas das sessões ocorridas no reduzido período em que foi possível usufruir da sua companhia. O seu estado de saúde veio impedir a sua atividade entre nós, pouco tempo depois da segunda comunicação que aqui apresentou, em 23 de Outubro de 1997, intitulada "A Implantação da República da China passou por Macau. Uma carta de Sun Yat Sen para o governador José Carlos da Maia". Mostrando mais uma vez a sua capacidade de investigação histórica e estratégica em relação às

parcelas de território que os portugueses tinham percorrido. Aliás, na sequência de uma outra comunicação efectuada em Julho de 1991, com o título "O combate de Negomano (Moçambique 1917) e a condição militar. Algumas reflexões".

Comunicações que, entre os seus muitos escritos, confirmavam o acerto e a sabedoria das palavras que justificaram e aconselharam a sua proposta para sócio correspondente, assinada pelos académicos Joaquim Iria Júnior e Joaquim Veríssimo Serrão. Cito: "Faz-se pois sentir na Classe de Letras a falta de um historiador-militar que mantenha essa nobre tradição numa Academia onde ela sempre teve destacados cultores": mais atrás, na mesma proposta, eram indicados estes cultores que precederam Carlos Gomes Bessa na Academia (Coronel Cristóvão-Aires, General José Estêvão Morais Sarmento, General José Teixeira Botelho e Tenente-Coronel Augusto Botelho da Costa Veiga).

Tive a honra de colocar a minha assinatura, a seguir à do Presidente da Classe de Letras confrade Artur Anselmo, na proposta de eleição de Carlos Gomes Bessa para sócio-emérito da nossa Academia. Cinco meses antes de ele nos deixar para sempre.

Saúdo os membros da família de Carlos Gomes Bessa aqui presentes, e sublinho o valor e mérito do parente que recentemente perderam.

(Elogio histórico apresentado à Classe de Letras
na sessão de 24 de abril de 2014)

Saudação ao Académico José Loureiro dos Santos

Raul Rosado Fernandes

Se há temas que certo núcleo do povo português em geral detesta, um deles é a terra, o outro são as Forças Armadas. O primeiro, porque força a trabalhar e a arriscar num clima mediterrânico e irregular como o nosso, apesar da nossa presença atlântica; o segundo, porque pode representar algum risco, um risco maior, ou mesmo perigo de vida, quando é necessário defender a Pátria, que, por sua vez, também é considerada uma noção que, além de sentimental, é exagerada para alguns. Um alemão suspirava um dia, quando lhe perguntei se no seu país ainda havia algum sentimento pelo ***Vaterland,*** e deu-me a entender que infelizmente era um vocábulo que trazia más recordações.

Não deve ter sido assim que pensou e sentiu José Alberto Loureiro dos Santos, transmontano de Vilela do Douro, concelho de Sabrosa, onde nasceu, quando entrou no combate dos estudos primários em Trás-os-Montes, para acabar num bom Liceu do Porto, e festejar a vitória dessa refrega, ao receber o prémio nacional do melhor aluno dos liceus em 1953.

Depois, veio a entrada para o Curso de Artilharia na Escola do Exército, curso que acabou com distinção no ano de 1957, ainda relativamente calmo para a maioria do nosso povo, no qual nos temos de incluir. Ainda que o fim da década tudo alterará com o conflito na Índia, não negociado diplomaticamente, e que se alastrará para outras partes do império colonial português, contra o qual o Velho do Restelo se pronunciara nos ***Lusíadas.*** Estaria a visão dele certa? Ninguém o sabe, suspeita-se, e como tudo o que não tem qualquer solução, discute-se.

A dúvida não demoveu o nosso confrade de prosseguir a sua carreira, militar e intelectual, de estudioso interessado em compreender o universo e a sua história tantas vezes hostil, e o papel que, como cidadão do mundo, nele poderia ter nas funções que tinha escolhido como profissão.

Pelo que lemos no seu currículo que desde 1957, ano em que entra na vida militar activa e na vida intelectual activa também, e muito, pois no seu decorrer obterá o grau de Doutor em Relações Internacionais, e apreciando-o até 1998,

data da sua reforma, verificamos nunca mais cessará na sua actividade de militar estudioso e de cidadão pensante. Tal como vemos, está hoje aqui nesta Academia, activo também, como é inevitável, dada a sua personalidade.

Como militar, serviu em Unidades diversas da sua Arma, Artilharia, e nos altos comandos do Exército Português, tendo sido Comandante do Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea, e cumpriu duas comissões coloniais, ou seja, nas colónias, palavra que aqui emprego para não entrar em eufemismos. Em Angola, de 1962 (época já muito perigosa) e 1965, bem como em Cabo Verde, a terra de Baltazar Lopes, o reitor do Liceu de S. Vicente, autor de "O Chiquinho", onde permaneceu de 1972 a 1974.

São inúmeros os cargos que ocupou, tanto a dirigir a política militar portuguesa, como também a ver o país do ponto de vista de organização do território, sem a qual a segurança pode ser comprometida. Não basta comandar, ou combater, é preciso conhecer o terreno que se pisa, e os locais em que nos podemos esconder, para atacar o inimigo ou dele escapar, ou simplesmente para contribuir pelo nosso esforço para o desenvolvimento de um país, como o nosso, povoado de intelectuais que não observam o princípio enunciado por Anaxágoras, o filósofo pré-socrático, ao afirmar que o que distingue o Homem do Animal, é que o primeiro sabe trabalhar com as mãos.

O confrade Loureiro dos Santos não só teve de trabalhar com as mãos como com a sua inteligência e labor, nas forças armadas, na biblioteca ou em casa, o que permitiu que hoje nos ofereça para consulta e leitura, uma bibliografia variada, porque não só a faz assentar em conhecimentos históricos, como em experiência pessoal de obediência e comando.

Como comprova o conhecimento da obra do nosso confrade, ler e compreender a "Guerra das Gálias" de Júlio César, continua a não ser inútil, nem tão-pouco ler em Tito Lívio o avanço do cartaginês Aníbal, pela Europa Ocidental até Roma, porque diz a lenda, foi lendo o livro XXI da *História* de Tito Lívio que o General americano Patton encontrou inspiração para derrotar no Norte de África as tropas do ***Afrikakorps*** alemão, comandadas por um grande patriota, depois forçado a morrer, como foi o General Rommel.

Desculpem esta ousadia de relembrar coisas tão antigas, a respeito de um confrade tão moderno e tão activo, mas que nunca descura o que se passou antes de nós, e de tentar prever o que pode acontecer depois de nós, que mais não

somos do que uma continuação modernizada dos nossos antepassados mundiais. Basta para informação pormenorizada, lermos, num dia em que não estejamos deprimidos, os seguintes livros, que dispõem de títulos que não nos deixam dúvidas: ***As Guerras que já aí Estão e as que nos Esperam, se Os Políticos não Mudarem (2009); A Ameaça Global – O Império em Cheque (2008),*** que é a tentativa de compreender e dar a conhecer a guerra do Iraque, em crónicas, que deve ser compreendido como a continuação de ***O Império debaixo de Fogo, Ofensiva contra a Ordem Internacional Unipolar (2006)***, cujo tema está ligado de forma não bipolar, ou seja esquizofrénica, ao que se está e continua a passar-se numa "guerra morna", chamemos-lhe assim, entre as grandes potências mundiais, o terrorismo, e tudo aquilo a que eufemisticamente nos referimos, como por exemplo, ***a primavera árabe,*** que é escaldante. Todos esses temas são tratados em livros de 2003 e 2004.

A verdade é que, até aos nossos dias, passados que são tantos séculos, há muitos mais livros e manuais que nos ensinam o que é a arte bélica e a melhor forma de defendermos o país onde vivemos, ou de lutar contra a fome, o desemprego e a corrupção, que sempre foram e sempre serão as causas de distúrbios violentos dentro das nações ou entre as nações, tendo-se acentuado agora esses perigos devido às telecomunicações e à cibernética, tal como se aponta num excelente artigo da ***Revista Militar*** de Outubro de 2013.

Eis a razão por que o nosso confrade nos permite ler hoje uma vasta bibliografia variada da sua autoria e proveniente da investigação, como intelectual, e da prática, como militar, depois de tantos anos na vida activa.

Já entrados no exame da sua obra, permito-me apontar para uma das suas últimas publicações, que já demonstra a necessidade que tem de pôr os pontos nos is. Trata-se de um livro intencionalmente de pouco mais de cem páginas, uma vez que é para ser lido, publicado pela ***Fundação Francisco Manuel dos Santos,*** com o título *Forças Armadas em Portugal*. Embora seja de 2012, cito-o, em primeiro lugar, para que tenhamos conhecimento da matéria e das possibilidades que existem de pôr em prática a manutenção da nossa Defesa e a forma de o fazer, em segundo lugar, porque é absolutamente necessário, mesmo que irenistas ou pacifistas queiram evitar que tal tema seja abordado, como por má sorte o fizeram nas vésperas da l e II guerras mundiais. Morreram milhões de seres humanos e ainda hoje morrem nas mais variadas paragens do globo em que vivemos, devido

a um capitalismo infrene, que nos faz pensar em Darwin e nas infracções ao Estado de Direito e no desrespeito pelas instituições, o que nos está a conduzir inevitavelmente para a decadência moral que detectamos à nossa volta. É só olhar e compreender.

Loureiro dos Santos, tal como os bons historiadores da guerra, e não precisamos de citar Klausewitz e outros, como Latino Coelho, que foi Secretário desta Academia, não deixou de ocupar-se de guerras antigas e longínquas, escreveu sobre a guerra de Ceuta (2002), que foi tema para Humanistas, e da Guerra da Independência, em 1385, quatro anos antes da Guerra do Kosovo, travada no ano de 1389, em que os Sérvios foram derrotados pelos Turcos, que já tinham destronado os soberanos bizantinos, cujo reino já tinha durado cerca de 1.000 anos, passando o império turcomano a dominar desde o Médio Oriente, passando pelos Balcãs e chegando até ao Cairo.

Não tenho a menor dúvida de que desconhecer o Homem do passado, pode significar conhecer mal o Homem dos nossos dias, o que já tem levado países poderosos a cometerem erros crassos, quando em situação de perigo. Até neste problema Loureiro dos Santos pensou, quando meditou, como já vimos, no futuro que nos pode esperar.

Mas nas furtas, nos desvios que, de ano para ano ao correr da história antiga e actual, faz na sua obra, talvez penso eu, para se furtar a algum projéctil que algum colega mais invejoso contra ele possa disparar. Diz uma história que tem certa graça, que o colega é a invenção diabólica que Satanás lançou para contrariar e destruir a obra lançada por Deus da criação do catedrático, obra portanto divina, que Loureiro dos Santos também já foi, sendo agora académico o que talvez nem seja pior. Esperemos, pelo futuro de todos nós, que estejamos a salvo.

De facto de 1976 a 1991, lemos o que escreveu sobre forças armadas e poder político, apontamentos de História para Militares, incursões no domínio da estratégia e mais próximas dos futricas (expressão coimbrã da luta de estudantes contra os burgueses), como seja, em 1991, ***Como Defender Portugal,*** omitindo, como patriota que é, o facto de que muitos Portugueses são, em nome do pacifismo, os seus piores inimigos, talvez por mandria, cobardia e cobiça.

Na primeira década do actual século XXI, vemo-lo consagrar a sua investigação em temas já aflorados ao longo da sua brilhante carreira, como sejam a

segurança, a defesa, o império, ou impérios do nosso mundo que, sem qualquer sentido de Humanidade, nos ameaçam a todos, no universo global em que vivemos, pela ***Superbia,*** de que fala Dante na ***Divina Comedia,*** como origem dos males da sua época, século XIII, e finalmente verificamos que o confrade, cujo elogio tenho a honra de fazer, não foi atingido por nenhum projéctil, como imaginámos, mas sim por um excelente livro de homenagem com artigos de bons pensadores militares, editado no ano passado e coordenado por Francisco Proença Garcia e Abílio Pires Lousada, intitulado ***Da História Militar e Da Estratégia.***

Haveria mais, bastante mais a dizer, mas o que posso afirmar, como remate final, é que fiquei impressionado com a visão histórica do nossa confrade, das políticas e das guerras mundiais, que tornam os seus livros numa fonte de ensinamentos que não fatigam os leitores, e que me dão o enorme prazer de ter falado sobre um militar de quem nos orgulhamos e que para mais temos aqui na nossa companhia. Eis uma da razões por que dediquei a minha tradução do Grego antigo da obra de Tucídides, às Forças Armadas Portuguesas, de que o nosso confrade faz parte sem que, pela sua obra tente ser o ***Miles Gloriosus*** de Plauto, ou seja, ***O Soldado Fanfarrão,*** mas, muito pelo contrário, um militar que honra o seu país, porque nos basta saber, quanto sabe como intelectual, quanto vale como militar, pois para todos nós académicos, e para os seus camaradas militares, vale muito.

(Saudação ao recipiendário proferida na sessão plenária pública de 24 de abril de 2014)

Elogio Histórico do Académico José de Azeredo Perdigão*

Mário Júlio de Almeida Costa

A Academia das Ciências de Lisboa confia a cada novo sócio efectivo a evocação do seu antecessor. Eis o acto que celebramos dedicado a José de Azeredo Perdigão. Compreende-se que constitua tradição generalizada em instituições desta natureza. Convocam-se, na verdade, significações expressivas. Trata-se de uma homenagem especial a quem parte, enquanto deixada, como privilégio indeclinável, à reflexão de quem chega. É um poder-dever.

No momento em que se atinge o cume de uma carreira, lembra-se a sua relatividade, que envolve um júbilo comedido, sentimentos serenos de admiração pelos outros. Isto sucede exactamente comigo.

Precederam-me neste posto, na Cadeira n.º 12 da Classe de Letras, por ordem cronológica, Dias Ferreira, Visconde de Carnaxide, Cunha Gonçalves, Abel de Andrade, Beleza dos Santos, Paulo Cunha e Azeredo Perdigão. O tempo desencontrado da existência não me permitiu que os conhecesse todos em vida. Apenas me deu oportunidade de ligações diversificadas pelas circunstâncias, se bem que muito próximas, aos três últimos – Beleza dos Santos, Paulo Cunha e Azeredo Perdigão.

De qualquer modo, embora o meu compromisso se limitasse a Azeredo Perdigão, revisitei os restantes com os elementos disponíveis. O que me levou, uma vez mais, a fortalecer a convicção de que as pessoas, em rigor, nunca se substituem, mas apenas se sucedem. A Academia possui critérios que têm a virtualidade de distinguir homens de raízes diversas, independentemente de Escolas, formações ou caminhos percorridos. O que importa é o seu cabimento nos parâmetros de um passado digno e de vinculação honesta à causa da ciência e da cultura, em empenho humanista. E são vastos os destinos que aí confluem. Inclusive, superam-se diversidades.

---

* Proferido em sessão conjunta das Classes de Ciências e de Letras, a 22 de Maio de 2014.

Ao redigir as palavras que me consentirão que leia, alguns tópicos relevantes chegaram ao meu pensamento e que fico a dever ao respeito pelos Académicos a quem se reportam e também aos que quiseram prestigiar esta sessão com a sua presença. É norma, contudo, que me circunscreva ao antecessor imediato.

Tão-só abro duas breves excepções, que o afecto e a razão motivam, relativas a Beleza dos Santos e a Paulo Cunha. Sentiria desconsolo se os omitisse.

É que José Beleza dos Santos foi meu professor. Um dos professores distintos que tive. Ora, ocupar a cadeira que lhe pertenceu traz-me naturalmente uma emoção muito forte. Deixai, ao menos, que o recorde como o maior criminalista português do seu tempo, fundador de uma Escola que chega aos nossos dias. Está na origem dos modernos direitos penal e penitenciário. Trouxe honra à Academia.

A Paulo Cunha, presto-lhe tributo relacionado com uma colaboração docente da Faculdade de Direito de Coimbra e da Faculdade de Direito de Lisboa, cujo traço de informalidade torna particularmente expressiva, posto que já muito pouco ou nada conhecida. Testemunhou-ma Francisco Pereira Coelho, meu Mestre, depois Colega e sempre Amigo. Foi assim: Pereira Coelho, frequentava então os primeiros anos da licenciatura, assistiu, na Primavera de 1944 ou 1945, a lições proferidas por Paulo Cunha, em intercâmbio das duas Escolas. Deslocaram-se a Coimbra Rui Ulrich e Paulo Cunha. As suas exposições, feitas como a alunos próprios, nas salas dos Gerais, sobre matérias das respectivas disciplinas, constituíram um completo êxito. Nem admira. Sabe-se que Paulo Cunha, espírito brilhantíssimo, não obstante os elevados cargos desempenhados, inclusive na política, nunca subalternizou a sua vocação universitária. Manteve-a aprimorada até ao fim. Trouxe honra à Academia.

Mas devo regressar à minha devoção de hoje: o elogio académico de José Henrique de Azeredo Perdigão.

Uma elevada distinção que se me confere. Considero-a idêntica à que recebi, neste mesmo areópago, vai para seis anos, ao quererem que saudasse Nelson Mandela como sócio de honra. A um vulto moral incontornável do nosso tempo, segue-se um dos maiores portugueses que atravessaram o século XX (1896-1993). Assumo a força das palavras que utilizo.

Torna-se simultaneamente acessível e difícil falar de Azeredo Perdigão. Tanto está dito e, por outro lado, parece que muito falta reflectir a respeito da sua personalidade projectada no presente e no futuro.

A meu turno, discorri pela primeira vez sobre Azeredo Perdigão quando os sinos da velha torre da Universidade de Coimbra chamaram para o seu doutoramento "honoris causa" pela Faculdade de Direito, em cerimónia inconfundível da Sala Grande dos Actos. Aconteceu a 21 de Janeiro de 1962. Voltei a usar da palavra com o mesmo objectivo, tendo a companhia prestigiante de Jorge Borges de Macedo e de Joaquim Veríssimo Serrão no Palácio da Rosa, em sessão de homenagem da Academia Portuguesa da História. Aconteceu a 9 de Fevereiro de 1994. Sinto-me, pois, em paz íntima perante alguma insistência ou omissão. O que pretendo é não exceder a medida razoável assinalada à minha intervenção.

Creio que, desde meados do século passado, não se podem pensar os vectores científicos, culturais, das artes, das letras, das realizações de benemerência, e mesmo da política, desconhecendo ou esquecendo a Fundação Calouste Gulbenkian. O que equivale a evocar Azeredo Perdigão.

É sabido que Azeredo Perdigão, concluída a licenciatura com a rara classificação de 19 valores, desenvolveu, até começo dos anos 60, a caracterizada actividade de jurisconsulto voltado para a advocacia. Alinhou entre os espíritos mais abertos que se iam manifestando, na compreensão e aplicação do direito, contra os excessos de dedução e de lógica abstracta, bem como contra o estrito legalismo.

Dispensando-me de pormenorizações, saliento que Azeredo Perdigão, nos escritos jurídicos que produziu, nas conferências ou lições que fez e, mormente, nas intervenções forenses que teve, cedo colheu a reputação de um jurista actualizado, atento às exigências da justiça material. Integrou um conjunto de profissionais do foro a que pertence o título legítimo de fundadores da moderna advocacia portuguesa, com nova técnica e nova ética. Estão na base da criação, em 1926, pelo ministro Manuel Rodrigues, da Ordem dos Advogados, que conferiu à profissão garantias de independência e condições de prestígio.

Não se ignora que Azeredo Perdigão se afirmou também como financeiro e economista, antecipando a apreciação dos modelos de desenvolvimento industrial, como administrador de importantes sociedades e empresas, como estudioso de mérito reconhecido por destacadas Universidades nacionais e estrangeiras, conferencista exímio, um dos fundadores da marcante revista *Seara Nova.*

Insisto em aspectos, porventura, já devidamente destacados noutros testemunhos. É que convirá sempre atendê-los para que não resultem desvalorizados perante a sua obra máxima: a Fundação Calouste Gulbenkian.

E passo a outro ciclo da acção do nosso homenageado. Pressente-se como lhe terá sido angustiante encerrar um segmento de vida realizado ao longo de quatro décadas. Adivinham-se os conflitos interiores que se depararam a Azeredo Perdigão. Terá decidido com a reflexão de quem pode, de algum modo, traçar o seu próprio destino.

Não se considere, porém, que o jurisconsulto terminou aí a sua carreira. A probidade e a competência profissional ganharam a confiança do homem de negócios experimentado e do homem culto, e de arte, e de filantropia, que foi Calouste Sarkis Gulbenkian. Este entregou-lhe os cuidados de uma realidade e de um sonho de horizontes largos.

Azeredo Perdigão soube corresponder ao que dele se esperava. E a presença do jurisconsulto vai ainda detectar-se, até ao crepúsculo, na sensibilidade para compreender os problemas humanos, na contenção, diria diplomática, que não afectava a firmeza das atitudes, no rigor, na determinação e no equilíbrio sensato das decisões, na sabedoria do relacionamento com o poder político, na capacidade de relativizar a importância das coisas e dos eventos. Era outro o fórum, mas não era outro o homem revestido do seu senhorio e da sua formação.

Tudo começou em 1942, quando Gulbenkian deixa a França, fustigada pela guerra, e se instala no nosso país. Azeredo Perdigão, já advogado famoso, foi escolhido para seu consultor jurídico.

A convivência estreita com Azeredo Perdigão e a sua eficiente colaboração profissional estimularam o arguto Calouste Gulbenkian a levar por diante o propósito de criar uma fundação, embora não confinada às pensadas dimensões iniciais de museu de arte para as suas obras. E que seria uma fundação portuguesa, porque acreditava que, entre nós, se respeitaria escrupulosamente a sua vontade testamentária e, em conformidade, se administraria o seu património. Claro que contou o facto de, entre as legislações consultadas, a nossa ser a mais conveniente. Não terá, ainda, deixado de pesar no espírito do instituidor uma espécie de gratidão pela paz e pelo carinho que encontrou em Lisboa.

Nomeado executor testamentário, Azeredo Perdigão logo se viu confrontado com uma dura batalha jurídica para assegurar que o património da Fundação permaneceria incólume, sem pretensões legitimárias. E nem se menosprezem os esforços para obter a restituição dos países depositários de algumas das obras de arte que enriquecem o Museu Gulbenkian.

Consultor jurídico e conselheiro do instituidor, executor do seu testamento, primeiro presidente da Fundação de que redigiu os estatutos conforme a vontade que lhes subjaz, Azeredo Perdigão, nestas últimas funções, assumiu a responsabilidade directa da gestão financeira, particularmente melindrosa, em especial, pelo facto de as principais receitas provirem de empresas petrolíferas do Médio Oriente. Riscos encarados de frente, sabida a versatilidade contemporânea das flutuações dos mercados financeiros e das conjunturas político-económicas internacionais.

Só uma rigorosa prudência administrativa, aliada a sábia estratégia dos investimentos, pôde conduzir ao reforço da solidez e, inclusive, ao aumento expressivo do património da Fundação. Estava garantida a sua perenidade.

A par disto, Azeredo Perdigão, acompanhado pelos colaboradores, fez uma ideia perfeita dos desígnios da Fundação e teve o talento de lançar os alicerces dos resultados extraordinários que a breve trecho começaram a produzir-se e não mais estancariam.

É feliz a síntese de Sá Machado, que reproduzo: "em Lisboa, um espaço de modernidade e de cultura; por todo o país, uma obra empolgante, nos domínios da saúde e da protecção social, da educação, das artes e da ciência. No mundo, um prestígio sólido, uma presença portuguesa que nos honra e nos dignifica".[1]

De resto, Azeredo Perdigão deixou aos seus sucessores uma mensagem e um voto de permanente progresso e modernidade. Espírito ainda agora patenteado na notável renovação do emblemático Grande Auditório.

Ficou para último a parte do currículo de Azeredo Perdigão que regista as supremas e numerosíssimas distinções que recebeu, aquém e além-fronteiras, de Chefes de Estado e de outras entidades públicas, das mais diversas instituições, de celebradas Academias e Universidades. Limitando-me à Academia das Ciências de Lisboa, recordo que subiu, um a um, os seus degraus: em 18 de Julho de 1985, como sócio correspondente; em 6 de Fevereiro de 1987, como sócio efectivo; em 23 de Novembro de 1989, como sócio emérito. Muito estimava esta filiação, que sempre dignificou, designadamente, cumprindo o dever estatutário para com o seu antecessor. Merece atenção o texto onde elogia Paulo Cunha.

---

[1] "Discurso de homenagem ao Doutor José de Azeredo Perdigão". In *Homenagem ao Doutor José de Azeredo Perdigão (1896-1993)*, Lisboa, 2001, p.18.

Com esta nótula, a minha intervenção aproxima-se do termo. Sinto, mais uma vez, que não transformei as palavras num esboço que me satisfizesse e muito menos no retrato acabado que gostaria de consagrar a Azeredo Perdigão. Decerto, um retrato com as rugas de quem caminhou entre a urze e a rocha da vida quotidiana, mas, principalmente, com a transparência, a linha do olhar, de quem se manteve austero e digno, humilde e cristão, nas suas grandezas, que compreendeu a sua época e gostou dela, que compreendeu os homens e gostou deles.

Nem acrescento uma mão cheia de impressões e recordações pessoais que me são muito caras. Até porque teria o desconforto de falar de mim, de um relacionamento que construiu amizade, em horas boas e horas incertas, modelado por atitudes e palavras, ditas ou escritas. Sobretudo, adequadas a memorial.

Então, que juízo deixo para o fim? Precisamente o mesmo que Azeredo Perdigão manifestou em situação paralela. Dizendo assim: "a sua cadeira, em meu sincero parecer e sã consciência, continua vaga".[2]

(Elogio histórico apresentado à Classe de Letras
na sessão de 22 de maio de 2014)

[2] "Elogio académico do Prof. Doutor Paulo Arsénio Viríssimo Cunha". In *Centenário do Nascimento do Prof. Doutor Paulo Cunha – Estudos em Homenagem*, Coimbra, Almedina, 2012, p. 68.

Saudação ao Académico Mário Júlio Brito de Almeida Costa

Pedro Soares Martínez

1. Recebi o muito honroso encargo de saudar o Eminente Confrade Senhor Mário Júlio Brito de Almeida Costa. E tive a maior satisfação em aceitá-lo. Nunca me pesou o cumprimento dos deveres que sobre mim nesta Casa têm recaído, mas o cumprimento deste é, por certo, um dos mais gratos, porquanto, conforme noutros casos, o encargo se alia aos sentimentos pessoais de muita admiração e estima que me ligam a um professor e investigador distintíssimo, discípulo de Manuel Paulo Merêa e de Guilherme Braga da Cruz, meu querido e saudoso amigo de múltiplas convergências. Almeida Costa é um professor e investigador que se situa plenamente na linha de continuidade desses dois Mestres insignes – juristas, historiadores, nomes bem grados da Universidade portuguesa e da cultura nacional.

2. Esta saudação, tal como o magnífico elogio académico que a precedeu, deveria situar-se algum tempo atrás, há vinte e quatro anos, mais ou menos, posto que o nosso Eminente Confrade Senhor Almeida Costa foi eleito sócio efectivo da Classe de Letras desta Academia em 1989, após nove anos do seu noviciado de sócio correspondente. E, não se tendo registado, segundo suponho, caso de força maior, ou sequer fortuito, que obstasse ao elogio do antecessor ou à saudação do investido, nesta, como em numerosas situações análogas, importará reconhecer e reparar as faltas, que não quereria agora omitir, sobretudo por, em razão de uma longa permanência nesta Casa, me sentir também participante das referidas faltas. Os homens e as suas criações sempre acumulam activos e passivos, só podendo sentir-se à vontade para afirmar méritos e virtudes quando também não esquecem as próprias debilidades. Ora importa que as Academias e os académicos recordem aos outros, e até a si próprios, o muito que a cultura lhes deve. Ainda por amor dessa mesma cultura, a qual também lhes imporá a confissão das faltas. E, porque não me habituei ao uso de "arcas encoiradas", conforme

expressão muito em uso nas zonas ribeirinhas do Douro e do Minho, também não quero deixar esquecida, nas ditas arcas, destinadas a segredos e reservas, uma palavra agradecida, e de muito apreço, pela decisão do Senhor Presidente desta Classe e desta Academia, Senhor Artur Anselmo, no sentido de promover, com a possível brevidade, a realização das sessões destinadas aos elogios dos antecessores por quem lhes sucede nas respectivas cadeiras académicas.

3. Li algures, ou ouvi dizer, já nem sei onde, nem a quem, que o próprio Platão, ou algum dos seus discípulos directos, na sua ansiosa, dramática, ou trágica, busca da beleza integral perdida, embora entrevista, ou sonhada, terá chegado a solicitar fosse atribuída essência divina a Academos, aquele herói lendário em cujos domínios, bem vizinhos de Atenas, costumavam reunir-se os platónicos. Mas, se o caso realmente lhe diz respeito, terá sido Platão menos bem sucedido, nessa como noutras das suas pretensões. Designadamente também na do seu "socialismo aristocrático", que, bem mais radical do que os socialismos do nosso tempo, negava a propriedade, e até a família, aos magistrados e aos soldados, para que melhor servissem na prossecução do bem comum da cidade. Essa pretensão, juntamente com outras, logo se desfez ao toque realista de Aristóteles. Ou antes mesmo, quando Platão, já em fase de amadurecimento, sobrepôs à sua *República* as suas *Leis*. E, no escantilhão das desilusões platónicas, afinal, também Academos não foi divinizado.

4. Realmente, se Academos, estribado na sua condição de herói, e, presumivelmente, na do seu mecenato dos platónicos, tivesse alcançado a divindade, bem poderia talvez acontecer que as academias, nele inspiradas e por ele protegidas, se libertassem das muralhas mundanais, em torno delas erguendo, sobre a superfície lodosa das cidades dos homens, a harmonia etérea do assento dos deuses. Mas, por mal, por bem, ou tão-somente pela indiferença do devir, quanto à perfeição das coisas e da sua transformação, nada disso terá acontecido. Academos não coube nos limites do Olimpo, sempre ciosamente medidos, e as academias não atingiram níveis que as livrassem, ou as absolvessem, de todos os erros humanos. Por isso nos reunimos hoje aqui, neste belíssimo salão, sob a égide da "Viradeira", empreendida por um enigmático casal régio – Maria e Pedro – que terá querido restituir aos Portugueses as suas liberdades perdidas.

5. As academias sempre foram humanas, e têm de sê-lo, mesmo quando, naturalmente atraídas para a divinização, não resistem a afirmar, com alguma atrevida soberba, a imortalidade dos seus membros. Mas depara-se-nos, através dos tempos, uma permanente beleza na própria humanidade, e no dito humanismo, das academias, que, embora não sabendo reflectir a platónica beleza integral, conseguem, por vezes, fazer prova de que as civilizações nunca renunciam, nem podem renunciar, à busca incessante dessa mesma beleza, que é um misto de verdade, de honestidade, de justiça e de elegância formal. Na aceitação comum desses padrões axiológicos se poderá, porventura, encontrar a única base viável de uma globalização autêntica, a nível mundial, que as técnicas actualmente impõem mas que, até agora, só os povos peninsulares, e, sobretudo, os portugueses, terão entendido e praticado, com as claudicações tornadas inevitáveis por múltiplas avarezas circunstanciais.

6. Essa busca incessante da verdade e do bem exigiu das academias, ou das que melhor mereceram a sua designação, mais ou menos herdeiras de Academos e dos colóquios platónicos, longos trilhos, quase sempre tortuosos e erráticos, talvez pela incompreensão que costuma rodear todos quantos se recusam a viver num mundo sem sentido. Os próprios Romanos sempre recearam que a Filosofia dos Gregos, vencidos e escravizados, depois de lhes conquistar as debilidades da juventude, já desarmada pela riqueza e pela ociosidade, lhes fizesse ruir o império. Os Bárbaros, esses seriam, naturalmente, lentos no recebimento da civilização mediterrânica, penosamente extraída através das praias do Egeu e das ruínas de Tróia, dos jardins suspensos de Babilónia e das pirâmides ptolomaicas. Mas a Academia platónica, vinda da casa de Academos, vizinha de Atenas, atravessou a relativa indiferença romana e refugiou-se à sombra de Santa Sofia, fronteira ao Bósforo, até ser extinta, formalmente, legalmente, no ano de 529, pelo imperador Justiniano I, o das *Pandectas*, esse mesmo. Constou-me que os tecnocratas bizantinos, tocados de utilitarismo a muito curto prazo, e pela "*auri sacra fames*", desprezavam o lema de "*ars gratia artis*", sempre agitado pelos académicos de todas as épocas. Mas não sei se a imperatriz Teodora não deveria também ser chamada ao caso, em razão das muitas interferências que sempre lhe têm sido atribuídas.

7. O espírito académico sobreviveu à extinção de Justiniano. E a grande claridade da Idade Média, à qual foi dado particular relevo na obra, já clássica, de Gustavo Cohen, publicada em 1942, em Nova Iorque, no meio das incertezas da guerra e das agruras do exílio, essa grande claridade, esse luzeiro medieval, acha-se na continuidade do espírito académico. Porque Aristóteles, discípulo de Platão e académico de Atenas, é o grande Mestre comum aos pensadores medievais, do aquiniano São Tomás como do cordovês Averrois. A escolástica, o seu *trivium* e o seu *quadrivium*, os claustros monásticos e também as *medersas* islâmicas, situam-se na linha de continuidade do espírito académico, herdado de Platão através de Aristóteles.

8. E foi na continuidade medieval, sempre atenta aos ensinamentos clássicos, sem qualquer ruptura na evolução do saber, que, sob o equívoco de um suposto, e talvez falacioso, "humanismo renascentista", se constituíram na Itália, com alguma confusão anárquica, múltiplas academias, ou assim designadas, como a de Pompónio e muitos outros, todas parecendo nostálgicas da academia platónica, mas todas quase sempre hesitantes entre o pluralismo das ciências e das artes e a fragmentação departamental dos conhecimentos.

9. Essas mesmas hesitações mantiveram muitas academias modernas, a começar pela que Luís XIII fundou, em 1635, tornada paradigmática pela hegemonia francesa do século XVII, extinta pela Revolução e, depois, renascida. Essa Academia, apontada como exemplar, porque era humana, como todas elas, porque se situava na cidade dos homens, logo iniciou os seus trabalhos procurando agradar ao seu protector, o poderoso Richelieu, que, por alguma má querença a Corneille, muito apreciou a despejada crítica dos académicos ao poema dramático do *Cid*. Às vezes, até as mais celebradas academias, na miséria da sua condição humana, se amesquinham pelo temor reverencial do poder e pelas lisonjas usadas para afeiçoá-lo aos seus próprios interesses. Predominaram, entre as academias criadas, a partir da francesa, as parcelares e literárias, academias que, geralmente, receberam a missão cimeira de defesa das línguas respectivas, às quais acresceram as de História, de Belas Artes, de ciências ditas positivas, como, entre outras, a Pontifícia, fundada em Roma por Pio XI. Também em Portugal foram, têm sido e são, numerosas as academias, privadas e públicas, parcelares,

fragmentárias, especializadas. E refiro-me a essas fragmentações apenas para sublinhar o interesse cultural, assim como as particulares responsabilidades, de uma academia pluralista como a Academia das Ciências de Lisboa, que, através das suas duas Classes, tende a abranger todo o domínio do pensamento. Sem deixar de reconhecer o muito valor das academias sectoriais, atrever-me-ei a sublinhar as particulares obrigações que impendem sobre esta instituição e sobre os seus associados, em razão do pluralismo adoptado.

10. Parece-me mesmo oportuno recordar que aqui, nesta Casa, não há, nem pode haver, duas academias, a funcionar num mesmo local. Porque há uma só. E algumas consequências daí havemos de extrair, pois não terá sido por acaso que assim foi traçada a estrutura desta instituição, a qual, se terá inspirado num pressuposto de unidade essencial de todo o saber e na necessidade de não sacrificar a cultura, por sua natureza integral, por via dos excessos das especializações, que nos condenam, afinal, a saber muito, ou tudo, acerca de muito pouco. Por certo terá de haver especialidades e especialistas, mas a especialização não justificará o afastamento, mesmo relativo, dos ramos de conhecimento alheios às próprias especializações. Essa ideia também dominou a vida das universidades, embora talvez ande esquecida, pois até nas aberturas dos anos lectivos, destinadas a ser sentidas, em comum, por todos os universitários, as próprias "orações de sapiência", as mais das vezes, pelos temas escolhidos e pelo jeito do seu tratamento, se mantêm inacessíveis ao razoável entendimento dos universitários profanos.

11. O pluralismo desta Academia das Ciências de Lisboa, realmente, exige muito dos seus associados, mas, em obediência ao "*do ut des*" da jurisprudência romana, também esta Academia tem muito para lhes dar. O próprio pluralismo, facilitando a satisfação de curiosidades e dúvidas, para além das matérias da especialidade de cada um, constitui um valiosíssimo benefício. Em contrapartida, o próprio ingresso nesta Academia há-de pressupor, a par da sapiência sectorial, o que já tem sido designado por "perfil académico", que incluirá o gosto de saber, para além do sector próprio, o gosto de conviver, a capacidade de indagar e de aprender, com a prudência, a moderação, a insistência e a humildade que terão de ser muito acrescidas ainda, quando em face de matérias em relação às quais

sejam minguados os conhecimentos. Talvez me atrevesse a acrescentar que o "perfil académico" envolve a firme determinação de servir – servir a Academia, servir a cultura. Nessa base, dispondo dos méritos individuais incluídos no dito "perfil académico", esses mesmos méritos individuais comunicam cunho colectivo às academias, e, talvez sobretudo, às pluralistas, que, por mais exigentes, sempre melhor se afirmarão pela pujança das suas qualidades e potencialidades, pelo relevo dos serviços prestados, e a prestar, às comunidades nas quais se inserem. Ainda mesmo quando essas comunidades os desconhecem, apenas por não entenderem, nem quererem aceitar, o que, sendo diferente do comum, não se dilui na vulgaridade medíocre do que, efectivamente, é normal, do ponto de vista estatístico. Essa incapacidade de percepção manifesta-se, designadamente, no mau gosto da qualificação das academias como "sociedades de elogio mútuo". A verdade é que as academias são, geralmente, exigentes, parcas e sóbrias nos elogios, acontecendo, porém, terem de pronunciar-se acerca de personalidades e de obras notáveis, cujos méritos a justiça impõe sejam reconhecidos. Também as academias costumam ser rigorosas nas suas apreciações das falhas e das deficiências, até das próprias, mas, não enjeitando as regras de elementar cortesia, não podem recorrer às banalidades soezes dos insultos nem à antipatia dos sarcasmos. O jeito de falar com verdade e clareza, sem quebra do respeito, próprio e alheio, também há-de inserir-se no "perfil académico". E chego, assim, à conclusão de que, afinal, é, sobretudo, o "perfil académico", com tudo quanto encerra, que, na vida das academias, mais faz avultar o grande saldo que aparta os seus activos e os seus passivos, grandeza essa que, por força da natural, e inevitável, diversidade das condições humanas, nem todos logram apurar. Até porque a verdadeira grandeza não costuma prescindir nem da discrição nem da humildade.

12. É muito, mesmo muito, o que se contem no "perfil académico". E, se tivesse de fixar-me num exemplo paradigmático da posse plena desse "perfil académico", suponho que teria em vista, entre outros, o nosso Eminente Confrade Senhor Mário Júlio Brito de Almeida Costa. Este nosso Confrade já não carecia de apresentações, nem de adjectivos qualificativos, quando ingressou nesta Casa. Todos sabemos, e todos sabíamos, já então, que se tratava de um professor catedrático, entre os mais ilustres, da Faculdade de Direito de Coimbra e da

Universidade Católica, com obra vasta, e consagrada, não apenas no campo da História do Direito mas também a nível do Direito Civil actual. Todos sabemos, e todos sabíamos, já então, que os talentos daquele Professor se manifestaram, amplamente, nas regências que lhe foram confiadas nas cátedras do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Porto Alegre. Todos sabemos, e todos sabíamos, já então, do alto nível das funções por ele exercidas como Ministro da Justiça e como Presidente da Câmara Corporativa. Todos sabíamos já então que Almeida Costa, pela sua cultura, jurídica, histórica, literária, pelo seu gosto de saber e de conviver, preenchia as condições para corresponder, em termos inexcedíveis, a quanto a Academia havia de pedir-lhe.

Agora, Eminentes Confrades, agora sabemos já, e de ciência certa, porque vivida, que a Academia recebeu de Almeida Costa tudo quanto esperava, e era muito, ou talvez tenha recebido mais ainda do que era de esperar. Ficou assegurada, ao melhor nível, a sucessão académica de José de Azeredo Perdigão, também jurisconsulto exemplar, excepcional, que aqui saudei, anos atrás, num acto desta natureza, após o elogio por ele traçado do seu antecessor, Paulo Cunha, saudoso Mestre cujas boas lembranças mantenho bem gravadas no espírito e no coração. O seu sucessor continuará a honrar sobremaneira a cadeira académica que passa agora a pertencer-lhe. Com grande admiração o saúdo, desejando-lhe todos os sucessos na sequência da sua carreira académica. E não será despida de algum egoísmo a formulação de semelhante desejo, porque esses seus futuros louros, aqui colhidos, cabendo também a esta Academia das Ciências de Lisboa, constituirão sempre razões de intenso júbilo para os seus confrades.

Muito obrigado por quanto já fez, Senhor Almeida Costa. E que Deus o ajude na continuada prossecução académica do seu bem-fazer, do seu bem cumprir, do seu bem servir.

(Saudação ao recipiendário proferida na sessão plenária pública de 22 de maio de 2014)

Elogio Histórico do Académico Luís Forjaz Trigueiros

João Bigotte Chorão

Não foi sem surpresa que, na década de 60, me sugeriram que fosse a Madrid entrevistar para a televisão o escritor romeno Vintila Horia. O director de programas da RTP, Carlos Miguel de Araújo, se encarregava de pedir ao seu homólogo espanhol, Adolfo Suárez (que viria a ser o grande protagonista da transição política do seu País), que disponibilizasse para o efeito um técnico de imagem e de som. O colaborador da nossa televisão, Manuel Varella e eu lá fomos ao encontro de Vintila Horia para a improvisada entrevista.

Esse escritor integrava a vasta família da diáspora romena e ganhara uma súbita celebridade quando lhe fora atribuído o famoso prémio Goncourt pelo seu romance *Dieu est né en exil*, logo traduzido em várias línguas, entre elas a portuguesa. Desagradara profundamente ao regime soviético da Roménia o livro e o prémio. Mobilizou então as suas represálias, sobretudo na embaixada em Paris, contra o escritor dissidente, com a cumplicidade – *horresco referens* – de intelectuais parisienses, que se prestam ao papel de inocentes úteis.

Aqui, em Lisboa, houve quem tomasse a defesa do escritor caluniado e perseguido, como um novo Ovídio caído em desgraça e condenado, depois do triunfo mundano, a sobreviver como um sem-abrigo longe da sua casa e da sua família.

A certa altura, Vintila Horia pediu-me notícias de Luís Forjaz Trigueiros, que lera o seu romance e fora solidário com o seu drama. Eu não conhecia ainda o escritor com quem viria a ter estreitas relações, mas lera artigos seus no *Diário Popular*, de que ele fora director (1946-1953), e sobretudo no *Diário de Notícias*, onde na página literária se desdobrava em crónicas e ensaios que, recuperados em volume, nada perdiam da sua actualidade e do seu interesse. O seu jornalismo era um jornalismo de ideias, acusavam vasta leitura e pendor reflexivo. Creio que não chegou a conhecer Horia nas duas ou três vezes que este veio a Portugal, a princípio quase anonimamente, depois a proferir conferências de largo auditório.

Luís Forjaz Trigueiros cedo se iniciara no jornalismo para subsistir, porque a morte do pai lhe fechara as portas do ensino superior. O filho herdou do pai, também jornalista, a vocação literária e formou-se, autodidacta, em casa de família e na leitura de autores integralistas e de autores católicos. Não tardaria a conhecer e admirar Raul Brandão e, fora de portas, François Mauriac, que escalpelizava os pecados da burguesia, numa linguagem de sóbria elegância.

Quis o acaso, se assim posso dizer, que, escrevendo em jornais e revelando dotes críticos, chamasse a atenção do Dr. Nuno Simões, grande figura da política, da economia e do intercâmbio luso-brasileiro, tanto na área económica como na área cultural. Amigo de escritores brasileiros, não foram poucos os que lhe ofereciam livros seus, com expressivas dedicatórias. As múltiplas actividades e responsabilidades do Dr. Nuno Simões não lhe permitiam colaborar assiduamente na imprensa – ele que fundara o seu próprio jornal, *A Pátria*. O homem orteguianamente condicionado pela sua circunstância não podia escrever sobre livros que ia recebendo do Brasil. Lembrou-se então do jovem Luís Forjaz Trigueiros, a quem pediu que se ocupasse de autores brasileiros que ele não tinha tempo para apresentar ao público português. Foi assim, por obra e graça do Dr. Nuno Simões, que Luís Forjaz Trigueiros veio a afirmar-se como escritor luso-brasileiro. Depois das literaturas de língua portuguesa, seria na literatura francesa que Luís Forjaz Trigueiros viria a tornar-se um *expert*. Com 20 anos apenas, pôde ele, por indicação de António Ferro, acompanhar alguns dos autores franceses que integravam a notável embaixada intelectual que o dinâmico director do Secretariado da Informação trouxe a Portugal em 1935. Duhamel, Romains, Maritain foram acompanhados por Luís Forjaz Trigueiros. Sobre essa visita e de um desses visitantes escreveu uma crónica admirável: "Maritain na manhã das Almas" (*in Um Jardim em Londres*). Logo no ano seguinte, 1936, ao livro de contos *Caminhos sem luz* é atribuído o Prémio Fialho de Almeida – um galardão que consagrava uma obra ainda no início, ao reconhecer uma promissora estreia que estimulava o autor a percorrer um caminho tão auspiciosamente iniciado. O livro de Luís Forjaz Trigueiros é apresentado por Virgínia de Castro e Almeida, que antecipava o juízo favorável do júri.

Com o quantitativo do prémio pôde Luís Forjaz Trigueiros concretizar o sonho habitual dos literatos daquele tempo: visitar Paris, conhecer, eventualmente, algum escritor de nomeada. Com o apoio de Virgínia de Castro e Almeida,

que vivia em Paris e conhecia o *milieu*, pôde Luís Forjaz Trigueiros prolongar os seus dias parisienses e, sobretudo, entrevistar escritores do seu apreço.

Publicou em 1939 o livro de entrevistas e de comentários a que deu o título de *Capital do Espírito*. Sobre a cidade-luz e sobre a Europa pairavam já nuvens ameaçadoras que punham em causa valores tradicionais do Ocidente. Materialismo e imperialismo desafiavam o milenar humanismo cristão e latino dos países ocidentais – Itália, França, Espanha, Portugal. A sensibilidade de Luís Forjaz Trigueiros, homem de convicções mas avesso a radicalismos, revia-se na inteligência ou na política do espírito de Paul Valéry e no debate de ideias de Gabriel Marcel, no que ele chamou "o homem problemático" que contradizia o dogmatismo dos homens desumanizados e a inquietação pela inquietação.

O que seria um bom livro de entrevistas a gente de maior ou menor fama, um jornalismo no melhor sentido da palavra, adquire com a extensa, meditada e por vezes polémica "Introdução" a estatuto de um verdadeiro e próprio ensaio sobre o conflito entre a "civilização" e a "barbárie". Na sua condição de português, Luís Forjaz Trigueiros proclama também a sua latinidade, hoje em declínio pela hegemonia anglo-saxónica, com a universalidade de uma língua e de uma terminologia de cariz tecnológico e economicista.

Formado na leitura de autores franceses – entre eles o seu predilecto Mauriac, que veio a traduzir –, admirava nele um estilo e uma intervenção cívica e ética. Poucos ficcionistas praticaram um jornalismo tão militante e de tal qualidade. E é a ele que deve a perenidade do seu nome.

O senso do equilíbrio é que seduziu Luís Forjaz Trigueiros, não obstante a sua confessada admiração por Raul Brandão e o seu agónico mundo de sombras e por Fialho de Almeida, que se debatia na indiferença e no silêncio dos que não respondiam às suas "pasquinadas". O seu era pois um "prélio solitário", como admiravelmente o definiu Luís Forjaz Trigueiros, escritor que diríamos mais da família queiroziana que camiliana. Escritores desabusados, cínicos, de prosa muito criativamente opulenta – cite-se como exemplo o Céline da descida aos infernos –, esses escritores não figuravam no seu panteão. Não é pois sem surpresa que lemos uma página favorável de Luís Forjaz Trigueiros sobre o visionário e apocalíptico Léon Bloy, quase ignorado entre nós, talvez porque ofensivo dos nossos famigerados "brandos costumes". Ao invés, no Brasil, sempre o escritor vulcânico obteve o beneplácito de Octávio de Faria, de Lúcio Cardoso, de

Tristão de Athayde, de Gustavo Corção, para citar apenas nomes de primeira ordem.

Há um velho texto de Luís Forjaz Trigueiros que de resto não consegui ler – *A literatura e a dor*, provavelmente publicado em 1936 – que nos remete para Léon Bloy, vítima de sofrimentos tão indizíveis que um dos seus melhores exegetas, Albert Béguin, lhe chamou um "*mystique de la douleur*". Não escreveu ele, por exemplo, que "sofrer passa, mas ter sofrido não passa nunca"? Temperamento excessivo, não conhecia o meio termo e nunca subscreveria que *in medio virtus*. No seu cristianismo radical não tolerava instituições, o clericalismo, não contemporizava com o século nem com o Vaticano. Era-lhe estranha e até hostil a isso que designamos por "civilização cristã". Descomedidos eram aqueles a quem se rendia – apóstolos e profetas.

Um escritor assim está nos antípodas de Luís Forjaz Trigueiros, com o seu senso da medida. Mas lá vem um dia, um lugar, um nome que revela secretas afinidades e inspira páginas inesperadas, como na impressionante crónica final de *Monólogo em Éfeso* (1972). Não me sendo possível transcrever toda essa crónica, limitar-me-ei às linhas finais: "Aqui, eis que tudo se dissolveu, tudo se esquece por instantes, e Éfeso nos lembra que nada é novo e nada é vão e que do templo ao bordel, onde houver um homem que acredite, há sempre um lugar para a esperança."

Ao amigo empenho de Luís Forjaz Trigueiros, secretário-geral da Academia desde 1981, devo a proposta para a minha admissão como sócio correspondente da 1.ª Secção da Classe de Letras (Literatura e Estudos Literários), proposta que foi votada em 23 de Julho de 1992, tendo passado a sócio efectivo a 18 de Abril de 1997. Quis a fortuna que me tivesse cabido a honra de suceder a Luís Forjaz Trigueiros. Mais tarde do que desejaria, cumpro agora a disposição estatutária de fazer o elogio do meu ilustre antecessor, a quem me ligavam laços de profunda amizade e fundada admiração pela sua obra literária, que tenho lido e relido com renovado gosto e proveito. Acrescentarei, não sem pedir vénia, que afinidades no entendimento da literatura me aproximam do meu antecessor: um diálogo com os autores a partir da leitura dos seus textos, com o propósito de compreender mais do que de julgar. Ou, para lembrar o crítico italiano Carlo Bo, vendo "a literatura como vida". Ou, por outras palavras, lendo as obras numa perspectiva humanista. "Homem de letras, por sua ampla curiosidade livresca, por sua

permanente atenção às formas, Luís Forjaz Trigueiros – pude um dia escrever – vai além da literatura: lendo ou viajando, não faz turismo intelectual, ou turismo *tout court*, porque o seu interesse, diremos até a sua paixão, é a condição humana e nela o que a transcende e porventura redime".

O meu ingresso na Academia deu-se na presidência do Prof. J. V. Pina Martins, reputado mestre do Humanismo renascentista. Seja-me permitido lembrar que, vivendo em Coimbra na mesma avenida em que Pina Martins tinha o seu quarto de estudante, o via com frequência passar envergando a sua capa e batina, e sobraçando sempre livros. O adolescente que eu era *in illo tempore* admirava a compostura daquele escolar que dir-se-ia já um professor. Mais tarde li artigos seus na revista *Estudos* do CADC, onde eu me veria impresso pela primeira vez. Tudo isto me acudiu à memória quando recebi o ofício assinado pelo Prof. Pina Martins e lhe agradeci as palavras gentis – adjectivo muito da sua predilecção – que me endereçou nessas e noutras circunstâncias.

Eleito sócio correspondente em 1962, Luís Forjaz Trigueiros passou a efectivo em 1969. Distinguia-se pelo fino trato, que correspondia perfeitamente ao que se chama "perfil académico", pela assiduidade e empenho nos trabalhos académicos, nas comunicações que apresentou à Classe de Letras, pelas fundadas propostas que redigiu para a admissão de novos sócios tanto nacionais como estrangeiros. Viu reconhecidos os seus méritos, que naturalmente justificaram a sua eleição para secretário-geral da Academia. O seu antecessor na Classe foi D. Manuel Trindade Salgueiro, antigo arcebispo de Évora que se notabilizou pelo verbo eloquente na oratória sagrada e panegirista. Publicara, além disso, livros de teologia, filosofia e pedagogia, que o acreditavam no pensamento católico.

Coube a Jacinto do Prado Coelho saudar o novo académico Luís Forjaz Trigueiros e traçar o seu perfil literário. Por feliz coincidência, havia entre um e outro notórias afinidades literárias. Várias vezes foi dada ao Prof. Prado Coelho ocasião de exprimir o seu apreço pela obra de Forjaz Trigueiros: "Ensaísta e crítico literário radicado numa vocação inelutável de humanista que o leva a reparar muito mais nos significados que nos significantes e a vincular a criação literária a uma tábua de valores humanos."

Vozes autorizadas sempre valorizaram o ensaio, a crónica e a crítica de um autor que cultivou também a ficção que não terá merecido a mesma atenção,

embora alguns contos seus figurem em antologias nacionais e estrangeiras. Lisboeta de nascimento, muito se vangloriava dessa condição, e à sua cidade dedicou páginas de aguda observação, não sem uma nota irónica ou desencantada quando um urbanismo improvisado e irresponsável desfigurava o que se impunha preservar. Apesar dos desacertos e abusos, deu a um álbum da sua autoria o título de *É fácil amar Lisboa*. Este escritor preferentemente urbano fez da sua cidade e da sociedade lisboeta "personagens" da sua ficção. Com espírito crítico, nela castiga aventuras banais, gente mesquinha, pequenas misérias e ridículas vaidades, cafés da preguiça como diria Mário de Sá-Carneiro, a vida parada num dia-a-dia sem esperança.

O amor de Luís Forjaz Trigueiros pela *sua* Lisboa não foi porém um amor exclusivo. Teve olhos e sensibilidade para contemplar e valorizar outras terras. Ali estão as "páginas minhotas" dos *Campos Elísios*, que depois integrou no volume *Paisagens portuguesas*. Esse belo livro de geografia literária teve em 1985 uma edição brasileira, dois anos depois reeditada. Em Portugal essa "viagem literária" veio a realizar-se em 1993 com a chancela de Guimarães Editores.

Nem sempre o viajante se depara com lugares amenos em que solares e conventos mostram o abandono, o desmazelo, as ruínas implacáveis do tempo. Certas casas a que estão associadas personalidades que sobrevivem ao anonimato e ao esquecimento vão-se mantendo de pé, graças a periódicas intervenções. De visita a S. Miguel de Seide, em 1949, Luís Forjaz Trigueiros não escondeu o desgosto que lhe causa a histórica mansão camiliana. Não porque o fantasma de Camilo o incomode, mas por causa de algumas soluções quanto ao seu interior. A verdade é que, passado tanto tempo, a casa oferece hoje outro aspecto, com as beneficiações em que se tem empenhado o município de que depende. Curiosamente, a impressão negativa de Luís Forjaz Trigueiros não é muito diferente da de Vitorino Nemésio quando visitou a casa-museu em data ulterior (1966). Escreve ele em *Viagens ao pé da porta*: "Tão triste, tão assombrada sempre, tão contrária ao melhor, ao verdadeiramente grande Camilo, para só perpetuar-lhe, por assim dizer, a sombra da desgraça." A sombra lá continua, mas não o descuido a que já esteve entregue a mítica casa-amarela.

Ainda no domínio e no gosto da paisagem, não podemos omitir a colecção que dirigiu, *Antologia da Terra Portuguesa*, em que o volume dedicado ao Minho (sempre "os campos elísios"!) é da sua responsabilidade.

No domínio da ficção, a que a crítica terá atendido menos e em que o próprio autor mostrou alguma perplexidade, só irregularmente tirava da gaveta contos que, no entanto ia escrevendo (alguns terão ficado no seu espólio). Depois da estreia em 1936 com *Caminho sem luz*, em 1942 vem a lume *Ainda há estrelas no Céu*, título de certo modo antitético ao anterior, em 1974 o várias vezes anunciado *Carro de Ferro*, livro que direi "clandestino" porque não chegou às livrarias. Naquele turbulento ano de 1974, a nova censura exercia-se impudicamente. E se ela não poupava livros, também autores eram "saneados", para lembrar terminologia revolucionariamente cunhada. Os contos de Luís Forjaz Trigueiros em nada desmereciam, de modo nenhum, do ensaio, da crítica, da crónica em que ele foi autor de referência.

Sobre a crónica justifica-se um apontamento para a distinguir do artigo habitual na imprensa do noticiário e do *fait-divers*, por isso de vida precária. A crónica é a superior expressão do jornalismo, pelo apuro literário e a meditação de um "pequeno filósofo", como a si mesmo se qualificava Azorín. Mestres da crónica são os brasileiros, alguns dos quais nem precisariam de outros géneros para figurarem na história literária do Brasil. Machado de Assis é também um cronista de alto coturno. E não menos outros como Rubem Braga, Rachel de Queiroz, Otto Lara Resende. A prosa é límpida, quase diáfana e quase poesia, um como diálogo com o leitor.

Das comunicações apresentadas à Academia por Luís Forjaz Trigueiros citamos a que fez, em 1988, na recepção de Fernando Namora e a de David Mourão-Ferreira em 1991. De Namora foi coevo e atento e seguro leitor. De David, separado pela idade, um amigo por assim dizer fraterno, companheiro de inesquecíveis viagens por uma Europa a que ainda não fora imposta uma união, mas salvaguardava a sua diversidade cultural. E em David admirava a lucidez crítica e uma poesia aberta à Música e ao Amor, e pouco dada a um hermetismo deliberado.

No centenário de Afonso Lopes Vieira, participou (1978) na sessão de homenagem promovida pela Academia ao poeta de campanhas lusitanas, vicentinas e camonianas. A um luso-brasileiro como Luís Forjaz Trigueiros coube saudar, ambos em 1982, os escritores Josué Montello e Jorge Amado, seus indefectíveis amigos. Além destes discursos de recepção de novos académicos, Luís Forjaz Trigueiros traçou (1978) "uma perspectiva da vida cultural brasileira", síntese e itinerário de manifesto interesse para o não especialista.

A sua francofonia assinalou "os 300 anos da Academia Francesa" em 1986. Celebrando a efeméride da famosa instituição, refere as relações culturais franco-portuguesas, que já conheceram melhores dias. Enumera alguns lusitanistas franceses, em geral universitários que participaram em colóquios e fizeram conferências ou deram lições sobre autores e temas nossos. Estudiosos e autores franceses foram eleitos sócios correspondentes da nossa Academia. Não havendo porém um regime de reciprocidade na Académie Française, não há sócios portugueses nem de outras nacionalidades *sous la Coupole*.

Poucos escritores franceses, mesmo aqueles que eram entre nós muito lidos, foram eleitos para a Casa de Lafões. Surpreende assim que o nome de Valery Larbaud não tenha, cremos nós, sido lembrado para ingressar na Academia – ele que visitou e escreveu sobre Portugal e promoveu a tradução de Eça (*A Relíquia*), que prefaciou e foi amigo de escritores portugueses, António Ferro, Osório de Oliveira, Vitorino Nemésio, entre outros. Imobilizado nos últimos anos o grande viajante, tornou-se inviável transferir Larbaud da sua poltrona de inválido para uma cadeira académica.

E que dizer de Saint-Exupéry, que passou por Lisboa no ano da histórica Exposição do Mundo Português, "a mais deslumbrante exposição que já houve no Mundo", como disse em carta a um amigo, carta que adquiriu as dimensões de um pequeno livro, *Lettre à un otage*. Lisboa resplendecia de luzes quando a Europa já estava mergulhada na sombra do *black-out*, exibia o orgulho do seu passado e no momento era uma Nação capaz de erigir uma exposição como aquela. Mas ao fino espírito de Saint-Exupéry não escapava, por contraste, a tristeza por detrás da festa e do triunfalismo. Lisboa e o Estoril eram afinal um "Paraíso triste" onde europeus fugidos à guerra se autodestruíam até ao último cêntimo no jogo…

Por iniciativa do confrade Luís Forjaz Trigueiros, a Academia franqueou as suas portas aos escritores franceses Michel Déon e Robert Bréchon. Fecundo romancista e memorialista, Déon é o derradeiro sobrevivente da geração dos "Hussardos" – um grupo de escritores (Roger Nimier, Antoine Blondin, Jacques Laurent) que, em oposição à literatura *engagée*, defendia a liberdade de espírito e um estilo de escrita. Quanto a Robert Bréchon, pessoano dos mais lúcidos, autor de *Estranho Estrangeiro*, uma biografia rigorosa e uma subtil exegese da obra do nosso múltiplo poeta. Quem não se sentia estrangeiro entre nós nem à literatura

portuguesa e a Lisboa era Bréchon. Em Lisboa, vista de longe e de perto, ora se perdia ora se encontrava. Como Pessoa.

Num breve texto de 1977, intitulado "Manhã" e incluído em *Paisagens Portuguesas* no capítulo das páginas lisboetas, o nosso confrade Trigueiros debate-se no dilema de continuar no Brasil ou de regressar a Portugal, "dividido – como escreve – entre a saudade do chão natal e a saudade da terra adoptiva". Tão preso aos dois, vai adiando a decisão impreterível.

Com 60 anos e sem meios de vida que lhe foram arbitrariamente cortados, valeu-lhe nessa circunstância Carlos Lacerda, temível jornalista político, grande tribuno e homem de acção. Naquela época turbulenta Lacerda veio a Portugal e procurou Trigueiros, convidando-o a ir ao Brasil para participar num ciclo de conferências. Luís Forjaz Trigueiros aceitou emocionado o convite, mas o que o esperava no Rio de Janeiro era outra e mais segura proposta: colaborar na Editora Nova Fronteira, do indomável dinamismo de Carlos Lacerda. Director literário, o nosso confrade encontrou um ofício à sua medida que lhe permitiu conviver com escritores que já eram seus amigos ou pôde contactar outros que só literariamente conhecia.

Pensando no percurso brasileiro de Luís Forjaz Trigueiros, não posso deixar de fazer um paralelo com um escritor do seu particular apreço – Carlos Malheiro Dias. Também ele foi obrigado a refazer a sua vida no Brasil, onde o seu talento, as suas relações culturais, a sua eloquência, a sua acção jornalística o elevaram a figura grada da colónia portuguesa. Membro da Academia de Ciências de Lisboa e da Academia Brasileira de Letras, ocupou a vaga aberta pela morte de Eça de Queiroz. Ambos escritores luso-brasileiros, membros das duas Academias, conheceram um desconsolado crepúsculo, que no caso de Malheiro Dias antecipou a velhice e a impossibilidade de continuar a escrever. Não admira assim que, com a admiração intelectual, Luís Forjaz Trigueiros se tenha identificado com o drama humano de Carlos Malheiro Dias. No seu centenário (1975) evocou-o na Academia Brasileira de Letras, vendo nele paradoxalmente "personagem de si próprio, protagonista do romance interior que não escreveu". Pôde escrever porém grandes painéis históricos.

Numa edição fora do mercado publicou (1981) Luís Forjaz Trigueiros os textos que, entre 1975 e 1978 leu na Academia Brasileira de Letras, onde além da

evocação de Carlos Malheiro Dias e do Dr. Nuno Simões, saudou Joaquim Paço d' Arcos e Josué Montello, associando-se ao luto pela morte súbita de Carlos Lacerda.

Se tivesse condições para isso, muito desejável seria que a Academia editasse com a sua chancela essas quase ignoradas páginas "brasileiras" e as que vieram tempestivamente a lume nas *Memórias* da Classe de Letras (bons tempos!) e de que se tiraram separatas. Seria uma adequada homenagem à memória do académico (sócio emérito em 1998) que se notabilizou também como ensaísta, crítico literário e cronista. E porque não um *in memoriam* que reunisse estudos e testemunhos sobre a obra e o homem? Não faltaria ali o que de melhor escreveram não só portugueses e brasileiros como franceses.

Ao contrário de Carlos Malheiro Dias, o nosso confrade Luís Forjaz Trigueiros viveu uma longa e operosa vida de 85 anos (faleceu em 2000). O desgaste de muitos trabalhos e sobretudo o grande trauma da morte súbita de sua mulher, Maria Helena, tão distinta como inteligente e culta, fragilizaram-no irreparavelmente. Dificilmente se reconhecia o grande conversador e o grande leitor, com a evocação de muitos encontros, todo o inesgotável repositório de eventos, de figuras, de vida vivida, que davam matéria para memórias que não escreveu. Páginas memorialísticas as dispersou por muitos jornais e revistas, e porque as não recolheu em volume são para nós como inéditas.

(Elogio histórico apresentado à Classe de Letras
na sessão de 30 de outubro de 2014)

Saudação do Académico João Bigotte Chorão

Artur Anselmo

Poucas vezes a nossa Academia terá acolhido no seu seio uma personalidade tão forte e tão sedutoramente académica como a de João Bigotte Chorão. O novo titular da cadeira n.º 19 da Classe de Letras, a que pertenceram Alexandre Herculano, Andrade Corvo, Pinheiro Chagas, Lopes de Mendonça, Eugénio de Castro, António Correia de Oliveira e, já em nossos dias, D. Manuel Trindade Salgueiro e Luís Forjaz Trigueiros, tem, de facto, todos os traços do académico por excelência: cultura sólida, integridade de carácter, finura no trato, capacidade para conviver com a diferença, humildade na defesa do que considera ser justo, verdadeiro e oportuno, consciência, enfim, de que ser académico não se coaduna com o entrar em controvérsias estéreis mas, antes, com o trabalhar afincadamente para o prestígio da Academia, cumprindo e fazendo cumprir a sua *magna charta* estatutária.

Curiosamente, salvo talvez no caso de Herculano – que a si mesmo se considerava "o homem menos cumprimenteiro de Portugal" –, quase todos os antecessores de João Bigotte Chorão na cadeira n.º 19 partilharam as características do seu perfil académico, com relevo para o antecessor imediato, Luís Forjaz Trigueiros. Aliás, não são apenas as afinidades espirituais a aproximar um e outro, mas também a eleição, que ambos fizeram, da paisagem como "estado de espírito", expressão de um mestre comum (Amiel) aplicada a Portugal, ao Brasil, à Espanha e à Itália, principalmente. Ainda outra afinidade entre Forjaz Trigueiros e Bigotte Chorão me ocorre, a qual, a bem dizer, não é mais do que a confirmação dos atributos académicos que comecei por apontar: Luís Trigueiros, a meio da vida, aí pelos anos 60 do século passado, confessava ter sido obrigado a atravessar três pontes em dois séculos: educação e cultura tinham-lhe chegado directamente do século XIX, que ele acreditava ter-se prolongado até à Grande Guerra de 1914-1918; depois, atravessara a ponte entre duas guerras; por fim, com as transformações sociais e as conquistas científicas após a Guerra de 1939-1945, entrara na terceira ponte e sofrera o que ele

chamava "o impacto de uma evolução vertiginosa". Entendia, por isso, que, tendo recebido uma formação antiquada, se lhe exigira um esforço constante de auto-análise e de rectificação, e qualificava o seu percurso como o de um transeunte sempre forçado a corrigir juízos e a actualizar conceitos. Mas – e a sua confissão vale por um testamento – "adaptar-se a tudo sem deixar de ser igual a si próprio".

Também João Bigotte Chorão teve de atravessar, não as três pontes de Luís Trigueiros mas as duas da geração seguinte, separadas uma da outra pela data histórica de 25 de Abril de 1974. Ora, precisamente no dia da revolução, Bigotte Chorão deixou escritas no seu Diário estas linhas que, à distância de quarenta anos, hoje nos parecem cortantes então:

> Na queda da Monarquia ainda houve um Paiva Couceiro para desembainhar a espada em defesa do que não queria já ser defendido. Agora não apareceu ninguém para, num gesto simbólico, salvar a honra de um convento já sem frades e sem fé.

Pouco a pouco, passada a euforia anarquizante dos tempos da revolução "dura e pura", a sociedade portuguesa escolheu, sem margem para dúvida, viver em democracia. Nesse ambiente desanuviado, pode João Bigotte Chorão dar a lume, sossegadamente (e sabe-se que o sossego da hora quase nunca é o sossego da mente), os volumes que justamente o celebrizaram como um dos grandes escritores contemporâneos.

Lembro que, antes de 1974, publicara João Bigotte Chorão apenas dois livros: *O Discípulo Nocturno* (1965) e *Aventura Interior* (1969), ambos editados em Coimbra, cidade em cuja universidade completou o curso de Direito e iniciou a sua actividade profissional como professor no ensino privado. Quando se deu a mudança do regime político português, já o autor iniciara em duas editoras (a Verbo e a Ulisseia) as suas funções de director literário, especializado na orientação de colecções prestigiadas – por exemplo, a colecção «Presenças», da Verbo, e a colecção "Sucessos literários", da Ulisseia –, assim como, principalmente, na coordenação e redacção de enciclopédias de alto valor científico, nomeadamente a *Luso-Brasileira de Cultura*, a *Polis*, a *Logos* ou a *Biblos*.

Ao longo de trinta anos, esteve João Bigotte Chorão ao leme da redacção da editora fundada por Fernando Guedes e Sebastião Alves. À semelhança de um T.S. Eliot na inglesa Faber, ou de um Jean Paulhan na francesa Gallimard, pôde conciliar as actividades profissionais com a produção da sua própria obra: prosseguiu o seu *Diário*, acrescentando-lhe mais três volumes [*O Reino Dividido* (1969--1975), *Vozes no Deserto* (1976-1988) e *A Palavra e o Silêncio (1989-1999)*]; estudou com maestria as obras de Camilo, Araújo Correia e Tomaz de Figueiredo – autores de uma genealogia literária que diz muito ao seu próprio espírito – e deu a lume duas colectâneas de ensaios [*O Escritor na Cidade* (1986) e *Galeria de Retratos* (2000)], nos quais passeia serenamente por livros de autores portugueses, brasileiros, espanhóis, italianos, franceses e romenos. A atenção que tem prestado a alguns deles (como, entre os estrangeiros, Lúcio Cardoso, Unamuno, Papino, Montherlant ou Mircea Eliade) é de tal modo constante que, não apenas aí nas inúmeras páginas dos cinco volumes que formam o *Diário quase Completo* (2000) são um prolongamento dos laços fraternos estabelecidos com as obras de todos eles. É o próprio João Bigotte Chorão quem o confessa num passo desse *Diário*, justamente galardoado pela Sociedade Portuguesa de Escritores com o Grande Prémio de Literatura Biográfica:

> Esta minha vocação para dialogar com homens de cultura, em contraste com a minha incapacidade (que será talvez indiferença) em frequentar homens políticos. Estabeleço pronto – e julgo que fecundo – diálogo com Jorge Uscatescu, outro romeno que, não sei por que secreta afinidade, encontro no meu caminho. Não terão Romenos e Portugueses o mesmo agudo sentimento do exílio, da precariedade da pátria, e a mesma vocação ecuménica, explicável nos primeiros pelo seu nascimento junto às fronteiras de dois mundos e nos segundos pela sua condição de finisterra? E, nuns e noutros, igual poder de assimilação e igual tendência para as línguas.
>
> Com Uscatescu, falamos da Europa – nosso destino e nosso remorso –, da perda dos valores humanistas, da rebelião das minorias, da liberdade interior contra a tirania da História, da alegria da arte e da tristeza do poder. E, se nos entendemos no campo das ideias, também coincidimos no das admirações literárias…

E, foi, que assim é, saudamos em João Bigotte Chorão não apenas os valores do humanismo, aos quais todos chegámos pelo gosto da leitura, mas também o prazer insubstituível da admiração.

(Saudação ao recipiendário proferida na sessão plenária pública de 30 outubro de 2014)

Elogio Histórico do Académico Teixeira Ribeiro[1]

Paulo de Pitta e Cunha

José Joaquim Teixeira Ribeiro, eminente Académico e professor universitário, faleceu em Coimbra em 1997, após longa e frutuosa carreira como docente e investigador no domínio das ciências sociais, com relevo para o direito financeiro, a fiscalidade e as finanças públicas.

Esta carreira foi apenas interrompida por brevíssima incursão na vida política, através da sua participação no efémero V Governo provisório, no verão de 1975. Mas o que sobressai é, sem sombra de dúvida, a figura marcante do académico e do professor, o rigor por ele posto na formulação dos problemas, a clareza didáctica dos textos publicados.

Não tendo sido meu professor, dado que frequentei o curso de Direito na Faculdade de Lisboa, foram ainda assim, numerosos e bem significativos os momentos em que me avistei com Teixeira Ribeiro.

Visitei-o por diversas vezes no sóbrio gabinete que mantinha na Faculdade da Universidade de Coimbra. Aí o encontrava, em ambiente quase monástico, rodeado de pilhas de livros pertinentes às ciências que cultivava, lendo e escrevendo incansavelmente sobre os temas em que investigava e ensinava.

Impressionou-me sempre a lhaneza do seu acolhimento, a total disponibilidade para dedicar uma parte do seu tempo para uma conversa, sempre interessante e proveitosa.

Em alguns dos nossos encontros, o foco residiu nas reformas dos sistemas fiscais; outras vezes, foi debatido o assunto da maior ou menor extensão das disciplinas económicas no elenco das Faculdades de Direito de Coimbra e de Lisboa.

O Professor Teixeira Ribeiro, cujos escritos faziam autoridade quer no âmbito destas instituições universitárias, quer entre os próprios economistas profissionais, tantas vezes avessos a aceitar o contributo de autores de formação

[1] Apresentado na Sessão conjunta das Classes de Letras e de Ciências, em 27 de Novembro de 2014.

originariamente jurídica para o debate em torno dos problemas da política económica, estava aberto à consideração de todos os assuntos relevantes dentro das matérias a que se dedicava.

Nas nossas conversas, aflorou em certo momento um notável estudo do Professor Costa Leite Lumbrales, também Académico ilustre e meu querido Mestre em Lisboa, no qual se fazia, acertadamente, a apologia das Faculdades de Direito como escolas de formação em ciências sociais, *maxime* a economia, em detrimento da visão estreita da formação profissional de juristas.

Foi aqui, na Academia das Ciências, que tive o prazer de assistir a diversas comunicações de Teixeira Ribeiro. Nestas, uma vez identificados com grande rigor científico os principais problemas atinentes ao tema proposto, eram expostos, com objectividade, os argumentos favoráveis ou contrários a determinadas soluções, e sugestivamente aberto o caminho para novas investigações.

A participação de Teixeira Ribeiro no júri de provas universitárias realizadas na Faculdade de Direito de Lisboa – provas em que fui candidato – foi outro ponto de ligação ao insigne Professor. Recordo que a prova em que foi arguente respeitava à matéria, bastante técnica, da conta de gerência e da conta de exercício.

A prova foi conduzida com a severidade (diria que quase a secura) e com o rigor que Teixeira Ribeiro punha nestes actos universitários. Mas, no final, tive a surpresa de o ver formular um vaticínio expressivo em relação à minha carreira universitária. Foi uma nota de encorajamento, que muito me sensibilizou.

Embora, como é patente, o professor Teixeira Ribeiro não tivesse afinidades ideológicas com o regime político em cuja vigência decorreu boa parte da sua carreira universitária (julgo, mas não o posso assegurar, que a sua preferência recaía numa forma de socialismo de mercado), dos seus escritos, profundamente meditados, não transparecia qualquer tomada de posição política. Os argumentos eram apresentados com objectividade e ponderados de modo sereno e rigoroso. A esta luz, bem insólita me parece a sua participação no penúltimo Governo Provisório…

Veja-se, em particular, o seu notável ensaio "Capitalismo e socialismo em um só". Nele, depois de identificar as características centrais dos dois sistemas, refere

a progressão do socialismo, realizado na União Soviética e países satélites e na China, na forma de Estado ditatorial com plano imperativo; mas reconhece que o sistema capitalista conseguiu altos níveis de progresso, mantido graças a oportunas correcções e adaptações, e não dando quaisquer mostras de decrepitude. Aliás, comenta, só mediante a intervenção de exércitos exteriores se tornaria possível o triunfo da revolução socialista em países evoluídos, como sucedeu no caso ímpar da Checoslováquia.

O estudo concluía que o sistema socialista deu provas como técnica poderosa de desenvolvimento de países atrasados, mas não como técnica de desenvolvimento de países evoluídos.

Numa apostila ao seu ensaio, Teixeira Ribeiro veio notar, anos mais tarde, que o socialismo perdeu, a partir de 1960, boa parte do seu carácter aliciante: muto da sedução que esse sistema suscitava para os países pobres ter-se-á esfumado. E alude à introdução de elementos do capitalismo na China, como economia mista de mercado e de plano. Acrescenta que o vaticínio de que os países preferem sair da pobreza em economia socialista, e não em economia capitalista, que havia formulado no ensaio, se terá revelado errado.

É curioso que a apostila, datada de 1991 (dois anos então já decorridos desde a queda do muro de Berlim) não faz qualquer referência à convulsão do mundo socialista, a qual veio derrubar o aparente equilíbrio entre os dois sistemas em causa. Mas, na sua assinalável comunicação sobre o liberalismo económico, apresentada em Maio de 1992, Teixeira Ribeiro reconhece abertamente o fracasso do socialismo de plano, considerando que a economia socialista só parece defensável no modelo de socialismo de mercado.

Para além dos estudos contidos em comunicações e conferências e de numerosos outros trabalhos, designadamente os publicados na *Revista de Legislação e de Jurisprudência* e no *Boletim de Ciências Económicas* da Faculdade de Direito de Coimbra, de que Teixeira Ribeiro foi fundador, importa referir o livro sobre finanças públicas (rotulado, com imerecida modéstia, ao longo de várias edições e reimpressões, com o título de *Lições*), e a *Introdução ao Estudo da Moeda*. São dois notáveis exemplos de clareza na exposição, de rigor na formulação dos conceitos, de sentido didáctico e de elegância de estilo.

As *Lições de Finanças Públicas* representam, sem dúvida, um ponto alto na renovação dos estudos universitários da disciplina em Portugal.

Não sendo este o local apropriado para uma análise aprofundada, limitar-me-ei a apontar alguns temas nelas abordados, os quais conservam visível actualidade.

Atente-se nas considerações com que Teixeira Ribeiro comenta o recurso aos empréstimos públicos contraídos no estrangeiro. Sublinha nas *Lições* que a dívida externa, além do seu efeito negativo sobre a balança de pagamentos, pode colocar o país devedor em situação difícil para solver os seus compromissos internacionais. E põe em relevo o ónus que aquela dívida representa em termos de transferência para as gerações futuras, sustentando, sabiamente, que o Estado não deve sobrecarregar-se com empréstimos externos para além dos recursos de que se supõe vir o país a dispor para satisfazer os juros e os reembolsos…

Anteriores, na sua formulação, à eclosão da crise da dívida soberana de Portugal, estes pensamentos constituem uma séria advertência que, infelizmente, não foi devidamente escutada pelos decisores políticos nacionais.

Em domínio muito diverso, o das receitas efectivas e, em particular, o dos impostos sobre o rendimento, rebate Teixeira Ribeiro os argumentos a favor da tributação do rendimento normal. Joga aqui a experiência que o Mestre colheu no terreno, pois lhe coube, como é sabido, a presidência da Comissão de Reforma Fiscal de 1958-1965, que teve como ponto inovador e marca de progresso precisamente a consagração da tributação dos rendimentos reais, e cuja missão se traduziu na publicação dos códigos relativos a cada um dos diferentes impostos sobre o rendimento, a qual foi antecedida da do código relativo à sisa e imposto sucessório.

Aquela Comissão não alterou a arquitectura do sistema fiscal existente, pois continuaram em aplicação os diferentes impostos cedulares, completados pelo imposto pessoal de sobreposição, o imposto complementar.

Nas edições posteriores à reforma fiscal do final dos anos 80, Teixeira Ribeiro já enuncia os princípios e analisa os conteúdos da mutação do sistema fiscal que com esta reforma se operou, aludindo à base constitucional do imposto único sobre as pessoas singulares (IRS), e notando que este sucedeu, "como é frequente", ao sistema de impostos parcelares e imposto complementar.

A Comissão de Reforma que trabalhou entre 1984 e 1988, cuja coordenação recaiu sobre os meus ombros, beneficiou das mudanças no sistema fiscal que haviam sido introduzidas duas décadas antes pela reforma coordenada pelo Prof.

Teixeira Ribeiro – não obstante a insatisfação por ele demonstrada ao criticar falhas ulteriores à introdução dos diferentes códigos, que sintetizou com a expressão sugestiva de "contra-reforma fiscal".

Cabe ainda referir, uma vez que está a comemorar-se a figura do Académico, no contexto da instituição a que dedicou muito do seu tempo e da sua atenção, o grande empenho posto na apresentação de comunicações, de alta qualidade e manifesta oportunidade.

De entre a quase dezena e meia de comunicações apresentadas, ao longo dos anos 80 e de parte da década de 90, são de lembrar, entre outras, as relativas a pontos fundamentais do sistema fiscal, ao enquadramento constitucional da matéria das finanças públicas, às políticas de redistribuição e de estabilização, ao liberalismo económico e à natureza e eficiência da economia socialista. Todas elas foram, como era timbre do Professor, escrupulosa e metodicamente preparadas.

O empenho posto pelo autor na apresentação das suas comunicações está bem ilustrado num episódio em que, insurgindo-se com a mudança de datas que a Academia propunha para determinada intervenção, Teixeira Ribeiro advertiu que, caso a desorganização persistisse, poderia ter de desistir de apresentar novas comunicações. Felizmente as coisas compuseram-se, e tudo regressou à normalidade…

Da autoria de Teixeira Ribeiro foi ainda, no plano da Academia das Ciências, o elogio histórico de Moses Amzalak, publicado nas Memórias da Classe de Letras em 1987.

É com particular gosto que lembro aqui a figura eminente do Professor Amzalak, recordando a sua incansável dedicação às tarefas da Academia, e não esquecendo que foi ele quem me transmitiu, em tempos idos, o convite para sócio correspondente da secção de Economia e Finanças da Classe de Letras, secção em que após o falecimento, por todos profundamente lamentado, do Professor Manuel Jacinto Nunes, me deparo na presente situação de decano entre os académicos efectivos.

Teixeira Ribeiro já se havia jubilado quando, no decorrer de um almoço num restaurante de Lisboa, no qual participaram também Manuel Porto e Xavier de Basto, seus discípulos e admiradores na Universidade de Coimbra, indagado sobre como ocuparia o seu tempo após a cessação da actividade regular como docente, nos disse que não acreditando na vida extraterrena, o que daí em diante

faria era o que sempre tinha feito: trabalhar, trabalhar até ao fim. Ainda hoje recordo esse momento com emoção.

Em síntese, julgo que ficam assinalados alguns dos passos mais significativos da vida e da obra do insigne Académico e Mestre da Faculdade de Direito de Coimbra, José Joaquim Teixeira Ribeiro, a quem tive a honra e o privilégio de suceder na cadeira que ocupava – marcada à época como cadeira 33, e actualmente designada, após a renumeração recente, por cadeira 13-L.

(Elogio histórico apresentado à Classe de Letras
na sessão de 27 de novembro de 2014)

Saudação ao académico Paulo de Pitta e Cunha[1]

Jorge Braga de Macedo

O elogio histórico de José Joaquim Teixeira Ribeiro por Paulo de Pitta e Cunha, seu sucessor na cadeira 13L da 6.ª secção (economia e finanças) da Classe de Letras já estava marcado para 27 de Novembro de 2014 quando se realizou, na sala das sessões, a primeira destas oportunas sessões conjuntas. Além de cumprirem a alínea g do artigo 36.º dos Estatutos, as oito sessões conjuntas já realizadas neste lindo salão nobre mostraram que, numa alusão inesquecível ao papel das bibliotecas e arquivos, "é preciso sabermos ter memória".[2]

Sendo conjuntas, estas sessões também permitem que as duas classes se conheçam melhor. Assim, no dia 14 de Novembro de 2013, o meu confrade e amigo Armando Lencastre elogiou Estêvão Cabral e foi saudado pelo antigo presidente Eduardo Arantes e Oliveira, tendo-se seguido uma útil troca de impressões sobre o Padre e Engenheiro Hidráulico que viveu em Coimbra nos finais do século XVIII. A sessão desse dia começou com o elogio histórico de António Manuel Pinto Barbosa, 18L da 6.ª secção.[3] Com o recipiendário, mestre e amigo, que vou saudar, evoco a memória de tantos confrades ligados ao economista e governante.[4]

O presidente da classe sabia que Paulo de Pitta e Cunha era o único confrade da 6.ª secção que me tivera como aluno (aliás no curso de economia monetária internacional que viria a ser a minha especialização) e não ignorava que o desejo

---

[1] Agradeço os comentários do recipiendário a uma versão anterior, à qual juntou a lista de catorze publicações entre 2009 e 2013, reproduzida no anexo 1, acrescentando um desabafo revelador: "De então para cá, não tenho novos escritos, até porque considero algo cansado o tema, pelo qual me interessei, de austeridade vs. crescimento". A lista dos trabalhos disponíveis, elaborada pela Dra. Leonor Pinto, consta do anexo 2. Agradeço ainda às bibliotecárias e à secretária o apoio na elaboração deste trabalho. No IICT, a Dra. Laura Domingues também ajudou.

[2] Título da mesa redonda debate in Jorge Braga de Macedo, org., *Jorge Borges de Macedo: Saber Continuar*, Lisboa: Instituto Diplomático, 2005, p. 169 ss.

[3] Academia das Ciências de Lisboa, *Relatório de Atividades de 2013*, p. 22.

[4] Título do elogio publicado em *NOVASBE Working Paper* n.º 577 Dezembro 2013.

dele me responder tinha o acordo do então decano, Manuel Jacinto Nunes (8L), que se sentia sem fôlego para intervenções orais. Como teve um impedimento súbito, o ora recipiendário preveniu-me na véspera que não poderia estar, o que logo comuniquei ao presidente. Este recorreu ao decano da 5.ª secção (direito e ciência política), Pedro Soares Martínez (11L), mestre e amigo, que improvisou uma tocante peça oratória, publicada pela *NOVA School of Business and Economics* com um inédito de Jacinto Nunes, que julgo ser o seu último escrito profissional.[5]

Ora, cabia precisamente ao decano da 6.ª secção, cuja morte em 14 de Julho passado a todos nos surpreendeu e consternou, saudar o ora recipiendário. Em vez do antigo presidente da Classe, da Academia e do respetivo Instituto de Altos Estudos, cumpre agora ao sucessor de Pinto Barbosa, antigo presidente do Instituto, responder ao novo decano da sua secção, aquele mesmo que contava lhe iria responder…

Se responder fosse regar, o Paulo seria hoje o *arroseur arrosé* e eu o ajudante atrevido que leva nalgadas no primeiro filme dos irmãos Lumière, projetado em Paris há 120 anos. Mas estas inversões de papéis são parte integrante da nossa confraria: basta recordar que Pinto Barbosa respondeu a Teixeira Ribeiro quando, em 19 de Novembro de 1987, este fez o elogio histórico de Moses Bensabat Amzalak, antigo presidente e fundador do Instituto de Altos Estudos em 1931.

Aqui a realidade ultrapassa a ficção do regador, porque descobri a economia com João Lumbrales e seu assistente António Sousa Franco, que foi sócio da 5.ª secção, aquela cujo decano me elogiou[6]. Também fiquei amigo de Alberto Xavier, outro assistente da altura[7]. No prefácio do seu *Festschrift* publicado pela

---

[5] Trabalho citado na nota 3 acima. Infelizmente, a substituição não foi comunicada aos serviços, e não consta o nome do de quem falou no *Relatório de Atividades de 2013*, loc. cit.

[6] No meu caso, exprimi a gratidão ao regente em "Liberdades Futuras dos Portugueses", *Estudos Jurídicos e Económicos em homenagem ao Professor João Lumbrales*, Edição da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora, pp. 305-344, 2000 e lembrei o assistente em "Afinidades sustentadas", *Expresso*, Secção Economia Suave, 26/6/2004.

[7] Convidou-me, ainda antes de licenciado, para colaborador regular no suplemento "Economia e Finanças" do *Diário de Notícias* que dirigiu entre Março de 1971 e a entrada no governo no início de 1974, quando foi substituído por Freitas do Amaral. Por singular infelicidade não consegui contribuir para as quase 2600 páginas de estudos em sua homenagem publicados pela Almedina em 2013. Aqui fica a gratidão pela amizade e a pena de não ter correspondido à insistência de Clotilde Palma, uma das organizadoras dos três volumes. No Verão de 1975, quando receava não poder regressar à Faculdade após o serviço militar, como efectivamente

Almedina em 2013, lê-se "Alberto Xavier, a par com Paulo de Pitta e Cunha, António de Sousa Franco e Diogo Freitas do Amaral, integrou uma corrente modernizadora e desenvolvimentista, que se organizou, em larga medida, em torno do suplemento de economia do *Diário de Notícias* e se prolongaria em organizações como a SEDES".

Com o confrade desaparecido tinha o ora recipiendário "invulgares laços de amizade e camaradagem" não conseguindo recordar-se "da menor discordância que entre nós possa ter-se gerado, ou sequer esboçado, ao longo de todo aquele tempo, sobre qualquer assunto atinente à Faculdade"[8]. No *Festschrift* Lumbrales, Pitta e Cunha dedicou-lhe apontamentos de aulas sobre Marx e Keynes.

Ao saudar o recipiendário, evoco a memória dos confrades desaparecidos, dois do ISCEF, agora ISEG, um da Faculdade de Economia da Nova, agora NOVASBE, dois outros das Faculdades de Direito de Coimbra e Lisboa. E agradeço mais uma vez ao Pedro, que há um ano me respondeu com tanto brilho e tanta generosidade.

Dos quatro confrades de secção, três eram meus amigos e o mais antigo fora amigo de meu avô. Recordo, como se fosse hoje, a comoção que senti, quando Don Patinkin, em visita a Princeton no início dos anos 1980, sabendo que eu era português me perguntou pelo seu amigo Moisés, e pude responder invocando José de Macedo, cujo percurso profissional e político em favor da lusofonia global tanto marcou o meu próprio.[9]

Pinto Barbosa, economista e governante, foi aluno, colega e confrade de Amzalak e, tal como Teixeira Ribeiro, aí radicou a projeção internacional do ISCEF, ele que, depois do seu "exílio voluntário no estrangeiro" viria juntar-se a Alfredo de Sousa na Universidade Nova de Lisboa, para onde entrei em 1976,

---

se verificou, encontrei o Alberto em São Paulo e aconselhou-me a ficar no Brasil, mas não encarei a deserção, como relato na homenagem ao recém-falecido o general Gabriel Espírito Santo, *Revista Militar*, n.º 11 – Novembro 2014, pp. 1035-1036. O resto vem em notas a "Alfredo de Sousa: Economista constituinte", cit.

[8] *In Memoriam* Sousa Franco, Almedina, 2005, p. 23 ss. Em 2006 a Faculdade publicou um *Festschrift* de 3224 páginas, com uma breve introdução pelo ora recipiendário ao "cultor brilhante no direito e na economia", salientando que partilharam "os bons e maus momentos da vida da Faculdade – na qual, lanço a lanço, percorremos, a par, toda a nossa carreira docente". Significativas as contribuições de Pinto Balsemão e Mário Soares, fundadores dos seus dois partidos.

[9] Até uso o seu número de sócio da Sociedade de Geografia, como mencionei em "Ultimato e lusofonia global", *Blogue de História Lusófona*, IICT, 10 Novembro 2014.

para criar uma *School of Business and Economics* internacional que, depois do Campo Grande e de Campolide, vai mudar-se para Cascais.[10]

Foi a Teixeira Ribeiro, pouco depois da sua morte, que dediquei a minha primeira comunicação nesta Academia, intitulada "Guerra, impostos e ouro: a herança do real". A sua *Introdução ao Estudo da Moeda*, de 1949, inspirou uma incursão na história monetária portuguesa incluída na minha tese de doutoramento. Ao rever o capítulo para o seu *Feschrift*, publicado em 1979, salientei que, num horizonte secular, o compromisso com uma taxa de câmbio nominal fixa parecia muito resiliente.[11]Trabalhos posteriores confirmaram essa conclusão, que Paulo desvaloriza mais do que eu.

Quanto a Jacinto Nunes, sucessor de Pinto de Barbosa como presidente do Instituto de Altos Estudos e decano da 6.ª secção, foi elogiado no último número da *Nova Cidadania*, designadamente porque o cidadão economista soube aproximar Pinto Barbosa e Silva Lopes.[12] Este confrade alinhou com projetos comuns da 6.ª secção como o de propor sócios correspondentes estrangeiros e estudar as perceções dos economistas depois da crise de 2008, juntando as duas classes para incluir perspetivas da neurociência e refletindo a lusofonia global – ao contrário do que aconteceu na Carta entregue pela Academia Britânica à Rainha Isabel II.

Nas atividades que a secção patrocina, empenhou-se o ora recipiendário, como decidimos, com o anterior decano, à margem da assembleia geral da Sociedade de Desenvolvimento da Madeira no início daquele ano fatídico e concretizámos no projeto dito da Carta à rainha lusófona.

Ora Paulo de Pitta e Cunha, advogado desde 1962 e jurisconsulto, entrou para a 6.ª secção em 16 de Junho de 1977, dia em que o seu predecessor Moisés Amzalak abriu o famoso *Simpósio de Estudos Keynesianos*, seguindo-se Pedro Martínez

---

[10] Cf. a minha homenagem "Alfredo de Sousa: Economista constituinte", publicada pela NOVASBE no 20.º aniversário da sua morte, 3 Novembro 2014.

[11] "War, taxes and gold: the inheritance of the real" (com Álvaro Ferreira da Silva e Rita Martins de Sousa), *NOVASBE Working Paper* n.º 318, Março 1998 depois publicado em *Transferring Wealth & Power from the Old to the New World*, organizado por Michael Bordo e Roberto Cortes-Conde, Cambridge: Cambridge University Press, 2001, pp. 187-228. A contribuição intitulava-se "Portuguese Currency Experience: An Historical Perspective" e reproduzia a parte histórica do 3.º ensaio da minha tese, publicada pela Serviços Gráficos da Universidade Nova de Lisboa em 1982.

[12] Como essa aproximação foi facilitada pela amizade com Cavaco Silva e Ramalho Eanes vem descrito em *Nova Cidadania*, n.º 54, Outono Inverno 2014, pp. 51-56. A homenagem também inclui um testemunho de Guilherme Oliveira Martins, confrade da 7.ª secção (Sociologia e outras ciências humanas e sociais), pp. 57-58.

a 23, Jacinto Nunes a 30, Silva Lopes a 7 de Julho e ele próprio a 14 de Julho, tendo Pinto Barbosa encerrado os trabalhos a 4 de Novembro.

O então presidente da classe, Jacinto do Prado Coelho, servira de relator da proposta também assinada por Jacinto Nunes, que lhe viria a suceder na presidência. A proposta junta uma "numerosíssima bibliografia" que atesta os "altíssimos méritos de economista" do jovem correspondente. Refere depois o doutoramento, *Expansão e Estabilidade – Os Dilemas da Política Macro Económica*, 1972, um "grosso volume de 574 páginas" dizendo "Bastava este livro para o colocar na primeira linha dos economistas portugueses da segunda parte do século XX". Continua salientando trabalhos na área fiscal e viagens ao estrangeiro nas quais "frequentou com utilidade os melhores economistas da atualidade". Conclui que é "filho do nosso prezado confrade Dr. Paulo Veríssimo Cunha".[13]

A passagem a efetivo por unanimidade dá-se em 25 de Maio de 1995, assinada pelo decano Pinto Barbosa e por Jacinto Nunes, além de sócios de outras secções, a saber Mário Júlio de Almeida Costa (da 5.ª), o saudoso Justino Mendes de Almeida e Manuel Viegas Guerreiro, etnólogo que em 2009 daria o nome a uma fundação algarvia. Constam do processo as felicitações do saudoso presidente Pina Martins e do secretário geral Toscano Rico, bem como o envio do bilhete de identidade e do diploma pelo próprio Justino e por Armando Pombeiro, enquanto secretários gerais sucessivos.

A união de gerações e de secções que convergem nesta saudação tem um reflexo nítido nas 3365 páginas que são dedicadas às contribuições do recipiendário em assuntos europeus e integração económica (volume I), economia, finanças públicas e direito fiscal (volume II), direito privado, direito público e vária (volume III), donde retirei o revelador retrato e respiguei testemunhos mais pessoais. Do maestro Alvaro Cassuto, aluno de seu pai, Fausto Quadros, seu aluno e colaborador no Conselho Fiscal da SDM, que salienta a descrença "em grande parte do percurso da integração europeia, sobretudo na componente política" (III, p. 797), Francisco Costa, Presidente da SDM que conta a história do Centro Internacional de Negócios da Madeira (III, pp. 801-810), Luciano Ravara, seu

[13] Nele delegou o voto nas eleições de 5 de Dezembro de 1979, conforme consta do seu processo individual. Ainda falta preencher a cadeira de seu pai, bem como a do seu avô materno, Pedro Pitta.

companheiro médico no Movimento Europeu a Marcelo Rebelo de Sousa, que com o singelo título "Gratidão", discorre sobre o que a Faculdade de Direito de Lisboa lhe deve, deixando cair que "criar um corpo de seguidores ou fomentar uma Escola própria" não haverá "sido sua preocupação obsessiva" e que a morte de Sousa Franco o deixou "mais só, no pior ensejo" (III, pp. 863-4).

Também contribuem Fernão Fernandes Thomaz, Luís Gallego e Pedro Alvim, amigos desde o Liceu Pedro Nunes (III, p. 799, 859, 945 respetivamente), concluindo este último o volume com a menção à "determinação férrea das suas convicções". E estão lá três dos cinco filhos: Tiago escreve em inglês a partir de Bruxelas sobre o canal da Mancha (I, p. 1289 ss), Paulo escreve sobre direito comercial e salienta o "exemplo de verticalidade e independência" do pai (III, p. 317 ss), Marta escreve em inglês sobre os riscos e benefícios da relação dos seus colegas com os meios de comunicação social (III, p. 885 ss).

A minha própria contribuição intitulada "Saudades do bom aluno", alusão à primeira comunicação a que assisti depois de eleito sócio, intitulada "Saudades de Keynes"[14] e ao preocupante endividamento externo a que se assistia (II, p. 319 ss) sofreu uma curiosa gralha no título no índice que aparece como "Centro Globalização e Governação". Esse Centro da NOVASBE de que sou responsável desde 2008 tem permitido dinamizar o referido projeto da carta à rainha lusófona, nele tendo participado vários confrades das duas classes, nacionais e estrangeiros, da Academia Real da Bélgica, incluindo ainda o economista brasileiro (de filiação académica belga) Renato Flores, que denuncia o euro-otimismo reinante e afirma, peremptório: "A falta de atenção a vozes como a de Pitta e Cunha é, infelizmente, parcialmente responsável pelos problemas que a União hoje enfrenta" (I; 1192).[15]

Como se percebe, elogiar quem primeiro me ensinou aquilo que vim a ensinar toda a vida, mais do que um prazer, é um privilégio. Aquele professor que, por ocasião da reunião anual do FMI de 1971, me apresentou a Robert Triffin com

[14] Fui eleito precisamente na sessão de 27 de Novembro de 1997 e a primeira sessão em que participei teve lugar em 12 de Fevereiro de 1998, quando o Paulo apresentou uma comunicação sobre o euro e o pacto de estabilidade, como noto em www.jbmacedo.com/acl.htm.

[15] Criado em 2008, o CG&G tem norteado a minha investigação desde que passei pela OCDE entre 1999 e 2004, graças também à associação com o Instituto de Investigação Científica Tropical e o Instituto de Altos Estudos da Academia, que explico em mais detalhe na comunicação a sair nas *Memórias*, vol. 38.

quem primeiro estudei em Yale, onde me vim a doutorar, e que tentou mais tarde contratar-me para Lovaina para onde voltara.

Aquele que, no quadro da Inteuropa, me entusiasmou nas questões europeias antes da adesão, com quem organizei a conferência sobre *Economic Policy in the Enlarged European Community*, publicada na revista *Economia* da Católica em 1984 e que, com Jacinto Nunes, acompanho ao longo de quase três décadas na SDM.

Aquele que, em 1984, viria a indicar-me a Ernâni Lopes para vogal da Comissão de Reforma Fiscal, a que presidia, permitindo um regresso suave dos Estados Unidos, inicialmente em licença de Princeton: foi uma experiência única, mau grado o desacordo que tive com a rejeição da *flat tax*, que teria grandemente simplificado a administração fiscal. Sei que o Paulo ficou magoado com o meu voto de vencido mas foi uma questão de consciência. Como cantava então o californiano Bob Seger "*I wish I didn't know now what I didn't know then*…"

Aquele que, contra ventos e marés, continuou a escrever sobre temas de economia monetária internacional e integração económica enquanto advogava e continuava a ensinar na Faculdade de Direito de Lisboa.

Aquele que nunca deixou de participar nos debates da profissão nem desistiu de dar a conhecer a sua perspetiva. Quem ensinou em seis outras escolas além da sua Faculdade, admira o homem duma escola só – que nela se não quer aquartelar!

Aquele que, insistindo em dar a conhecer as suas posições sobre economia nacional, europeia e mundial, se revela economista sem quartel.

Ao preparar esta saudação, aprendi muito sobre uma personalidade que julgava conhecer. Desde logo, pasme-se, a sua experiência no PPD em que passou de militante a simpatizante quando me aconteceu o inverso no PSD. Entre Janeiro de 1975 e Outubro de 1976 foi membro da Comissão de Relações Internacionais, que chegou a dirigir, e foi deputado "fugazmente" na primeira legislatura.[16]

Também consta do seu processo individual a ida ao 4.º congresso da *International Economic Association* realizado em Budapeste, onde participou no grupo de trabalho de Raymond Barre, que, quase no virar do século, viria a receber um

[16] Em Junho e Julho de 1976, o que me levou a pensar erradamente que teria sido constituinte embora soubesse que colaborou no regimento e não na constituição económica, como foi o caso de Alfredo de Sousa, salientado na homenagem cit..

doutoramento *honoris causa* pela Universidade de Lisboa.[17] O mesmo aconteceu com outros grandes nomes da economia pública como Richard Musgrave, Alan Peacock e Vito Tanzi, tendo este último uma relação com o Fundo Monetário Internacional, que também nos aproximou na conferência sobre *Ajustamento e crescimento na actual conjuntura económica mundial* realizada no Banco de Portugal em 1985.

Em Novembro de 1974 visita Luanda, em Maio de 1976 fala na SEDES sobre Portugal e a Europa, em Julho na sucursal da Fundação Friedrich Ebert e em Outubro na famosa conferência sobre a economia portuguesa em que, pela mão de Silva Lopes, desembarcou em Portugal o famoso grupo de estudantes de Rudiger Dornbusch, entre os quais estava o futuro prémio Nobel Paul Krugman, sócio correspondente estrangeiro proposto pela 6.ª secção, em 2009.

Termino com a recordação singela de um presente que me deu quando me veio visitar a Yale e nos começámos a tratar pelo primeiro nome. Trata-se do clássico *The Art of Central Banking* de R.G. Hawtrey, publicado em 1932, com a seguinte dedicatória de 15 de Novembro de 1978: "lembrando os velhos tempos da Faculdade de Direito de Lisboa e esperando que ela conte nos seus projetos de carreira."

A propósito de temas tão centrais nessa mesma carreira como moeda, câmbios e bancos, ocorre-me citar de novo a conclusão histórica da minha homenagem ao economista de Coimbra: "Salazar in the 1930's and the Revolutionary central bankers of 1974-75 are closer to each other than they are to contemporary monetary authorities in Mediterranean and Latin American countries".[18]

A propósito de Faculdades, felizmente elas vivem em harmonia porque sucessivos decanos da 6.ª secção souberam gerir a diversidade, evidente no elenco de

---

[17] As atas desse congresso, publicadas em 1976 por Fritz Machlup com o título *Economic integration: worldwide, regional, sectoral*, inspiraram as minhas aulas de integração económica na Universidade Católica Portuguesa. Numa oportuna iniciativa da associação de antigos alunos deu uma mini-aula 35 anos depois intitulada "A globalização liberta aproximando". Uma das inspirações foi o trabalho de Richard Cooper sobre o tamanho ótimo da zona integrada a que talvez Paulo pode ter assistido em Budapeste…

[18] Durante a saudação mostrei aos presentes cópia do último trabalho, que o recipiendário acabara de oferecer à biblioteca, bem como do exemplar dedicado. Antes tinha lido a Paulo um parágrafo que ele talvez aplicasse ao padrão euro: "The gold standard *has* become intolerable, and is only tolerated because public opinion does not understand the situation well enough to associate the cause with its consequences" (p. 231, itálico no original).

anteriores titulares das nossas cadeiras como Afonso Costa, Moisés Amzalak, Ruy Ulrich, Pinto Barbosa e Teixeira Ribeiro. Desde 2008, a secção ganhou em diversidade, sem perder a matriz ecofin, e conseguiu geri-la em reuniões regulares onde não faltaram confrades de ciências nem a lusofonia global.

Então imploro ao decano: Paulo, não castigue o ajudante atrevido do *arroseur arrosé*!

(Saudação ao recipiendário proferida na sessão plenária pública de 25 de novembro de 2014)

Elogio histórico do académico Manuel Viegas Guerreiro[1]

Carlos Alberto Medeiros

Começou bem cedo para mim o convívio com o Professor Manuel Viegas Guerreiro. Pouco tempo depois de assumir o cargo então chamado de 2.º Assistente de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, foi-me atribuído lugar num dos gabinetes do Centro de Estudos Geográficos, onde ele trabalhava, bem como mais dois companheiros de investigação, estes com presença menos assídua do que nós. Passava-se isto em 1966, tinha eu perto de 24 anos, menos 30 do que Viegas Guerreiro.

Da minha mesa de trabalho via aquele Senhor, com cabelo já grisalho, debruçado sobre pequenos montes de papéis um tanto gastos, que estavam atados com cordel e empilhados num conjunto de prateleiras do gabinete. Analisava-os, revia alguns, tomava apontamentos que mais tarde ordenava, guardava-os de novo. Tinha o vago conhecimento de que se tratava do espólio do Professor José Leite de Vasconcellos, de quem o meu Mestre Orlando Ribeiro se dizia discípulo e pelo qual nutria profunda admiração. Mas quase nada sabia sobre o Professor Viegas Guerreiro e as suas actividades.

Ambos numa primeira fase um tanto reservados, encetámos sem grandes delongas o diálogo, que naturalmente se foi tornando cada vez mais vivo e animado. Impressionou-me desde logo a sua afabilidade, a delicadeza no trato, a pertinência das suas observações, sobretudo a sua imensa cultura. Viegas Guerreiro manifestava grande compreensão pelos outros, encarava com naturalidade os seus deslizes e limitações, mas combinava estes sentimentos – o que não é fácil – com um espírito crítico apurado, temperado por peculiar sentido de humor que, não raras vezes nos fazia sorrir. Com frequência, a meio da tarde, numa pausa de trabalho, íamos até ao bar da Faculdade, com o pretexto de tomar um

[1] Comunicação apresentada na Academia das Ciências de Lisboa, no dia 4 de Dezembro de 2014, por ocasião da confirmação do autor como sócio efectivo da Classe de Letras, com o número 7 – L.

refresco, um café, uma cerveja... Era então que a conversa adquiria mais vivacidade, com troca de impressões sobre o que se passava na Faculdade, no país, nos apoios ou falta de apoios à investigação.

Este convívio tão enriquecedor – enriquecedor para mim – sofreu uma pausa por alturas de 1969/70, quando beneficiei de um estágio em França. Mas foi depois retomado, ainda que, necessariamente, noutros moldes.

Entretanto, fui tomando conhecimento do meu antigo companheiro de gabinete de trabalho, e acompanhando o seu percurso científico e o desenvolvimento da sua obra.

Manuel Viegas Guerreiro nasceu em Querença, concelho de Loulé, no mês de Novembro de 1912. Manteve sempre uma ligação muito profunda e significativa com a terra algarvia de origem. O íntimo convívio com a sua gente rural esteve porventura, pelo menos em parte, na origem da vocação de etnógrafo, a partir da qual ficaria enquadrada a larga maioria dos seus trabalhos. Uma vez concluído o curso do liceu (sigo a terminologia da época), veio para Lisboa, onde, em 1936, se licenciou em Filologia Clássica na Faculdade de Letras. Ao mesmo tempo estabeleceu convívio e laços de amizade com notáveis Mestres, como Rodrigues Lapa, Orlando Ribeiro (então no começo da carreira académica) e, um pouco depois, Agostinho da Silva. Mas foi sobretudo José Leite de Vasconcellos que mais interferiu na sua formação. Ao longo de cerca de seis anos trabalhou com ele, levado para a sua intimidade por Orlando Ribeiro que, para além de amigo, tinha sido seu colega na Faculdade. Ambos nutriam pelo Dr. Leite – como lhe chamavam – profunda amizade e admiração, e dele receberam influência científica muito significativa, decisiva mesmo no que a Viegas Guerreiro se refere. A ajuda que este prestou a Leite de Vasconcellos na preparação do ambicioso projecto da *Etnografia Portuguesa* é referida expressamente pelo autor no prefácio do III volume. Para a continuação deste trabalho foi equiparado a bolseiro, mas por curto período, 1940/41; aliás em 1941 falecia o querido Mestre José Leite de Vasconcellos.

Seguiu-se uma fase de ensino em diversos liceus, que o levou pela primeira vez até África (exerceu a docência no liceu da então Sá da Bandeira, hoje Lubango, em Angola) e na qual consolidou a sua competência e o seu gosto em matéria de transmissão de conhecimentos. Mas não esquecia o legado do Dr. Leite, a *Etnografia Portuguesa* que ficara incompleta, nem as possibilidades de se dedicar ele

próprio à investigação. Em Setembro de 1954, Orlando Ribeiro conseguiu que passasse a trabalhar no Centro de Estudos Geográficos, onde se reservou um espaço para os papéis leiteanos, depois transferidos para o gabinete a que me referi no início, dotado de melhores condições e inserido em edifício acabado de construir. Leite de Vasconcellos tinha concluído dois fragmentos do volume IV da *Etnografia Portuguesa* e procedera mesmo à revisão das primeiras provas tipográficas; envelhecido, fragilizado, sentindo a morte rondar por perto, abreviara as matérias tratadas, relativas ao povo português (partes I e III). Com um empenho e uma capacidade de trabalho invulgares, Viegas Guerreiro dedicou-se à parte II («Grupos Étnicos»), que praticamente redigiu, seguindo o plano delineado por Leite de Vasconcellos e aproveitando os materiais por ele recolhidos, mas juntando-lhes muitos outros e conferindo ao conjunto desenvolvimento e acabamento coerentes que não se encontram no restante texto. Publicado este volume IV em 1958, não era viável proceder do mesmo modo em relação aos restantes: divulgou-se o que foi possível encontrar ou aproveitar, seguindo o plano muito minucioso do autor e uma ou outra vez revestindo de forma literária os apontamentos apenas esboçados. Já com a ajuda de colaboradores, Viegas Guerreiro tomou a seu cargo a organização do conjunto da obra, dedicando-se mais especificamente a alguns temas.

Uma nova oportunidade surgia, entretanto. Em 1957, na sequência de uma proposta de Jorge Dias, foi integrado na Missão de Estudos de Minorias Étnicas do Ultramar Português, integrada na então Junta de Investigações do Ultramar. Em Moçambique colheu elementos para um dos volumes, o IV, da monumental obra que Jorge Dias concebera sobre os Macondes. Esse volume, publicado em 1966, tinha como subtítulo «Sabedoria, língua, literatura e jogos», matérias muito da sua particular predilecção no âmbito da Antropologia Cultural e sobre as quais teve ocasião de elaborar artigos diversos relativos àquele povo. Deslocou-se também ao sul de Angola, onde em seis campanhas de investigação sucessivas foi colhendo materiais para uma obra autónoma de conjunto, desenvolvida, sobre os bochimanes (designação sujeita a reservas) que lá se encontram: tarefa difícil em que, como escreveu no prefácio do seu livro, andou «aos tombos pelo mato, e nem de outro modo podia ser, com gente tão movediça e rala e desconfiada e dispersa por espaços sem fim» (p. 10), desprovida ainda de técnicas de produção, verdadeira relíquia dos primórdios da humanidade. O trabalho (*Bochimanes!Khü*

de Angola. Estudo etnográfico, 1968), que veio a constituir a sua dissertação de doutoramento, foi concebido como uma análise completa de tipo monográfico, ainda que alguns capítulos se ressintam das dificuldades na obtenção de elementos relativos aos respectivos temas.

Novos horizontes se perspectivaram para Manuel Viegas Guerreiro, quando em Outubro de 1966 foi convidado para reger as duas cadeiras de Etnologia da licenciatura em Geografia, que haviam ficado vagas. Da docência liceal passava assim para a universitária, aos 54 anos de idade. Encarou o desafio com motivação e entusiasmo impressionantes, e os maiores escrúpulos na preparação das aulas. Poucos esperariam o fervor, o zelo que evidenciava com a sua idade; afigurava-se, na verdade, autenticamente rejuvenescido. Este foi o começo de uma carreira académica rápida, porventura inesperada, mas para a qual não moveu influências. Doutorou-se em Junho de 1969, apresentando como tese o estudo dos bochimanes já citado, e logo em Outubro de 1971 concluiu com êxito o concurso para professor catedrático. Tinha o caminho aberto para se dedicar sem peias à investigação dos temas que lhe eram mais caros.

Entre estes ocupava lugar de relevo a literatura popular. Por mais que uma vez, oralmente ou em escritos de diversa índole, lamentou a subalternização de que com frequência aquela era alvo nos estudos de Antropologia Cultural. Empreendeu incansavelmente, com os seus colaboradores, uma recolha imensa de contos, romances, adágios, adivinhas e outros géneros deste domínio, em diferentes versões e nas mais variadas áreas. Com a sua afectividade natural e um tacto que a experiência aperfeiçoou, não forçava os informadores contactados, deixava que se exprimissem livremente, adivinhava o momento propício para colocar o gravador a funcionar (quando se tornou possível passar a usá-lo), sem causar medos ou desconfianças. Escreveu um *Guia de Recolha de Literatura Popular* (2 edições, 1976 e 1982) e o trabalho resumido mas rico de substância *Para a História da Literatura Popular Portuguesa* (1978). E não admira que tivesse criado no Centro de Estudos Geográficos, em 1973, uma Linha de Acção (Investigação) de «Recolha e Estudo de Literatura Popular Portuguesa», a qual, com escassos meios, desenvolveu uma actividade bastante profícua.

A nível do ensino, Manuel Viegas Guerreiro suscitava com facilidade o interesse e a atenção dos alunos, e eram excelentes as relações pessoais que com eles mantinha. Criavam-se mesmo com frequência laços de amizade que subsistiam

para além do final das cadeiras leccionadas. Contudo, em 1982, descontente com as peias burocráticas que se teciam, cada vez mais complexas e absorventes, e também com o ambiente de tensões internas que não paravam de se avolumar, Viegas Guerreiro, contrariando a opinião e os pedidos de colegas e discípulos, requereu a aposentação. Continuou, porém, a trabalhar, a frequentar assiduamente a Faculdade, em especial o «seu» Centro de Literatura Popular Portuguesa, a cultivar o convívio com velhos amigos e colegas, e também com novos discípulos cuja preparação estimulava.

Foi por esta altura que germinou um sonho, generoso como tudo o que dele provinha, porventura demasiado ambicioso, pelo que só parcialmente foi possível concretizá-lo: a criação dos chamados Estudos Gerais Livres, uma instituição que, nas suas palavras, promoveria gratuitamente a aproximação dos que desejassem ensinar daqueles que pretendiam aprender. Assim formulado, na sua simplicidade, o projecto afigurava-se exequível, mas apenas desde que fosse possível reunir um conjunto suficientemente amplo de interessados com boa vontade. Viegas Guerreiro entusiasmou-se e creio que chegou mesmo a pensar que nos Estudos Gerais Livres se poderiam organizar autênticos cursos coerentes, desdobrados pelo número de anos necessário. Não se chegou a tanto: mas na instituição, fundada em 1988, levaram-se a cabo ciclos de conferências e pequenos cursos, numerosos e com nível muito apreciável, em Lisboa e noutros pontos do país.

Desejoso de levar a cabo uma monografia etnográfica de alguma povoação bem circunscrita do território português, dedicou-se a analisar a aldeia de Pitões das Júnias, no concelho de Montalegre, guiando-se por um plano muito detalhado, que os seus estudos anteriores aconselhavam. A obra foi publicada em 1981, com o subtítulo modesto de *Esboço de monografia etnográfica*. Já nos últimos tempos de vida, empreendeu ainda um projecto de investigação, enquadrado na mesma linha de pesquisas, mas mais ambicioso, a concretizar por uma equipa interdisciplinar por ele coordenada, e cujo título, «A ilha de S. Jorge – Uma monografia», dá conta do seu objectivo. Aprovado pela então JNICT em 1993, realizaram-se no seu âmbito trabalhos de campo nos dois anos seguintes. Mas recordo melhor uma deslocação preparatória, no decurso da qual, em S. Jorge, no mês de Novembro de 1993, Manuel Viegas Guerreiro completou 81 anos, com invejável juventude de espírito, rodeado pelos seus colaboradores, dos quais eu

fazia parte. Infelizmente, sofreu um acidente cerebral em Novembro de 1996, vindo a falecer em Maio do ano seguinte. Assim, não foi possível concluir a obra que tinha projectado. Publicaram-se, porém, fragmentos elaborados por alguns de nós, e em 2012 uma colectânea de textos etnográficos, recolhidos por Viegas Guerreiro.

*

O enunciado de dados curriculares do Professor Manuel Viegas Guerreiro que se apresentou, as reminiscências pessoais e as observações que os acompanharam, dão bem conta da notável actividade que desenvolveu e da pertinência do «elogio histórico» requerido nos termos dos estatutos da Academia das Ciências de Lisboa. Pouco mais haverá a acrescentar.

Não pode esquecer-se que, além das obras etnográficas, que constituem a parte nuclear da sua bibliografia, algumas outras há que se podem incluir em domínios diferentes: umas de índole pedagógica e didáctica, outras ligadas à História e a ciências próximas, ainda que revestidas sempre por significativa perspectiva etnográfica; entre estas, mencionem-se os comentários à carta de Pero Vaz de Caminha sobre o achamento do Brasil e à corografia do reino do Algarve por Frei João de S. José (1627), ou os artigos sobre «Judeus» e «Mouros» incluídos no *Dicionário de História de Portugal* dirigido por Joel Serrão, ou ainda a comunicação apresentada à Academia das Ciências sobre o caso de Portugal no respeitante à introdução da batata na Europa (1987).[2]

Retomando a sua actividade como etnógrafo, relembre-se que se desencadeou tardiamente: sem esquecer ténues primórdios, apenas a partir de meados dos anos 1950, depois de ter completado 40 anos. A forma segura e fundamentada como decorreu, pressupõe sem dúvida preparação aturada, na qual terá avultado decerto a influência de Leite de Vasconcelos. Em consonância com o que ficou exposto atrás, e numa tentativa de síntese, é possível repartir essa actividade e

[2] Para além do «Elogio Histórico de António da Silva Rego», proferido em Novembro de 1989, mencionem-se duas outras comunicações expostas nesta Academia: «Leite de Vasconcellos (1858-1941) e a ciência etnográfica em Portugal» (publicada em 1992) e «Evocando Leite de Vasconcellos» (posterior, mas também publicada em 1992).

os trabalhos que dela resultaram em quatro áreas principais: a) estudos sobre o Professor José Leite de Vasconcellos, incluindo a preparação e conclusão de diversas obras póstumas; b) estudos sobre temas africanos, com relevo para os respeitantes a Macondes de Moçambique e Bochimanes de Angola, havendo ainda outros mais breves; c) estudos sobre literatura popular, ou, em sentido mais lato, sabedoria popular; d) monografias no território português, concluídas, em preparação ou projectadas. Em tudo isto avulta – não é demais repeti-lo – a terceira área referida. Os materiais recolhidos são avultadíssimos e seria lamentável que ficassem perdidos se não fosse o labor incansável do Professor Viegas Guerreiro.

Este foi sempre uma pessoa pouco dada a discussões teóricas, interessado sobretudo, sem divagações, pela realidade concreta do dia-a-dia. Curiosamente, porém, não fugiu à tentação de procurar situar-se metodologicamente, o que fez no prefácio do livro sobre Pitões das Júnias: «Não saberei dizer em que escola, propriamente, me filio, na posição teórica que assumo. Talvez um funcionalismo de forte acento social, um imenso desejo de que o que escrevo venha a servir a comunidade que estudei e a nação a que pertenço. E, juntamente, um pendor pedagógico que me vem da vocação e do ofício. Sempre estou querendo ensinar, tornar claro e acessível o que escrevo» (p. 12).

Conhecedor, como poucos, da forma correcta de falar e escrever português, exprimia-se num estilo muito próprio, facilmente reconhecível nas suas obras. Deve salientar-se também a tendência para se identificar com as populações estudadas, com os seus hábitos, com a sua maneira de ser. Recorro uma vez mais ao livro sobre Pitões das Júnias: referindo-se às provocações e lutas simuladas dos jovens dos dois sexos, no intervalo da ceifa, comenta assim a advertência do dono da seara de que «tudo aquilo era brincadeira»: «como se fosse necessário dizer-me isso, a mim que sou mais um deles, e lhes ando no encalço, comendo do mesmo pão, bebendo do mesmo vinho, cortando, a meu modo, a minha seara, só que com foice diferente, de gravador nas mãos, entusiasmado, estonteado, de mistura com a sua odisseia de trabalho» (p. 119).

Identificado com aqueles que estudava, dotado de personalidade cativante, afável, Manuel Viegas Guerreiro interessava-se em geral por todos aqueles com os quais convivia. Preocupava-se com os seus amigos, aconselhava-os de forma discreta, sabia ouvi-los, o que vai sendo raro numa época em que as pessoas estão sempre ansiosas por falar, por exprimir opiniões, e pouco disponíveis para dar

atenção ao que se lhes diz. Em breves palavras, basta afirmar que Manuel Viegas Guerreiro foi, no pleno significado de uma formulação simples, *um Homem Bom*. E isto, a meu ver, vale tanto ou mais do que a sua obra valiosa de etnógrafo reputado.[3]

(Elogio histórico apresentado à Classe de Letras
na sessão de 4 de dezembro de 2014)

[3] É fundamental a consulta da obra de Francisco Melo Ferreira, *Manuel Viegas Guerreiro. Fotobiografia*, Loulé, Fundação Manuel Viegas Guerreiro, 2006. Nela colhi muita informação e lá se encontram as referências bibliográficas completas das obras do autor estudado, não referidas no presente texto, para evitar sobrecarregá-lo.

Índice

EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA, OPERAÇÕES EM REDE
E DECISÃO POLÍTICA 7
Nuno Gonçalo Vieira Matias†

EVENTUAIS EFEITOS DA CRISE EUROPEIA NO QUADRO
GEOPOLÍTICO EUROPEU 21
José Alberto Loureiro dos Santos†

A PROPRIEDADE SENHORIAL NAS INQUIRIÇÕES DOS FINAIS
DO SÉCULO XIII. COUTOS E HONRAS, QUINTÃS, PAÇOS E TORRES
NO ENTRE MINHO E AVE 37
José Augusto de Sottomayor-Pizarro

VIVER ENTRE LIVROS, PROLONGANDO A INVENÇÃO DA VIDA ... 61
Aires Augusto Nascimento

O "TEATRO DA ALMA" DE M. TEIXEIRA-GOMES 85
Hélder Macedo

FR. BARTOLOMEU DOS MÁRTIRES NO CONCÍLIO DE TRENTO:
UM EXEMPLO DE PODER PASTORAL 97
Aires Augusto Nascimento

CORRESPONDÊNCIA LATINA DE D. FREI BARTOLOMEU
DOS MÁRTIRES 125
Sebastião Tavares de Pinho†

O CONCÍLIO DE TRENTO: UM SER VINDO DO FUTURO 155
Fernando Dacosta

A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA SOBRE A CIRCULAÇÃO FIDUCIÁRIA DE OLIVEIRA MARTINS NA HISTÓRIA ECONÓMICA 161
Guilherme d'Oliveira Martins

DOIS CONCEITOS DE DEMOCRACIA: CONSTITUCIONAL E DESPÓTICA 173
João Carlos Espada

UM BIBLIÓFILO E ERUDITO DO SÉCULO XVIII. SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA LIVRARIA DO CONVENTO DE JESUS EM LISBOA E DA BIBLIOTECA DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA 187
Martim de Albuquerque

ELOGIO HISTÓRICO DO ACADÉMICO JUSTINO MENDES DE ALMEIDA 211
Artur Anselmo

SAUDAÇÃO AO ACADÉMICO ARTUR ANSELMO DE OLIVEIRA SOARES 219
Pedro Soares Martínez†

ELOGIO HISTÓRICO DO ACADÉMICO JOSÉ VITORINO DE PINA MARTINS 227
Raul Miguel Rosado Fernandes†

SAUDAÇÃO AO ACADÉMICO RAUL MIGUEL ROSADO FERNANDES 237
Artur Anselmo

ELOGIO HISTÓRICO DO ACADÉMICO ILÍDIO MELO PERES DO AMARAL 241
Jorge Gaspar

SAUDAÇÃO AO ACADÉMICO JORGE BARBOSA GASPAR 269
Artur Anselmo

ELOGIO HISTÓRICO DO ACADÉMICO CARLOS GOMES BESSA 273
José Loureiro dos Santos†

SAUDAÇÃO AO ACADÉMICO JOSÉ LOUREIRO DOS SANTOS 279
Raul Rosado Fernandes†

ELOGIO HISTÓRICO DO ACADÉMICO JOSÉ DE AZEREDO PERDIGÃO 285
Mário Júlio de Almeida Costa

SAUDAÇÃO AO ACADÉMICO MÁRIO JÚLIO BRITO DE ALMEIDA COSTA 291
Pedro Soares Martínez

ELOGIO HISTÓRICO DO ACADÉMICO LUÍS FORJAZ TRIGUEIROS 299
João Bigotte Chorão†

SAUDAÇÃO DO ACADÉMICO JOÃO BIGOTTE CHORÃO 309
Artur Anselmo

ELOGIO HISTÓRICO DO ACADÉMICO TEIXEIRA RIBEIRO 313
Paulo de Pitta e Cunha†

SAUDAÇÃO AO ACADÉMICO PAULO DE PITTA E CUNHA 319
Jorge Braga de Macedo

ELOGIO HISTÓRICO DO ACADÉMICO MANUEL VIEGAS GUERREIRO 329
Carlos Alberto Medeiros

Índice Onomástico

AIRES AUGUSTO NASCIMENTO
Fr. Bartolomeu dos Mártires no Concílio de Trento: um exemplo de poder pastoral 97

AIRES AUGUSTO NASCIMENTO
Viver entre livros, prolongando a invenção da vida 61

ARTUR ANSELMO
Elogio histórico do Académico Justino Mendes de Almeida 211

ARTUR ANSELMO
Saudação do Académico João Bigotte Chorão 309

ARTUR ANSELMO
Saudação ao Académico Jorge Barbosa Gaspar 269

ARTUR ANSELMO
Saudação ao Académico Raul Miguel Rosado Fernandes 237

CARLOS ALBERTO MEDEIROS
Elogio histórico do académico Manuel Viegas Guerreiro 329

FERNANDO DACOSTA
O Concílio de Trento: Um ser vindo do futuro 155

GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS
A importância da memória sobre a circulação fiduciária de Oliveira Martins na história económica 161

HÉLDER MACEDO
O "teatro da alma" de M. Teixeira-Gomes 85

JOÃO BIGOTTE CHORÃO†
Elogio Histórico do Académico Luís Forjaz Trigueiros 299

JOÃO CARLOS ESPADA
Dois conceitos de democracia: constitucional e despótica 173

JORGE BRAGA DE MACEDO
Saudação ao académico Paulo de Pitta e Cunha 319

JORGE GASPAR
Elogio Histórico do Académico Ilídio Melo Peres do Amaral 241

JOSÉ ALBERTO LOUREIRO DOS SANTOS†
Eventuais efeitos da crise europeia no quadro geopolítico europeu 21

JOSÉ AUGUSTO DE SOTTOMAYOR-PIZARRO
A propriedade senhorial nas Inquirições dos finais do século XIII. Coutos e honras, quintãs, paços e torres no Entre Minho e Ave 37

JOSÉ LOUREIRO DOS SANTOS†
Elogio Histórico do Académico Carlos Gomes Bessa 273

MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA COSTA
Elogio Histórico do Académico José de Azeredo Perdigão 285

MARTIM DE ALBUQUERQUE
Um bibliófilo e erudito do século XVIII. Subsídios para a história da livraria do Convento de Jesus em Lisboa e da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa 187

NUNO GONÇALO VIEIRA MATIAS†
Evolução tecnológica, operações em rede e decisão política 7

PAULO DE PITTA E CUNHA†
Elogio Histórico do Académico Teixeira Ribeiro 313

PEDRO SOARES MARTÍNEZ†
Saudação ao académico Artur Anselmo de Oliveira Soares 219

PEDRO SOARES MARTÍNEZ
Saudação ao Académico Mário Júlio Brito de Almeida Costa 291

RAUL MIGUEL ROSADO FERNANDES†
Elogio histórico do académico José Vitorino de Pina Martins 227

RAUL ROSADO FERNANDES
Saudação ao Académico José Loureiro dos Santos 279

SEBASTIÃO TAVARES DE PINHO†
Correspondência latina de D. Frei Bartolomeu dos Mártires 125

Composto e impresso em Lisboa
na Gráfica 99, em Junho 2023.
Dep. Legal: 61370/92